Jauranice Rodrigues Cavalcanti

No “mundo dos jornalistas”: interdiscursividade, identidade, *ethos* e gêneros

Tese apresentada ao Curso de Lingüística do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Lingüística.

Orientador: Prof. Dr. João Wanderley Geraldi

UNICAMP
Instituto de Estudos da Linguagem
2006

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do IEL – Unicamp
CRB 8/6934

Cavalcanti, Jauranice Rodrigues.
C314n No "mundo dos jornalistas" : interdiscursividade, identidade, ethos e gêneros / Jauranice Rodrigues Cavalcanti. -- Campinas, SP : [s.n.], 2006.

Orientador : João Wanderley Geraldi.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Folha de S. Paulo (Jornal). 2. Jornalismo. 3. Identidade. 4. Gênero. I. Geraldi, João Wanderley. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

BANCA EXAMINADORA

_____

Prof. Dr. João Wanderley Geraldi
(orientador)

_____

Prof. Dr. Kanavillil Rajagopalan

_____

Profa. Dra. Maria Adélia Ferreira Mauro

_____

Profa. Dra. Maria Inês Ghilardi Lucena

_____

Prof. Dr. Sírio Possenti

À memória de meu pai

AGRADECIMENTOS

Ao Wanderley, pela convivência, orientação e amizade,

Ao Sírio, pelo apoio e amizade,

Aos professores Raja e Inês, que leram e enriqueceram este trabalho,

Aos professores do IEL, pelas aulas e conversas,

À Marina, minha leitora e amiga,

Aos amigos do IEL, que levo comigo, Lilian, Vivian, Marlon, Weden, Kassandra, Fabiana e a todos os colegas,

Aos funcionários do IEL,

À CAPES, pela concessão da bolsa de pesquisador,

A meus familiares, presentes em todos os momentos,

E a meus filhos Tiago e Daniele, razão de tudo.

SUMÁRIO

Resumo.....8

Introdução.....10

1. As práticas sociais: homogeneidades e heterogeneidades.....14

1.1 A construção do objeto científico.....14

1.2 O conceito de *habitus*.....17

1.3 Homogeneidade x Heterogeneidade.....21

1.4 Práticas x Discursos.....24

1.5 A prática discursiva.....29

1.6 A prática discursiva jornalística.....32

2. A identidade do sujeito jornalista.....40

2.1 O conceito de identidade.....40

2.2 A identidade do jornalista nos estudos de comunicação.....43

2.3 A identidade construída no/pelo discurso..... 45

2.4 Jornalismo e literatura: o jornalista iluminado.....46

2.4 Jornalismo e política: o jornalista iluminador.....61

3. Jornalismo e ciência: o mito da objetividade.....70

3.1 Um novo jornalismo.....70

3.2 Informação x Opinião.....73

3.3 O jornalismo tecnológico.....78

3.4 Onde está o sujeito?.....82

3.5 Um sujeito singular.....86

4. Como se chega a ser o que se é.....94

4.1 O conceito de *ethos*.....94

4.2 A imagem de si no enunciado.....95

4.3 O *ethos* mostrado.....98

4.4 Mudança de alvo mas não de tom.....109

5. Folha de S. Paulo: a mitificação da própria prática.....123

5.1 A instituição imprensa.....124

5.2 A materialidade do discurso.....126
5.3 Construindo evidências.....134
6. A presença do sujeito jornalista nos diferentes gêneros do jornal.....142
6.1 O gênero notícia.....142
6.2 Os valores-notícia.....148
6.3 O como dizer no gênero noticioso.....154
6.4 A notícia.....158
6.5 O gênero reportagem.....165
6.6 O desejo de autoria realizado.....169
6.7 Indícios de autoria.....172
Considerações Finais.....183
Referências Bibliográficas.....186
Anexos.....192

RESUMO

Esta pesquisa investiga o discurso jornalístico, o diálogo que estabelece com outros campos discursivos, a literatura, a política e a ciência. A investigação consiste na discussão de diferentes textos que tratam da prática jornalística, das 'verdades' ligadas a ela e a seus sujeitos, procurando explicar a 'metáfora da luz' presente nas diferentes instâncias desse discurso. Trata-se de uma análise de tipo qualitativo em que desempenharam papel relevante conceitos como memória discursiva, representação, autoria, gênero e outros, ligados sobretudo ao quadro teórico da Análise do Discurso de linha francesa. A análise apontou a construção de uma identidade heterogênea formada no interior de uma representação da comunidade que atribui a ela traços 'grandiosos', sentidos que migram para construir a imagem de jornalismo/jornalistas que circula em nossa formação social, a necessária para manter e fortalecer o poder de informar e apresentar os fatos de 'forma neutra', a necessária para sustentar a credibilidade da imprensa. A análise também indicou a presença e a exacerbação de traços dessa identidade heterogênea, traços do sujeito iluminado, no tom em que os jornalistas da *Folha de S. Paulo* enunciam. As marcas avaliadas como indiciadoras da presença do sujeito que 'tem por missão levar a luz' também foram investigadas em dois gêneros do discurso jornalístico, a saber, a notícia e a reportagem.

Palavras-chave: jornalismo; identidade; *ethos*; gênero; Folha de S. Paulo.

ABSTRACT

This research studies the journalistic discourse, the dialogue between this discursve field and others like the literature, the politics, the science. The investigation consists in the discussion of diferent texts that focus the journalistc practice, its 'truths' and those connected to this practice and to their subjects. Indeed, is an attempt to explain the 'light metaphor' which can be perceived in the different dimensions of this discourse. The nature of investigation is qualitative and played an important role in it concepts such as discoursive memory, representation, authorship, genre and others connected to the french discourse analysis. The analysis indicated the constuction of an heterogeneous identity produced by a representation of the comunity that takes some 'superlative' meanings for granted. Those meanings also construct the journalism/journalist image presents in our society, the image that is necessary to sustain and increase the power of those who relate the facts, necessary to sustain the midia credibility. The analysis also indicated the accentuated presence of the identity marks in the tone of Folha de S. Paulo's journalists, in their *ethos*. The marks of 'the one that has to iluminate the others' were also inestigated in two genres of the journalistic discourse: the notice and the reportage.

Keywords: journalism; identity; ethos; genre; Folha de S. Paulo.

INTRODUÇÃO

Meu interesse pelo ‘mundo dos jornalistas’ surgiu na fase final de meu mestrado. Embora possa parecer estranho, uma vez que a dissertação enfocava o leitor inscrito nos textos infantis, comecei a perceber pontos de contato entre o que estava estudando e aquilo que observava em minhas aulas no curso de Graduação em Jornalismo. Isso porque minha pesquisa apontava para um descompasso entre o que se falava sobre o leitor infantil, a saber, a necessidade de respeitar sua inteligência, de dar a ele livros ‘não-infantilóides’, e o que verificava quando da análise dos textos: tudo por demais explicado, ‘fechado’. Qual não foi minha surpresa ao ouvir de meus alunos, futuros jornalistas, ‘verdades’ sobre a competência textual dos leitores que remetiam àquilo que estava encontrando na pesquisa do mestrado. Na avaliação deles, o leitor só teria tempo de ler o *lead*, o que explicaria o fato de escreverem textos tão óbvios, tão parecidos. Disseram-me que os professores jornalistas, desde o primeiro ano do curso, batiam na mesma tecla: a de que deveriam escrever um texto que “até a avó entenderia”. Como explicar, então, afirmações como essa: “O leitor típico da *Folha* tem 40 anos e um alto padrão de renda e de escolaridade” (FSP, fev. de 2001)?

O momento final de elaboração da dissertação também coincidiu com o início de minha participação, como coordenadora, em um projeto integrado por alunos do Ensino Médio em parceria com uma ONG, que se dedica a “repensar as práticas educacionais”, cujo presidente é um conhecido jornalista, também escritor de livros paradidáticos. Os alunos deveriam (re)escrever um livro seu, com dados e experiências da cidade dos alunos. À medida que o grupo escrevia, ‘prestava contas’ do trabalho: o jornalista lia, comentava e sugeria mudanças nos textos. Das inúmeras observações, muitas se relacionavam ao leitor, à dificuldade que teria ao ler ‘aqueles’ textos. Apresento a seguir um trecho do livro escrito pelos alunos que motivou comentários do jornalista.

> *Os meninos que estão na rua preferem procurar lugares que ofereça atividades que gostam: capoeira, futebol, surf, dança de rua. Além de fortalecerem o vínculo entre os jovens, essas atividades resgatam a auto-estima, eles começam a se sentir importantes, a se gostar.*

Para o jornalista, a palavra *auto-estima* deveria aparecer acompanhada de um *box*, com a definição de dicionário. O acréscimo *eles começam a se sentir importantes, a se gostar,* que funciona como uma tradução do que foi dito, uma espécie de metadiscurso, não seria suficiente para "dar o sentido pronto". Suas intervenções fundamentavam-se na crença de que o leitor teria dificuldades no momento da leitura, podendo, assim, "irritar-se", abandonar o texto. Daí a necessidade de explicações, de se estabelecer relações de causa e efeito. Perguntas e dúvidas não poderiam aparecer: o texto deveria fornecer tudo explicado, o mundo já interpretado, os sentidos prontos. Outra grande preocupação: mostrar ao leitor que o escrito era "verdade". Mensalmente o jornalista pedia pesquisas, números, gráficos, objetivando dar maior legitimidade ao texto. Funcionariam como recursos argumentativos, os fatos apareceriam como evidências, não contestáveis.

Os três momentos, a dissertação sobre o leitor-criança, o projeto, e as aulas, levaram-me ao tema da presente pesquisa. De início, pensava em estudar o lugar do leitor no discurso jornalístico, as contradições entre o que se diz sobre ele e o *dizer* dos textos. Mas as leituras, o próprio percurso da pesquisa, levaram-me a perceber que a idéia de iluminar, de tornar claro, estava presente nesse discurso, no 'mundo dos jornalistas', como um todo: perpassava suas diferentes instâncias. Percebi a recorrência da *metáfora da luz* e resolvi, então, investigá-la, procurando responder a determinadas questões: de onde viria essa idéia? como se deu sua construção? ela pode ser apreendida nos textos? nas representações sobre a prática jornalística que circulam em nossa sociedade?

Comecei, assim, a buscar os 'fios' dessa constituição, a investigar os sentidos ligados a essa comunidade, o que se diz sobre ela, o porquê de seus sujeitos acreditarem ser os portadores da luz, responsáveis em levar o conhecimento da forma mais clara possível. Minha idéia era a de que uma investigação como essa explicaria muito do que se lê no não-dito dos textos, a instância enunciativa que se quer apagada, que constrói 'verdades'. Explicaria o poder que detém a instituição imprensa, o porquê de sua 'invulnerabilidade'.

Meu interesse desde o início foi investigar o jornal *Folha de S. Paulo*, uma vez que esse periódico, mais do que outros, insiste e investe de forma maciça nas idéias de neutralidade e imparcialidade, assumindo para si uma posição privilegiada em nossa formação social, como aquele que não se deixa levar por interesses que não os do grande público, os interesses do país.

O trabalho está dividido em seis capítulos que discutem a prática jornalística, a comunidade e seus sujeitos. No primeiro capítulo, aparecem contribuições de Bourdieu, os conceitos de *habitus*, campo e *ethos*, que serão retomados e discutidos nos capítulos seguintes. Considero importante recuperar as discussões do sociólogo, pensar como aparecem no quadro de estudos da Análise do Discurso de linha francesa, em especial no trabalho de Maingueneau com o conceito de prática discursiva.

No capítulo II apresento o conceito de identidade que norteia esta pesquisa: imaginária, social, formada na representação, construída no/pelo discurso. Inicio a análise da identidade do sujeito jornalista, mostrando como esta aparece discutida em estudos tanto de teóricos do jornalismo como de historiadores.

O capítulo III discute o mito da objetividade, um saber produzido sobre a prática jornalística que a aproxima do fazer científico. Seleciono diferentes estudos que apontam a emergência do conceito, como se tornou o paradigma do campo. A questão do sujeito, da necessidade de seu apagamento, também é discutida.

O capítulo IV analisa o *ethos* do sujeito jornalista, o tom em que enuncia, como se *mostra* nos textos. A partir deste capítulo, passo a analisar a posição discursiva assumida por jornalistas da *Folha de S. Paulo*, a identidade que atribuem a si e também aquela que seus textos desvelam.

No capítulo V discuto as estratégias que objetivam mitificar a imprensa, colocá-la em um patamar superior. A discussão focaliza a história oficial e também a não-oficial da *Folha*, os sentidos atribuídos a esse jornal, a imagem que procura criar de si e oferecer a seus leitores.

No capítulo VI busco apreender marcas que indiciam a heterogeneidade do sujeito jornalista, como este se faz presente em dois dos gêneros do discurso jornalístico, a saber, a notícia e a reportagem.

As reflexões que aqui aparecem mostram bem o *processo* da pesquisa, como ela foi se construindo: a leitura dos textos, sua análise, a retomada de conceitos, o que a análise apontava e possibilitava inferir. Esse percurso pode ser visto na forma como o trabalho é apresentado – não dividido em parte teórica mais análise de um *corpus*. À medida que surgem as questões, aparecem os textos que as desencadearam, textos que vou discutindo e analisando como leitora que sou, com o olhar que minha formação possibilitou construir.

Não tenho a pretensão de concebê-lo como melhor que outros, como aquele que poderia fazer a ‘leitura definitiva’. Acredito, no entanto, que contribui para enriquecer os estudos sobre o ‘mundo dos jornalistas’.

CAPÍTULO I

AS PRÁTICAS SOCIAIS: HOMOGENEIDADES E HETEROGENEIDADES

Neste capítulo, aparecem reflexões que provêm de lugares distintos, a Sociologia e a Análise do Discurso de linha francesa, de dois autores especificamente: Pierre Bourdieu e D. Maingueneau. Do diálogo profícuo que ambos estabeleceram com diferentes campos de saber, no caso de Bourdieu com a Lingüística, a Economia, dentre outros, no de Maingueneau, com a Sociologia, resultou a elaboração de conceitos como *língua legítima, campo, habitus* e *prática discursiva*. As linhas que seguem procuram apresentar como se construiu parte desse diálogo, algumas idéias dele resultantes, em especial aquelas que consideramos relevantes para este trabalho.

1.1 A construção do objeto científico

O interdiscurso, isto é, o diálogo entre discursos, é condição necessária para que um dizer apareça. Reflexões como as de Bakhtin (1997) mostram que não existe uma essência, um discurso adâmico, mas que os discursos nascem da retomada de outros, constituem-se em relação a outros, seja em aproximações ou distanciamentos. Nesse sentido, acreditar em originalidade ou ineditismo seria ingenuidade ou pretensão. Desse mal não sofre Bourdieu. Para construir conceitos fundantes em sua teoria, como o de *habitus* e o de campo, dialoga com outras disciplinas, como a Lingüística e a Economia, refletindo sobre a importância e necessidade desse diálogo. Em "Introdução a uma sociologia reflexiva", afirma que

> é preciso desconfiar das recusas sectárias que se escondem por detrás das profissões de fé demasiado exclusivas e tentar, em cada caso, mobilizar todas as técnicas que, dada a definição do objeto, possam parecer pertinentes e que, dadas as condições práticas de recolha dos dados, são praticamente utilizáveis (...) Em suma, a pesquisa é uma coisa demasiado séria e demasiado difícil para se poder tomar a liberdade de confundir a *rigidez,* que é o contrário da inteligência e da invenção, com o *rigor*, e se ficar privado deste ou daquele recurso entre os vários que podem ser oferecidos pelo conjunto das tradições intelectuais da disciplina – e das disciplinas vizinhas: etnologia, economia, história. Apetecia-me dizer: "É proibido proibir" ou "Livrai-nos dos cães de guarda metodológicos" (Bourdieu, 1989a, p.26).

O sociólogo reflete sobre o fazer científico, sobre a construção do objeto. Para ele essa construção se realiza pouco a pouco e não de "uma assentada, por uma espécie de acto teórico inaugural" (p.27) e exige que o pesquisador recupere conceitos da tradição cultural e os "ponha a funcionar". É o que faz quando propõe a noção de *habitus*, que retoma da noção aristotélica de *hexis*, para fundar sua teoria da prática. Para ele essa apropriação (e superação) se justifica na medida em que seu uso anterior não se distancia da direção de sua pesquisa; os que antes empregaram a palavra *habitus* o fizeram com intenções teóricas próximas das suas – "sair da filosofia da consciência sem anular o agente na sua verdade de operador prático de construções de objecto". Para os que não acreditam que o trabalho científico pode ser cumulativo, Bourdieu responde

> a procura da originalidade a todo custo, freqüentemente facilitada pela ignorância e a fidelidade religiosa a este ou àquele autor canônico que leva à repetição ritual, impedem, uma e outra, a justa atitude com a tradição teórica, que consiste em afirmar, ao mesmo tempo, a continuidade e a ruptura, a conservação e a superação, em se apoiar em todo pensamento disponível sem temer a acusação de seguidismo ou ecletismo, para ir para além dos antecessores, ultrapassados assim por uma utilização nova dos instrumentos para cuja produção eles contribuíram. A capacidade de reproduzir activamente os melhores produtos dos pensadores do passado pondo a funcionar os instrumentos de produção que eles deixaram é a condição de acesso a um pensamento realmente produtivo (Bourdieu, 1989b, p.63).

O mesmo processo se dá, segundo ele, quando da construção do conceito de campo. Primeiro como uma indicação de direção da pesquisa, oposta às que se propunham a explicar objetos (culturais, literários etc.) separando interioridade e exterioridade, relacionando diretamente as formas artísticas às formas sociais. Os nomes de Luckás e Goldmann são citados por Bourdieu como representantes de correntes que tinham em comum o fato de "ignorarem o campo de produção como espaço social de relações objectivas" (p.64). Depois, a leitura de uma análise de Weber sobre as relações entre os agentes religiosos possibilita "uma elaboração rigorosa da noção". A teoria surge, portanto, pouco a pouco e nada deve, segundo o sociólogo, a uma transferência apressada de conceitos da economia para a sua pesquisa. A própria construção do objeto é que exigiria e fundamentaria essa transferência. Na verdade, a opção que faz Bourdieu, recorrer a outras fontes além da Sociologia, é coerente com seus pressupostos teóricos, a saber, o de que o

objeto de pesquisa, seja ele qual for, não se encontra isolado, mas em relação com outros dos quais tira seus traços, suas propriedades.

No que diz respeito ao campo do jornalismo, o sociólogo analisa-o em dois momentos: em *Actes de La Recherche en sciences sociales* (1994, números 101 e 102) e depois em *Sobre a Televisão* (1996). Há aqueles que afirmem (cf. Lago, 2002) não se tratar de uma reflexão minuciosa, como as que o sociólogo faz em relação ao campo científico ou à arte, mas uma dura crítica à mídia. O fato é que esse último estudo gerou "reações violentas" (retomando as palavras de Bourdieu) por parte de jornalistas franceses, o que é comentado no posfácio do livro.

Assim como todos os campos, afirma Bourdieu, o do jornalismo só pode ser definido na relação com outros, idéia presente na discussão que apresentamos anteriormente: nada se encontra isolado, imune a influências. Na leitura do sociólogo, o campo jornalístico se constitui enquanto tal, a saber, com agentes disputando o capital simbólico desse campo, no século XIX, em torno da oposição entre jornais que ofereciam notícias sensacionalistas e aqueles que apresentavam análises e comentários, marcando distância em relação aos primeiros. Como explica, trata-se do lugar de duas lógicas e dois princípios de legitimação opostos: o reconhecimento pelos pares e aquele concedido pelo público, a maioria. Esse confronto pode ser transposto para outros lugares (Bourdieu fala da autonomização do campo jornalístico na França), observando suas particularidades. No caso do Brasil, como veremos, trata-se do embate entre jornalistas defensores da idéia de objetividade e aqueles da idéia de liberdade de expressão.

Para Bourdieu o peso do "comercial" é muito maior no campo do jornalismo que em outros campos. Esse traço constitutivo produz efeitos que vão desde a adoção pelos jornalistas do "critério do índice de audiência" ('fazer simples', 'fazer curto') até a busca pelo 'furo'. Como a concorrência é muito grande, faz-se necessário estar sempre na frente, apresentar algo diferente dos outros jornais, no caso da mídia impressa. O interessante é, como mostra Bourdieu, que essa busca da exclusividade a todo custo ao invés de produzir singularidade (o que acontece em outros campos) provoca, ao contrário, uniformização e banalização: uns copiam os outros.

Outra característica apontada pelo sociólogo: a extrema influência desse campo sobre outros campos, sua importância no mundo social. Isso porque detém os instrumentos

de produção e de difusão em grande escala da informação e, através desses instrumentos, sobre o acesso à visibilidade tanto de simples cidadãos como de outros produtores culturais, cientistas, escritores etc. Bourdieu ressalta que, embora ocupem uma posição inferior nos campos de produção cultural, os jornalistas "exercem uma forma raríssima de dominação: têm o poder sobre os meios de se exprimir publicamente, de existir publicamente, de ser conhecido, de ter acesso à notoriedade pública (o que, para os políticos e para certos intelectuais, é um prêmio capital)" (p.66). Dessa forma, o campo jornalístico ameaça a autonomia dos diferentes campos de produção cultural uma vez que transfere a eles sua lógica específica (a comercial). Isso ocorre através do reforço (a visibilidade) que dá a determinados agentes desses outros campos, aqueles, segundo o sociólogo, mais propensos a ceder "à sedução dos lucros externos porque são menos ricos em capital específico (científico, literário etc.) e estão menos seguros dos lucros específicos que o campo lhes garante imediatamente ou em prazo mais ou menos longo" (p.110).

Deter os instrumentos de produção e difusão das informações, ter (e conferir) acesso permanente à visibilidade pública significa, ressalta Bourdieu, que os jornalistas podem impor ao conjunto da sociedade seus princípios de visão de mundo, seu ponto de vista, sua problemática. E, acrescentamos, de tal forma a fazer com que essa pareça consensual, como se *o que* é apresentado e *como* é apresentado fosse aquilo que interessaria à sociedade como um todo discutir.

1.2 O conceito de *habitus*

Para explicar as práticas dos agentes sociais, o que faz com que adotem determinado ponto de vista, determinada visão de mundo, o sociólogo elabora a noção de *habitus*. Para construí-la, faz-se necessário, segundo ele, recuperar o que outros pesquisadores, de diferentes campos teóricos, excluíram de suas discussões: a questão do sujeito. Dentre os estudos está o de Saussure, sobre o qual Bourdieu faz inúmeras considerações.

Sem dúvida é a leitura de *O curso* que possibilita as críticas que faz à opção do lingüista genebrino – a de excluir a fala (e quem a produz) do objeto da Lingüística. Para explicitar o modo de conhecimento que articularia dialeticamente o sujeito e a estrutura social, Bourdieu rejeita tanto a abordagem fenomenológica como a objetivista. A

construção do conceito se dá pela rejeição (e tentativa de superação), principalmente, dessa última:

> O conhecimento que podemos chamar de praxiológico tem como objeto não somente o sistema das relações objetivas que o modo de conhecimento objetivista constrói, mas também as relações dialéticas entre essas estruturas e as disposições estruturadas nas quais elas se atualizam e que tendem a reproduzi-las, isto é, o duplo processo de interiorização da exterioridade e de exteriorização da interioridade: este conhecimento supõe uma ruptura com o modo de conhecimento objetivista, quer dizer, um questionamento das condições de possibilidade e, por aí, dos limites do ponto de vista objetivo e objetivante que apreende as práticas de fora, enquanto fato acabado, em lugar de construir seu princípio gerador, situando-se no próprio momento de sua efetivação (Bourdieu, 1989a, p.47).

Para ele o estruturalismo lingüístico constrói uma teoria da prática, mas só como "subproduto negativo", um resíduo, deixando de lado a questão do princípio da produção de regularidades (estruturas estruturantes). O conhecimento praxiológico não excluiria o objetivista, mas avançaria em relação a ele, integrando "resíduos" que este teve de excluir – os agentes, suas práticas.

Falar de agentes é retomar a questão do sujeito, discussão que merece muitos cuidados. Bourdieu sabe disso e constrói seus argumentos tanto defendendo a necessidade de se levar em conta os agentes como também rebatendo possíveis críticas que o rotulariam de "subjetivista". Para ele, a tentativa de ultrapassar a dicotomia interioridade x exterioridade chocou-se sempre com o "obstáculo epistemológico" que é o indivíduo. Como resposta, o estruturalismo teria substituído o homem criador do subjetivismo pelo homem subjugado a estruturas, aparelhos, caindo, assim, em um "fetichismo das leis sociais". Segundo o sociólogo, abstrações como *Aparelho*, *Estado*, *Burguesia*, usadas para explicar o universo social, não o fazem na medida em que só existem quando encarnadas em agentes, não como regras a serem seguidas, mas como "disposições incorporadas" (conceito de *habitus*).

A distinção que faz entre história objetivada e história atuante ajuda a compreender sua crítica àqueles que estudam as determinações (estruturas) independentemente dos agentes sociais, não relacionando o individual e o social:

> toda ação histórica põe em presença dois estados da história (ou do social): a história no seu estado objectivado, quer dizer, a história que se acumulou ao longo

> do tempo nas coisas, máquinas, edifícios, monumentos, livros, teorias, costumes, direito, etc., e a história no seu estado incorporado, que se tornou *habitus*. Aquele que tira o chapéu para cumprimentar reactiva, sem saber, um sinal convencional da Idade Média (...) Essa actualização da história é conseqüência do *habitus*, produto de uma aquisição histórica que permite a apropriação do adquirido histórico (...) Do mesmo modo que o escrito só escapa ao estado de letra morta pelo acto de leitura o qual supõe uma atitude e uma aptidão para ler e para decifrar o sentido nele escrito, também a história objectivada, instituída, só se transforma em ação histórica, isto é, em história actuada e actuante, se for assumida por agentes cuja história a isso os predispõe (...) Bourdieu, 1989c, p.83).

Levar em conta os agentes não significa, no entanto, dotá-los de vontades, de consciência. No trecho acima, por exemplo, Bourdieu faz questão de frisar o caráter não-arbitrário da ação do homem que tira o chapéu ("sem saber"). Em diversas passagens, de diferentes textos, reitera que os agentes não têm domínio consciente de suas ações, que essas não podem ser vistas como efeitos de cálculos, previsões. Quando fala de *estratégias* dos agentes, isto é, de ações realizadas por eles em diferentes situações, faz questão de precisar bem o conceito uma vez que este abre para sentidos contrários aos pretendidos:

> O recurso à noção de estratégia que permite romper com a ilusão bem fundamentada do desinteresse e também com todas as formas de mecanicismo – ainda que se tratasse do mecanicismo finalista do *Deus in machina* – não implica o regresso a uma forma ingênua de finalismo (e de interacionismo) (Bourdieu, 1989c, p.82).

Nem reação mecânica determinada por um aparelho, o *Deus in machina*, tampouco determinada por vontades individuais, a prática resulta de um *habitus* (a história do grupo social que se inscreve no agente), que está no princípio de produção das ações, objetivamente organizadas como estratégias – "sem ser de modo algum o produto de alguma intenção estratégica" (1989b, p.61). O interacionismo a que se refere Bourdieu é aquele que reduz a noção de situação à posição empírica dos interlocutores, sem levar em conta o lugar desses agentes no campo social a que pertencem. Para o sociólogo, essa perspectiva "ingênua" vê as ações dos agentes em uma interação verbal como resultado de um trabalho consciente de escolhas, objetivando atingir o outro (crítica à sociologia de Goffman), o indivíduo, e não a pessoa social.

Como Bourdieu faz questão de afirmar, preocupa-se em analisar a gênese das práticas e, a partir daí, mostrar como elas se ajustam (ou correspondem) às estruturas sociais. A homogeneidade se deve à interiorização de uma mesma exterioridade, a saber,

agentes de um mesmo campo social adquirem uma "matriz de percepções, de apreciações e de ações", isto é, *habitus* afinados. Trata-se para Bourdieu de "uma orquestração sem maestro", que garantiria a unidade das classes.

> Em poucas palavras, enquanto produto da história, o *habitus* produz práticas, individuais e coletivas, produz história, portanto, em conformidade com os esquemas engendrados pela história. O princípio da unidade e da regularidade que o objetivismo confere ao mundo social sem poder explicá-lo é o sistema de disposições passado que sobrevive no atual e que tende a perpetuar-se no futuro, atualizando-se nas práticas estruturadas segundo seus princípios – lei interior através da qual se exerce continuamente a lei das necessidades externas irredutíveis às pressões imediatas da conjuntura (Bourdieu, 1983a, p.76).

Como se pode observar, o conceito de *habitus* mostra-se profícuo para investigar a prática jornalística, o fato de, por exemplo, lermos as mesmas notícias em diferentes jornais. É o próprio sociólogo que reflete sobre a homogeneidade do campo do jornalismo, atribuindo-a ao *habitus* desses agentes. Na verdade, em *Sobre a Televisão*, o sociólogo prefere empregar a expressão **estrutura invisível** para fazer referência à 'orquestração sem maestro' que aparece explicada acima.

No campo do jornalismo, falar em *habitus* significa falar de pressupostos, de categorias de percepção partilhadas pelos agentes desse campo, os sujeitos jornalistas. Essas são interiorizadas e, segundo Bourdieu, ligadas "à origem social, à formação (ou à não-formação)" desses sujeitos. Pode-se observar o efeito que a inserção parentética produz, a saber, a crítica do sociólogo, explicitada em diferentes passagens, à formação precária dos jornalistas[1]. Dentre os efeitos da interiorização da "estrutura invisível" está o princípio da seleção que os jornalistas operam na/sobre a realidade social. Em outros termos: só aparece nas páginas de jornais (no caso do jornalismo impresso) o que é visível para *esses* agentes sociais, o que implica "relegar à insignificância ou à indiferença expressões simbólicas que mereceriam atingir o conjunto dos cidadãos" (p.67).

[1] "Essa é uma das razões que fazem com que os jornalistas sejam por vezes perigosos: **nem sempre sendo muito cultos**, surpreendem-se com coisas não muito surpreendentes e não se surpreendem com coisas espantosas..." (1996, p.61, grifo acrescentado).

1.3 Homogeneidade x Heterogeneidade

A questão da homogeneidade das práticas, que Bourdieu explica através do *habitus*, leva a interpretações que vão de encontro ao que o sociólogo afirma considerar – o agente e suas ações. Como não ver aí um sujeito submetido a leis que desconhece, mero reprodutor dessas leis? Bourdieu rebate essas leituras procurando explicar o que seria a diversidade na homogeneidade. Reiterando a importância de se levar em conta, mesmo no discurso sociológico, a individualidade, diz que esta se encontra preservada uma vez que a visão de mundo de um grupo supõe não só a correspondência de visões, mas também as diferenças que separam as "visões de mundo singulares, tomadas a partir de pontos de vista singulares, e, no entanto, concertados" (p.80). Nesse sentido, a singularidade é vista como uma variante estrutural do *habitus*, um "desvio" regulado (permitido?) em relação à homogeneidade.

Para alguns estudiosos de Bourdieu (cf. Barros, 2000) a singularidade estaria garantida na teoria da prática na medida em que o *habitus* se encontra aberto a novas experiências e pode ser afetado por elas, o que implicaria mudanças. O próprio sociólogo fala em transformações, em "revoluções regradas", mas não se estende no assunto, deixando de precisar como essas se dariam. É a idéia de homogeneidade e de sua possibilidade que ocupa o centro da discussão, estando Bourdieu mais preocupado em argumentar como o agente de que necessita a teoria não corresponde (ou mesmo nem se aproxima) ao sujeito da perspectiva fenomenológica. Sem dúvida, a leitura de "Esboço de uma teoria da prática" dá espaço para, no mínimo, dúvidas em relação ao sujeito de que fala Bourdieu.

Para Ortiz (1983) as reflexões do sociólogo não abrem espaço para a idéia de transformação uma vez que a noção de *habitus* se define pela tendência à reprodução

> O *habitus*, mediação entre o agente social e a sociedade, se exprime desta forma necessariamente no interior de um ciclo de reprodução, a análise se encerrando num círculo vicioso, o que implica renunciar-se à problemática da construção da História (Ortiz, 1983, p.26).

Embora Bourdieu trabalhe com o conceito de autonomia dos campos, isto é, com a relativa independência desses em relação ao político-econômico, Ortiz considera que essa

autonomia aparece ligada à idéia de reprodução. Nesse sentido, a história do campo seria a "história que se faz através da luta entre os concorrentes no interior do campo", a História identificada com o movimento (previsto) dos atores, cristalizada, portanto. Essa identificação, na leitura de Ortiz, exclui o movimento da História, que daria lugar à transformação.

A crítica de Certeau (1990) é muito mais contundente. Para ele, quando Bourdieu fala de estratégias tendo o cuidado de reiterar que elas não são fruto de escolhas/vontades ("os indivíduos não sabem, propriamente falando, o que fazem"), traz de volta a "etnologia mais tradicionalista", a saber, aquela que considera os elementos de uma etnia como sendo coerentes e inconscientes

> Para que a coerência fosse o postulado de um saber, do lugar que ele se dava e do modelo de conhecimento ao qual se referia, dever-se-ia colocar esse saber à distância da sociedade objetivada, portanto supô-lo estranho e superior ao conhecimento que a sociedade tinha de si mesma. A inconsciência do grupo estudado era o preço a pagar (o preço que deveria pagar) por sua coerência. Uma sociedade não poderia ser um sistema a não ser sem sabê-lo (Certeau, 1990, p. 124).

Na análise de Certeau, Bourdieu objetiva explicar a adequação das práticas às estruturas, o que faz com que recorra à noção de aquisição (afinal é um sociólogo da educação) – as estruturas são interiorizadas e exteriorizadas em práticas. Ao contrário de outros leitores de Bourdieu, Certeau afirma que na teoria da prática o *habitus* não muda, não tem movimento próprio já que é "o lugar de inscrição das estruturas, o mármore onde se grava a sua história" (p.126). O preço a pagar sobre essa memória imóvel é a de considerá-la incontrolável, invisível, o que faria Bourdieu, segundo Certeau.

No que diz respeito ao sujeito, Certeau concorda com Bourdieu quando este diz que sua teoria não exclui os agentes. Mas eles aparecem unicamente para permitir que a teoria circule: das estruturas para o *habitus*, desse para as "estratégias" que se ajustam às situações. O herói dos estudos etnológicos, que examinavam as práticas, não mais aparece; em seu lugar a sociologia de Bourdieu instala "um ator passivo e noturno".

Certeau observa com muita propriedade o fascínio que a leitura dos textos de Bourdieu desperta. Como dissemos no início, é muito interessante acompanhar como o sociólogo explicita a construção de seu objeto teórico, dialogando com diferentes autores, mostrando o que há deles em sua pesquisa, sua reapropriação. As diferentes interpretações

que sua teoria possibilita, se o sujeito é passivo ou não, se devem, como já foi apontado, ao fato de não ter se alongado na discussão, ou ainda, de não ter explicitado uma teoria do sujeito. Nisso ele não está sozinho: Benveniste, por exemplo, para ficar no campo de estudos da linguagem, é alvo constante de críticas e rejeições, decorrentes de uma interpretação privilegiada de sua teoria da enunciação, a saber, a de que o sujeito é livre e mobiliza a língua para dizer o que quer dizer[2].

Nos textos que discute propriamente o campo do jornalismo, Bourdieu, como dissemos, chama o *habitus* de estrutura invisível e afirma que essa é imposta aos jornalistas. Eles seriam como 'marionetes' dessa estrutura, não teriam consciência desse mecanismo, o que os tornaria, de acordo com o sociólogo, tanto manipuladores como manipulados. A observação, na verdade, é uma ressalva que objetiva afastar da análise proposta por ele quaisquer leituras que a confundissem com uma crítica endereçada a este ou aquele jornalista. Não é esse o interesse do sociólogo na medida em que deixa claro que não se pode analisar as possibilidades e impossibilidades dos agentes sem levar em conta o lugar em que esses se situam no campo do qual fazem parte.

Seria o caso de se pensar, então, em categorias comuns aos agentes, o *habitus* desse campo, mas também em um espaço que poderia se abrir ou não a diferenças. Bourdieu faz questão de afirmar que, apesar da estreita semelhança de seus produtos, o campo jornalístico não é homogêneo, mas sim perpassado por tensões e contradições. Essas, no entanto, são explicadas por meio da noção de campo, isto é, como um embate entre dominantes e dominados: os primeiros, com suas categorias de percepção mais ajustadas às exigências/coerções do campo, seriam menos propensos a mudanças, a diferenças; os últimos, ao contrário, mais propensos a opor a tais exigências os princípios e valores da profissão.

Concordamos com o sociólogo quando afirma que não há como compreender as possibilidades e impossibilidades dos agentes, aquilo que pode ou não escrever determinado jornalista, por exemplo, sem analisar tanto a posição do órgão de imprensa para o qual trabalha na comunidade jornalística como também o lugar ocupado pelo jornalista nesse órgão. Como veremos mais à frente, há diferenças (na seleção do que merece ser notícia, por exemplo) que podem ser explicadas levando em conta esses dois

[2] Essa observação aparece em Geraldi (1998).

fatores. Mas acreditamos que existem outros, e que a oposição *dominantes x dominados* acaba por reduzir a questão. Nesse sentido, acreditamos em 'frestas' por onde os sujeitos podem construir suas contra-palavras e com elas dialogar com aquelas que lhe são impostas, a "estrutura invisível" nos termos de Bourdieu, mas não as entendemos como restritas àqueles que se encontram do lado dos 'dominados'.

1.4 Práticas x discursos

Na verdade, o que incomoda na leitura dos textos[3] não é a questão mal-resolvida do sujeito, mas o lugar que Bourdieu concede ao *discurso* em suas reflexões. Os artigos foram escritos, em sua maioria, na década de 80, o que implica dizer que o sociólogo conhecia as reflexões de Pêcheux, nome fundador da escola de análise de discurso francesa, cujos primeiros textos aparecem no início dos anos 70. Os trechos abaixo, reflexões de Bourdieu, trazem ocorrências da palavra *discurso* que apontam para sentidos bem distantes dos postulados pela Análise do Discurso de linha francesa[4].

> (1) Seria preciso ir mais longe, e mostrar como é que a apreensão das estruturas objectivas permite explicar o pormenor dos discursos e das estratégias retóricas, das cumplicidades e dos antagonismos, dos "golpes" desferidos e bem sucedidos, etc. , em resumo, tudo o que a análise de discurso julga que pode compreender a partir unicamente dos discursos (Bourdieu, 1989a, p.57).

> (2) A verdade da relação de comunicação nunca está inteiramente no discurso, nem mesmo nas relações de comunicação; uma verdadeira ciência do discurso deve buscá-la no discurso, mas também fora dele, nas condições sociais de produção e de reprodução dos produtores e receptores e da relação entre eles (por exemplo, para que a linguagem de importância do filósofo seja recebida, é preciso que estejam reunidas as condições para que ela seja capaz de obter a importância que a elas se concede) (Bourdieu, 1983b, p.162).

> (3) (...) é assim que Althusser, com o pretexto de restauração teórica, reavivou a condenação que a ortodoxia marxista sempre fez pesar sobre todos aqueles que, pelo fato de procurarem, revelam que nem tudo está encontrado; matando de uma cajadada dois coelhos, ele reforçava, se necessário, o desprezo – inquieto – que a

[3] Estamos nos referindo aos seguintes: "A economia das trocas lingüísticas" (reproduzido de *Langue Française*, 34), "Esboço de uma teoria da prática" (reproduzido de Esquisse d'une théorie de la pratique), "Sobre o poder simbólico", "Introdução a uma sociologia reflexiva", "A gênese dos conceitos de habitus e de campo" e "La mort saisit le vif. As relações entre a história reificada e a história incorporada").

[4] A partir de agora AD.

> ortodoxia filosófica nunca deixou de professar em relação às "ciências ditas sociais", disciplinas plebéias e importunas. Reduzir os agentes ao papel de executantes, vítimas ou cúmplices, de uma política inscrita na Essência dos aparelhos, é permitirmo-nos deduzir a existência da Essência, ler as condutas na descrição dos Aparelhos e, ao mesmo tempo, fugir à observação das práticas e identificar a pesquisa com a leitura de *discursos* (grifo do autor) encarados como matrizes reais das práticas (Bourdieu, 1989c, p.77).

Em (1), Bourdieu discute como seria (ou deveria ser) a análise de uma cena de interação, uma sessão eleitoral na televisão, feita por um sociólogo, um entre tantos intérpretes do acontecimento ("o analista encontra no objeto concorrentes à interpretação do objeto que, freqüentemente, também se apóiam na autoridade da ciência"). Uma descrição mesmo que inteligente da cena seria redundante e redutora, já que não se compararia à força das imagens. Também a análise das palavras dos atores, daquilo que disseram, seria ficar na superfície. Bourdieu defende a idéia de que não é possível apreender a realidade dessa e de qualquer outra interação se não se trabalhar com a noção de campo (s), como estes se relacionam, que posições os agentes ocupam nesses campos. Parece claro que quando fala em discurso refere-se ao que foi dito na interação, às trocas verbais, ao que foi emitido e não a um sistema de regras que permite a produção de enunciados. Não seria difícil concluir que sua concepção de discurso se aproxima à de mensagem proposta por Jakobson, os sentidos de um texto correspondendo às informações por ele veiculadas.

O problema é que Bourdieu não pode ser considerado como mais um sociólogo (o "sociologismo" para a AD) a desconhecer o fato de que a língua é mais que um instrumento, um código. Suas reflexões sobre língua legítima, capital lingüístico etc. atestam isso. Critica Saussure por reduzir o estudo da língua à estrutura dos signos, excluindo a palavra, suas atualizações. E também Chomsky por reduzir a competência lingüística a um conhecimento inato, e não adquirido em interações, socialmente – "a competência chomskyana é uma abstração que não inclui a competência que permite usar adequadamente a competência (quando é preciso falar, calar, falar essa linguagem ou aquela etc.)"(1983b, p.158).

Mas não se trata, como bem mostra o fragmento (2), do sentido que Pêcheux dá a discurso, inclusive no texto da AAD[5]. Como se sabe, o analista critica os métodos de leitura da época, os não-lingüísticos e os para-lingüísticos, bem como o modelo de comunicação proposto por Jakobson, e propõe substituir o termo mensagem por discurso, que vai definir como efeito de sentido entre interlocutores. O que está em discussão já neste texto inaugural é a questão do sentido, de suas variações. Da mesma forma que faz Bourdieu em (1), Pêcheux discute como deveria ser a análise de uma situação de linguagem. Defende a necessidade de analisar as condições de produção de um discurso e apresenta um quadro que explica o que deve ser estudado. Além do *referente*, também a *colocação* dos protagonistas desse discurso na sociedade. Ressalta que não se trata da presença física individual, mas de *lugares* determinados em uma estrutura social. Esses lugares constituem o dizer: se o sujeito fala a partir do lugar de patrão, suas palavras significam de maneira diferente do que se falasse do lugar de empregado. É algo próximo ao que fala Bourdieu em seus comentários sobre o programa de TV. Para esse último, a pertença a este ou àquele campo (e a posição nele ocupada) determinaria as estratégias discursivas do atores, o que dizem e o que não dizem.

Mas Pêcheux vai além: afirma que a análise deve remeter o discurso a outros a que responde direta ou indiretamente já que "o processo discursivo não tem, de direito, início: o discurso se conjuga sempre sobre um discurso prévio (...)" (1969, p.77). Faz nesse ponto referência a um conceito central que a AD desenvolveria posteriormente, o de interdiscurso. Esse conceito permite explicar por que sujeitos que pertencem a diferentes campos (usando a terminologia de Bourdieu) aceitam ou não diferentes "verdades" (os pré-construídos), atribuindo/construindo, portanto, sentidos diferentes (seja na fala/escrita, seja na leitura).

Parece residir nesse ponto a diferença. Não se trata apenas de quantificar o que cada agente diz, de analisar o espaço de interação como uma situação de mercado lingüístico, examinando que agente, devido ao campo a que pertence e à posição que ocupa, tem mais possibilidade de acesso à palavra, de impor um veredito imparcial etc. Isso não seria análise de um discurso nos termos propostos pela AD.

---

[5] Nesse primeiro texto o termo não recebe um estatuto teórico nítido, aparece ora remetendo a mecanismo discursivo ora a tipo de texto (no caso, o político). Pêcheux percebe essa ambigüidade e procura desfazê-la em texto posterior (1975): " (...) o próprio termo 'discurso' pode remeter ao que chamamos acima um processo discursivo, mas também a uma seqüência verbal oral ou escrita de dimensão variável, em geral superior à da frase" (p.180).

Em (3), Bourdieu fala de forma irônica da desconfiança (desprezo?) de Althusser em relação às ciências sociais[6]. Para o sociólogo, a noção de Aparelho, que pretende explicar as instituições sociais e seus efeitos, acaba por não explicar nada. O trecho é interessante não apenas por trazer o termo discurso, mas também pelas críticas a um nome "fundador" da AD. Foi Althusser quem estabeleceu um paralelo entre a linguagem (sua transparência) e o "efeito ideológico elementar", mas não explicitou como se daria essa ligação (cf. Henry, 1997). É o que faz Pêcheux ao instaurar um novo objeto teórico – o discurso – e um dispositivo para analisá-lo. Após afirmar a ineficiência da teoria dos aparelhos, Bourdieu critica pesquisas voltadas para a "leitura de discursos", tomados como "matrizes" das práticas. Parece claro que a crítica aqui tem endereço certo. Revela a posição do sociólogo em relação à opção de eleger como objeto discursos e não práticas, essas sim, na visão de Bourdieu, reveladoras das estruturas, da lógica dos campos.

Nesse trecho parece que o termo discurso recobre sentidos diferentes dos anteriores. Não mais apenas o que falam os agentes (produções verbais), mas também aquele atribuído pelos que tomam o discurso para análise, a saber, o lugar onde o histórico/ideológico se inscreve. Bourdieu rejeita essa concepção, o que talvez explique o uso do itálico. Dessa forma, reitera o que aparece explicitado anteriormente – a separação entre o exterior (ideológico) e o interior dos textos (tomados por ele como discursos). Essa dicotomia não apareceria nas práticas, o que explica que elas sejam o objeto escolhido pelo sociólogo. Para Barros Filho (2003) a opção de Bourdieu pelo estudo das práticas se deve ao fato de o sociólogo considerá-las como menos controladas e, portanto, mais reveladoras de *habitus* dos agentes

> No que diz respeito ao saber prático, para Bourdieu, os determinantes sociais de nossa existência se revelam menos naquilo que pensamos, dizemos e julgamos do que nas "nossas maneiras de fazer". Insiste, assim, no caráter enganador de nossas reflexões e discursos e na importância dos hábitos corporais como reveladores de estruturas menos visíveis (Barros Filho, 2003, p. 29).

Em nota de rodapé, explicando o termo discurso, Barros Filho considera que Bourdieu, apesar de afirmar que haveria maior controle consciente sobre as "formações

[6] Pêcheux, segundo Henry, visava a uma transformação da prática nas ciências sociais que a tornasse uma prática verdadeiramente científica: "Pêcheux está convencido de que uma crítica unicamente filosófica das ciências sociais não pode ir muito longe, mesmo estando convicto de que as ciências sociais não são ciência e não são nada mais que ideologias" (p.18).

discursivas"[7], não deixa de lembrar que o discurso é também marcado por um saber prático, a conjunção entre um *habitus* lingüístico e um mercado, que impõe valores diferentes a discursos de grupos diferentes.

Não parece que a opção pelas práticas se deva ao fato de Bourdieu acreditar que no discurso (mesmo considerado apenas como o que se fala/diz) haveria maior controle por parte do sujeito. Isso porque em diferentes passagens, quando discute a questão da linguagem, especificamente a questão de atribuição de sentidos, mostra que não se trata de um sujeito que escolhe esse ou aquele sentido, mas que essa atribuição é efeito da lógica do campo a que pertencem os agentes que se encontram em interação. Assim, em "Esboço de uma teoria da prática", quando critica a lingüística saussureana, afirma que o sentido depende tanto de fatores lingüísticos como de fatores extralingüísticos (o que ele chama de contexto ou situação), o receptor selecionando, "na classe dos significados que correspondem abstratamente a uma fonia, aquele que lhe parece ser compatível com as circunstâncias tal como ele as **percebe** (grifo nosso)" (p.53). Se lembrarmos a insistência com que Bourdieu se refere ao *habitus* como sendo uma matriz de percepções, uma tendência que determina as ações e julgamentos dos agentes, podemos concluir que o sentido é atribuído de acordo com essa matriz, na forma como o agente "percebe" as circunstâncias, percepção que não está no nível da vontade individual. Assim, o *habitus* "permite exprimir, em função de uma história de posições sociais ocupadas, uma certa significação que as coisas e os outros têm para nós". Exprimir significação, isto é, atribuir sentidos ou interpretar, se dá não apenas quando o agente ouve/lê, mas também quando fala/escreve, em seus "discursos", portanto. Parece que isso não foge ao entendimento de Bourdieu, embora não desenvolva essas reflexões. Na verdade, quando o sociólogo reflete mais detidamente sobre a linguagem centra a discussão em sua dimensão social, a saber, no jogo de forças que regula as interações. Os agentes que participam das interações ocupam posições em diferentes campos que explicam o fato de uns falarem mais que outros, de serem mais ou menos convincentes.

Para ele, e isso explica sua opção pelas práticas, a dicotomia exterior/interior não se anula no discurso. Dessa forma, seria impossível analisar *discursos* e apreender aspectos

[7] A expressão usada por Barros Filho é essa, o que indica que considera discurso, emissão verbal e formação discursiva como equivalentes.

sociais, as "estruturas estruturantes", uma vez que esses estão fora deles, nos campos a que pertencem os agentes. Suas reflexões em "A economia das trocas lingüísticas", embora voltadas para as relações de força simbólica presentes nas interações, não se confundem com os estudos do discurso (a AD), estando mais próximas dos interesses da Sociolingüística. O ponto que mais aproxima essas reflexões da AD é aquele em que o sociólogo fala de como o *habitus* se inscreve na linguagem, isto é, como a classe social apareceria marcada na linguagem, nas "maneiras de falar" dos agentes. Mas o que poderia lembrar as preocupações da AD, a saber, explicar por que *falamos a mesma língua, mas falamos diferente*[8], restringe-se a diferenças no nível da fonologia, da pronúncia, e essas explicadas por diferenças de classes (campos) sociais. Essa dimensão da *héxis* corporal na linguagem, diferente do que foi apontado por Barros Filho (2003), não é propriamente o *habitus* lingüístico. Este seria o que Bourdieu chama de competência lingüística ampliada, isto é, o que define "para um agente determinado a estratégia lingüística que está adaptada às suas chances particulares de lucro, tendo em vista sua competência específica e sua autoridade" (1983b, p.171).

Acreditamos, portanto, que em Bourdieu permanece a separação entre o que os homens falam (os *discursos* segundo ele), e os lugares sociais, as posições, que impõem diferentes maneiras de ver o mundo, de agir nele. Para o sociólogo, como vimos, apenas o estudo das práticas permitiria observar e analisar as determinações sociais inscritas nos sujeitos.

1.5 A prática discursiva

Maingueneau (1993) procura superar a dicotomia discurso/instituição instaurando um novo objeto: a prática discursiva. Como analista de discurso sabe dos perigos de trabalhar com o exterior, com os grupos sociais "fontes" dos discursos. Assim, é com muito cuidado que defende a idéia de a AD incorporar como objeto também as comunidades nas quais circulam os discursos. Os riscos de cair no "sociologismo" são grandes, e essa é uma preocupação que assombra os analistas (a do "psicologismo" também). A AD, segundo Maingueneau, põe de lado essas comunidades, só aceita pensar

[8] Pêcheux, 1997.

as determinações sócio-históricas quando essas se materializam na língua, as formações discursivas, associando "de forma mais ou menos direta um conjunto de textos a uma região definida da sociedade, pensada em termos de classes ou subclasses sociais" (p.54).

A noção de formação discursiva não se mostra, para ele, suficiente para designar as duas vertentes da discursividade, a saber, a comunidade e o discurso, que se encontram intrincadas. Sua hipótese é a de que essas duas ordens são ditadas pela mesma semântica, isto é, as leis que regem um discurso são também as que regem as práticas de uma comunidade discursiva.

Estudar as práticas discursivas (e, portanto, também as comunidades) não significa estudar os grupos em separado das enunciações nas quais eles aparecem implicados. Essa ressalva que faz Maingueneau é importante pois permite afastar quaisquer confusões que vejam a análise como reveladora de traços "reais" (características físicas e/ou psicológicas) dos sujeitos das comunidades analisadas. Segundo o analista é muito difícil apreender nos textos as remissões entre as instâncias do discurso e a da comunidade, o elo entre os dois domínios (o que chama de enlaçamentos). É o que procura fazer quando da análise de dois *corpora*: o discurso religioso (humanista devoto) e o conjunto de manuais da escola da República. Para isso propõe que se leve em conta:

* O estatuto do enunciador e do enunciatário

Os enunciadores se inscrevem em posições sociais definidas, que legitimam seu dizer. No caso do discurso humanista devoto, o enunciador se apresenta integrado a uma ordem, membro de uma comunidade religiosa legitimada, dirigindo-se a destinatários também inscritos em "ordens" bem caracterizadas, como pais de famílias, magistrados etc. Maingueneau mostra como a instituição aparece submetida ao mesmo processo de estruturação do discurso, organizada em torno do princípio de ordem, integrando o religioso e o profano.

A posição social a que se atribui o enunciador aponta para a questão das fontes de saber que o discurso supõe, sua dimensão intertextual. Não são quaisquer textos que podem ser lidos e citados, mas apenas os autorizados, que devem ser conhecidos pelo enunciador, condição necessária para que enuncie. Maingueneau afirma que a biblioteca "interior" de um discurso pode se transformar em biblioteca efetiva de uma comunidade. No entanto,

não basta apenas conhecer determinadas obras para fazer parte de uma comunidade específica, para poder enunciar legitimamente. É preciso que o enunciador tenha o que Maingueneau chama de "vocação enunciativa", isto é, apresente os traços impostos por uma formação discursiva para nela se inscrever. Assim, certos discursos supõem enunciadores sábios, que valorizam ensinamentos antigos, atemporais; outros rejeitam o que não é da ordem da 'ciência'.

* O tom do discurso

Para Maingueneau um discurso não define apenas o estatuto do enunciador e do enunciatário, mas também impõe um tom, um modo de enunciação. A essa dimensão da discursividade denomina de *ethos*, conceito que recupera da retórica. Sem dúvida essa reflexão sobre o *ethos* é uma marca desse analista, e é aqui que ele mais se aproxima de Bourdieu.

Para integrar o conceito de *ethos* ao quadro da AD, Maingueneau tem o cuidado de afastar interpretações 'psicologizantes'. Dessa forma, enfatiza que não se trata de selecionar recursos objetivando provocar determinados efeitos no auditório, mas que "esses efeitos são impostos não pelo sujeito, mas pela formação discursiva" (1993, p.45). E propõe que o conceito seja explicado por uma tripla noção de incorporação:

> * o discurso, através do corpo textual, faz-se encarnar-se o enunciador, dá-lhe corpo;
> * esse fenômeno funda a "incorporação" pelos sujeitos de esquemas que definem uma forma concreta, socialmente caracterizável, de habitar o mundo, de entrar em relação com o outro;
> * essa dupla "incorporação" assegura ela própria a "incorporação imaginária" dos destinatários ao corpo, o grupo de adeptos do discurso (2005, p.98).

Para explicar o *ethos* discursivo, Maingueneau se refere ao *habitus* nos termos de Bourdieu, isto é, os sujeitos interiorizam as "estruturas estruturantes" que são exteriorizadas nas práticas, e conformam essas práticas (as relações com o outro). Esse *habitus* está marcado no corpo, inscrito no sujeito, idéia que Maingueneau recupera das reflexões do sociólogo. Assim, afirma que não se trata apenas da voz do discurso, mas que o campo do *ethos* implica também uma corporalidade e um caráter. A figura que dá suporte ao tom (e também seu enunciatário) tem um corpo, uma "maneira de ser", que corresponde ao

"conjunto de traços 'psicológicos' que o leitor-ouvinte atribui espontaneamente à figura do enunciador, em função de seu modo de dizer" (1993, p.47). São traços que não podem ser explicados em termos de caracterologia, mas de estereótipos que circulam nas formações sociais. O mesmo em relação ao corpo: trata-se do induzido como correlato da leitura.

Maingueneau reconhece que não é o primeiro a relacionar o conceito de *ethos* a práticas de linguagem: Bourdieu apreende essa relação, mas "em um nível diferente". Como mostramos acima, o sociólogo, em "Economia das trocas lingüísticas", aponta a competência propriamente lingüística (especialmente a fonologia) como uma das dimensões da *héxis* corporal (do *habitus*). O sotaque, as "maneiras de falar", seriam o lugar onde a dicotomia interior x exterior desapareceria, o lugar onde a classe social do falante se mostra. No quadro da AD trata-se de apreender diferenças não nas maneiras de falar (apontando diferenças de classe) ou nas posturas, posições corporais, mas naquelas de dizer (interpretar) o mundo, decorrentes do fato de os sujeitos se inscreverem em diferentes formações discursivas. Como lembra Maingueneau, os conflitos entre formações discursivas não podem ser reduzidos a conflitos de classes sociais, um conceito não se reduz a outro, o que implica objetos diferentes.

Dessa forma, a prática de que fala Maingueneau é de ordem diferente da analisada por Bourdieu. Ela engloba não somente o discurso que circula em determinada comunidade, mas também os sujeitos implicados por tal discurso, as práticas desses sujeitos – o discurso em ato.

1.6 A prática discursiva jornalística

A idéia de articular discurso e instituições por meio de um sistema de restrições semânticas comuns caracteriza o projeto de Maingueneau (2005) que, segundo o analista, procura dar conta de duas problemáticas: a da gênese dos discursos e de sua relação com o interdiscurso. Para isso, propõe um 'caminho' que resume em sete hipóteses, uma das quais, a apresentada acima: a de pensar o discurso como uma prática discursiva.

Interessa-nos aqui retomar determinados pontos presentes no caminho apontado por Maingueneau na medida em que serão discutidos ao longo de nossa reflexão. O primeiro deles diz respeito à tríade proposta para tornar mais operacional o conceito de interdiscurso:

universo discursivo, campo discursivo e espaço discursivo. O conjunto de formações discursivas[9], de todos os tipos, que interagem numa conjuntura dada corresponde ao universo discursivo. Apesar de finito, esse conjunto não pode ser apreendido em sua globalidade sendo, pois, ressalta Maingueneau, de pouca utilidade para o analista. Os domínios possíveis de serem estudados são os campos discursivos que representam "um conjunto de formações discursivas que se encontram em concorrência, delimitando-se reciprocamente em uma região determinada do universo discursivo" (p.35).

Uma observação importante de Maingueneau: concorrência não deve ser entendida apenas como confronto, mas também enquanto aliança, neutralidade aparente etc. entre discursos que, embora tenham a mesma função social, divergem sobre o como essa função deve ser preenchida (campo político, sociológico, filosófico etc.). Como se pode notar, o analista não concebe *campo* nos mesmos termos de Bourdieu uma vez que o identifica a um espaço (uma abstração) regido por uma modalidade de enunciados e não enquanto espaço autônomo com regras provenientes de uma luta entre dominantes e dominados. É na acepção do analista que esse conceito será empregado neste trabalho.

Maingueneau propõe isolar espaços discursivos, isto é, subconjuntos de formações discursivas relevantes para serem colocadas em relação pelo analista. Aquele construído por Maingueneau, a associação entre humanismo devoto e jansenismo, levou em conta idéias defendidas por especialistas, como a de que esse último se explicaria como uma 'reação' ao primeiro. Isolado o espaço discursivo, e no decorrer da pesquisa, o analista deve, então, confirmar ou não a hipótese de que a constituição do 'um' se dá a partir/sobre um 'outro' (noção de interdiscurso) que foi necessário sacrificar. Para Maingueneau, e aqui surge o segundo ponto que gostaríamos de destacar, a interação semântica entre as duas formações se dá como um processo de *interincompreensão regrada*, isto é, os elementos de um discurso são lidos de acordo com as categorias de seu outro, sob a forma de um simulacro. Essa idéia confere à relação polêmica lugar de destaque no 'caminho' proposto pelo analista francês.

[9] O autor define formação discursiva como "um sistema de restrições de boa formação semântica" e discurso como o conjunto (efetivo ou virtual) de enunciados produzidos de acordo com essas restrições (2005, pp. 20-21). Em prefácio à tradução do *Gênese* observa, em relação ao conceito, que "hoje se falaria preferencialmente de *posicionamento*" (p. 12).

Retomamos suas considerações para discutirmos a prática jornalística uma vez que essa é pensada por diferentes estudiosos da comunicação (e também jornalistas) como possível de ser caracterizada como um embate entre duas correntes, entre duas ideologias que norteariam o jornalismo, que seriam responsáveis por modos distintos de conceber a prática. Na maioria das discussões, essa delimitação chega a ser situada cronologicamente: até um certo período o que havia era o chamado jornalismo romântico, depois este foi suplantado pelo jornalismo moderno, profissional e tecnológico.

No que diz respeito ao primeiro, constrói-se um imaginário sobre sua superioridade: essa forma de fazer jornalismo seria aquela que representaria sua essência, a única vinculada a ideais nobres, distante de preocupações com o mercado e interesses mercantilistas. Nessa perspectiva, o jornal não é visto como um produto, tem um valor altamente simbólico, transformador; o jornalista é individualizado, e não uma máquina de produzir textos. A comunidade, assim como o discurso, são regidos pela lógica que abre espaço para o heterogêneo, para a diferença, para o "gênio criador".

O jornalismo tecnológico representa a negação e superação dessa "ideologia espontânea" constitutiva do jornalismo dito artesanal. Esse último passa a anacrônico, atrasado, protagonizado por uma geração caduca, que é preciso excluir. As redações são enxugadas, submetidas a um processo de modernização ("limpeza") e homogeneização; surgem os computadores, os manuais de redação. A velha guarda, representada por jornalistas que acreditavam que "para uma situação social injusta e desumana bastava uma caneta na mão e uma máquina de escrever" (Marcondes Filho, 2000, p.134) é substituída pelos jornalistas jovens, organizados, metódicos; jornalistas preocupados acima de tudo (somente?) com a informação[10].

A própria emergência do campo do jornalismo no Brasil, sua autonomização (nos termos de Bourdieu), chega a ser vinculada ao momento em que ocorre uma disputa entre profissionais defensores da idéia de objetividade e aqueles defensores da legitimidade opinativa (cf. Lago, *op. cit.*). Nos termos de Maingueneau, teríamos duas formações discursivas antagônicas, cada qual se construindo sobre a negação e rejeição de seu 'outro'.

[10] Nesse sentido, a fala de Boris Casoy é significativa: "Jornalismo é informação. Eu não faço jornalismo para mudar a sociedade" (In Revista Imprensa IX, p.93). É interessante observar que esse jornalista foi o escolhido para substituir Cláudio Abramo (tido como um ícone na comunidade, um "gênio") quando este é afastado da secretaria de redação da Folha na época da implementação do projeto que objetivava "modernizar" o jornal.

Essas duas tendências conflitantes manifestam-se não apenas no discurso, mas nas práticas dos sujeitos. Os trechos abaixo exemplificam bem o que Maingueneau chama de *discurso em ato*:

> O velho jornalismo de antes da revolução tecnológica era praticado num espaço barulhento, em que conviviam os sons do batimento das teclas das máquinas de escrever, o incessante toque das estridentes campainhas dos telefones, a algazarra no meio da redação, fitas de telex e folhas de *release* espalhadas pelo chão, café e cigarro sobre a mesa de repórteres e redatores, um tumulto que parecia reproduzir o afã diário da busca pela notícia e ajudava a reiterar, no imaginário do profissional (e do público), a representação do jornalismo como uma atividade frenética, vibrante, que escapava orgulhosamente às amarras da linha de montagem industrial ("Profissionalismo e objetividade: o jornalismo na contramão da política", trabalho de Sylvia Moretzsohn, apresentado no 9º. Compôs, em 2000, *apud* Lago, 2002, p.188).

> A sedução das novas gerações ao jornalismo *high tech* é passível de ser notada a partir mesmo da mudança de ambiente: uma redação hoje, acarpetada e refrigerada, com silenciosos computadores, telefones que tocam suavemente, o lugar definido para o café e o cigarro, uma moderna redação de jornal assemelha-se ao escritório de uma multinacional e ajuda a compor a imagem de uma atividade que deve zelar pela assepsia, manter a limpeza no trato da informação com o cuidado e as boas maneiras de quem evita cair cinza no tapete (idem, p.188).

As considerações acima permitem dizer que tanto o discurso romântico como o tecnológico (o da objetividade) se inscrevem nos sujeitos, em suas práticas: as comunidades aparecem submetidas às mesmas regras que estruturam esses discursos, não há separação entre as duas instâncias. De um lado, a liberdade, a efusão, a "desordem"; de outro, a organização, a assepsia, o método. A passagem de um discurso a outro é acompanhada por uma mudança no funcionamento, na organização das comunidades que gerem esses discursos (cf. Maingueneau, 2005, p.125). Nos termos de Bourdieu teríamos a "orquestração sem maestro": os agentes interiorizam uma mesma "matriz de percepções, de apreciações e de ações" que os leva a adotar comportamentos e procedimentos parecidos que, no caso do campo jornalístico, vão desde a concepção do que é notícia a como essa deve ser (re) produzida, passando por questões éticas e deontológicas.

Ribeiro (1994), ao comentar o processo de iniciação dos jornalistas, a entrada desses sujeitos na profissão, afirma que o jornalismo está repleto de rituais, configurando "quase

que uma possessão". Os depoimentos abaixo, apresentados por ele, objetivam corroborar essa idéia:

> Kotscho atesta que na campanha presidencial de 1989 "era possível sacar quem era da *Folha* pelo jeito de perguntar, de se apresentar; eles chegaram a cortar o cabelo igual ao do Otávio (...) (p.137).
>
> Lins da Silva aponta o uso de gravata por quase todo mundo na redação da FSP como "parte da liturgia, como um certo vocabulário, brincadeiras e modo de fazer reuniões" (p.137).
>
> Ricardo Moraes considera que "a redação da *Folha* tende a reproduzir essa coisa meio *dark*, sombria, do intelectual voltado para si mesmo, do Otávio, que é uma pessoa muito contida, e essa tristeza é uma coisa cultivada. Se for muito alegre, muito brasileiro, já vai pegar mal (p.138).

Para Ribeiro (*op. cit.*) as formas de vestir padronizadas e também as fórmulas de texto seriam rituais de identificação grupal, que "ilustram a possessão" (p.139). Segundo ele, os iniciantes adotariam tais comportamentos tendo por referência as chefias ou as estrelas do jornal, movidos pelo desejo de aproximação, o desejo de tornar-se parte do grupo. Essa "mística" seria alimentada pelas empresas e assimilada pelos jornalistas e, na visão do autor, representa uma forma de impor relações e camuflar conflitos. Isso porque é interessante para as primeiras a internalização de determinado imaginário sobre a profissão (idéias como dedicação e sofrimento) a fim de garantir a "extração da mais-valia". Por outro lado, a mística também é considerada por Ribeiro como um "fator de resistência profissional", ou seja, ainda existiriam jornalistas que, mesmo nas condições atuais do jornalismo quantitativo, preservariam o espírito romântico e combativo.

Os depoimentos apresentados, e também as considerações sobre eles, são muito interessantes: os primeiros apontam para a inscrição do discurso nos corpos dos sujeitos, idéia defendida por Bourdieu e Maingueneau; as últimas mostram a eficácia de tal inscrição. Interpretamos essa eficácia não apenas como "uma forma de impor relações e camuflar conflitos", mas como "o ponto cego do discurso, a evidência primeira que funda a crença" (cf. Maingueneau, 1993, p.70). A organização das redações, os horários, a interação entre os profissionais, seu modo de vestir, tudo o que envolve os sujeitos dessa comunidade obedece à mesma lógica que condiciona suas enunciações. Diante de tal

semelhança (da evidência primeira, segundo Maingueneau) como não aderir a esse discurso? No caso do jornalismo, trata-se de uma eficácia que, incidindo também sobre a recepção, pode impor *uma* leitura do mundo, aquela construída pela comunidade jornalística, como *a* verdade dos fatos.

A interpretação de Ribeiro, a de que há um enfrentamento entre os que se rendem ou não às exigências do mercado, aparece, como dissemos, em diferentes autores (cf. Marcondes, *op. cit.*, Lago, *op.cit.*). O embate chega a ser concebido como uma luta entre o bem e o mal: há aqueles, os idealistas, que escolhem resistir, lutar contra as "forças do mercado" e há os que sucumbem a outros valores menos nobres, ascensão rápida, promoções, brilho[11]. Ribeiro aponta a contradição a que nos referimos, a saber, a presença de elementos modernos e tradicionais no jornalismo, interpretando-a como um "duplo discurso", isto é, "uma forma ambivalente de ver e dizer o mundo" (p.163), que pode ser apreendido em dois níveis, o cultural e o industrial. Mesmo com a ressalva de que esses níveis não seriam estanques e de que o jornalista estaria submetido aos dois, o autor acaba por reduzir a questão na medida em que atribui ao nível industrial o papel de "vilão", aquele que procura impor valores extrínsecos ao jornalismo, como a disciplina, a homogeneidade, o anonimato. Note-se que esses valores avaliados como negativos são concebidos como não-constitutivos da prática, como aqueles que contaminariam sua essência (o *espião de Deus* não resistindo e sendo corrompido), o que desvela traços do imaginário dessa comunidade sobre si mesma, a idéia de que existiria uma "essência" que se encontra ameaçada.

---

[11] A idéia de uma luta entre o bem e o mal aparece explicitada no trecho seguinte, em que o autor, o jornalista Nelson Breve, recorre às metáforas *espião de Deus* e *pistoleiro de aluguel* para fazer referência a duas formas de fazer jornalismo (e ser jornalista): "Tentava concluir o Curso de Jornalismo da Escola de Comunicações e Artes da USP, no início da década de 90, sem saber direito o que fazer com o diploma. Das conversas com Sergio Gomes, um dos três professores que mais influenciaram minha formação profissional (os outros foram Carlos Chaparro e Cremilda Medina), incorporei um conceito, que simboliza perfeitamente o ideal que persigo na profissão desde que me formei, há mais de 10 anos: o jornalista é um espião de Deus. Para tentar exercer essa função na sociedade, abandonei uma carreira bem sucedida de bancário. Alguns anos depois, já com experiência profissional, ouvi de um colega de trabalho outra expressão que se encaixa bem na visão crítica que tenho hoje do exercício dessa profissão: jornalista é pistoleiro de aluguel. As duas definições têm gênese no conceito de justiça. Podemos dizer que o jornalista é pago para fazer justiça. Mas a visão de justiça do pistoleiro de aluguel é particular, segmentada. Mistura o julgamento dele próprio com a representação da realidade feita pelo contratante. Por outro lado, o espião de Deus tem mandato para buscar um senso de justiça mais abrangente: o bem comum. Ele está a serviço da justiça divina, da justiça para o equilíbrio da sociedade. Sua função é não deixar que os mais fracos sejam injustamente subjugados pelos mais fortes. Os jornalistas querem ser espiões de Deus, mas a estrutura social das redações acaba empurrando a grande maioria para a condição de pistoleiros de aluguel". Retirado de: www.agenciacartamaior.com.br (17/08/04).

Da mesma forma, Medina (2003) responsabiliza o discurso cientificista da objetividade pelas práticas jornalísticas reducionistas, as que "valorizam os projetos técnico-formais como, por exemplo, os recursos de computação gráfica, a fórmula da notícia curta, descarnada, os gráficos da quantificação sobre os comportamentos humanos" (p.32). A autora, que defende a idéia de uma nova pedagogia para o jornalismo, faz distinção entre os *jornalistas lúcidos*, aqueles que dizem *não* ao "conforto das fórmulas engessadas", e os *técnicos em informação de atualidade*, que permitem que sua criatividade e ética sejam violados. A interpretação de Medina, além de evidenciar o embate a que nos referimos, aponta para uma visão idealizada dos traços caracterizadores da prática jornalística, uma leitura que aparece de forma recorrente nos autores que analisamos.

A reflexão desses autores permitiria elaborar a hipótese de que esses dois modos de fazer jornalismo poderiam ser tomados como duas formações em posição de delimitação recíproca (cf. Maingueneau, 1993, p.120), cada qual com seu conjunto de categorias semânticas, as reivindicadas (positivas) e as recusadas (negativas). Nos trechos já apresentados e em outros que surgirão ao longo deste trabalho, há inúmeras referências que comprovariam facilmente a idéia de que o 'outro' só aparece sob a forma de simulacro: o que no discurso romântico figura como liberdade expressiva, no tecnológico é traduzido por amadorismo técnico, proselitismo; os jovens modernos desse último são interpretados como os *yuppies*[12], os menudos[13]. A construção de tal hipótese dar-se-ia levando em conta, portanto, as idéias defendidas por especialistas (o mesmo procedimento adotado por Maingueneau).

Ressalte-se que não se trataria de pensar, como parece que o fazem os estudiosos do jornalismo, em uma relação dicotômica entre os 'dois jornalismos', mas em um diálogo entre eles, cada qual construindo sua identidade a partir de seu outro. No entanto, a hipótese de que esse diálogo poderia ser explicado em termos de uma total rejeição, exclusão do outro, mostrou-se insuficiente quando começamos a analisar mais detidamente o chamado jornalismo tecnológico, objetivo. Como vimos, ao contrário de seu outro, a esse último são

[12] Os jornalistas *yuppies* são "jovens profissionais sem vinculação expressiva com projetos, ideais, princípios sociais maiores e que minimizam ou mesmo ridicularizam as preocupações de natureza ética ou moral" (Marcondes, p.139).

[13] Segundo Ribeiro (*op. cit.*), era assim que os jornalistas da redação da FSP (a maioria demitidos quando da implantação do Projeto) referiam-se ao grupo selecionado por Otávio Frias Filho, "jovem à sua imagem e semelhança", e "que lhe era extremamente fiel".

atribuídos traços ligados ao mundo dos negócios, o jornalismo das grandes empresas, preocupado apenas com lucros, números (a 'profissão de fé' desse grupo ficou conhecida: *O jornalismo é um negócio como outro qualquer*), um espaço onde não apareceriam quaisquer traços do jornalismo romântico.

Mas não foi isso o que encontramos. Nos capítulos seguintes apresentamos o caminho que percorremos, aquele que nos fez repensar a questão da gênese e da interdiscursividade do discurso jornalístico. Procuramos analisar seus diferentes planos, como a formação da identidade do jornalista, o estatuto desse sujeito, que traços deve apresentar para enunciar nesse discurso (a noção de vocação enunciativa nos termos de Maingueneau), a identidade que essa comunidade reivindica para si, o lugar reservado ao sujeito jornalista em determinados gêneros desse discurso, para poder explicar as contradições que o constituem, que perpassam suas instâncias. Como pretendemos mostrar, essa análise nos levou a pensar o diálogo do discurso jornalístico com outros campos legitimados, o da literatura, o da política e o da ciência, como crucial para entender esse discurso, a própria posição privilegiada que essa comunidade reivindica para si em nossa formação social, o papel que se atribui, a saber, o de *iluminar* o leitor, trazer o saber, o conhecimento.

É importante desde agora frisar que não se pretende apresentar esse caminho, nossa leitura, como a "chave" que explicaria o discurso jornalístico, a verdade sobre ele. Trata-se de um olhar que apreende aspectos diferentes daqueles que aparecem nas reflexões dos estudiosos da comunicação, o que se explica pelo fato de nos situarmos em um outro lugar. Para isso, recorremos a conceitos, categorias de análise presentes não somente nos quadros da AD, mas também em outros espaços (os estudos da enunciação, da lingüística textual, por exemplo) e outros campos (a Sociologia e a Antropologia). São essas categorias que nos permitiram olhar o discurso jornalístico, suas diferentes instâncias, da forma que aqui aparece.

CAPÍTULO II
A IDENTIDADE DO SUJEITO JORNALISTA

No capítulo anterior, defendemos a idéia de que uma análise das diferentes instâncias do discurso jornalístico poderia explicar em outros termos as contradições constitutivas desse discurso. Também afirmamos que tais contradições precisariam ser pensadas não apenas como uma oposição entre duas lógicas (ou formações), mas que o 'olhar' deveria ampliar-se de forma a apreender o diálogo entre o campo do jornalismo e outros com os quais mantém relações de proximidade. Iniciamos neste capítulo a falar sobre os diferentes planos desse discurso.

2.1 O conceito de identidade

O conceito de identidade, como apontam inúmeros autores, é complexo e de difícil definição. Aparece sobretudo na área das ciências sociais, para dar conta dos traços de um sujeito, daquilo que permitiria identificá-lo como parte de diferentes grupos, raças, classes, nações. No campo dos estudos da linguagem, segundo Fairclough (2001), questões como subjetividade, identidade social e domínio do **eu** não receberam muita atenção, devido ao perigo de discussões como essas serem interpretadas como psicologia social ("psicologismo"), desvalorizadas principalmente no campo da AD. De qualquer forma, parece que nas reflexões atuais abre-se um espaço para tal discussão.

Como aponta Rajagopalan (2002), após estudos de autores como Hobsbawn, a identidade é pensada como um construto "e não algo que se encontra por aí *in natura*" (p.77). Essa percepção significou uma mudança radical na forma como vinha sendo concebida. Hall (2003) faz uma genealogia do conceito mostrando como este recebeu interpretações divergentes: a essencialista, presente na época do Iluminismo, cuja concepção de sujeito estava baseada na idéia de um indivíduo totalmente centrado e unificado; a interativa, que aparece nos estudos sociológicos clássicos, em que o sujeito, ainda concebido como portador de uma essência interior, é formado/modificado num diálogo com mundos exteriores; e também a identidade pós-moderna. Essa última, objeto de estudo do autor, contesta a idéia de um sujeito único e coerente, composto de uma única

identidade, e afirma o descentramento desse sujeito, a existência de muitas identidades, algumas vezes contraditórias e não-resolvidas.

Assim, segundo Hall (*op. cit.*), a partir de um período que ele denomina modernidade tardia (segunda metade do século XX em diante), o sujeito foi descentrado através de mudanças conceituais nas ciências humanas, possibilitadas pelas reflexões de autores como Lacan e Foucault. Como esse sujeito fragmentado é colocado em termos de suas identidades culturais é uma das perguntas a que o autor procura responder, preocupado especificamente com a questão da identidade nacional. Para ele

> as identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da *representação*. Nós só sabemos o que significa ser 'inglês' devido ao modo como a 'inglesidade' (Englishness) veio a ser representada – como um conjunto de significados – pela cultura nacional inglesa. Segue-se que a nação não é apenas uma entidade política mas algo que produz sentidos – *um sistema de representação cultural* (pp.48-49).

Para Hall uma cultura nacional não é composta apenas de instituições, mas também de símbolos e representações; ela é um "discurso", isto é,

> um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos. (...) As culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre "nação", sentidos com os quais podemos nos identificar, constroem identidades. Esses sentidos estão contidos nas estórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas (pp.50-51).

Embora nosso objetivo seja analisar outro tipo de identidade, a saber, a de um grupo profissional, as reflexões de Hall mostram-se profícuas para nossa discussão. Assumimos com esse autor que a identidade é imaginária, social, formada no interior da representação; que os sujeitos identificam-se com os sentidos produzidos por uma espécie de grande narrativa, construindo, assim, suas identidades.

É necessário explicitar o que entendemos por representação uma vez que esse conceito é empregado em diferentes áreas e com sentidos diferentes. Hall fala em representação cultural como um conjunto de sentidos produzidos. Concordamos com o autor, mas consideramos importante ressaltar o papel das formações imaginárias nessa produção de sentidos (cf. Pêcheux, 1969). Com isso estamos lembrando que para pensar as

‘narrativas’ produzidas pelas comunidades é preciso afastar a idéia de que aquilo que se representa coincide com a realidade física, empírica: o referente está presente mas transformado. Como lembra Pêcheux (*op. cit.*), o que funciona nos processos discursivos são *imagens* de suas diferentes instâncias: dos sujeitos envolvidos e também do referente, daquilo sobre o que se fala. Essas representações imaginárias não ‘caem do céu’ mas resultam de tudo o que foi dito e ouvido, os saberes que circulam em nossa formação social.

No caso deste trabalho, falar em representação, em sentidos produzidos para o sujeito jornalista, não é o mesmo que falar sobre a pessoa física do jornalista, ou assumir que tais sentidos ‘espelhem’ esse sujeito. Procuraremos analisar sua identidade, como ela se constitui por meio da representação: a comunidade na qual está inserido produz sentidos, um discurso nos termos de Hall, nos quais os sujeitos se reconhecem, constroem suas identidades. Dessa forma, nossa preocupação não é estudar o indivíduo jornalista, seus traços psicológicos, sua “essência” (o que acreditamos não existir), mas os traços atribuídos a esse sujeito, que fazem com que este se reconheça como pertencendo ao grupo, como parte dele. Esses traços constitutivos, produzidos pelas “narrativas” que circulam nessa comunidade, legitimam esse sujeito, permitem que ele enuncie, que ocupe uma posição no discurso jornalístico. Nesse sentido, nosso objetivo é analisar o que Foucault (2002) chama de *status*:

> Qual o *status* dos indivíduos que têm – e apenas eles – o direito regulamentar ou tradicional, juridicamente definido ou espontaneamente aceito, de proferir semelhante discurso? (p.57).

Para isso, selecionamos alguns títulos que falam da prática jornalística e do sujeito jornalista, que apontam seus traços característicos, definidores. As ‘narrativas’ são, na verdade, textos que circulam na comunidade jornalística, principalmente nos cursos de formação, e são produzidos, em sua maioria, por jornalistas, sejam os teóricos ou os práticos. Optamos também, quando necessário, analisar textos injuntivos, em especial o *Manual de Redação da Folha*.

Assim sendo, esses textos serão tomados como um espaço privilegiado de construção e legitimação de um imaginário sobre o jornalista, de um saber sobre esse sujeito. Na análise desses textos recorremos muitas vezes ao conceito de *memória*

discursiva, que possibilita explicar como determinados sentidos, ao contrário de outros, permanecem, não são 'esquecidos'.

Ressaltamos o erro de se tomar como equivalentes a imagem sobre/do sujeito jornalista e a pessoa física desse sujeito. A perguntas como *qual seria, então, o interesse em se falar de algo imaginado, que não corresponde à realidade?*, que aqui poderiam surgir, responderíamos que não existem representações 'inocentes', destituídas de juízos de valor. Com isso estamos dizendo que a representação de jornalista que circula na comunidade jornalística e fora dela constrói saberes sobre a prática, sobre esse profissional, sobre a própria instituição imprensa, saberes esses que incidem sobre a opinião pública. Assumimos, juntamente com Rajagopalan (2003), que toda representação é política, assunto que será discutido mais à frente.

2.2 A identidade do jornalista nos estudos da comunicação

Na área dos estudos da comunicação, o trabalho de Travancas (1993) procura traçar o perfil do jornalista, "pensar como se constitui a identidade do jornalista e como ela está ancorada" (p.13). Para tanto, a autora selecionou mais de 50 profissionais, que entrevistou e acompanhou, tanto em suas jornadas de trabalho como em seu convívio social. O estudo de Travancas, que é antropóloga e jornalista, interessa à nossa discussão não apenas porque aponta particularidades do profissional recolhidas nos depoimentos selecionados, mas também por desvelar uma imagem do sujeito jornalista na própria forma como a pesquisa foi conduzida, na leitura dos dados.

Ao definir o jornalista como um "farejador" (p. 14), Travancas atribui a esse sujeito traços que no interior do discurso jornalístico são altamente positivos, ajudam a construir a imagem de um ser singular, herói que descobre e desvenda aquilo que é de interesse do leitor. Como veremos, a metáfora **cão** é escolhida com freqüência pela comunidade para referenciar jornalista. Na avaliação da autora, aquele que reúne de forma inequívoca o traço de farejador é o repórter, o que faz com que escolha esse profissional para acompanhar, para investigar de perto as atividades:

> Dentro dessa escolha, acompanhei repórteres, e não outro tipo de profissional dentro da categoria, como editores ou redatores, porque creio ser a atividade de repórter uma função paradigmática para a carreira. (...) O repórter vai para a rua apurar a

> notícia e volta à redação para escrevê-la. Para o grande público e o senso comum, é a sua imagem que define o jornalista (p.38).

As afirmações de Travancas revelam que a realidade criada pelo discurso que circula na comunidade jornalística e fora dela impõe "escolhas", orientando sua própria pesquisa, embora acredite estar distanciada desse discurso – "na medida em que me afastava de minha profissão, começava a encará-la com mais clareza e profundidade. Quanto mais eu me aproximava do jornalismo para redescobri-lo com outros olhos – os de antropóloga – mais eu me afastava dele" (p.109). Considerar o repórter como a figura que carregaria a essência do ser jornalista é retomar e reiterar uma evidência do discurso jornalístico, é produzir sentidos sobre esse sujeito cujo efeito é o de naturalizar certos traços, que passam a inerentes a ele. Dentre eles, a do sujeito que sai à rua, que trabalha sozinho (o gênio criador), que não segue regras, que não deixa sua criatividade ser cerceada.

Dentre os profissionais entrevistados, a autora seleciona dois grupos, o de jornalistas renomados, os "eternos jornalistas", e os iniciantes na profissão, com o objetivo de verificar diferenças entre eles, e/ou a existência de traços comuns. Segundo Travancas os dois grupos recorrem à idéia de paixão para caracterizar a profissão, e são veementes ao afirmar a importância desta em suas vidas, na definição de sua própria identidade social. Também são numerosos os que comparam medicina e jornalismo: "a medicina, tida como uma das mais nobres profissões, exige igualmente sacrifício e dedicação exclusiva" (p.67), na leitura de Travancas, e não apenas na de seus informantes. Outra comparação recorrente apontada pela autora é a de jornalismo e vício: ele seria como uma cachaça, algo do qual o jornalista não poderia libertar-se, algo que daria prazer. Para a autora essas definições mostram como o jornalismo denota importância para o grupo, e também como ele é adequado para pessoas narcisistas.

Em suas conclusões, a autora procura explicitar o conceito de identidade que norteia seu trabalho, identificando-o a papel social. Embora reconheça a existência de outros papéis (portanto outras identidades), para Travancas o papel de ser jornalista predomina sobre os demais. Isso porque

> os jornalistas estabelecem uma relação com a ocupação que é bastante específica, não sendo partilhada por outros profissionais. Talvez um pouco como os médicos,

> como vários deles ressaltaram, o jornalismo como profissão exige de seus "eleitos" uma *adesão (commitment)* – termo utilizado pelo sociólogo norte-americano Howard Becker – de tal ordem que impede muitas vezes que outras atividades ou setores de suas vidas tenham maiores dimensões (p.13).

A construção dessa identidade se realizaria "dentro de um contexto em que diversas áreas da vida social se misturam e se confundem" (p.105), mas principalmente, segundo a autora, no trabalho como jornalista, no ofício, e no convívio com os colegas – "um se vê no outro e gosta do outro pelo fato de ser igual" (p.107). Embora afirme que o quadro teórico de sua pesquisa seja a Antropologia, não há referência a autores ou indicações que possam sustentar o que parece uma contradição nas considerações da pesquisadora, a saber, a de admitir a existência de uma multiplicidade de identidades (o que supõe uma visão não-essencialista), mas depois reduzi-las a uma, que representaria a essência do sujeito, aquela que chama de identidade social.

A idéia de Travancas é a de que uma identidade singular, no caso a de ser jornalista (identidade de classe), poderia subsumir, sintetizar todas as diferentes identidades (gênero, raça, nação), como uma espécie de identidade mestra, abrangente – uma super-identidade. Consideramos essa interpretação, a conclusão do trabalho da autora, um efeito do imaginário sobre o sujeito jornalista, um dado que aponta a "materialidade" desse discurso, isto é, aquilo que ele faz. O fato de seu trabalho ter um estatuto científico, é uma dissertação de mestrado, contribui para legitimar a imagem do jornalismo enquanto campo "áureo". Assim, *O mundo dos jornalistas* não apenas sustenta e mantém sentidos ligados ao sujeito jornalista e à sua prática (uma paráfrase discursiva de positividade), mas dá a eles uma suposta referencialidade: a pesquisa teria apontado *o que estava lá*, *aquilo que é*.

2.3 A identidade construída no/pelo discurso

No campo dos estudos do discurso (AD), discutir questões como a de sujeito e identidade é falar obrigatoriamente de heterogeneidade. Essa palavra, como ressalta Maingueneau (1993, p. 75), quando empregada nesse campo, não implica falta, carência, mas uma relação radical entre o interior e o exterior. No que diz respeito à concepção de sujeito, este é pensado como constituído pelo externo, pelo outro. A noção de dialogismo

de Bakhtin dá conta dessa relação e afirma ser esta o fundamento de toda discursividade, o fundamento da subjetividade.

A partir das reflexões do autor russo, desenvolveu-se a tese do primado do interdiscurso, isto é, o reconhecimento de que um discurso (e por extensão uma dada identidade) nasce da interação com outros, "de um trabalho sobre outros discursos" (Maingueneau, *op. cit.* p.120). Dessa forma, todo discurso é constitutivamente heterogêneo, podendo ou não apresentar marcas dessa heterogeneidade. Mesmo que essas não apareçam, "toda unidade de sentido, qualquer que seja seu tipo, pode estar inscrita em uma relação essencial com uma outra, aquele do ou dos discursos em relação aos quais o discurso de que ela deriva define sua identidade" (idem, *ibidem*).

Fundamentados na concepção dialógica do discurso, na idéia de que ele procede de outros, de que carrega outras vozes com/sobre as quais se constitui, assumimos que o sujeito é heterogêneo e tem sua identidade construída na relação com o outro, no diálogo com outras identidades, com outras vozes sociais. Isso nos leva a pensar as relações interdiscursivas como local privilegiado de análise, ou seja, acreditamos que para apreender a construção da identidade do jornalista é preciso verificar que diferentes discursos são mobilizados para compor a "grande narrativa", para produzir os sentidos com os quais os sujeitos jornalistas vão se identificar.

A leitura dos textos nos permitiu levantar a hipótese de que a identidade do sujeito jornalista (assim como o próprio discurso jornalístico) constrói-se no diálogo com três diferentes campos discursivos: o literário, o político (combativo) e o da ciência.

2.4 Jornalismo e literatura: o jornalista iluminado

> Meu verso é minha consolação.
> Meu verso é minha cachaça. (Drummond)
>
> O jornalismo é minha cachaça. (depoimento de jornalista, in: Travancas, *op.cit.*)

Podemos dizer que o campo literário é o que mais atrai a atenção dos jornalistas, exercendo grande fascínio sobre essa comunidade. Ser um bom jornalista significa, entre

outras coisas, escrever bem, não apenas pôr as vírgulas em seus devidos lugares[14], mas envolver o leitor, fazê-lo acompanhar todo o texto, mesmo que longo. Ter livros publicados e premiados constitui traço distintivo dentro da comunidade, mesmo quando esses se aproximam mais do campo literário, isto é, não são grandes reportagens, mas sim livros de ficção. Muitos jornalistas confessam que a escolha da carreira foi condicionada pela impossibilidade de tornar-se escritor[15], assim como alunos, futuros jornalistas, dizem que optaram pelo curso devido à "facilidade" de redigir[16].

A aproximação entre a literatura e o jornalismo é discutida por vários autores, incluindo historiadores. No que diz respeito a esses últimos, isso decorre do fato de os dois campos terem quase que se confundido até a virada do século XIX para o século XX: muitos escritores escreviam para jornais ou eram jornalistas. A discussão sobre essa aproximação, como pretendemos fazer aqui, descarta a idéia de que o discurso seria uma espécie de representação do contexto sócio-histórico, ou mesmo uma simples decorrência deste, o que implicaria tomar apenas o discurso jornalístico produzido no Brasil nesse período como construído em relação ao literário, como apresentando elementos daquele. Acreditamos que a heterogeneidade não pode ser explicada (reduzida) em termos cronológicos, não pode ser circunscrita a um dado período. O discurso jornalístico, assim como a identidade de seu enunciador, é heterogêneo em relação ao literário, traz em seu interior elementos desse outro. Pensamos que essa relação dialógica constitutiva explica o fato de os sujeitos jornalistas sentirem-se próximos, identificarem-se, ou desejarem ser identificados como homens das letras, isto é, aqueles que escrevem bem, que vivem para a sua arte, para seu "vício".

Feita essa ressalva, podemos apresentar as reflexões de Sodré (1999). Em "História da imprensa no Brasil", o autor faz um percurso mostrando como e quando jornalismo e literatura se aproximam, as influências de um sobre o outro. O autor explica que a imprensa passa a se confundir com a literatura na época do Império, na primeira metade do século XIX. Na fase anterior isso não acontecia – os jornalistas não eram homens de letras

[14] O Manual de Redação da FSP dedica página inteira ao assunto.
[15] "Fernando Portela, do *Jornal da Tarde*, em conversa que teve com nossos alunos, a nosso convite, confirmou-nos que sua ambição era ser escritor, mas não vendo meios de profissionalização, dirigiu-se para o jornalismo, aplicando aí seus dotes literários" (In: Lima, p.182).
[16] Tivemos a oportunidade de ouvir comentários como esse quando lecionávamos, no período de 2001-2002, no curso de graduação em Jornalismo na Universidade Santa Cecília, em Santos.

mas somente jornalistas. Nos jornais não havia espaço para a literatura, que só aparecia em revistas e jornais especializados – "assim, a imprensa política era uma, a imprensa literária era outra" (p.183). As duas começam a fundir-se quando a imprensa política entra em fase de declínio, servindo aos interesses dos grandes latifundiários.

O literato encontra no jornal o espaço para veicular suas obras, que saem sob a forma de folhetins, principalmente nas duas primeiras décadas da segunda metade do século XIX. Esse gênero atendia à demanda da maior parte dos leitores, estudantes e "moças casadouras", que buscavam temas ligados ao amor e ao casamento. Era o maior atrativo do jornal, um "instrumento de alienação", de acordo com Sodré, nos termos em que era difundido. Alguns jornais, como o *Jornal do Comércio*, mantiveram-se afastados da campanha republicana, preferindo dedicar suas páginas a temas amenos, orgulhando-se de publicar em folhetins Eugene Sue e Victor Hugo. Sodré reconhece que o gênero tem o mérito de ter divulgado alguns dos melhores romances da época: "quase todos os autores brasileiros de ficção participaram do folhetim. Machado de Assis publicara, em *O Globo*, *A mão e a luva* em 1874; *Iaiá Garcia* em *O Cruzeiro*, em 1878; *O Ateneu*, de Raul Pompéia, apareceu na *Gazeta de Notícias*, em 1888. Machado de Assis, ressalta Sodré, com exceção do período de setembro de 1878 a outubro de 1879, em que esteve doente, nunca deixou de colaborar regularmente na imprensa. Na opinião do historiador, o escritor pode ser chamado de jornalista, o que não se aplica a outros. Isso porque muitos eram atraídos aos jornais não para aperfeiçoar o talento, mas para garantir a sobrevivência e, além, manter contato com o público. Nas palavras de Sodré

> Os homens de letras buscavam encontrar no jornal o que não encontravam no livro: notoriedade, em primeiro lugar; um pouco de dinheiro, se possível. *O Jornal do Comércio* pagava as colaborações entre 30 e 60 mil réis; o *Correio da Manhã*, a 50. Bilac e Medeiros e Albuquerque, em 1907, tinham ordenados mensais, pelas crônicas que faziam para a *Gazeta de Notícias* e *O País*, respectivamente; em 1906, Adolfo Araújo oferecia 400 mil réis por mês a Alphonsus de Guimaraens para ser redator de *A Gazeta* em São Paulo. No inquérito organizado por Paulo Barreto, e depois reunido no volume *O Momento Literário*, uma das perguntas era esta: "O jornalismo, especialmente no Brasil, é um fator bom ou mau para a arte literária?" A maioria respondeu que bom, naturalmente. Félix Pacheco esclareceu, com exatidão: "Toda a melhor literatura brasileira dos últimos trinta e cinco anos fez escala pela imprensa". Medeiros e Albuquerque viu outros aspectos da questão: "É certo que a necessidade de ganhar a vida em misteres subalternos de imprensa (sobretudo o que se chama a 'cozinha' dos jornais; a fabricação rápida de notícias vulgares), misteres

> que tomem muito tempo, pode impedir que os homens de certo valor deixem obras de mérito. Mas isto lhes sucederia se adotassem qualquer outro emprego na administração, no comércio, na indústria. O mal não é do jornalismo: é do tempo que lhes toma um ofício qualquer, que não os deixa livres para a meditação e a produção" (p.292).

Na leitura de Sodré, o início do século XX marca uma nova fase. A literatura, com exceção de nomes da época anterior, entra em uma fase de estagnação e empobrecimento, principalmente no que diz respeito à linguagem, que se reflete nos periódicos – "o jornalismo feito ainda por literatos é confundido com literatura, e no pior sentido". As notícias são redigidas em linguagem artificial e empolada, expressões de "literatice vulgar" são comuns nos periódicos: "desbravar veredas para a perfeição", "estro maravilhoso", "quietude bucólica", "báratro dos nossos subúrbios" (p.296). O trecho acima traz o nome de Paulo Barreto, que se assinava João do Rio, jornalista considerado por Sodré como um dos grandes nomes da época (o outro é Alcindo Guanabara). No entanto, o elogio vale pelos métodos aperfeiçoados pelo jornalista (entrevista, inquérito, reportagem), e não pela linguagem de seus textos, que seguia o padrão artificial da época. Esse "detalhe", no entanto, não atrapalhou a entrada do jornalista Paulo Barreto na Academia Brasileira de Letras. Seu nome também marca a transição do jornal quase que totalmente literário para aquele em que a informação ganha destaque: as colaborações literárias passam a figurar em espaço separado das notícias – "aparecem seções de crítica em rodapé, e o esboço do que, mais tarde, serão os famigerados suplementos literários" (p.297).

A entrada no novo século também marca a passagem do jornalismo artesanal, feito com poucos recursos, para o industrial, com as empresas jornalísticas. A cidade do Rio de Janeiro, a capital federal, se moderniza, não há mais espaço para a boemia – o capitalismo impõe outras relações, inclusive na imprensa. Para Sodré

> tais alterações serão introduzidas lentamente, mas acentuam-se sempre: tendência ao declínio do folhetim, substituído pelo colunismo e, pouco a pouco, pela reportagem; a tendência para a entrevista, substituindo o simples artigo político; a tendência para o predomínio da informação sobre a doutrinação; o aparecimento de temas antes tratados como secundários, avultando agora, e ocupando espaço cada vez maior, os policiais com destaque, mas também os esportivos e os mundanos. Aos homens de letras, a imprensa impõe, agora, que escrevam menos elaborações assinadas sobre assuntos de interesse restrito do que o esforço para se colocarem em

> condições de redigir objetivamente reportagens, entrevistas, notícias. É a alteração a que se adapta flexivelmente, habilidosamente, Paulo Barreto, por exemplo (p.296).

Dessa forma, quando Sodré discute a aproximação entre jornalismo e literatura, quando afirma que as duas atividades chegam a se confundir em dado período, refere-se a dois aspectos: o da presença maciça de escritores nas páginas dos periódicos, a fase do folhetim, e, pelo fato de não ter ainda uma 'própria', a apropriação pelo jornalismo da linguagem literária, o que resulta em uma linguagem quase que caricata. Essa leitura "não-grandiosa" faz com que Lago (2002), cuja pesquisa investiga elementos românticos no jornalismo, não recupere as reflexões de Sodré para sustentar seus argumentos, uma vez que essas, segundo a autora, apontariam apenas a mistura dos papéis de jornalista e escritor, não identificando características românticas como "a individualidade do gênio criador em contraposição ao anonimato da redação" (p. 149).

Ao contrário do que acredita a autora, pensamos que não se trata apenas de recuperar afirmações que unam de forma explícita as duas práticas por um viés mais positivo, mas de pensar tanto a aproximação histórica como textos que falam dela, no caso o de Sodré, como permitindo a construção de sentidos, de uma imagem sobre o jornalista, imagem que se confunde (ou se pretende confundir) com a do homem das letras. Nesse sentido, o fato histórico de o jornalismo aproximar-se da literatura, ou fazer-se através de literatos, é um acontecimento que constrói sentidos, produz memória e possibilita, inclusive, que os sentidos sobre o homem das letras (escrever bem, não estar ligado a outros interesses que não aos de sua "arte") sejam "transferidos" para os sujeitos jornalistas.

O conceito de memória aqui mobilizado é do quadro teórico da AD, isto é, "aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os "implícitos" (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível" (Pêcheux, 1999, p.52). É a memória discursiva (Pêcheux e Fuchs, 1975) que possibilita que enunciados anteriores retornem, sejam transformados ou esquecidos. Não se trata, como insistem em dizer os analistas (cf. Courtine, 1981), de uma memória psicológica, mas de um **saber discursivo** colocado à disposição do sujeito, que torna possível seu dizer. É papel da memória fixar uma interpretação sobre as demais, excluindo sentidos não-desejados, trabalhar pela homogeneização. Isso não significa, como o próprio

Pêcheux ressalta (1999), que a regularização não possa "ruir" antes de se desdobrar em paráfrase – a memória é um espaço de conflitos – mas que se procura, por meio de diferentes estratégias, mascarar e apagar esses conflitos.

Acreditamos que uma forma de pensar a construção de sentidos que permitem aproximar o sujeito jornalista do literato e, com isso, a possibilidade de identificação do primeiro a este último, é verificar como a história da aproximação das duas práticas é retomada por autores ligados à comunidade jornalística. Percebe-se que alguns elementos são reiterados, configurando a repetição, um procedimento básico de recuperação do passado, aquele que assegura a regularização, que possibilita que um sentido torne-se hegemônico. Os textos abaixo, que recuperam parte do apontado por Sodré, a saber, a de que grandes escritores trabalharam em jornais, exemplificam essa estratégia:

> (1)Principalmente na imprensa, insista-se, os textos modernos diferem dos modelos de outras épocas: a descrição de uma guerra nos sertões nordestinos, hoje, certamente recorreria a um vocabulário diferente do utilizado por Euclides da Cunha quando fez para este jornal a série de reportagens sobre Canudos. O sonho dos atuais editores do Estado, contudo, é o mesmo que animava os que um dia tiveram Euclides da Cunha entre seus repórteres: tratar com idêntico zelo a verdade dos fatos e a Língua Portuguesa (Manual do *OESP*, p.10).

> (2) Rara combinação de inteligência aguçada, erudição e capacidade de coleta de campo, Euclides vai cobrir o conflito de Canudos, para *O Estado de S. Paulo*, em agosto de 1897, levando na bagagem uma qualidade que o diferenciaria essencialmente dos demais correspondentes: a habilidade para situar um evento no contexto que o cerca, demonstrando para o leitor o sentido mais profundo do que retrata (...) Mas a ótica do autor alarga-se também em torno dos espaços e das condições imediatas que cercam o conflito revelando um cuidado de documentação que seria típico aos bons repórteres de profundidade do futuro (Lima, 1993, p.161).

Escritores como Euclides da Cunha são freqüentemente evocados, com o objetivo de lembrar aos leitores que o espaço jornalístico já abrigou tais nomes em seus quadros, sendo, assim, um espaço legítimo e confiável. A repetição é, dessa forma, um recurso eficaz para construir e até impor determinados sentidos, no caso, os que conferem aos sujeitos dessa comunidade discursiva traços grandiosos. Em (1), afirma-se que o jornal passa por mudanças, mas apenas as necessárias (um vocabulário diferente): a essência continua a mesma, a que aparece personificada na figura do grande escritor. O enunciador (o próprio jornal) constrói sua autoridade enunciativa ao determinar para si a identidade

daquele que conhece profundamente o idioma e também sabe relatar "com idêntico zelo a verdade dos fatos". Esses traços (e outros) aparecem apontados em (2): inteligência aguçada, erudição, capacidade de coleta de campo, cuidado de documentação – atributos que seriam típicos do "bom repórter do futuro". O trecho (2) também aponta outra qualidade, a mais importante segundo o enunciador, constitutiva do imaginário sobre o jornalista, e que aparece de forma recorrente nesse discurso, a saber, a de que ele deve "iluminar" o leitor, dar a ele "o" sentido do que retrata. Assim, os trechos constroem a identidade social do jornalista recorrendo a outro discurso e tornando *seus* traços constitutivos desse outro.

No que diz respeito a eliminar conflitos, diga-se, interpretações que não as pretendidas, podemos apontar uma outra estratégia: determinados temas podem ser silenciados (esquecidos?) ou receber um tratamento diferente, uma nova leitura, daquela dada pelo historiador. Trata-se da afirmação de Sodré, a de que os literatos, em sua maioria, recorriam aos jornais apenas para suprir necessidades financeiras ou para ganhar notoriedade, uma afirmação nada grandiosa para a prática jornalística (ou para o jornal). Quando esse tema 'delicado' é discutido por um sujeito da comunidade jornalística, aparecem mudanças significativas. É o que ocorre com o estudo de Lima (1993): retoma as observações de Sodré, mas interpreta-as de forma a conferir à aproximação jornalismo-literatura sentidos positivos, atenuando ou ocultando tudo aquilo que poderia "contaminar" a imagem de uma prática nobre (como o fato de o jornalismo viver quase à sombra da literatura, de ter uma linguagem caricata por conta do desejo de ser como aquela). O saber discursivo colocado à disposição para os sujeitos dessa comunidade, a saber, a 'evidência' de que o jornalismo seria uma atividade nobre, 'superior', impõe, assim, uma interpretação: a de que os dois campos aproximaram-se, mas sem assimetrias (os dois aparecem colocados no mesmo patamar). É o que aparece nos trechos abaixo:

> (3) Do outro lado da moeda, é fácil compreender porque muitos escritores encontraram no jornalismo, dessa época pioneira, tanto um eventual meio de subsistência quanto um **canal para o aprimoramento** e a promoção do talento literário. No caso brasileiro, por exemplo, Machado de Assis começa a vida profissional como aprendiz de tipógrafo e revisor de jornal, enquanto em paralelo vai edificando uma carreira de escritor com seus primeiros versos e novelas (Lima, *op. cit*., p.135, grifo nosso).

> (4) Num primeiro movimento, o jornalismo bebe na fonte da literatura. Num segundo, **é esta que descobre, no jornalismo, fonte para reciclar sua prática**, enriquecendo-a com uma variante bifurcada em duas possibilidades: a de representação do real efetivo, uma espécie de reportagem – com sabor literário – dos episódios sociais, e a incorporação do estilo de expressão escrita que vai aos poucos diferenciando o jornalismo, com suas marcas distintas de precisão, clareza, simplicidade (Lima, *op*. *cit*. p.138, grifo nosso).
>
> (5) No Brasil, é generalizada a impressão, entre jornalistas que também são escritores, de que **a prática de imprensa depura o texto** (Lima, *op*. *cit*. p.183, grifo nosso).

Os trechos acima apontam o que dissemos anteriormente: a tentativa de dar ao diálogo um tom mais nobre, menos mercantilista, a tentativa de colocar as duas práticas no mesmo nível – uma interpretação *natural* para os sujeitos dessa comunidade. Assim, não apenas o jornalismo ganharia com a literatura, mas esta encontraria naquele "um canal de aprimoramento", descobriria nele uma "fonte para reciclar sua prática". Para Lima o texto literário pode ser "depurado", no sentido de se tornar 'preciso', 'claro' e 'simples', quando o escritor passa pela imprensa, quando exerce a função de jornalista. Sua concepção de literatura parece ser aquela oficial do início do século XX, a que Sodré se referiu como a que representa a fase de estagnação e empobrecimento. A mesma literatura cuja linguagem o jornalismo da época procura copiar.

Da mesma forma, Medina (1988), ao discutir as contribuições de João do Rio (pseudônimo de Paulo Barreto) ao jornalismo, retoma o estudo de Sodré. Como vimos, para o historiador esse jornalista contribuiu de forma significativa na transformação de um jornalismo ainda à sombra de uma pseudoliteratura para um jornalismo mais voltado para a informação, com entrevistas e reportagens. No entanto, o historiador ressalta que tal contribuição restringe-se ao uso de determinados métodos pelo jornalista, que foram por ele aperfeiçoados, e não se estende ao terreno da linguagem. A autora, embora reconheça que João do Rio é melhor no aspecto jornalístico que no literário, não deixa de tomá-lo como exemplo daquele que

> levanta a questão até hoje controvertida – onde termina o jornalismo e começa a literatura (ou onde termina a literatura e começa o jornalismo, para não ser parcial...) (p.54).

A inserção parentética denuncia na superfície discursiva a tentativa de controle de sentidos. Ao voltar-se para o enunciado *onde termina o jornalismo e começa a literatura* reformulando-o, a voz que enuncia procura atenuar/retificar o que afirmara anteriormente (a superioridade da literatura), a interpretação hegemônica em nossa formação social, inserindo um outro ponto de vista, aquele que coloca jornalismo e literatura no mesmo plano. É interessante observar que o efeito de sentido de equivalência que o trecho possibilita veicular não resulta apenas da inserção de uma segunda voz que afirma a simetria das duas atividades, mas também do que poderíamos chamar de um argumento de autoridade: o de que é preciso ser imparcial. Nessa perspectiva, conceber o jornalismo tão qualificado como a literatura nada mais é que ser isento, não se tratando, portanto, de uma opinião pessoal. A avaliação da autora ganha, assim, *status* de verdade.

Seguindo em seus comentários sobre a contaminação jornalismo-literatura, Medina volta a implicitar a idéia de que o primeiro campo não só estaria no mesmo nível do segundo como também o superaria. Para isso, insere trechos de autores (incluindo de um biógrafo) que falam do jornalista João do Rio, de suas qualidades. Mesmo com a ressalva de que são depoimentos "engajados emocionalmente", a autora afirma a singularidade do jornalista. O trecho abaixo é do biógrafo Afonso Lopes de Almeida:

> (6) O cronista por excelência de 1900 brasileiro seria Paulo Barreto. E uma das principais inovações que ele trouxe para a nossa imprensa foi a de transformar a crônica em reportagem – reportagem por vezes lírica e com vislumbres poéticos. **Aos literatos – jamais lhes passaria pela cabeça ir à cadeia ver de perto o criminoso e conversar com ele.** Foi essa experiência nova que João do Rio trouxe para a crônica, a de repórter, do homem que freqüentando salões, farejava também as baiúcas e as tavernas, os antros do crime e do vício. Subia o morro de Santo Antonio pela madrugada com um bando de seresteiros e ia aos presídios entrevistar sentenciados (grifo nosso, p.58).

Dessa forma, na perspectiva da autora, João do Rio institui uma nova categoria profissional no jornalismo, a de repórter, aquele que sai à rua, que tem **faro**, isto é

> a capacidade de antecipar informações pelo convívio com os fatos em movimento no presente histórico; e a fidelidade do repórter pode ser traduzida como observação da realidade e captação de dados objetivos, exteriores ao observador. As reportagens de João do Rio demonstram, mesmo que de forma incipiente, essas capacidades, assumidas em uma época em que **ser jornalista era ter habilidade verbal e falar**

> **sobre não importa o que, movido pela inspiração do momento** (grifo nosso, p.59).

O enunciado grifado faz referência ao período tratado por Sodré, em que os papéis de jornalista e literato se confundiam. Na interpretação de Medina, o repórter que surge nessa época com João do Rio dá um salto de qualidade em relação ao jornalista de então, que ela identifica com o literato. Esse novo jornalista teria qualidades como o *faro*, sair às ruas, conversar com as pessoas (o que também aparece no trecho de Almeida), traços inexistentes no literato, que é caracterizado no trecho de forma negativa ("falar de não importa o que, movido pela inspiração"). Nesse sentido, o repórter é mais que o literato, narra o que importa, a informação, o fato, sem para isso precisar de inspiração e, ainda, ressalte-se, com habilidade verbal. Essa interpretação da figura do repórter, aquele que subsume a essência do jornalismo, está presente também, como vimos, no estudo de Travancas.

Em texto mais recente (2003), a autora volta a afirmar a singularidade do repórter, o fato de ser *esse* o jornalista que mais se aproximaria do "mundo vivo e vivido", das vozes do cotidiano, "assim como fazem os artistas". Medina o caracteriza como "o elo da cadeia produtiva que menos poder detém', condição que faz, segundo ela, com que esse profissional experimente grande frustração, uma vez que aquilo que leva das ruas à redação é muitas vezes barrado por editores insensíveis, não-disponíveis para a "alma encantadora da ruas", expressão que recupera de João do Rio. Nessas considerações, a figura do repórter, aquele que traz consigo os traços 'puros' do jornalismo, os que precisariam ser 'resgatados', opõe-se à do jornalista formado sob a lógica que peca por um "esquematismo tanto no que se refere às decisões éticas quanto à inventividade estética" (p.36).

Ainda de acordo com Medina, a única forma de o jornalista recuperar a "autoria perdida" seria o investimento em um diálogo com a arte, tentando superar o "déficit de criatividade" decorrente de uma formação que privilegia a competência técnica. Nesse sentido o título do livro da autora é significativo: *A arte de tecer o presente: narrativa e cotidiano*. Para Medina, as narrativas da contemporaneidade (que seriam a grande reportagem) seriam o caminho de aproximação entre o jornalismo e a arte não apenas por acolherem as vozes do cotidiano, mas também porque, ao contrário de textos jornalísticos produzidos de acordo com "fórmulas engessadas", descobrirem "novos sentidos". Embora

não deixe claro como isso se daria, isto é, que recursos lingüísticos seriam (ou precisariam ser) mobilizados para produzir tais textos, para descobrir 'novos sentidos', trata-se, parece-nos, de saber contar uma boa história, saber 'tecê-la', sem com isso perder o interesse do leitor.

A idéia de que o jornalismo chegaria a superar a literatura volta a aparecer nesse texto de Medina. O lugar (gênero) onde isso seria possível, como dissemos, é apontado: as narrativas da contemporaneidade. Os produtores dessas narrativas, dentre eles jornalistas que participa(ra)m de um projeto de pesquisa coordenado por Medina (que se propõe a "resgatar a autoria perdida"), dão depoimentos que a autora faz questão de veicular. Neles se dizem surpresos com a recepção calorosa que os textos (publicados em livro) receberam de estudantes da escola básica (um público que costuma ser visto como avesso à leitura), uma recepção que superaria, e muito, aquela que recebem os clássicos. Na avaliação de uma das jornalistas, isso se explicaria pela "sedução da linguagem e dos temas": os textos jornalísticos, ao contrário dos literários, seriam, na opinião dos leitores, "rápidos de ler, bonitos e diferentes" (p.39).

Observe-se que tanto Lima como Medina consideram a linguagem 'depurada' do jornalismo como a responsável pela superioridade do texto jornalístico em relação ao literário. Nas reflexões dos dois autores, principalmente nas dessa última, o repórter ocupa lugar de destaque assim como os textos por ele produzidos, que se realizam no gênero reportagem. Acreditamos que no imaginário sobre o jornalista a figura do repórter é a que mais se aproxima do literato não apenas por, nesse imaginário, partilharem o traço de habilidade verbal, isto é, a capacidade de contar bem uma história, mas outro fundamental – a autonomia. Este é o que caracterizaria o bom jornalista, abrindo espaço, inclusive, para a autoria em uma prática marcada quase que obrigatoriamente pela impessoalidade. Essa contaminação de atributos fica clara quando se recorre à boemia para falar do "terreno comum" em que conviviam poetas e jornalistas no final do século XIX (Lima, p.137).

A figura do boêmio é significativa. Ela permite, segundo Maingueneau (1995), dar uma representação à "impossível inserção do escritor", a imagem daquele que não se prende a um lugar definido, que não se deixa cercear. No entanto, como explica o autor, retomando os estudos de Bourdieu sobre campo

> por mais que [os escritores] se retirem para o deserto, para as florestas ou para as montanhas, não conseguem sair do campo literário a partir do momento que escrevem, publicam e organizam sua identidade em torno dessa atividade (p.31).

Para Maingueneau, a imagem de escritor livre, representado pelo boêmio, e também de uma obra "sem outra finalidade que não ela mesma", impuseram-se desde o romantismo. Nas palavras do analista

> tal concepção de obra literária atrai constantemente para si os favores da maioria dos escritores e estetas. Existe de fato uma espécie de "ideologia espontânea" dos criadores e dos amadores, que os conduz a perceber as obras independentemente de qualquer inserção histórica, a ver no processo criador um confronto solitário entre a consciência e a língua, a consciência e o mundo (p.5).

Trazendo essas observações para nossa discussão, podemos dizer que no imaginário do/sobre jornalista este partilha traços do literato, dentre eles a habilidade com a escrita (o mais óbvio) e também aquele que consideramos o mais importante – a autonomia. Assim como o escritor, o jornalista (em especial o repórter) trabalha sozinho (o gênio criador), não segue determinações ou regras (incluindo a dos manuais), sai à rua para escolher seus temas, encontrar seus personagens. Seu texto não é um produto, uma mercadoria, não serve aos interesses de ninguém, mas traz a sua marca, que não é apenas sua assinatura, mas seu estilo na medida em que rompe com uma linguagem burocrática, taquigráfica. Dessa forma, também existe uma "ideologia espontânea" na comunidade jornalística, ideologia que constitui a identidade desses sujeitos. O depoimento abaixo, do repórter Ricardo Kotscho, possibilita apreender os traços aqui apontados:

> A dificuldade em uniformizar-se de acordo com o manual não é tão grande para quem está chegando, mas é muito maior para quem já tem muito tempo no jornal. Fica difícil cada um tem um jeito de escrever... **Eu acho que o jornalismo deveria ter poucas regras básicas para serem cumpridas e muita liberdade**. Quando você amplia demais o manual, você tolhe essa liberdade de criação. Então eu tenho uma posição crítica diante disso. **Eu acho que no jornalismo não dá para você ter regras, fórmulas, normas muito rígidas. Aí é uma discussão sobre se o jornalismo se aproxima mais de uma técnica ou de uma arte. Eu sou de um tempo, já tenho mais de vinte anos de profissão, e acho que é mais para o lado da arte.** (In: Lins da Silva, 1988, p. 124, grifo nosso).

Como podemos constatar, os sentidos mobilizados para formar a representação de jornalista que circula em nossa formação social são aqueles que conferem a esse sujeito

traços singulares, positivos, bem próximos ao homem das letras. Como vimos, a *narrativa* que circula na comunidade instaura uma leitura diferente, uma interpretação "gloriosa", quando trata de determinados temas, como a aproximação do jornalismo com a literatura.

Pode haver também outra estratégia de silenciar sentidos não-grandiosos, a de esquecer aquilo que não é desejado. Trata-se da censura, a forma mais autoritária de silenciamento. Para a imagem que se pretende a comunidade jornalística, qualquer sentido negativizado sobre ela tende a ser barrado, impedido de circular e, assim, de constituir memória.

Seguindo o percurso apresentado por Sodré, localizamos uma "virada" na forma de o jornalista se posicionar em seu campo, o aparecimento de uma nova prática. Isso se dá quando da passagem do jornalismo artesanal para o industrial, período que marca o fim da boemia, a generalização de relações capitalistas, o que implica não apenas mudanças na estrutura do jornal (inovações técnicas), mas também em uma mudança no perfil do jornalista. Não mais o que se reúne com literatos, seus companheiros de boemia, na confeitaria Colombo, para discutir os rumos do país, o combativo, livre de coerções, mas o que tem prazos a cumprir e obrigações a respeitar, e essas com o dono do jornal. O jornalismo das grandes empresas não acolhe mais a figura do jornalista autônomo, o literato, o boêmio. Daí surgir uma nova representação, outros sentidos atribuídos à comunidade e a seus sujeitos. Essa outra representação, nada grandiosa, aparece de forma magistral no romance *Recordações do escrivão Isaías Caminha* de Lima Barreto, como se pode ver no diálogo abaixo:

> - (...)Não há nada tão parecido como o pirata antigo e o jornalista moderno: a mesma fraqueza de meios, servida por uma coragem de salteador; conhecimentos elementares do instrumento de que lançam mão e um olhar seguro, uma adivinhação, um faro para achar a presa e uma insensibilidade, uma ausência de senso moral a toda prova... E assim dominam tudo, aterram, fazem que todas as manifestações de nossa vida coletiva dependam do assentimento e de sua aprovação... Todos nós temos que nos submeter a eles, adulá-los, chamá-los gênios, embora intimamente os sintamos ignorantes, parvos, imorais e bestas (...)
> - Você exagera, objetivou Leiva. O jornal já prestou serviços.
> - Decerto...não nego... mas quando era manifestação individual, quando não era cousa que desse lucro; hoje, é a mais tirânica manifestação do capitalismo e a mais terrível também... É um poder vago, sutil, impessoal, que só poucas inteligências podem colher-se a força e a essencial ausência da mais elementar moralidade, dos mais rudimentares sentimentos de justiça e honestidade! São grandes empresas,

> propriedade de venturosos donos, destinadas a lhes dar o domínio sobre as massas, em cuja linguagem falam, e a cuja inferioridade mental vão ao encontro, conduzindo os governos, os caracteres para os seus desejos inferiores, para os seus atrozes lucros burgueses... (p.84)

A aura nobre passa a conviver com outra, bem menos gloriosa, ou, em termos discursivos, outros enunciados passam a circular na formação social; aparecem outros sentidos para jornalista, outros traços são atribuídos a ele, como os que aparecem no trecho de Lima Barreto: **pirata antigo**, **salteador**, **ignorante**, **parvo**, **imorais**, **bestas**. Segundo Sodré (*op. cit.*), o romance de Lima Barreto é o "da imprensa brasileira do início do século XX, povoado de literatos mais ou menos frustrados" (p.304). Retrata o *Correio da Manhã*, o órgão de imprensa mais representativo da época, mostrando seu diretor, o jornalista Edmundo Bittencourt, como um "corrupto e devasso". Esses sentidos, no entanto, são censurados, não circulam na comunidade. Como veremos mais à frente, constitui ofensa grave qualquer insinuação de que os jornalistas estejam defendendo interesses outros que não os da opinião pública. Sobre a recepção à obra de Lima Barreto, Sodré observa:

> A esse ataque violento, descomedido e até certo ponto injusto, o *Correio da Manhã* respondeu com olímpico silêncio: o nome do romancista foi proibido de ser mencionado no jornal. E os outros jornais acompanharam via de regra (p.304).

Também a crítica literária, de acordo com o historiador, não recebeu bem o romance ("um mau romance e um mau panfleto"), o que o faz indagar:

> Até que ponto o receio ao *Correio da Manhã*, o medo de aborrecer a folha combativa e prestigiosa de Edmundo Bittencourt pesou nesses julgamentos? Até que ponto a sórdida política dos elogios mútuos e da consagração limitada às mediocridades amigas influiu neles? Um romance em que Paulo Barreto aparecia como "misto de suíno e de símio" poderia ser aplaudido por seus compadres? (p.305).

As indagações do historiador remetem, sem dúvida, às observações de Bourdieu sobre a influência do jornalismo sobre outros campos, como ameaça a autonomia desses últimos, no caso que aqui discutimos o literário, chegando a impor a eles sua lógica (e acrescentamos as suas vontades). É importante lembrar que Lima Barreto foi reconhecido como figura singular em nossas letras apenas em um período recente. Naquele que viveu, e publicou além do romance citado outro também com crítica ferrenha aos jornalistas de seu

tempo, o romance *Numa e a Ninfa*[17], foi ignorado e desprezado por seus pares. Um dado significativo que aparece no texto de Sodré: a *Pequena História da Literatura Brasileira* de Ronald de Carvalho, lançada na época, destacou nomes de escritores vivos, mas não o de Lima Barreto, apesar de já ter publicado três romances e diversos contos. Contra essa e outras injustiças (ser recusado pela Academia Brasileira de Letras por duas vezes), assim se pronuncia o escritor, uma resposta, na leitura de Sodré, "revestida de alguma ingenuidade, mas da alta dignidade que os ingênuos às vezes possuem":

> Se não disponho do *Correio da Manhã* ou do *O Jornal*, para me estamparem o nome e o retrato, sou alguma coisa nas letras brasileiras e ocultarem o meu nome ou o desmerecerem é uma injustiça contra a qual me levanto com todas as armas ao meu alcance. Eu sou escritor e, seja grande ou pequeno, tenho direito de pleitear as recompensas que o Brasil dá aos que se distinguem na nossa literatura. Apesar de não ser menino, não estou disposto a sofrer injúrias nem a me deixar aniquilar pelas gritarias dos jornais. Eu não temo abaixo-assinados em matéria de letras"(Revista *Careta*, 13/08/1921, *apud* Sodré, *op. cit.*, p.337).

Observe-se que o trecho mostra de forma explícita como a comunidade jornalística de então silenciou sentidos que conferiam a ela traços negativos e como esse silenciamento "migrou" para outro campo, o da literatura e sua crítica. Essa censura, ressaltamos, não se limita a um dado período ou a um episódio específico, como o caso aqui apresentado, mas se configura como um procedimento constitutivo de formação de um saber sobre jornalismo/jornalistas (os sentidos atribuídos à prática) que é colocado à disposição dos sujeitos dessa comunidade, um saber que é retomado para que outros enunciados sejam produzidos.

Com isso estamos dizendo que na construção da *grande narrativa* sobre a comunidade jornalística e seus sujeitos têm lugar apenas os traços que conferem a ela uma

---

[17] Nesse romance (cf. Sodré, *op. cit.*), o jornalista João Lage, de *O País*, um dos grandes medalhões da época, aparece com o nome de Fuás Bandeira e assim caracterizado: " Fuás Bandeira era português de nascimento e desde muito se achava no Brasil, metido em coisas de jornal. Homem inteligente, não era nem ignorante nem instruído. Tinha a instrução e a inteligência de homem de comércio e pusera na sua atividade jornalística o seu espírito e educação comerciais. (...)Todo esse dinheiro que ele cavava, empregava-o em aparentar largueza, peitar disfarçadamente os influentes. Encarava todo o debate jornalístico como objeto de comércio ou indústria e estendera esse critério aos casos políticos, às pretensões de qualquer natureza. Dizia-o mesmo francamente e francamente agia, embora, quando acusado publicamente, se defendesse indignado. (...)Conhecia todos os poderosos, os que se faziam poderosos, os que se iam fazer e prometiam sê-lo, e a nenhum se acanhava de pedir isso ou aquilo. À proporção que subiam, subiam os seus pedidos; e, dessa forma, quando no fastígio, podia pedir-lhes o que quisesse"(*Numa e a Ninfa*, pp.30-32).

imagem positiva, grandiosa. Nesse sentido, Paulo Barreto é considerado pela comunidade o jornalista que mais aproxima o jornalismo da literatura, uma figura emblemática, um saber construído sem levar em conta, obviamente, como aparece caracterizado no romance de Lima Barreto ("misto de suíno e de símio").

Pelo que vimos até aqui, os sentidos atribuídos ao sujeito jornalista, aqueles que se impõem como hegemônicos, são: poucas regras (ou ausência delas), habilidade com a escrita, liberdade de criação, autonomia – traços que aproximam o jornalismo da arte. É no interior dessa representação que o sujeito jornalista constrói sua identidade.

2.5 Jornalismo e política: o jornalista iluminador

> A visão romântica do jornalismo é a de um repórter em cruzada que, para grande espanto de um rabugento e benévolo editor, investiga um dos mais infames políticos da cidade, e depois de árduo trabalho e um pouco de sorte, apanha o político em flagrante, ajuda a mandá-lo para a prisão e melhora a vida dos oprimidos e desprotegidos (John Soloski, *apud* Traquina, 1993).

A construção da identidade do sujeito jornalista não se dá apenas na aproximação desse campo com o literário, mas também com outros, como o da política. Assim como o apontado em relação à literatura, há um período em que os dois campos se confundem, fase em que os jornais serviam para veicular as idéias dos ativistas, funcionando como uma "tribuna ampliada". Nessa fase, muitos jornalistas eram também políticos, como Cipriano Barata e Evaristo da Veiga[18], nomes que são constantemente evocados, o passado grandioso que precisa ser retomado. No entanto, a aproximação não propiciou tão somente o aparecimento de personagens heróicos, como os mencionados, mas também o de jornalistas que se submeteram às exigências de políticos que detinham o poder (e podiam, assim, comprar a adesão do jornal).

Aqui se dá, no nosso entender, a cisão entre as duas formas de conceber a prática: aquela que defende o direito de o jornalista defender opiniões, idéias, o direito de, em

[18] Ambos, jornalistas e políticos, prestaram grandes serviços à causa da Independência. Evaristo da Veiga fundou o jornal Aurora Fluminense em 1827, sendo patrono da cadeira nº. 10 da Academia Brasileira de Letras (cf. Sodré, *op. cit.*).

outros termos, fazer política, e a que rejeita qualquer outro compromisso do jornalista que não seja com a informação dos fatos, com a "verdade dos fatos". Isso faz com que haja diferentes interpretações sobre a aproximação dos campos político e jornalístico: uma representação em que as duas práticas são vistas como semelhantes, partilhando os mesmos traços positivos, como estar a serviço das grandes causas, dos interesses da coletividade (como a luta pela Abolição, pela Independência e pela República); e aquela em que a simbiose política-jornalismo é vista como negativa, como exemplo do que precisa ser evitado a fim de preservar a isenção necessária.

Para esses últimos, a *imprensa política* teria muitos dos traços da conceituada por Sodré (*op.cit.*): a situada no início do século XX, que uma imprensa que não apresenta mais as características da imprensa artesanal, preocupada em divulgar idéias, princípios, mas voltada para os interesses de pequenos grupos. Para o historiador, a preocupação fundamental da imprensa política não é a política, mas o "fato político", aquele que ocorre em uma área restrita, a saber, a ocupada pelos políticos, por aqueles ligados ao poder. Isso explicaria o caráter pessoal que assumiam as críticas, a virulência de sua linguagem:

> A linguagem da imprensa política era violentíssima. Dentro de sua orientação pequeno burguesa, os jornais refletiam a consciência dessa camada para a qual, afinal de contas, o regime era bom, os homens do poder é que eram maus; com outros homens, o regime funcionaria às mil maravilhas, todos os problemas seriam resolvidos. Assim, todas as questões assumiam aspectos pessoais e era preciso atingir as pessoas para chegar aos fins moralizantes (p.331).

Os dois grandes jornais da época, *Correio da Manhã* e *O País*, são dirigidos por Edmundo Bittencourt e João Laje respectivamente. Para Sodré, esse último (que foi retratado por Lima Barreto em *Numa e Ninfa*) é a figura que tipifica o jornalista corrupto, o que recebe benefícios em troca da posição do jornal, uma interpretação nada positiva sobre o representante de uma imprensa que o historiador avalia como já regida pela lógica industrial, voltada para o lucro.

Da mesma forma, Alcindo Guanabara, o jornalista considerado por Sodré como "político por excelência", como a grande figura do jornalismo da época, aparece assim caracterizado: "ora usado pelos escravocratas para combater a onda abolicionista avassaladora, ora para defender as idéias republicanas; no início do século XX, atacando o

Governo e sofrendo por isso; depois, servindo ao Governo com a fidelidade do escriba" (p.349) – um *jornalista-servidor* na avaliação do historiador.

Para aqueles que defendem a idéia de um jornalismo combativo, um jornalismo que toma partido, a aproximação entre os dois campos é vista, como dissemos, em outros termos. É o que se pode observar nas reflexões de Marcondes (2000). Discutindo as transformações pelas quais passa a atividade do jornalista, o autor aponta quatro grandes momentos na história do jornalismo. O primeiro período, que vai de 1789 à metade do século XIX, é por ele denominado de o jornalismo "da iluminação":

> É a época de ebulição do jornalismo político-literário, em que as páginas impressas funcionam como caixa acústica de ressonância, programas político-partidários, plataformas de políticos, de todas as idéias. (...) Nessa época do jornalismo literário, os fins econômicos vão para o segundo plano. Os jornais são escritos com fins pedagógicos e de formação política. É também característica do período a imprensa partidária, na qual os próprios jornalistas eram políticos e o jornal, seu porta-voz (pp 11-12).

O trecho mostra que o autor situa em um mesmo momento a aproximação do jornalismo com a literatura e a política, o que indicia que a identidade do sujeito jornalista é construída na relação com esses dois campos, ambos legitimados. A avaliação do autor sobre o período não poderia ser mais positiva: além de "jornalismo da iluminação" aparecem expressões como "período áureo" e "romantismo da primeira fase". É nessa relação com o outro, aqui também o político, que se constrói a identidade do sujeito jornalista. Observe-se que, na leitura de Marcondes, trata-se de uma imprensa política (mesmo a partidária) bem distante daquela apresentada por Sodré: voltada para o bem comum, para a formação do povo, que coloca os fins econômicos em segundo plano.

A atividade do jornalista é representada como próxima ou idêntica não apenas à do poeta, mas também à do ativista político, ambos idealistas, sonhadores. Nas reflexões de Marcondes, e nas de outros autores, como veremos, a idéia de um período de iluminação, período em que o jornalista tinha como missão, além de levar o conhecimento, lutar pela causas justas, é recorrente e configura o que consideramos a 'grande narrativa' que circula na comunidade, com a mesma estratégia apontada por Hall (*op. cit.*): uma das formas de contar essa narrativa, a de uma comunidade imaginada, é a de enfatizar as origens, a tradição, a atemporalidade.

> A identidade nacional é representada como primordial – "está lá, na verdadeira natureza das coisas", algumas vezes adormecida, mas sempre pronta para ser "acordada" de sua "longa, persistente e misteriosa sonolência", para reassumir sua inquebrantável existência. Os elementos essenciais do caráter nacional permanecem imutáveis, apesar de todas as vicissitudes da história. Está lá desde o nascimento, unificado e contínuo, "imutável" ao longo de todas as mudanças, eterno (p.53).

Podemos dizer que recuperar o "passado glorioso", mesmo afirmando ter este terminado (como é o caso de Marcondes) configura, no universo dos jornalistas, a mesma estratégia a que se refere Hall na medida em que reforça a imagem que se quer ter (ou cristalizar) do jornalista, a saber, a do sujeito iluminado, que tem por missão trazer a luz do conhecimento. O efeito é o de presentificar as qualidades, que se revestem de um caráter atemporal. Nesse sentido, o período não teria terminado, o jornalismo ainda estaria vinculado a ideais e não a cifras; jornalistas estariam "por vocação" na atividade, comprometidos com interesses humanitários, com a defesa de causas justas.

Marcondes aponta a extinção do período engajado e o surgimento do "segundo jornalismo":

> A atividade que se iniciara com as discussões político-literárias aquecidas, emocionais, relativamente anárquicas, começava agora a se constituir como grande empresa capitalista: todo o romantismo da primeira fase será substituído por uma máquina de produção de notícias e de lucros com os jornais populares e sensacionalistas (p.13).

Nos dois períodos que se seguem, formam-se os grandes monopólios da imprensa, surge o jornalismo da era tecnológica. Para o autor, mudanças marcantes fazem com que a atividade jornalística do primeiro período em nada se pareça com a do jornalismo do início de século: a atividade transforma-se, enfraquece, o que, na leitura de Marcondes, é "um sintoma de mudança dos tempos e dos espíritos". Assim como o ser humano em geral, o jornalista teria se desencantado "quando balançaram os alicerces da humanidade", não teria mais sonhos, bandeiras a empunhar. Nota-se uma preocupação por parte do autor, um teórico do jornalismo, em mitigar os erros, em não responsabilizar os jornalistas: "e não há 'responsáveis' por essa virada na forma de fazer jornalismo" (p.37). Apesar de apontar a descaracterização da atividade (mas não a decadência!), de afirmar o fim de um período de

ouro, a idéia do jornalista combativo é reforçada na discussão de Marcondes. Isso porque ao lembrar o "passado heróico", sentidos são produzidos, uma representação de jornalista com a qual os sujeitos podem se identificar. Dessa narrativa grandiosa emerge a imagem de uma comunidade de sujeitos singulares – como mostra o prefácio do livro:

> (...) O relato que passaremos a descrever neste livro é uma reconstituição da saga desse **importante grupo humano** que nos últimos duzentos anos provocou verdadeiras revoluções na maneira de ver, sentir e vivenciar o mundo, mas que, diante do desafio de forças extraordinárias, vindas tanto de outros grupos similares e hostis quanto de máquinas infernais, acabou por desintegrar-se de forma misteriosa, pois se trata de uma desintegração *in praesentia*, quer dizer, desintegra-se permanecendo. Curioso fenômeno místico-físico, os **cães malditos**, hoje estão por aí apesar de terem perdido o faro investigativo, a fúria desbravadora e a coragem de tudo desvendar (Marcondes, *op. cit.*, grifo nosso).

Percebe-se nitidamente, pela forma escolhida para referenciar jornalistas e jornalismo (*importante grupo humano*, *cães malditos*), uma busca de valorizar essa prática, de colocá-la como protagonista de feitos grandiosos (*saga*). Mesmo afirmando que "forças extraordinárias" a atingiram, reforça-se a imagem do jornalista como o daquele que nada teme, o que busca a verdade. Assim, "faro investigativo", "fúria desbravadora" e "coragem de tudo desvendar", seriam traços constitutivos dos jornalistas, os "cães malditos", qualidades que estariam como que adormecidas, mas presentes, constitutivas, portanto, e que precisariam ser resgatadas. É interessante observar o processo de criação da metáfora usada para designar o sujeito jornalista. O próprio Marcondes sinaliza:

> Em 1993, o presidente francês François Mitterand, num ato que provocou grande mal-estar na vida política daquele país, chamou os jornalistas de "cães", quando da ocorrência do suicídio de seu ministro Pierre Bérégovoy. No Brasil, Carlos Lacerda seria igualmente um cão, por provocar o suicídio de Getúlio, assim como Bernstein e Woodward no caso da renúncia de Nixon (p.56).

A palavra **cães**, quando enunciada por Mitterand, não significa da mesma maneira que no texto de Marcondes. Na verdade, os significados são opostos. O uso das aspas indica que o enunciador rejeita o outro sentido, mantém distância em relação a ele (cf. Authier, 1999), sinalizando para o leitor a inadequação (não-coincidência) entre este "primeiro" sentido da palavra e a realidade que designa. As aspas são abandonadas à frente, na segunda ocorrência da palavra, indiciando que o enunciador ressignifica o que aparecera

anteriormente, assumindo outro sentido, não mais o negativo. Os jornalistas citados, Carlos Lacerda, Bernstein e Woodward, são ícones dessa comunidade discursiva, subsumem os traços constitutivos do que seria a essência do sujeito jornalista, a saber, a coragem, a autonomia, a defesa dos interesses da comunidade. A construção da metáfora é possível, no primeiro caso, graças a uma intersecção de traços comuns a jornalistas e a cães, traços próximos aos que aparecem no trecho de Lima Barreto transcrito anteriormente: "um faro para achar a presa e uma insensibilidade, uma ausência de senso moral a toda prova". Já no caso de Marcondes, o processo se dá também atribuindo traços comuns a ambos os referentes, mas traços positivos: "faro investigativo, fúria desbravadora, coragem de tudo desvendar". Assim, o que era negativo, pejorativo, passa a positivo, a necessário – os sentidos indesejados são silenciados, são ressignificados.

É importante fazer algumas considerações sobre aquele que Marcondes considera exemplo de *cão maldito* no Brasil : Carlos Lacerda. Esse jornalista, suas idéias (presentes em *A missão do jornalismo*), também é considerado por Lago (*op. cit.*) como a figura que melhor exemplifica a concepção de jornalismo enquanto instrumento de intervenção na realidade social. Para Lacerda o jornalista deveria ser o "político do povo", o "zelador da comunidade", a figura responsável pela construção da opinião pública. E isso sem se envolver em política partidária ('regra' que ele não seguiu). A distinção que estabelece entre *jornalismo partidário* e *tomar partido pelo jornalismo* busca resguardar a imagem de um jornalista preocupado e compromissado apenas com os interesses da coletividade, um jornalista que abraça a sua 'missão', que diz *não* aos poderosos.

Outro autor que fala sobre a influência do campo político na atividade jornalística é Ribeiro (*op. cit.*). Discutindo as "metamorfoses" pelas quais passa o jornalismo, o autor identifica elementos religiosos, românticos e revolucionários, uma mistura que "ainda hoje alimenta a mitologia da profissão" (p.24). Tendo exercido a função de repórter em dois grandes jornais do país, *O Estado de S. Paulo* e a *Folha de S. Paulo*, Ribeiro se propõe a discutir as "condições e contradições" do trabalho jornalístico, dentre elas a de essa atividade, mesmo submetida à lógica empresarial, ainda apresentar uma "aura romântica". Segundo ele, o comportamento dos agentes sociais, jornalistas e empresários, é perpassado por componentes religiosos: os últimos exigem de seus subordinados uma adesão quase que religiosa; os primeiros incorporam a idéia de fazer parte de um "corpo sacerdotal". A

profissão apresentaria rituais, sendo concebida como uma missão e aqueles que a exercem como os eleitos, idéia que aparece em vários depoimentos colhidos pelo autor, dentre eles o abaixo, do jornalista Clóvis Rossi:

> Antigamente a idéia de romantizar a profissão, de que nós éramos os grandes heróis na luta contra a ditadura, levou a exageros: antes também havia gente acomodada. Mas creio que a coisa da missão não se tenha esgotado (p. 141).

O enunciador não diz de forma explícita que os jornalistas são heróis, mas essa "verdade" aparece implicitada. Os exageros a que se refere dizem respeito não a identificar jornalista e herói (que aparece como natural nessa leitura), mas a não considerar que "**também** havia gente acomodada". A opção pelo implícito está relacionada com a posição ocupada pelo sujeito jornalista e a construção em seu discurso de uma imagem do ser "superior", legitimado para ocupar tal posição. Essa imagem é construída na/pela enunciação e não aparece explicitada no enunciado, já que poderia provocar o efeito contrário do pretendido, isto é, distanciar o leitor do jornalista "arrogante".

Para Ribeiro, idéias que fazem parte da mística da profissão, como a abnegação e o sofrimento, conferem "um glamour à exploração sofrida":

> O elevado teor místico do ambiente jornalístico, que se cristaliza em torno de temas como missão e sofrimento, é alimentado pelas empresas e assimilado pelos jornalistas. Embora não corresponda mais à realidade de uma atividade que se industrializou, essa mística pode tanto ser fator de resistência profissional como, transformada em fantasmagoria, contribuir para uma gloriosa extração de mais-valia (*op. cit.,* p.140).

A idéia de jornalismo enquanto sacerdócio é atraente, afirma Ribeiro, à ideologia dos patrões pois, quando assimilada, faz com que o profissional "vista a camisa" da empresa, torne-se dócil e produtivo. Mas acreditamos que não é só isso. O interesse não se restringe a assegurar que os jornalistas internalizem um *habitus* (retomando Bourdieu), condição necessária para que a prática se realize, mas produzir sentidos para o jornalismo, uma narrativa grandiosa com a qual o sujeito dessa comunidade possa se identificar, construir sua identidade. O jornalismo é assim representado como uma atividade caracterizada pelo desprendimento, pela abnegação e dedicação. E isso é interessante para a própria instituição imprensa, para manter a sua credibilidade.

A essa imagem de prática heróica vem juntar-se a do próprio sujeito jornalista: o idealista, combativo, aquele que concebe sua profissão como uma missão: zelar pela 'verdade', fiscalizar o poder, denunciar injustiças. Para que isso aconteça é indispensável sua autonomia, estar preso somente aos interesses do público, aí a ligação com o literato. Nessa comunidade, qualquer insinuação de vinculações exteriores é ofensa grave (Barros Filho, 2003, p.123) na medida em que retira o caráter nobre e desinteressado da prática.

Mas como defender os interesses da comunidade sem se envolver, sem tomar partido? A distinção proposta por Carlos Lacerda resolve a questão daqueles que não vêem problemas em o jornalismo assumir traços combativos, em emitir opiniões, mas não dá conta de explicar a possibilidade de a isenção coexistir com a defesa dos interesses coletivos (o que demanda tomar partido). Dessa impossibilidade decorrem contradições, tentativas de superá-las e explicá-las. No nosso entender uma delas é defender um jornalismo "neutro", isto é, ligado à 'verdade dos fatos', mas ao mesmo tempo voltado para o interesse público.

A idéia de que a imprensa deveria funcionar como um **quarto poder** marca o momento em que a imprensa americana se afasta do campo político, reivindicando um espaço só para ela (a autonomização do campo nos termos de Bourdieu) bem como traços que a diferenciassem desse outro campo (aqui entendido como ligado a interesses de poucos). O jornalista, não mais identificado ao político, deveria, assim, estar sempre vigilante, desvelar mentiras, obscuridades. E, o mais importante, ter autonomia, o que significa estar livre da influência governamental e de controles externos.

O conceito americano de *watcdogrole* subsume o papel que deve ser exercido por esse jornalista, o "olhar de cão", aquele que procura onde está a verdade, que zela por ela. Observe-se que o "cão maldito", na expressão de Marcondes, não é figura exclusiva do jornalismo romântico, aquele que se oporia ao 'novo jornalismo' (leia-se o modelo americano que foi adotado por aqui). É interessante observar como esse papel aparece explicitado no depoimento abaixo, do jornalista Mino Carta, editor da revista *Carta Capital*:

> A revista fiscaliza o poder, pois essa é uma função indispensável do jornalismo e realmente faz uma marcação homem a homem dentro de suas possibilidades e dos objetivos que estabeleceu. Além disso, tem uma **devoção canina** pela verdade factual e por isso digo que ela é uma publicação independente. Mas não se pode dizer o mesmo de muitas outras (In: Barros Filho, 2003, p. 126, grifo nosso).

Outro ponto a considerar, que contribui para reforçar a imagem do sujeito combativo, é a importância dada ao chamado jornalismo investigativo tanto dentro da comunidade como fora dela. É comum ouvir alunos externarem o desejo de se dedicarem a esse tipo de jornalismo, aquele que desvenda casos insolúveis, que aponta culpados, que faz justiça. Caracterizado pelo trabalho solitário, longe das salas burocráticas das redações, ele representaria a essência da prática, o que explica o fascínio que desperta. O jornalista Cláudio Tognolli, nome respeitado na área, é assim apresentado em uma entrevista que concedeu à revista *Caros Amigos*:

> Ele é o repórter que todo jornalista iniciante sonha ser um dia. Com a coragem e a ousadia que lhe valeram o apelido de McGiver quando trabalhava na *Folha de S. Paulo*, se dedica ao chamado jornalismo investigativo, atividade em extinção na imprensa brasileira – talvez porque incomode muita gente, coisa que ele vem fazendo há muito tempo e que já lhe rendeu 32 processos judiciais, inclusive no exterior. Rendeu também ameaças e agressões (numa delas perdeu todos os dentes da frente), o que apenas o estimula mais, em vez de intimidar (Ano 1, nº. 12, p.26).

O fato de alguns sujeitos dessa comunidade rejeitarem a expressão *jornalismo investigativo*, por considerá-la uma redundância, corrobora o que estamos dizendo, a saber, a crença de que um dos traços definidores de jornalista seria a combatividade, o espírito de fazer justiça. Não se trata, como argumenta Barros Filho (2003), da defesa de uma concepção subversiva da profissão, mas de (re)afirmar o que se acredita como sua própria essência, e que, por essa razão, deve ser perpetuado.

A essas qualidades – combatividade, autonomia, habilidade com a escrita, luta por causas justas – que o discurso jornalístico e sua prática reivindicam como elementos constitutivos, vem somar-se outra que, de tão repetida e defendida, cristalizou-se. Trata-se da objetividade.

CAPÍTULO III

O MITO DA OBJETIVIDADE: O JORNALISTA ILUMINADO E ILUMINADOR

> Depois de tanto anos que moveu oposição intransigente, o Partido dos Trabalhadores chega, enfim, mais maduro e realista ao poder federal. Terá ocasião de verificar a distância que separa promessas, mesmo quando bem-intencionadas, e resultados concretos. Ao saudar a legitimidade do presidente Lula, a Folha se compromete a **manter sua linha editorial de independência e crítica, na convicção de que o melhor serviço que um jornal presta ao país é iluminar, questionar e discutir a atuação de seus governantes** (Editorial, primeira página, 28/10/2002, grifo nosso).

Neste capítulo passamos a discutir o conceito de objetividade e sua importância no campo do jornalismo. Analisamos reflexões tanto daqueles que problematizam o conceito como de autores que o tomam como um ideal a ser seguido, o paradigma do campo. Também analisamos o *Manual de Redação da Folha*, lugar que consideramos privilegiado para discutir traços que caracterizam o jornalismo tecnológico, aquele voltado para o mercado. Procuramos observar como se constrói o diálogo com seu *outro*.

3.1 Um novo jornalismo

Ao contrário dos traços já apontados, que conferem uma aura romântica e combativa à prática jornalística, atributos como objetivo e imparcial apontam para campos dominados por concepções lógicas e racionais, distantes, portanto, do campo literário ou do político-combativo. Como vimos, a passagem do jornalismo artesanal para o industrial provoca transformações não apenas na prática como no próprio perfil do jornalista: não mais o boêmio, mas o que deve se submeter a novas regras. O jornalista romântico passa a ser visto como ineficaz, despreparado para enfrentar as crescentes mudanças, como a racionalização dos processos de produção. Isso não significa que há puramente uma substituição, sai de cena o romântico e entra o racional, o metódico, mas que novas discursividades se abrem, possibilitando, assim, que novos elementos entrem na configuração do imaginário do/sobre o jornalista, na constituição de sua identidade.

Antes de falar especificamente da emergência do conceito de objetividade no jornalismo, consideramos importante apontar que traços como a racionalidade, o saber, a pesquisa, típicos da ciência, são atribuídos a esse campo a partir de seu aparecimento. Nessa perspectiva, o jornalismo teria se configurado vinculado a ideologias do progresso, seria "o filho direto da ideologia das Luzes":

> o jornalismo é a síntese do espírito moderno: a razão (a "verdade", a transparência) impondo-se diante da tradição obscurantista, o questionamento de todas as autoridades, a crítica da política e a confiança irrestrita no progresso, no aperfeiçoamento contínuo da espécie (Marcondes, *op. cit.*, p.8).

Para Marcondes, com o aparecimento do jornalismo se dá a desconstrução do poder instituído em torno de instituições como a igreja e a universidade, na medida em que ele espalha um conhecimento até então reservado, restrito a poucos: "o saber, o acesso a documentos, o direito à pesquisa estiveram, até a invenção dos tipos móveis por Gutenberg, nas mãos da igreja" (p.10). O jornalista, também detentor de um saber, levaria o conhecimento a um número maior de pessoas, partilhando esse saber, no caso, a notícia. Segundo o autor, para atingir tal objetivo os jornalistas farão de tudo: explorar, escavar, "virar tudo de pernas para o ar" e até profanar, no interesse da notícia. Surgiria daí, na leitura de Marcondes, o mito da transparência, "filho direto da ideologia das Luzes".

De início, segundo Marcondes, a objetividade estaria relacionada à busca da luz: o jornalismo seria uma atividade de "busca da verdade", uma forma de objetividade. O século XX marca, no entanto, uma mudança nessa concepção, a saber, a transparência deixa de ser um projeto para atingir a realidade e passa a valor único, a "valor de verdade" (p.111). Como vimos, o autor faz uma interpretação nostálgica de um certo período do jornalismo, "o jornalismo áureo", nele apontando traços avaliados como a essência da prática. Nesse sentido, a transparência como uma forma de objetividade seria outro traço grandioso, hoje obscurecido, característico de uma comunidade, de sujeitos que "outrora batalhavam por revelar uma verdade, uma explicação, a 'chave' dos acontecimentos" (p.30).

A explicação do autor para o desaparecimento de tal atributo mais uma vez exime de grandes responsabilidades a comunidade jornalística:

> O que pode servir de diretriz ao trabalho de jornalistas quando as grandes bandeiras já não existem? Que ideais podem ainda dar uma lógica, um contexto, um sentido às

> suas ações – à sua investigação jornalística do certo, do bom, do justo – se o mundo, como um todo, perdeu suas orientações e ficou entregue a si mesmo como uma embarcação sem bússola? Apenas um valor sobrevive nesse terreno esvaziado e aleatório: a transparência. Não havendo mais que verdade contrapor a qual falsificação, que interpretação fazer frente a que versão, o único critério que sobrevive é o da visibilidade: se visível, então bom; se obscuro, então mal (p.55).

A imagem do jornalista iluminador, detentor do conhecimento, emerge com freqüência no discurso jornalístico. O trabalho de Lima, já referido aqui, exemplifica bem esse lugar que é atribuído ao sujeito jornalista ou que este se atribui. O autor defende a função dinâmica do jornalismo (analisado por ele sob a Teoria Geral dos Sistemas), que resultaria "na elevação da massa para o nível de capacidade de interpretação da atualidade". Para Lima o jornalismo atinge tal objetivo

> porque universaliza o conhecimento, vai buscá-lo na vanguarda artística, nos laboratórios da ciência e da tecnologia, depois o distribui, traduzido em linguagem acessível, para quem quer que tenha um padrão cultural médio que o permita entender a mensagem (p.23).

Também Ribeiro destaca esse componente do jornalismo, o de ampliar e levar o conhecimento, citando depoimento de Frias Filho:

> Embora menos rigoroso que a ciência, o saber envolvido no jornalismo é uma forma de produção intelectual. O diretor de Redação da *Folha de S. Paulo*, Otávio Frias Filho, destaca essa característica: "Penso que o jornalismo de qualidade deve atribuir-se uma tarefa de identidade de sua linguagem, ampliando a sua autonomia, como uma esfera da vida intelectual dotada de valores e procedimentos próprios e restituindo, ao mesmo tempo, a intelegibilidade que o mundo perdeu aos olhos do leitor" (p.10).

Note-se que Ribeiro, além de defender a idéia de o jornalismo constituir um saber, equipara-o ao da ciência ("embora menos rigoroso"), o que dá a esse saber traços de um bem precioso, e não apenas uma mercadoria. A fala de Frias Filho traz elementos já apontados por outros autores como constitutivos da identidade do jornalismo, como a autonomia. A expressão escolhida – *uma esfera da vida intelectual* – retoma estudo de Habermas (1984). Esse autor atribui um papel significativo à imprensa periódica na formação de uma nova esfera do público nas origens da Europa moderna, isto é, na

constituição de um espaço onde as pessoas se reuniam para discutir as normas da sociedade civil e a atuação do estado, lendo e debatendo os periódicos. Para Thompson (2002), que analisa as reflexões presentes em a *Mudança estrutural da esfera pública*,

> parte da argumentação de Habermas tenta mostrar que a discussão crítica estimulada pela imprensa periódica finalmente teve um impacto transformador sobre as formas institucionais dos estados modernos. Ao ser constantemente chamado diante de um fórum público, o Parlamento se tornou cada vez mais aberto ao escrutínio, finalmente abandonando o direito de evitar a publicação de seus procedimentos. O Parlamento também se tornou mais aberto à imprensa e começou a desempenhar um papel mais construtivo na formação e na articulação da opinião pública (p.69).

A imagem do jornalista iluminador, o que tem por missão distribuir o saber, dar ao outro **a** leitura do mundo, também reaparece na fala de Frias. Esse conhecimento, que é distribuído pelo jornalista, assume características próprias do saber racional, científico, aquele que afasta o "obscuro" e ilumina a "verdade", em "uma linguagem acessível". Assim, além de buscar a verdade, caberia ao jornalista torná-la inteligível, de fácil compreensão, o que daria a esse sujeito o papel de "tradutor do real" (expressão usada por Lima).

3.2 Informação x Opinião

É comum apontar a emergência do discurso da objetividade no jornalismo em um dado período, a saber, aquele em que jornalistas e seus críticos passam a discutir a necessidade de os jornais preocuparem-se mais com a essência dos fatos e não com opiniões sobre eles (final do século XIX e início do XX). Como questão central dentro do campo, a objetividade aparece discutida em inúmeros textos, sejam teóricos ou injuntivos (os manuais). No caso dos primeiros, procura-se explicar o conceito, como surgiu, com que propósitos, a possibilidade ou não de sua aplicação; nos segundos, a objetividade é idealizada, apresentada como o único caminho para se chegar à "verdade" e, assim, manter o compromisso ético com o leitor. Não há um consenso sobre quando e em que condições o conceito aparece no jornalismo e como passa a critério de avaliação da prática, mas, de forma geral, nos textos em que a objetividade é problematizada, ela aparece vinculada à ideologia positivista (segunda metade do século XIX):

> Numa época marcada pelo positivismo, também os jornalistas são levados ao culto dos factos e à tarefa de reproduzir fielmente a realidade, impressionados com novos inventos, como a máquina fotográfica (Traquina, p.23).

> Essa nova metodologia científica fez crer que todos os repentes advindos da liberdade criativa do homem fossem sem fundamento e irracionais. Surge, assim, com o positivismo, a distinção entre o fato e o juízo de valor, entre o real e a valoração humana do real e entre o acontecimento a ser estudado e a opinião. Essa distinção representou um divisor de águas em outras ciências humanas como o direito, a sociologia, a história, a ética e, conseqüentemente, o jornalismo. Deriva daí a distinção que hoje fazemos entre jornalismo opinativo e informativo (Barros Filho, 2001, p.22).

A relação entre o discurso jornalístico e a ideologia positivista não pode, no entanto, ser pensada em termos de causa-conseqüência, mas como uma apropriação, por parte do primeiro de elementos, de traços dessa última. Esses elementos são trazidos para o interior do discurso jornalístico e passam a conviver dialogicamente com outros, já apontados anteriormente, os do campo literário e do político. Dentre esses traços está a objetividade, a idéia de que o jornalista retrata a realidade de forma imparcial, o que dá origem à chamada teoria do espelho:

> A concepção de que a objetividade jornalística resulta numa visão imparcial dos fatos está sujeita a muitas das mesmas críticas que têm sido dirigidas ao positivismo em geral. Esta posição implica que o jornalista e os *media* noticiosos sejam observadores independentes, separáveis da realidade social que eles noticiam; que a verdade ou o conhecimento dependem da neutralidade do observador/jornalista em relação ao objeto de estudo; que o meio noticioso quando "utilizado corretamente" é neutral e destituído de juízos de valor, podendo assim garantir a veracidade da "mensagem" (Hackett, Robert, *apud* Traquina, *op*. *cit*.).

O desejo de reproduzir a realidade não deve ser pensado como traço subjetivo do jornalista, como uma vontade pessoal, mas como decorrente do diálogo do discurso jornalístico com o discurso da objetividade, que impõe uma nova "evidência" ao primeiro, a saber, a de que as notícias podem e devem ser o espelho dos fatos. No que diz respeito à construção da identidade do sujeito jornalista, sentidos ligados ao campo da ciência, como a precisão e o rigor, passam a circular na comunidade possibilitando, assim, uma aproximação entre o homem da ciência e o jornalista. O trecho abaixo traz a fala de um

jornalista que mostra a ordem desse discurso que se constitui dialogicamente com um outro, qual seja, o da ciência:

> No espaço da geração que se formou antes da guerra (Segunda Guerra Mundial) para a geração atual, o jornalismo mudou de cara, mudou sua maneira de ser e de influir sobre a sociedade. Antes o jornalismo era personalista, polêmico, violento, missionário. Consistia basicamente numa prédica: a pregação das verdades, das opiniões, das crenças, das simpatias dos que o faziam, dos donos dos jornais e dos grandes jornalistas. Hoje, ao contrário, **o jornalismo quer ser espelho** – e isto é importante guardar (Fernando Pedreira, "A essência do jornalismo moderno", citado por Lins da Silva em *O adiantado da hora*, grifo nosso).

Outros autores que fazem a crítica da teoria do espelho ressaltam o fato de a prática jornalística conhecer o jornalismo objetivo bem antes de ele se tornar tema de discussões, antes de se tornar o modelo do bom jornalismo, o paradigma do campo. Com efeito, alguns autores que procuram traçar a 'genealogia' do conceito, ressaltam diferentes momentos em que jornalistas, de diferentes lugares, procuraram um caminho que possibilitasse a separação entre o relato dos fatos e seus comentários. É interessante observar como se dá a transposição dessas histórias do aparecimento da prática do jornalismo dito objetivo para as reflexões daqueles que procuram justificar ou defender esse modelo. Essa leitura é feita a partir de um lugar que confere às histórias, àqueles que as protagonizaram, um estatuto científico.

Essa observação é feita em outros termos por Chaparro (1998). Discutindo o paradigma opinião x informação, esse autor retoma o relato e as observações de alguns estudiosos da comunicação, como Smith[19], sobre o aparecimento de um jornalismo mais objetivo. O responsável teria sido o inglês Samuel Buckley, jornalista que implantou mudanças no *The Daily Courant* no início do século XVIII, criando a estratégia de separar as notícias dos artigos, com o objetivo de não "contaminar" as informações.

> Ao comentar as virtudes do jornalismo do Courant, Smith usa a palavra acurácia (accuracy), termo que a cultura jornalística tomou emprestado da Matemática e da Física para definir a virtude vital da informação: exatidão garantida pelo rigor dos procedimentos de apuramento e verificação (Chaparro, p.99).

[19] SMITH, Anthony, "The long road to objectity and back again: the kinds of truth we get in journalism", in BOYCE, George, CURRAN, James e WINGATE, Pauline, *Newspaper History – from the seventeenth century to the present day*, Londres, Constable e Beverly Hills, Sage Publications, 1978.

A escolha da palavra acurácia é significativa. Como observa Chaparro, ela pertence a outro campo, geralmente caracterizado pelo rigor e precisão, o que faz com que o jornalismo tenha maior credibilidade. Ressalte-se que ao tomar essas qualidades como suas, o jornalismo não apenas atribui a si traços do campo científico como também procura colocar-se em uma posição que dê a ele o *status* de intocável, como a ocupada pelas ciências exatas: um saber que seria **por natureza** isento e, portanto, confiável.

Chaparro afirma que o modelo de Buckley não teve pretensão científica, foi uma estratégia para atrair mais leitores, mas sobre a experiência criada por esse jornalista a cultura jornalística instituiu o paradigma da objetividade, que divide o jornalismo em opinião e informação. Segundo Chaparro, a rigor, "talvez nem se trate de um paradigma", no sentido atribuído por Kuhn, mas de uma apropriação do termo pela cultura jornalística. Entendemos que esse empréstimo não é gratuito, mas atende aos objetivos de legitimação e valorização da comunidade e de seus sujeitos (assunto que discutiremos mais à frente).

A palavra acurácia também está presente no nome de uma das maiores organizações americanas responsáveis pela fiscalização da imprensa, a FAIR (Fairness & Accuracy in Reporting*)*. Percebe-se aqui que o modelo objetivo deixa de ser uma forma diferente de fazer jornalismo (o que remete à questão dos gêneros) e passa a valor, definindo a prática daqueles que têm prestígio, os que são dignos de confiança: o modelo do bom jornalismo.

Como dissemos, o embate entre dois modos de fazer jornalismo é apontado por Bourdieu (1997) quando da análise da constituição do campo jornalístico na França no século XIX. Para o sociólogo esta se dá pela oposição entre jornais que ofereciam notícias sensacionalistas e aqueles que propunham análises e comentários, preocupados em marcar distinção em relação aos primeiros afirmando valores de "objetividade". No caso dos Estados Unidos, como também já apontamos, a luta se dá entre aqueles que emitiam opiniões e os que se voltavam apenas para os fatos, para as notícias. O bom jornalismo passa a ser identificado com esse último, o que abre espaço para a existência de organizações como a FAIR, a fim de verificar se está ou não havendo acurácia. Ressalte-se que o oposto à precisão é desvalorizado uma vez que identificado a procedimentos como distorção e enviesamento.

No Brasil, o *Observatório de Imprensa*, organizado pelo LABJOR (Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo), atribui-se esse papel fiscalizador. Seu editor, o

jornalista Alberto Dines, é defensor ferrenho da objetividade, da separação entre informação e opinião, como mostra o trecho abaixo:

> A informação foi trocada pelo opinionismo. E este é um convite para a irresponsabilidade e a frivolidade. Não me canso de repetir uma anedota (provavelmente só anedota e não episódio factual) que ouvi de um chefe quando comecei na profissão: havia um jornal no Rio de Janeiro chamado *A Vanguarda*, de tendência fascista e, até 1942 (quando o Brasil entrou na guerra), financiado pela embaixada alemã. Obviamente fazia o jogo do Eixo. Apesar do nome era um jornal burro e retrógrado, monocórdio, repetindo os ataques a Roosevelt e Churchill. Um dia um redator jogou seu artigo na mesa do redator-chefe e pontificou: "Acabo de destruir o Império Britânico"! Quem acabou foi o jornal e este tipo de jornalismo arrogante que "pretende destruir o Império Britânico com meia dúzia de linhas". Quem deu o tiro de misericórdia neste padrão vicioso foi o *Diário Carioca* em 1952, quando fez a separação definitiva entre informação e opinião. O opinionismo foi reservado às páginas de opinião. Hoje, voltou a transbordar e permeia a edição inteira. É o efeito perverso da "modernidade". Ao receber tantos conceitos peremptórios e lacrados, o leitor fica perdido e intimado, incapaz de montar seu próprio juízo. Nesse berreiro ensurdecedor, a sociedade brasileira perde suas referências (Dines, 1997, p.40).

O jornalista defende a idéia de que pode haver separação entre notícia e opinião (o ideal de língua transparente), como o faz boa parte da imprensa, e a necessidade dessa separação uma vez que sem ela o leitor ficaria "perdido e intimidado". O "verdadeiro" jornalismo seria, portanto, aquele que deixa claro o que é a notícia, que a traz em estado "puro"; o outro jornalismo, na visão de Dines, não passa de "opinionismo". Observe-se a palavra escolhida para fazer referência ao 'mau jornalismo'. Aqui teríamos um exemplo claro do que Maingueneau (1993) chama de *simulacro*.

Para o analista, como dissemos, a interação entre discursos em posição de delimitação recíproca pode ser entendida como um processo de tradução generalizada ligada a uma *interincompreensão.* Um discurso quando introduz o outro em seu interior o faz sob a forma de simulacro, isto é, interpretando os enunciados desse outro através de suas próprias categorias. No caso de *opinionismo*, temos uma tradução do jornalista, a partir de sua posição, do que dizem os que ocupam outra posição, aqueles que defendem a 'mistura' informação-opinião, a possibilidade de os jornalistas emitirem opiniões sobre os fatos. Nesse sentido, o simulacro ilustra bem o embate entre dois modos de conceber o

jornalismo, a disputa entre os agentes do campo pelo capital simbólico, neste caso, a credibilidade e a confiança.

A crença no jornalismo objetivo, sem marcas subjetivas (de opinião), pode ser explicada pelo conceito de esquecimento de Pêcheux e Fuchs (1975). Os sujeitos têm a ilusão de que aquilo que dizem só pode ser dito *daquela* maneira, de que o sentido é transparente, "esquecendo" que seu dizer é afetado pela ideologia e pelo inconsciente, afetado por "outros" discursos. Não se trata, necessariamente, como pensa o jornalista, o guardião da acurácia, de manipulação ou má-fé (nessa comunidade é comum associar marcas de subjetividade a procedimentos condenáveis), de uma traição à verdade. A linguagem não é transparente como pretendem muitos jornalistas, o sentido não é único e não pode ser controlado pelo sujeito (o que talvez explique os insistentes pedidos de alunos, futuros jornalistas, para "aprender" a eliminar ambigüidades), como parece acreditar o jornalista Dines[20].

3.3 O jornalismo tecnológico

Quando o conceito de objetividade é discutido por aqueles que o consideram o modelo do bom jornalismo, referências à aproximação com o positivismo ou à pretensão lógica não aparecem. É o caso de Lins da Silva (1990) em *O adiantado da hora: a influência americana sobre o jornalismo americano.* O autor, que transita pelo meio acadêmico, além de ter cargo de confiança no grupo **Folha**, propõe-se a, como indica o

---

[20] A defesa que Dines faz da objetividade, a sua "profissão de fé", cai por terra na análise de Possenti (2000) sobre um artigo do jornalista publicado no *Correio Popular* de Campinas em 03/06/2000. Falas do então deputado Genoíno sobre o episódio Covas vs. Professores, como "um governante não poderia agir como um manifestante, não pode bater boca e tem de evitar conflitos" ou de que discordara dos que haviam agredido o governador foram assim traduzidas por Dines: "Em outras palavras, o representante petista acha que Covas provocou a ira dos grevistas acampados pacificamente em frente à Secretaria da Educação". Possenti observa com propriedade que o jornalista não repetiu o nome do deputado, identificando-o por "representante petista" (expressão marcada), e também que reduziu três afirmações de Genoíno a uma só. Nas palavras do analista: "Dines reduziu tudo à seguinte simplificação grosseira: Covas provocou os manifestantes. E nada comentou sobre Genoíno ter condenado as agressões. Foi esquecer logo essa passagem?". Uma curiosidade: o título do artigo de Possenti é "Interincompreensão ou má fé?".

título do livro, descrever como o modelo americano de jornalismo tornou-se hegemônico por aqui. Como Chaparro, também aponta o aparecimento de uma prática de jornalismo objetivo na Inglaterra no século XVIII, e afirma que ela teria sido a matriz do modelo americano de fazer jornalismo. Mas, ao contrário daquele, que questiona o fato de uma estratégia mercadológica tornar-se paradigma, Lins da Silva toma esse modelo como natural e acaba por identificá-lo a valor, argumentando através de números, que este (a objetividade) seria aquele ao qual os leitores apresentam maior grau de adesão. Em outras palavras: o bom jornalismo seria o jornalismo objetivo.

No entanto, em algumas passagens de sua discussão, como a abaixo, o autor como que reconhece a impossibilidade da objetividade. Isso se deve, acreditamos, ao fato de ocupar, além da posição de jornalista, também a de acadêmico, o que o obrigaria a conhecer as críticas à teoria do espelho, caso contrário pareceria ingênuo ou desatualizado.

> (...)São mais do que conhecidas as teorias de que na sociedade capitalista não há liberdade de imprensa, mas sim de empresa, e que a objetividade é impossível, já que qualquer pessoa quando observa o mundo o faz através de uma ótica particular, de acordo com sua educação, tipo de inserção social, experiências anteriores, e toda uma série de condicionantes. Isso é tudo provavelmente verdadeiro (p.89).

Mas quando Lins da Silva se refere ao jornalismo americano, aquele que ele recusa assumir que é seu ideal, atribui-lhe traços do discurso científico, como o rigor e a precisão, o que configura o que estamos chamando de pretensão lógica desse discurso, o desejo de ser exato como seria o da ciência. O trecho abaixo, do jornalista Luiz Carlos Azenha, que escreve a apresentação do livro de Lins da Silva, é significativo:

> O Carlos Eduardo viveu nos Estados Unidos duas temporadas (...). Encontrou aqui o seu nirvana. Uma sociedade guiada pelo racionalismo, onde é possível explicar causas e conseqüências; onde o jornal de hoje nasceu do de ontem e servirá de base para o de amanhã. Aceitem meu testemunho: é um descanso, para quem vem do Brasil, descobrir um lugar que funciona, mesmo que seja apenas em proveito próprio. Esse contato com a realidade americana reforçou no Carlos idéias que ele certamente já cultivava nos tempos de universidade e emprestou uma urgência quase que messiânica às atividades que ele assumiu no Brasil. A costurá-las o objetivo de reformular o jornalismo brasileiro, metodizá-lo, dar a ele quase que uma base "científica" (p.14).

O jornalista Azenha, atualmente correspondente da rede *Globo* nos Estados Unidos, traça um perfil do amigo cujos traços, a racionalidade, a organização, apontam para o campo da ciência. Note-se que o retorno de Lins da Silva ao Brasil ganha um tom heróico, extraordinário: aquele que aceita abandonar seu "nirvana" para "reformular o jornalismo brasileiro" (na verdade foi para ser um dos mentores do Projeto Folha), para dar a ele um estatuto científico, digno de confiança. Em outras palavras: libertar o jornalismo daqui dos grilhões do passado, modernizá-lo, salvá-lo. Mais uma narrativa grandiosa. Não é gratuito o fato de o livro em questão ser adotado em muitas escolas de Jornalismo. No trecho abaixo, Lins da Silva compara o jornalismo "racional" americano ao brasileiro:

> O maior contraste entre o jornalismo brasileiro e o americano talvez continue sendo este que tanto assombrou Coelho há mais de 50 anos. Não só os jornalistas brasileiros continuam às apalpadelas, enquanto seus colegas americanos sofisticam cada vez mais os graus de autoconhecimento e de divulgação da produção da pesquisa na área (com uma quantidade a cada ano maior de *journals* e revistas de *journalism review*), como a atitude anticientífica ainda é prevalecente nas redações brasileiras. A improvisação continua sendo melhor vista do que o método pela maioria dos profissionais; a técnica é compreendida como burocracia e a pesquisa como abstração (pp. 67-68).

O trecho mostra de forma clara o que entendemos como pretensão científica/lógica do discurso jornalístico, como este se aproxima de discursos legitimados como o da ciência, tomando, como seus, traços característicos daquele campo. Assim, para o autor, as redações devem ter **atitude científica**, **método**, **técnica**, **pesquisa**. Foi sem dúvida essa crença que impulsionou Lins da Silva quando da reforma da *Folha de S. Paulo*[21] na década de 80. Como um dos mentores da "revolução" que se deu no jornal[22], impôs uma série de medidas que objetivavam combater a "entropia" que dominava a redação

> O jornalismo precisa ao mesmo tempo combater a entropia internamente para poder desincumbir-se bem de suas tarefas (*Mil dias*, p.33).

Na fala de Lins da Silva, a pretensão de igualar a prática jornalística à científica aparece não apenas quando defende a necessidade da primeira adotar procedimentos semelhantes aos da segunda, mas também quando recorre a um conceito científico para

[21] FSP daqui em diante.
[22] "Mil dias: os bastidores da revolução em um grande jornal".

defender e legitimar seu ponto de vista. A palavra escolhida não poderia ser mais indicativa do que estamos apontando aqui. Pertence ao campo da Termodinânica e migrou para a Teoria da Informação para indicar um estado de incerteza e desordem na organização dos elementos do sistema (no caso a linguagem). Percebe-se que o discurso da objetividade marca presença também nas teorias que tratam da comunicação, o que faz com que essas adotem concepções e modelos vindos das ciências exatas. Foi o matemático Claude Shannon o responsável pela associação do conceito de entropia à informação, além dos de redundância e ruído. O modelo informacional, aquele que regularia a imprevisibilidade, mantendo um equilíbrio entre informação nova e redundância, privilegia a formalização e a quantificação (cf. Sfez, 1994). Nessa perspectiva, a informação não é marcada por qualquer traço subjetivo, exclui o comentário e a intromissão do sujeito na mensagem. Daí afirmar-se que poderia ser medida, utilizando para isso os conceitos vindos das ciências matemáticas.

Dessa forma, a informação seria o lugar onde ciência e jornalismo se encontram, o lugar de realização do desejo. Parece que isso explica a discussão que toma conta dos debates sobre comunicação a partir dos anos 70, uma discussão que opõe informação e comunicação, privilegiando, obviamente, a primeira. A última passou a ser usada para fazer referência a "notícias fabricadas", muitas vezes plantadas nas redações por assessorias de empresas, pessoas importantes etc. A informação, ao contrário, seria a notícia "em estado puro" (Marcondes, 2002, p.107). O jornalismo objetivo, aquele que Lins da Silva procurou implantar na FSP, é o que pretende se aproximar do fazer científico, o que valoriza a informação, que sabe separá-la da comunicação. O perigo de confundir as duas, ou de haver mais comunicação que informação, é apontado na coluna do então *ombudsman* do jornal, o jornalista Bernardo Ajzenberg, publicada em 10/03/01, em uma espécie de "recado" aos leitores de que questões como essas estão sendo cuidadas:

> No caso do jornalista, se a atenção fraqueja diante dos empurrões dessa espécie tentacular de comunicação – hoje mais do que nunca em expansão – asneiras se reproduzem às pencas, reputações dignas são atropeladas, divulgam-se reclames sem querer. O jornal tende a perder sua agenda autônoma; ele se retrai; comprime investigações.

Mas como separar informação e comunicação? Como saber estar ou não diante da notícia? O conceito de *news judment*, também do jornalismo americano, dá conta desse

saber, refere-se à capacidade de detectar a notícia em estado puro. O jornalista, ao contrário do sujeito comum, teria o **faro**, traço necessário para fazer a distinção. No entanto, como apontam os críticos da objetividade, aqui surgem problemas. Esse traço implica a idéia de um julgamento de valor, uma avaliação do sujeito, idéia que mina o ideal de um discurso sem sujeito, com pretensão de ser ciência. No trecho acima, o *ombudsman* aponta os riscos de se considerar notícia o que não é relevante e, pior, aquilo que não corresponde à "verdade dos fatos". O próprio jornal para o qual trabalha fornece exemplos de casos como esses. Para ficar apenas em um: o caso Escola Base[23].

3.4. Onde está o sujeito?

Que atributos deve possuir o sujeito para ser enunciador do discurso jornalístico cuja identidade é construída no diálogo com o discurso da objetividade? Os trechos já apontados mostram que esse sujeito deve ser um observador imparcial, neutro, um "fotógrafo da realidade". Para isso, deve proceder de forma a garantir que apenas a 'essência' (verdade) se apresente, com pesquisa, rigor, precisão, clareza e isenção. Quaisquer traços de subjetividade comprometeriam essa abordagem 'neutra' dos fatos, que exige um sujeito que consegue se distanciar do objeto (realidade) de que fala, e retratá-lo em uma linguagem precisa e transparente (a metáfora do espelho). Os trechos abaixo, do *Manual da Redação* da FSP, explicitam bem a vocação enunciativa a que estamos nos referindo:

> (1) Entre os acontecimentos concretos e a sua exposição diária nas páginas do jornal há um longo caminho. Embora ele seja percorrido velozmente, o trabalho dos jornalistas deve ser meticuloso e refletido, a fim de oferecer ao leitor a mais correta expressão dos fatos.

[23] Em 1994 o casal Maria Aparecida Shimada e Icushiro Shimada foram acusados de promover orgias com menores na escola que mantinham no bairro da Aclimação em São Paulo, a Escola Base. Os jornais do Grupo Folha publicaram informações de fontes não-oficiais, assumindo como verdadeiras meras suposições, tanto de envolvidos como de policiais. A Folha da Tarde, então um dos jornais do grupo, estampava manchetes como *Perua escolar carregava crianças para a orgia.* Os acusados foram considerados inocentes, mas nenhum jornalista ou policial foi punido. A empresa Folha da Manhã promoveu, no final do mesmo ano, um seminário para discutir o "episódio". O jornalista Marcelo Leite, então o ombudsman do jornal, considerou que não houve abusos, afirmando que o publicado na FSP era o que aparecia em documentos oficiais (cf. Ribeiro, 2000).

Em (1), o enunciador apresenta as qualificações exigidas para que o sujeito jornalista se inscreva na ordem desse discurso. Em um tom entre o compreensivo e o incisivo procura responder a um argumento que poderia ser colocado pelo outro-leitor (que pode ou não ser jornalista), que diz respeito às condições próprias (e adversas) da prática, a saber, a corrida contra o tempo, o cumprimento de prazos apertados (o chamado *deadline*). Essas condições, do ponto de vista do enunciador, não podem comprometer o trabalho do jornalista, que "**deve** ser meticuloso e refletido". O modalizador não abre espaço para outro caminho além do apontado, trata-se de uma imposição, tom adequado para um enunciador que defende a idéia da necessidade da certeza, da precisão.

> (2) Objetividade- Não existe objetividade em jornalismo. Ao escolher um assunto, redigir um texto e editá-lo, o jornalista toma decisões em larga medida subjetivas, influenciadas por suas posições pessoais, hábitos e emoções. Isso não o exime, porém, da obrigação de ser o mais objetivo possível. Para relatar um fato com fidelidade, reproduzir a forma, as circunstâncias e as repercussões, o jornalista precisa encarar o fato com distanciamento e frieza, o que não significa apatia nem desinteresse. Consultar outros jornalistas e pesquisar fatos análogos ocorridos no passado são procedimentos que ampliam a objetividade possível (pp.45-46).

É interessante observar como se dá a construção do verbete **objetividade** no Manual. A proposta, de início, parece mais compreensiva, o enunciador mostra estar ciente das discussões sobre a falácia da objetividade (o que lembra a estratégia que aparece no trecho de Lins da Silva citado). Afirma-se que não existe objetividade no jornalismo: o assunto é *escolhido*, o que supõe seleção e avaliação de um sujeito, mas essas remetidas, ressalte-se, a "posições pessoais, hábitos e emoções" e não decorrentes da linha editorial do jornal. Logo em seguida a contradição, o argumento mais forte (indiciado pelo uso do conectivo *porém*): o enunciador (a voz do jornal) exige que o jornalista seja "o mais objetivo possível", que adote um comportamento típico do homem da ciência – distanciamento, frieza, consultas, analogias, pesquisa. Depois, o enunciador se dá conta de que as palavras empregadas podem abrir para outras interpretações e desdobra o que disse – *o que não significa apatia ou desinteresse* – em um trabalho que visa à coincidência, que busca a adequação perfeita (cf. Authier, 1999) entre as palavras e o dizer. Não se trata, como lembra Maingueneau (1993), de uma estratégia que o falante constrói para vencer obstáculos de interpretação, mas de uma imposição da própria formação discursiva, que procura controlar a polissemia aberta pelo interdiscurso. Sabe-se que o jornal concorrente, o

Estado de S. Paulo, costuma criticar a apatia dos jornalistas da FSP (que seria um jornal "flácido"). Sobre isso, o trecho abaixo do Manual do Estado é significativo:

> Este manual, convém ressaltar desde logo, não tem semelhança alguma com outros textos adotados em outras paragens, aparentemente forjados para a fabricação em série de **jornalistas de proveta, robôs infensos a qualquer gênero de emoção** (grifo nosso, p. 8).

Os atributos apontados – distanciamento, frieza, exatidão – seriam absolutamente necessários quando se está no terreno da notícia, o produto mais "puro" do discurso jornalístico. O verbete abaixo, retirado do Manual da FSP, assim como o de objetividade, deixa dúvidas quanto à possibilidade de produzir um relato objetivo, exato, sem marcas de opinião.

> (3) Notícia – puro registro dos fatos, sem opinião. A exatidão é o elemento-chave da notícia, mas vários fatos descritos com exatidão podem ser justapostos de maneira tendenciosa. Suprimir ou inserir uma informação no texto pode alterar o significado da notícia. Não use desses expedientes (p. 88).

Primeiro a notícia aparece definida como "puro registro dos fatos, sem opinião", cujo elemento-chave seria a exatidão, para depois o enunciador declarar a impossibilidade dessa exatidão uma vez que apresenta dois procedimentos ("expedientes") que podem enviesar o relato, direcioná-lo. A imagem de jornalista que emerge dessa passagem é a do sujeito ardiloso que, conscientemente, manipularia os textos para com isso obter os efeitos de sentido pretendidos ("tendenciosos"). Ao contrário do que aparecera anteriormente como traços da personalidade do jornalista (hábitos, emoções), que poderiam comprometer a objetividade ou torná-la impossível, o que se tem aqui é o geralmente apontado como o oposto do conceito de objetividade, a saber, a parcialidade. De novo, aqui, os "desvios" que comprometeriam a isenção necessária são atribuídos a um sujeito individual. Em outras palavras: o jornal não teria nenhuma responsabilidade sobre eles.

Para alguns teóricos (cf. Brundage, 1972, *apud* Traquina), a imparcialidade equivale ao desequilíbrio binário, outra palavra/expressão própria das ciências exatas. Ele ocorreria quando o jornalista dá maior (ou exclusivo) espaço a uma das partes envolvidas em seu relato. Nesse sentido, a estratégia de "ouvir o outro lado" (Manual da FSP, p.46), nada mais

é que a tentativa de parecer objetivo, de afastar possíveis críticas de possível enviesamento, um outro indício do desejo de lógica desse discurso.

Mas não é apenas o sujeito que deve atender a determinadas exigências para poder se inscrever no discurso da objetividade. A linguagem, da mesma forma, precisa ser a mais exata possível, uma linguagem-espelho do real. Nesse sentido, o ideal seria uma linguagem matemática, sem texto verbal, apenas com imagens, tabelas, números, ideal expresso textualmente no Projeto Editorial da Folha do ano de 1985/1986:

> A rigor, tudo o que puder ser dito sob a forma de quadro, mapa, gráfico ou tabela não deve ser dito sob a forma de texto (Lins da Silva, 1988).

Na década de 80, a FSP, assim como outros jornais, passa por uma reforma gráfica influenciada pelo americano *USA Today*, cuja filosofia *Don't tell me, show me*, aponta para um jornalista que não fala sobre o real, mas o reproduz – um fotógrafo da realidade. E isso, segundo o enunciado "Não me conte, me mostre", atendendo a uma exigência do leitor (a força do mercado). Antes disso, a linguagem jornalística já havia sofrido modificações que procuravam sobretudo torná-la concisa, direta, clara, sem traços avaliativos. Para alguns autores, só se pode falar em linguagem jornalística a partir dessas modificações, quando há o rompimento com a linguagem literária (ou com a falsamente literária). O que no jargão jornalístico é chamado de nariz-de-cera, um parágrafo introduzindo o assunto a ser abordado no texto, foi banido dos jornais, considerado "sinal de prolixidade". Adota-se, também por influência do jornalismo americano, uma nova linguagem para retratar os fatos, e uma nova maneira de apresentá-los, que obedece a uma forma geométrica, a de uma pirâmide invertida.

O *lead*, parágrafo inicial que responde às seis perguntas – quem, que, quando, onde, como, por que –, passa a obrigatório no gênero notícia, marcando presença também em outros gêneros, como o *feature* e a reportagem. Por sua concisão e ausência de marcas subjetivas, busca o efeito de sentido de verdade, de objetividade. Não poderia ter sido/ocorrido de outra maneira, esta é a leitura pretendida. Os jornais buscam reforçar esse efeito ao dividirem as páginas em **opinião** e **informação**, sinalizando para o leitor que no último espaço apareceriam apenas os fatos e não uma interpretação sobre eles. Não haveria o sujeito jornalista entre o fato e o que se fala sobre ele, apenas um retrato fiel do ocorrido.

Palavras/expressões que remetem ao enunciador ou que não fornecem idéias precisas sobre o fato relatado são condenadas; na notícia é obrigatório "ser e parecer verdadeiro":

> Não basta *ser* verdadeiro; é preciso *parecer*. Daí a aversão a referências imprecisas. Não se escreve *alguns manifestantes* mas, sempre que possível, *10*, *12* ou *15* manifestantes. Não se diz que uma vila está *perto* de uma cidade; antes, procura-se informar qual a distância em quilômetros ou tempo de viagem. A placa do carro, a hora exata do desastre, o número de desabrigados pela enchente cumprem, no veículo de massa um *efeito de realidade* (Lage, 1985, p. 26).

A leitura do trecho permite constatar que, na perspectiva do autor, apreender a verdade dos fatos não é suficiente: é preciso trabalhar a linguagem de tal forma a produzir o 'efeito de realidade'. Essa expressão remete a um discurso que nega a possibilidade de a linguagem ser transparente, discurso que é trazido por Lage e colocado ao lado de seu 'outro', seu oposto, como se um não excluísse o outro.

A busca da coincidência do fato e o que se diz sobre ele explica a valorização da imagem, a ascensão da infografia, e a conseqüente queda das ilustrações, de textos que não procuram apagar a instância enunciativa. Ao sujeito lógico deve corresponder uma linguagem lógica, precisa, que espelha a verdade dos fatos. Os verbetes abaixo, do Manual da FSP, explicitam esse desejo de lógica:

> **Etc**. – abreviatura da expressão latina *et cetera* ou *et coetera*, que significa *as demais coisas*. Evite em texto jornalístico porque sugere incompletude, imprecisão (p. 67).
> **Mansão** – evite a palavra em textos noticiosos. Significa *casa grande e luxuosa*, dois conceitos vagos e subjetivos (p. 80).

3.5 Um sujeito singular

Para "ser chamado" a enunciar no discurso jornalístico, o sujeito precisa atender a determinadas exigências, apresentar determinados traços (a vocação enunciativa, segundo Maingueneau), quais sejam, a habilidade com a escrita, a autonomia, uma certa erudição, o rigor, o método, a disciplina. Para Maingueneau (1993), a legitimação discursiva passa em boa parte pela aquisição de diplomas, no caso de discursos ligados a competências técnicas. Em se tratando do jornalismo, configura-se uma situação tensa e problemática, decorrente da própria identidade desse discurso, construída na relação dialógica com discursos distintos (e contraditórios). Há um embate entre os sujeitos dessa comunidade sobre a

necessidade ou não do diploma para exercer a profissão de jornalista. Em 1974 regulamentou-se uma lei que proibia o exercício da atividade àqueles que não tivessem o título de bacharel em jornalismo, concedido pelas muitas instituições de ensino espalhadas pelo país. Mais recentemente, em dezembro de 2001, uma liminar suspendeu a obrigatoriedade do diploma, o que provocou e provoca ainda discussões. Os que defendem a exigência, como Lage[24], alegam a necessidade do aprendizado e criticam o "culto da excepcionalidade". Para esse autor:

> Os cursos de jornalismo, se ministrados honestamente, são, ao lado do Instituto Rio Branco, que forma diplomatas, os únicos a preparar o aluno para a utilização desse instrumento que é a língua nacional, em que se pretende produzir veículos de circulação abrangente.

O trecho mostra que a crítica à excepcionalidade diz respeito não ao fato de ser considerada traço constitutivo da profissão (que seria interpretada como um exagero), mas sim quando considerada inata e não passível de ser adquirida. Recebendo a formação equivalente a de um diplomata, o jornalista poderia também atingir tal patamar, tornar-se excepcional, único. Para isso, uma das exigências é o domínio do "instrumento-língua", tarefa (missão?) que seria realizada pelos cursos de jornalismo. Percebe-se que mesmo defendendo que a prática é uma competência técnica, que precisa ser aprendida, ela aparece envolta em uma aura nobre, mitificada.

Os que defendem a não-obrigatoriedade do diploma (caso da FSP) argumentam que os cursos de graduação não conseguem formar jornalistas no nível de excelência exigido por seus veículos de comunicação, o que faz com que estes ou recorram a profissionais de outros campos ou, o que se tornou comum, ofereçam cursos preparatórios para aqueles que desejam ingressar na prática. Para os críticos de tais iniciativas, trata-se na verdade de um "adestramento de focas", um condicionamento dos candidatos para que apliquem acriticamente as regras presentes nos manuais. No entanto, aqui também há contradições. Se de um lado defende-se a idéia de a técnica e a disciplina serem essenciais ao exercício da profissão (lacuna que procuram preencher com o treinamento), condenando explicitamente o trabalho individual, de outro justifica-se a posição de se defender a não-

[24] *Para que serve um curso de jornalismo*, disponível em www.observatoriodaimprensa.com.br/inde05071999.htm>.

obrigatoriedade do diploma com o argumento de o jornalismo precisar de pessoas de bom nível intelectual, boa formação acadêmica, sujeitos singulares, "iluminados", traços que caracterizam, como vimos, o sujeito do campo literário e também do político-combativo[25].

A história do Projeto Folha[26], que pode ser vista como a implantação do modelo americano de jornalismo no jornal FSP, aponta para essas contradições. Nos primeiros documentos, exige-se do profissional a adoção irrestrita de preceitos como a técnica, a organização, a precisão, a neutralidade. Os documentos reiteravam diversas vezes que os profissionais que não adotassem tais regras (a adesão ao projeto) seriam substituídos, o que de fato ocorreu. Nunca houve um período na imprensa em que tantos jornalistas foram demitidos (27 em um único dia), e ainda com a justificativa de não terem qualificação profissional para continuarem nos cargos ("insuficiência técnica"). Nas palavras de Lins da Silva, um dos mentores do projeto, procurava-se substituir ideologias: no lugar do jornalismo romântico, concebido como uma forma de arte, o jornalismo empresarial, quantitativo. Fica claro aqui onde e em que condições se deu o embate entre as duas formas de conceber o jornalismo.

A essas exigências, que apontam para um jornalista "racional" e eficiente, vêm somar-se outras, em documentos posteriores, que pouco lembram o perfil apontado anteriormente. Ao insistir que o jornalista obtenha informações exclusivas (exigência presente no documento de 1987), o chamado furo jornalístico, recupera-se a imagem do combativo, o que denuncia injustiças, o "gênio" que trabalha sozinho, que sai em busca da grande reportagem. Além disso, o documento de 1987 alerta para o perigo de o "desenvolvimento organizacional" da redação ser traduzido "em uma tendência para burocratizar o trabalho jornalístico". Em outras palavras: do excesso de regras e métodos emergiu um jornalista apático, um "jornalista de proveta", uma imagem (e também textos) que é preciso evitar. Para isso, o documento conclama editores e ocupantes de cargo de

[25] Para Lage, a Folha é contra a obrigatoriedade do diploma unicamente porque Otavio Frias Filho, quando assumiu a secretaria de redação do jornal, quis empregar seus amigos (não-jornalistas), o que criou uma polêmica com o Sindicato dos Jornalistas.

[26] Os documentos do processo de definição do Projeto Folha são seis: "Levantamento de pontos indicativos de posição editorial e avaliação sintética do momento político" (1978), "A folha e alguns passos que é preciso dar" (1981), "A Folha em busca do apartidarismo, reflexo do profissionalismo" (1982), "A Folha depois da campanha das diretas-já" (1984), "Projeto editorial da Folha- 1985-1986" (1985) e "Projeto Editorial da Folha- 1986-1987" (1986). (ver Mil dias, p.68).

confiança a fazerem uma "revolução cultural", a redigirem habitualmente, a fim de formar os outros jornalistas a sua imagem e semelhança, leia-se gênios singulares como eles.

O próprio Lins da Silva aponta a ambigüidade: "não há contradição entre a atitude profissional que o projeto tenta implementar e a expectativa voluntarista que se tem desse grupo?". Em seu *Manual da Redação* (2001), a contradição permanece, mas, ao contrário do referido documento, o incentivo à singularidade é estendido a todos os jornalistas. Ressalte-se que os traços mais recorrentes nesse texto estão ligados ao campo da ciência, da tecnologia, o que faz alguns autores afirmarem não haver espaço para o jornalista romântico em textos injuntivos como esse. Não é assim que entendemos. Para enunciar no discurso jornalístico, para pertencer a essa comunidade, não basta ser "racional", preciso, metódico. É preciso também ser iluminado, combativo, ter lampejos de genialidade. Nesse sentido, não se pode pensar em ideologias que se opõem (recuperando a afirmação de Lins da Silva), mas em uma simbiose, um convívio "problemático" entre elas Os trechos abaixo, do Manual da FSP, delineiam a vocação enunciativa dessa comunidade, vocação cujos traços provêm de mais de um lugar, de mais de um discurso:

> 1.São as próprias exigências competitivas do mercado que se refletem sobre a formação do profissional de imprensa, compelindo-o a uma reciclagem permanente por meio de cursos, estágios, viagens e **períodos sabáticos**. Para tratar determinado assunto de maneira ao mesmo tempo mais abrangente e explicativa, é indispensável conhecê-lo melhor (...) É preciso incrementar o jogo de estímulos recíprocos entre melhores condições de remuneração e trabalho, por um lado, e uma cultura jornalística **que incentive o aprendizado, a auto-crítica e a imaginação, por outro** (p.16, grifo nosso).

> 2.No âmbito individual, o planejamento implica que cada jornalista seja capaz de organizar seu próprio material de trabalho, mantendo uma agenda atualizada, seus arquivos pessoais e anotações em ordem, suas leituras em dia, o contato regular com suas fontes de informação e a disponibilidade para um diálogo profissional aberto, estimulante e criativo com seus colegas e editores. Anotações feitas em pedaços de papel que poderão se perder, mesas desarranjadas, desinteresse em ouvir as pessoas, má vontade com relação a obrigações elementares da profissão, como atender o telefone e checar as mensagens eletrônicas, incapacidade de dispor de tempo para se atualizar por meio de livros, filmes, cursos e palestras, perda de contato com a vida concreta de sua cidade e de seu país – tudo isso tende a contribuir para a deterioração da **capacidade investigativa e crítica do jornalista** (p.19, grifo nosso).

> 3.O jornalista tem de se concentrar na obtenção de um bom domínio da língua portuguesa, a escrever com correção, mas também com precisão vocabular e variedade de recursos estilísticos. A diversidade no uso de vocábulos deve ser regida pela precisão e não pela retórica. A variedade estilística deve seguir o encadeamento lógico e interesse dos fatos, sem submetê-los a modelos pseudoliterários (p.30).
>
> 4.(...) o jornalismo terá de fazer frente a uma exigência qualitativa muito superior à do passado, refinando sua capacidade de selecionar, didatizar e analisar. (...) Uma tal mudança implica repercussões na pauta, na reportagem, no texto, na edição. **É preciso maior originalidade na identificação dos temas** a ser objeto de apuração, bem como a focalização mais precisa de sua abordagem. (...) A transição de um texto estritamente informativo, tolhido por normas pouco flexíveis, para um outro padrão textual **que admita um componente de análise e certa liberdade estilística** é conseqüência da evolução que estamos procurando identificar (p.15, grifo nosso).
>
> 5.A necessidade de adaptação nacional à dinâmica externa, imperativo aguçado na época que atravessamos, atualiza os problemas tradicionais de uma sociedade em que a divisão entre um setor integrado e um setor excluído nada tem de novo. **Espelhar essa contradição e contribuir para que ela seja transposta, pela integração de seus termos na sociedade de mercado e na democracia política, é provavelmente a principal tarefa do jornalismo hoje,** até porque de seu sucesso depende a amplitude e mesmo a sobrevivência de um espaço público em reformulação (grifo nosso, p.18).

A leitura dos trechos corrobora a afirmação de que não cabe ao jornalista somente seguir regras, primar pela organização e método. Dele é exigido também originalidade, traços que remetem ao jornalismo tido como arcaico, necessário de ser superado. Em (1), atribui-se a uma exigência do mercado a necessidade do jornalista aperfeiçoar-se sempre ("reciclagem"), enriquecer sua visão pessoal e de mundo. Note-se que ao mesmo tempo que se exige aprendizado, o que implica um profissional disposto a seguir instruções, regras, incentiva-se a individualidade, a dar vazão à imaginação. A escolha da expressão *períodos sabáticos* para fazer referência a ausências (pausas) necessárias na atividade é significativa, constrói sentidos que apontam para um sujeito em um recolhimento quase que sagrado, envolvido em um clima místico. Um sujeito singular, individual, sem dúvida.

O trecho (2) mostra bem o que Maingueneau (1993) chama de enlaçamento, o elo entre a instância do discurso e da comunidade. Essa última deve se organizar (ou se organiza) segundo as mesmas regras que regem o primeiro: de forma metódica, organizada, objetiva: uma comunidade de sujeitos lógicos ("material de trabalho organizado", "agenda

atualizada", "arquivos pessoais e anotações em ordem"). Rejeita-se o outro, o jornalista romântico, cujo processo de produção (que seria processo de criação) não obedece a regras, é caótico ("anotações feitas em pedaços de papel", "mesas desarranjadas"), aquele que não consegue ficar na redação, que não tem horário[27]. No entanto, como mostra o trecho não são todos os elementos do discurso *outro* que são rejeitados. Um traço é retomado para fazer parte do universo semântico do discurso tecnológico: a capacidade investigativa e crítica do jornalista. Como dissemos, para ser sujeito do discurso da objetividade é preciso atender a determinadas exigências, dentre elas excluir quaisquer traços avaliativos, que apontem para outras instâncias que não apenas a do fato, a instância do 'real'. Ao ressaltar o risco de deterioração da capacidade investigativa e crítica, implicita-se a idéia de que esta é constitutiva do sujeito jornalista (ou deveria ser) e também a de que deve ser preservada. Este traço remete ao individual, à busca da grande reportagem, a um sujeito jornalista que procura e desvenda. O trecho seguinte reitera esse aspecto: "é preciso maior originalidade na identificação dos temas", o que supõe um sujeito que precisa do "faro jornalístico", qualidade própria do profissional do jornalismo áureo ("o cão maldito"), e é valorizado por isso. Ressalte-se que esses traços são considerados uma "inovação", e não uma retomada do outro, aquele avaliado como menor, "retrógrado". Assumir que se está tentando recuperar traços que foram e são duramente criticados abalaria a imagem de uma voz (a do jornal) que insiste em proclamar tão somente certezas.

Os trechos (3) e (4) tratam da competência no uso da língua, de como os textos devem ser escritos. Não basta escrever com **correção** (o Manual faz questão de ressaltar que na FSP se exige do jornalista um texto final, não há revisores no jornal), é necessário **precisão,** mesmo que se tenha de recorrer a diferentes recursos estilísticos. O verbete abaixo esclarece a que se refere o enunciador:

> **Metáfora**- figura de linguagem na qual a significação imediata de uma palavra é substituída por outra, subentendendo uma relação de semelhança: *lábios de mel*. Pode ser útil para tornar um texto mais didático: *Placas tectônicas são balsas que carregam os continentes sobre um mar de rocha incandescente.*

[27] Sobre isso, é interessante observar o relato de Ricardo Kotscho, considerado um dos grandes repórteres da atualidade e defensor do 'jornalismo romântico': "**se você não é de acordar cedo, como eu e a maioria dos repórteres que conheço**, tente deixar uma pauta já encaminhada na véspera" (2001, p. 11, grifo nosso).

Admite-se o uso da metáfora somente se ajudar a construir os sentidos pretendidos, se estiver a serviço da clareza e do didatismo. O que parece ser o cerceamento completo da autoria, já que impõe que o trabalho com/sobre a linguagem deve obedecer somente a um "encadeamento lógico e interesse dos fatos", não se confirma no trecho seguinte, que abre a possibilidade de transição de um texto tolhido para um mais aberto. Nesse último admite-se "um componente de análise e certa liberdade estilística", traço avaliado pelo enunciador como uma mudança, um avanço. Na verdade, como já apontamos, trata-se da retomada de um atributo característico do jornalismo romântico, a saber, a liberdade estilística, o mesmo jornalismo rejeitado pelo dito "moderno", o jornalismo FSP. Na leitura do enunciador, a voz do jornal, obviamente não se trata de recuperar algo do passado, o que poderia ser tomado como contradição ou retrocesso, mas de uma "evolução". O traço retomado é necessário para construir os sentidos de jornalismo/jornalista que interessam a esse discurso, à representação que se objetiva formar. Como vimos, é preciso afastar a imagem de um jornalista robô, máquina a produzir os mesmos textos, leia-se, burocráticos, sem vida.

O trecho (5), que fecha com chave de ouro a última versão do projeto editorial da FSP (divulgada em agosto de 1997) e consta do último Manual, pode ser lido como a "profissão de fé" do jornal, aquilo que traduziria seu 'espírito'. Depois de constatar a divisão da sociedade em dois segmentos desiguais ("setor integrado" e "setor excluído"), atribui-se ao jornal e a seus jornalistas a tarefa (missão?) de **espelhar** tal contradição, o que está de acordo com a semântica do discurso da objetividade. Mas não só isso. Segundo o trecho, a FSP também deve "contribuir para que a contradição seja transposta", o que significa denunciar desigualdades e injustiças, envolver-se, tomar partido, no caso, dos menos privilegiados. Embora procure-se mitigar, com o último enunciado – "até porque de seu sucesso depende a amplitude e mesmo a sobrevivência de um espaço público em reformulação" – a carga ideológica dessa afirmação (uma vez que um dos pilares do jornal é o apartidarismo), a imagem de um jornalismo combativo, que luta por uma sociedade mais justa, emerge aqui, uma imagem característica do jornalismo romântico. Outra das muitas contradições presentes no discurso desse jornal.

Os textos selecionados mostram que a identidade do sujeito jornalista se constrói no diálogo com outros discursos, o que dá a ela elementos que muitas vezes parecem

contraditórios, como a racionalidade do homem da ciência e a singularidade ou genialidade do literato, ou do homem combativo. Com dissemos, a comunidade jornalística produz sentidos sobre 'jornalista' com os quais os sujeitos se identificam, constroem suas identidades. Esses sentidos, por serem de campos distintos, fazem com que essa identidade não seja homogênea, mas perpassada por diferentes vozes, configurando um sujeito heterogêneo.

Retomando: em dado período, a implantação do Projeto Folha é um marco nesse sentido, por força de transformações estruturais, estabelece-se um novo perfil para o sujeito jornalista, cujos traços provêm de outro campo, qual seja, o da ciência. É o discurso da objetividade que "invade" o discurso jornalístico, fazendo com que este incorpore elementos daquele, como a pretensa neutralidade do pesquisador, a observação apurada. Como dissemos, essa discursividade desempenha um papel fundamental na constituição da identidade do sujeito jornalista, mas não exclui as anteriores. Com isso estamos dizendo que novos elementos são trazidos e passam a conviver dialogicamente com outros, em uma relação que não acreditamos ser excludente, dicotômica. Nesse sentido, a identidade do sujeito jornalista constrói-se na relação com o outro: o romântico, o idealista, e também o homem da ciência. Pode-se explicar, assim, a contradição de ora se defender o trabalho metódico, quase que maquinal (o que exige um profissional assujeitado a regras) e ora se exigir originalidade, lembrar o passado "heróico", combativo (o que pressupõe um jornalista idealista), uma vez que esses traços são constitutivos da identidade do sujeito jornalista. Não se trata, portanto, no nosso entender, de uma rejeição completa do outro, mas de um convívio tenso, que constitui o discurso jornalístico. Isso porque o outro, supostamente exterior ao "mundo dos jornalistas", é aquele que fornece os elementos com os quais o sujeito desse discurso constitui a representação de si próprio, a representação de sua prática.

CAPÍTULO IV

COMO SE CHEGA A SER O QUE SE É

Nos capítulos anteriores discutimos o diálogo do discurso jornalístico com outros campos, apontando o processo de construção de uma identidade heterogênea. Para isso, analisamos textos que falavam sobre jornalismo e jornalistas. Interessa-nos agora investigar a (s) representações de jornalista que determinados textos, os que selecionamos, permitem construir. Esses textos, ao contrário dos que apareceram até aqui, não tematizam a comunidade e seus sujeitos, mas *mostram* a imagem que o jornalista atribui a si, os atributos que acredita ser possuidor, e apontam até mesmo traços que escapam a esse sujeito.

4.1 O conceito de ethos

Para Maingueneau (1993, 1995, 2001), estar em um determinado discurso não significa apenas adotar um ou outro enunciado, mas adotar um certo tom de voz, um comportamento, um *ethos*, que está em harmonia com o princípio organizador do estatuto dos enunciadores. Nas palavras do analista, o modo de dizer está associado a uma maneira de ser (e também àquela que se acredita ser, acrescentamos). Como apontamos, a *maneira de ser* dos sujeitos jornalistas, determinados traços que entram na formação de sua identidade provêm de outros discursos, o que nos leva a supor encontrar tais traços na *maneira de dizer* desses sujeitos.

O tom do discurso está associado a um caráter e a uma corporalidade. Para Maingueneau o caráter é "o conjunto de traços psicológicos que o leitor-ouvinte atribui espontaneamente à figura do enunciador, em função de seu modo de dizer" (1997, p.47), e a corporalidade "remete a uma representação do corpo do enunciador da formação discursiva" (idem). Não se trata de traços psicológicos ou da presença física dos enunciadores, mas do que o leitor atribui a eles em função de seu modo de dizer. Dessa forma, o discurso não pode ser dissociado da forma pela qual toma "corpo", ele se inscreve nos sujeitos.

Como vimos, o discurso da objetividade no jornalismo supõe sujeitos organizados, "lógicos", racionais, ao passo que seu outro, o romântico, sujeitos que não primam pela organização, que não obedecem a regras/horários. Aos primeiros são associados traços característicos de um grupo jovem, moderno; aos últimos, de uma geração "da velha guarda", que insiste em velhos hábitos, presa ao passado, a antigas tradições. Nos termos de Bourdieu, teríamos a inscrição do *habitus* nos corpos dos sujeitos, em suas ações, mas não nos textos que produzem. Essa dissociação, como apontado, não existe para Maingueneau. O conceito de *ethos* que propõe procura reunir discurso e instituição.

Que *maneira de dizer* está associada à *maneira de ser* dos sujeitos da comunidade jornalística? Para responder a essa questão investigamos diferentes textos, procurando apreender nesses enunciados traços que apontassem para seu enunciador, traços do sujeito do discurso. Ressalte-se que o conceito de *ethos* com o qual trabalhamos não diz respeito àquilo que o enunciador diz de si explicitamente, mas ao que "mostra" na/da cena enunciativa. É esse dizer sem ter dito que possibilita a eficácia do *ethos*, seu poder de persuasão. O leitor é levado a identificar-se com a fala do enunciador, que constrói de si uma imagem positiva, a legitimá-la. O próprio Maingueneau ressalta a diferença entre analisar o enunciado e a instância de enunciação implicada por este, lembrando Ducrot:

> Não se trata das afirmações elogiosas que o orador pode fazer sobre sua própria pessoa no conteúdo de seu discurso, afirmações que, contrariamente, podem chocar o ouvinte, mas da aparência que lhe conferem o ritmo, a entonação, calorosa ou severa, a escolha das palavras, dos argumentos...[...] É na qualidade de fonte da enunciação que ele se vê revestido de determinadas características que, por ação reflexa, tornam essa enunciação aceitável ou não (Ducrot, 1997).

4.2 A imagem de si no enunciado

Na área da comunicação, há estudos que tratam do *ethos* jornalístico, mas não nos termos que discutimos aqui. É o caso do trabalho de Lago (2002). A autora, a partir de um *corpus* constituído de textos produzidos em diversas épocas sobre o jornalismo, procura identificar o que entende por romantismo neste campo. Para isso, adota a noção de *ethos* baseada em Geertz (1978). Segundo este autor:

> na discussão antropológica recente, os aspectos morais (e estéticos) de uma dada cultura, os elementos valorativos, foram resumidos sob o termo **ethos**, enquanto os aspectos cognitivos, existenciais foram designados pelo termo **visão de mundo**. O *ethos* de um povo é o tom, o caráter e a qualidade de sua vida, seu estilo moral e estético e sua disposição, é a atitude subjacente em relação a ele mesmo e ao seu mundo que a vida reflete (Geertz, 1978:143, grifos do autor, *apud* Lago, *op. cit.*).

Para especificar melhor os aspectos e elementos valorativos, Lago recorre à noção de *habitus* de Bourdieu, entendendo o *ethos* como uma de suas dimensões. Para ela, falar em *habitus* para caracterizar a tendência romântica que supõe existir no campo jornalístico não seria adequado na medida em que implicaria uma "adesão desmedida" dos sujeitos a essa tendência, o que faz questão de ressaltar que não acontece. Essa ressalva é indicativa do caráter de sua pesquisa, a saber, investigar o que é falado e assumido pelos jornalistas sobre si mesmos e sua profissão, um *ethos* no nível do dito, portanto.

Para Lago, o *ethos* romântico pode ser melhor percebido em textos em que seus traços apareçam claramente. Para isso, propõe as seguintes características: paixão, individualismo, missão, utopia revolucionária, nostalgia e melancolia (p.144). No que diz respeito à paixão, a autora identificou em inúmeras obras, a maioria autobiográficas, a idéia de compromisso social vinculada à possibilidade de modificar o mundo, torná-lo melhor. Em *O Complexo de Clark Kent – são super-homens os jornalistas?*, de Vieira, aparecem depoimentos de vários jornalistas que evocam a idéia de paixão para caracterizar seu papel, sua profissão.

A autora também identificou uma corrente que procura aproximar o jornalismo da literatura, destacando a subjetividade do autor, dando a ele lugar de destaque. Isso ocorre, segundo ela, principalmente quando se faz a apologia da grande reportagem, do trabalho individual (a genialidade criadora), que possibilita a autoria. Livros como *A aventura da reportagem,* de Ricardo Kotscho e Gilberto Dimeinstein, prefaciado por Clóvis Rossi[28], apresentam, segundo a pesquisadora, idéias românticas tipificadas, como a do repórter paladino do jornalismo.

---

[28] "Que me desculpem Vinícius de Moraes, os editores e os redatores, mas repórter é fundamental. É certamente a única função pela qual vale a pena ser jornalista (...) Jornalismo, por isso, só vale a pena pela sensação de se poder ser testemunha ocular da história de seu tempo. E a história ocorre sempre na rua, nunca numa redação de jornal" (Rossi, 1990:9).

Já a idéia de missão é recorrente em depoimentos e diferentes textos. O exercício do jornalismo é encarado como um compromisso com o bem comum, realizado por um "sujeito abnegado, despojado de seus interesses particulares – pois esses confundem-se com os interesses maiores da sociedade – que abraça a profissão com paixão e *commitment*"(p.165). Quando essa missão é de ordem revolucionária, o jornalista querendo transformar as estruturas de uma sociedade injusta, configura o que Lago classifica como utopia revolucionária.

O jornalismo que se contrapõe à técnica, à mecanização, é aquele marcado pela nostalgia e melancolia. Neste, ao contrário do primeiro, haveria lugar para a individualidade, para preocupações éticas e morais. Segundo Lago, esse sentimento nostálgico caracteriza um tipo de *ethos* romântico, evocado principalmente no final da década de 80 e início de 90 (o autor citado é Marcondes).

Dessa forma, a autora identifica o *ethos* àquilo que os sujeitos jornalistas falam sobre sua identidade, os traços que, segundo eles, caracterizariam a essência de ser jornalista. Como muitos negam e até criticam duramente idéias como a de que o jornalismo seria uma missão, que envolveria paixão e entrega, a autora considera que o *ethos* romântico seria o não-hegemônico dentro do campo, aquele que se localiza "no pólo da resistência" contra um jornalismo burocrático e tecnicista.

Dizer que os sujeitos escolhem este ou aquele *habitus* não é a leitura que fazemos de Bourdieu. Concordamos com a autora quando aponta as contradições existentes no jornalismo, o embate entre componentes românticos e burocráticos funcionando como uma disputa de legitimação dentro do campo, mas não vemos essa relação como excludente, mas constitutiva desse discurso. Relembrando o quadro teórico de nosso trabalho, um discurso deriva sua identidade de outro(s), que não é apenas um "envelope", seu exterior, mas presente em seu interior, já que ele se constitui em uma relação dialógica com outros. Da mesma forma, estar no discurso jornalístico, nele ocupar uma posição enunciativa, significa ter sua identidade formada no/através do diálogo desse discurso com outros. Não se trata, portanto, de escolher esses ou aqueles traços para poder se identificar com eles, mas pensá-los enquanto um todo não-homogêneo, uma identidade também heterogênea, e, ressalte-se, independente de opções individuais. A "análise interpretativa" que faz Lago só leva em conta o que é dito nos enunciados, uma leitura que aponta aquilo que o autor disse

(ou descobre o que o autor disse), mas, como sabemos, muita coisa escapa a esse sujeito, inclusive os sentidos de seu texto.

4.3 O ethos mostrado

Como dissemos, o conceito de *ethos* com o qual trabalhamos diz respeito ao modo de dizer do sujeito jornalista. Para investigá-lo, reunimos um conjunto de textos que compõem a cobertura da FSP sobre um evento polêmico: o Fórum Social Mundial[29]. A caracterização do Fórum como polêmico deve-se às muitas discussões suscitadas por ele, dentre elas a de que a imprensa de referência, caso da FSP, não daria a ele o destaque merecido, considerando-o inexpressivo. Os três primeiros encontros do FSM foram realizados na cidade de Porto Alegre, de 2001 a 2003. Nossa análise está centrada nos textos que compõem a cobertura desses primeiros encontros uma vez que já apontam o que objetivamos discutir, a saber, o tom do sujeito jornalista ao enunciar um acontecimento "novo". Ressalte-se que, por se tratar de um *corpus* constituído por textos da FSP, estaremos falando especificamente do *ethos* dos sujeitos jornalistas desse jornal.

O primeiro ponto que chama atenção é a forma de nomear o FSM: os organizadores (e simpatizantes) e os jornalistas da FSP não se referem ao evento da mesma maneira. Em nossa discussão, a referência é pensada não como uma simples e neutra nomeação dos seres do mundo, uma etiquetagem, mas como uma construção discursiva, isto é, estaremos falando de objetos de discurso nos termos de Koch (2002:79). Fazendo isso, retomamos as reflexões de Bakhtin sobre o caráter ideológico das palavras:

> Na realidade, não são palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis, etc. A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial. É assim que compreendemos as palavras e somente reagimos àquelas que despertam em nós ressonâncias ideológicas ou concernentes à vida (1985: 95).

Assim sendo, as escolhas lexicais são pistas do lugar social e ideológico de onde os sujeitos enunciam, da posição que ocupam em um dado discurso. Essas escolhas não são

[29] A partir daqui FSM.

individuais, apesar de os sujeitos terem a ilusão que podem controlar o sentido (Pêcheux e Fuchs, 1975), mas condicionadas por essa posição.

No quadro da AD, o conceito de formação discursiva explica usos lexicais diferenciados para nomear o mesmo fato/objeto, a mesma pessoa. É também essa noção que dá conta da variação de sentido, de uma mesma palavra não "falar a mesma coisa", quando empregada por/em diferentes discursos. Daí a importância em se observar a "escolha" dos diferentes sujeitos para fazer referência ao FSM, na medida em que essas nomeações apontam suas posições ideológicas. Além disso, o caráter polêmico do FSM dá lugar a um confronto de interpretações, lugar privilegiado para analisar o modo como o **um** se refere ao **outro**, no caso como os jornalistas da FSP nomeiam o FSM. Fazendo isso, retomamos as sugestões de Miqueleti (2002) que, para analisar o *ethos* dos políticos do PSDB, investiga como os tucanos se referem a seu **outro**, a saber, aqueles que não concordam com eles, seus adversários. Para a autora

> a referenciação discursiva percebida como um modo particular de construir o referente, constitui uma base privilegiada para o estudo do *ethos*. (...) Assumindo essa relação constitutiva do *mesmo* com o *outro*, a referenciação constitui uma pista valiosa, funcionando como uma instrução preditora também da identidade social do enunciador, de seus traços caracterológicos, de seu *ethos* (Miqueleti, 2002, p.125).

No levantamento que fizemos, pudemos caracterizar *grosso modo* duas regiões de sentidos, a saber, uma favorável e outra não-favorável ao encontro. No primeiro grupo estão organizadores, políticos, participantes e uma pequena parcela da mídia (Revista *Caros Amigos*); no segundo, políticos, críticos e jornalistas da FSP. A pretensa imparcialidade desses últimos cai por terra já a partir do levantamento das formas empregadas para nomear o Fórum. Vejamos como diferentes sentidos são construídos nos/pelos textos:

> (1) Mesmo que ali não houvesse faixas de boas-vindas, seria muito difícil o porto-alegrense não ver sua cidade tomada pelos 51.300 participantes do **maior evento da esquerda mundial**. Representantes delegados de 4.909 organizações de 131 países, **um verdadeiro mosaico humano** composto por 210 etnias, que possibilitou que o lema do FSM fosse repetido em 186 línguas(...) Contemplar essa pluralidade também é um dos objetivos do FSM (Revista *Caros Amigos*, 10/03/02).

(2) O Fórum é um **carnaval**, no bom sentido, onde todas as ideologias se encontram (Antonio Martins, membro do Comitê Organizador, 03/03, pandemônio.org).

(3)O problema mais complexo é que essa insatisfação assume hoje formas variadas e se presta a interesses, discursos e atitudes pulverizados, anômicos. Daí a dificuldade de discutir as 'idéias' do fórum. Elas não existem da forma que o ombudsman gostaria que existissem. O fórum é **um composto** de ONGs propondo coisas (neste ano foram mais de 700 oficinas, que funcionam como mônadas, cada uma voltada para a discussão de seus projetos), de estrelas intelectuais fazendo palestras, de vitrine eleitoral para políticos e de movimentos sociais criando factóides anticapitalistas (Fernando de Barros e Silva, editor de Brasil, Coluna do ombudsman, FSP,10/02/02).

(4)Lembra o slogan 'um outro mundo é possível", sob cuja égide se realizou o FSM, em Porto Alegre? Pois é, **essa turma** acaba de constituir o seu estado-maior sob o nome do Conselho Internacional do FSM.(...) É, a rigor, o primeiro passo para institucionalizar **um movimento difuso** (...) (Clóvis Rossi, Editoria: Opinião, FSP,19/08/01).

(5) Está sendo lançado na Espanha o que talvez seja o mais completo dossiê sobre as reuniões realizadas até agora pelo FSM, **o conglomerado** que se reúne em Porto Alegre como contraponto ao Fórum de Davos (Clóvis Rossi, Editoria: Opinião, FSP, 8/12/02).

(6) A mensagem da cerimônia de encerramento do 2º. FSM, em Porto Alegre, foi inequívoca: a esquerda dançou ("Saramago azeda a **festa**; e a esquerda dança", Plínio Fraga, Caderno Brasil, FSP, 06/02/02).

É nítida a diferença entre os dois primeiros textos e os últimos. Nestes, a pluralidade/diversidade que caracteriza o Fórum é interpretada de forma negativa, como desordem, confusão; nos primeiros, de forma positiva, como convívio democrático. As nomeações apontam essa divergência de sentidos: de um lado temos **maior evento da esquerda mundial**, **verdadeiro mosaico humano**, **carnaval**; de outro, **conglomerado**, **essa turma**, **um movimento difuso**, **festa**, **um composto**. Ao contrário do que pretende o discurso jornalístico, não há neutralidade em nomear o Fórum nestes termos; eles constroem sentidos, direcionam leituras, no caso, a de que o evento seria uma desordem, um "oba-oba". As escolhas apontam também uma fonte enunciativa que não tem dúvidas sobre o tema tratado, embora o Fórum, com seu caráter inusitado e heterogêneo, pudesse, o que seria natural, provocar uma certa dificuldade de caracterização. Mas não é isso o que acontece: os jornalistas da FSP enunciam com um tom categórico, assertivo, parecem estar

certos de que o Fórum nada mais é que um encontro desorganizado, onde nada de efetivo é proposto.

Esse discurso que reduz o FSM a um espaço onde nada de efetivo é produzido irrompe na fala do enunciador de (2), quando procura circunscrever o sentido da palavra **carnaval**. Temos um caso do que Authier (1999) chama de heterogeneidade mostrada. Como vimos, essa autora chama de não-coincidências aos lugares de "uma inevitável heterogeneidade", locais onde "o dizer representa-se como não sendo mais óbvio" (p.179). A essa descoberta, a de que seu discurso é atravessado por outro, o enunciador procura dar uma resposta, através de uma glosa metaenunciativa. No caso, a palavra **carnaval** representa um ponto de encontro de sentidos, já que pode ser interpretada de maneira diversa: existe um " bom" e um "mau" sentido de carnaval. Este último é preciso afastar, a saber, o de que o Fórum seria apenas uma festa improdutiva e desorganizada. Ao voltar-se para sua enunciação, ao desdobrá-la, o que Authier chama de sutura metaenunciativa, o enunciador procura precisar o sentido **um** da formação discursiva à qual pertence.

Em (3), o jornalista procura traçar um perfil do FSM em resposta a uma crítica do ombudsman[30], a de que a cobertura do jornal teria cometido um "deslize". A definição que dá do encontro reforça sua imagem negativa na medida em que o diverso é concebido como desagregador, como aquele que não soma, mas divide (discursos e atitudes **pulverizados**, **anômicos**). Na visão do jornalista, os diferentes segmentos presentes no encontro estariam voltados unicamente para seus próprios interesses (e não para *juntos* pensarem em medidas para alcançarem o objetivo do FSM explicitado em seu slogan): ou propor **coisas** (a indefinição reforça o caráter inócuo das propostas), ou massagear o ego (**intelectuais vaidosos**), ou usar o Fórum como vitrine eleitoral (caso do PT), ou produzir **factóides anticapitalistas** (o máximo que movimentos sociais como o MST conseguiriam). O tom assertivo do enunciador, o *ethos* do dono da verdade, aparece explicitado no início do trecho: não há dúvida de que a FSP agiu corretamente ao não discutir as "idéias" do FSM. Elas simplesmente não existem. As aspas aqui exercem dupla função – tanto estariam retomando a fala do ombudsman (que parece criticar a posição do jornal) como ironizando o fato de se atribuir importância a um encontro como o FSM.

[30] Ver texto em anexo.

Uma primeira leitura da coluna do ombudsman, então o jornalista Bernardo Agzenberg, poderia apontar um posicionamento contrário à cobertura da FSP, e até mesmo simpático ao Fórum. O "defensor do leitor" estaria, assim, cumprindo seu papel, a saber, apontar os erros cometidos pela FSP, um jornal que, dizendo-se imparcial e neutro, aceitou até o desafio de instituir um profissional para criticá-lo[31]. No entanto, o texto possibilita a constituição de sentidos diferentes daqueles pretendidos pelo enunciador, que acabam por (re)produzir uma leitura negativa do FSM, retificando, assim, o discurso do jornal. Isso se dá por meio de diferentes estratégias discursivas, dentre elas:

- a caracterização do evento: embora afirme a dificuldade em tratar um "fenômeno novo" como o FSM, o ombudsman refere-se a ele como "uma babel com mais de 51 mil participantes" unidos por uma "**ainda** difusa crítica à 'globalização selvagem' e a busca de uma **também** difusa 'globalização saudável' ". Embora o termo **babel** possa veicular sentidos positivos, o heterogêneo necessário e saudável, dizer que o traço de união do grupo é **ainda** uma crítica/ busca **difusa** é, além de afirmar o caráter improdutivo da crítica e da busca, implicitar a idéia de que estas, contrariamente ao que afirmam sobre elas, foram e continuam sendo diluídas, desagregadas, sem força. Note-se que ao aspear por duas vezes a expressão **globalização selvagem**, o ombudsman toma uma posição em relação ao discurso dos participantes do Fórum, qual seja, distancia-se dele.

- a caracterização da cobertura do jornal: ao contrário do que se deveria esperar do crítico do jornal, não há no texto a presença de uma voz dura que, com firmeza, aponta erros e cobra soluções. O que emerge é uma voz preocupada em justificar, "pôr panos quentes", preservar a todo custo a imagem do jornal. Assim, para o ombudsman, o jornal não erra, apenas comete "deslizes", palavra usada para fazer referência à cobertura do FSM. Note-se que **deslize** remete à exceção e não a procedimento comum, o que seria condenável. Na visão do ombudsman até o deslize seria justificável. É isso que procura fazer quando o atribui não a um descaso do jornal, mas sim a uma "fragilidade na cobertura", ao fato de a FSP talvez estar "desaparelhada"[32] para a cobrir o FSM. Nessa perspectiva, o jornal apenas "não esteve à altura do desafio que a cobertura do evento

[31] A FSP faz questão de ressaltar que foi o primeiro jornal a instituir no Brasil tal profissional.
[32] Como explicar? E não é "o maior jornal do país"?

exigia" e, como faz questão de ressaltar o jornalista, "como a maior parte da imprensa" (assim, a FSP não "deslizou" sozinha).

Outras estratégias também contribuem para reforçar o discurso do jornal e mitigar críticas, como algumas publicadas no Painel do Leitor (que são estrategicamente colocadas próximas às 'críticas' favoráveis). Dentre essas estratégias, podemos dizer que a própria seleção/edição das cartas a serem comentadas pelo ombudsman atende aos objetivos de não criar maiores problemas que perturbem a imagem "imparcial" do jornal. Vejamos o único trecho transcrito pelo jornalista em sua coluna:

> "Talvez a Folha devesse prestigiar de forma mais séria as discussões de alto nível realizadas na cidade".

O trecho não aparece por acaso. O uso do modalizador **talvez** confere à crítica o mesmo tom brando e compreensivo veiculado pela fala do ombudsman, sinalizando para o leitor, para todos os leitores, como ele também deve interpretar a conduta do jornal. O mesmo conteúdo proposicional, se veiculado por outro tipo de modalidade (como o obrigatório), acarretaria sentidos "perigosos", que poderiam produzir efeitos indesejados. Ressalte-se que apenas um trecho da carta foi retomado pelo ombudsman, o último enunciado, aquele em que o leitor atenua a crítica que fizera antes. Transcrevemos abaixo a carta como foi publicada no Painel, no dia 04/02/02:

> "É chocante a baixa qualidade jornalística dedicada ao Fórum Social Mundial. Tanto a chamada de capa da Folha deste domingo quanto a reportagem assinada por Sylvia Colombo colocam em primeiríssimo plano um andarilho mexicano que tem pouquíssimo a dizer sobre o que está exatamente ocorrendo no fórum. Talvez a Folha devesse prestigiar de maneira mais séria as discussões de alto nível realizadas na cidade." Fabian Scholze Domingues (Porto Alegre, RS)

O tom quase irônico, aparentemente compreensivo, presente no último enunciado contrasta com o início da carta em que o leitor, de modo incisivo e até indignado, acusa o jornal de preferir mostrar um andarilho mexicano (e com isso construir uma imagem do FSM cujo traço mais relevante seria o exótico) a relatar "exatamente" o que estava acontecendo no evento, leia-se, discussões importantes. Sendo a edição das cartas antes de sua publicação um procedimento freqüente (cf. Vieira, 1999: 28), podemos dizer que a carta em questão foi duplamente silenciada: tanto pela redação da FSP como por seu

ombudsman. Dessa forma, a estratégia de transcrever apenas parte da carta do leitor Fabian, e também de introduzir sua fala com o verbo **reclamava** (cujo efeito de sentido é diferente do que seria **acusava**, por exemplo) minimiza o que poderia ser reprovável aos olhos dos leitores da FSP, aqueles cujos direitos o ombudsman deve(ria) proteger.

O lugar que ocupa esse jornalista (quem sou eu para lhe falar assim?), a identidade que se atribui, explica o fato de procurar construir de si uma imagem de crítico e analista imparcial do jornal e de seus jornalistas. No entanto, como procuramos mostrar, emerge do texto o *ethos* de um conciliador que, mesmo sem o tom assertivo e irônico de seus colegas, acaba por partilhar com eles determinadas "verdades", como a de que o PT manipula o FSM, ou a de que ele, afinal, seria inócuo:

> A *Folha* **mostrou** (que é diferente de **fez**) críticas ao PT por **usurpar** o fórum com fins eleitorais.
>
> Talvez desaparelhado para a cobertura de um evento tão fluido, o jornal perdeu a oportunidade de penetrar no coração impalpável do fórum, nem que fosse para demonstrar sua eventual **inocuidade**.

Dessa forma, pode-se dizer que a posição *advogado do leitor* é uma modalidade enunciativa do discurso da FSP, isto é, o jornalista que ocupa tal posição se inscreve na ordem desse discurso. Com isso estamos afirmando que a presença de um profissional como o *ombudsman* nada mais é que uma estratégia que objetiva não só mitigar os erros do jornal (que aparecem nomeados por **deslize**, **hiato**), mas também sustentar uma imagem de neutralidade, de isenção.

Em (4) e (5), ambos textos do jornalista Clóvis Rossi, o nome Fórum é retomado anaforicamente pelas expressões **conglomerado**, **essa turma**, **movimento difuso**. Discutindo as relações entre discurso e texto, Possenti (2003) retoma um estudo de Maingueneau (1976) que trata da gramática de texto, particularmente a anaforização, em que o autor afirma que ela

> introduz a possibilidade de tornar aceitável tal ou qual afirmação. Obviamente, são as restrições discursivas que regulam este gênero de fenômenos; segundo o tipo de discurso, determinada anaforização será possível ou não. (...) *o comando palestino* pode anaforizar-se com *esses assassinos* (repúdio), *os combatentes revolucionários*

> (avaliação positiva), *esse grupúsculo de extremistas* (repúdio moderado) etc. (p.174).

Para Possenti, Maingueneau trata uma questão textual (a anaforização é um dos campos privilegiados da lingüística de texto) em termos da AD uma vez que afirma que é a posição discursiva que determina a escolha do item lexical usado para retomar os termos antecedentes. Também em Possenti (1988) encontramos uma discussão que relaciona a superfície textual ao discurso, mostrando como a primeira decorre de "escolhas" que podem ser explicadas pelo jogo de imagens de Pêcheux (1969).

Ambos os estudos nos permitem pensar as retomadas anafóricas que aparecem no texto do jornalista como indícios do lugar de onde enuncia, lugar este que define "o que pode e deve ser dito". Não se trata da pessoa física do jornalista, mas da posição que ocupa, uma vez que, como vimos, nos textos da FSP, os diferentes nomes escolhidos para nomear o Fórum acabam por atribuir ao encontro sentidos negativos. Ressalte-se que essa negatividade é reforçada pelo tom irônico que perpassa o texto (4). Dirigindo-se ao leitor de forma a criar um clima de cumplicidade, a estabelecer com ele uma relação de simetria, o enunciador interpela-o no sentido de recuperar uma informação partilhada por eles, qual seja, o acontecimento FSM. O enunciado que segue a pergunta, *Pois é, essa turma,* mostra que não se trata de uma informação "neutra", mas já carregada de avaliações, aquelas que o enunciador pretende partilhadas com seu leitor: o Fórum, aquela reunião de desordeiros. O FSM não mereceria, portanto, ser encarado com seriedade, mas sim ser tratado ironicamente, o que faz o jornalista. Assim, os textos remetem a uma instância que tem certeza sobre o que fala, um tom assertivo e irônico.

No fragmento (6)[33], texto do jornalista Plínio Fraga publicado no caderno Brasil, o tom assertivo e irônico presente nos textos anteriores aparece reforçado. Aqui não há dúvidas quanto ao FSM e seus participantes: eles não merecem ser levados a sério. O texto é todo trabalhado para construir não só sentidos negativos sobre o encontro, mas também para ridicularizá-lo. Textos como esse não são atípicos no jornal – é comum o tom irônico com que determinados temas são abordados, apesar de em seu Manual a FSP não recomendar o uso da ironia, como mostra o verbete abaixo, que aparece nas páginas

[33] Ver texto na íntegra no anexo.

dedicadas à "padronização e estilo – convenções e recomendações para escrever um texto claro":

> **Ironia –** Originalmente, pergunta de quem sabe a resposta. Em texto jornalístico, dizer algo diferente do que de fato se pensa pode provocar confusão. Não abuse, portanto. Admite-se o recurso, sem restrições, em textos assinados, ou colunas de bastidores. Mesmo assim, requer cautela: nem sempre a ironia que parece óbvia ao autor é compreendida como tal pelo leitor e, em excesso, tende a irritá-lo (**Manual, p.75**).

Percebe-se pela definição uma concepção de sentido como não-óbvio, não-transparente ("nem sempre a ironia que parece óbvia ao autor é compreendida como tal pelo leitor"), concepção que vai de encontro ao que se afirma reiteradamente como possível, a saber, a transparência da linguagem, e também a imparcialidade do jornal. O fato de esta não ocorrer devido ao emprego de recursos irônicos não configura um problema, uma vez que nada é dito sobre isso, mas sim de poder comprometer a clareza do texto na medida em que pediria, ao contrário de textos não-irônicos, a participação do leitor para a construção dos sentidos pretendidos. Mais uma vez aparecem contradições: não apenas no próprio Manual mas também entre aquilo que propõe e o que efetivamente é veiculado nas páginas do jornal.

Em seu estudo sobre a ironia, Brait (1996) afirma que é possível flagrar a presença desse processo discursivo em outros tipos de discurso, o jornalístico, principalmente, e não apenas em espaços "institucionalizados", como a poesia, a publicidade, o teatro. Mostra que nas primeiras páginas de jornais como a FSP as informações (elementos verbais) se/quando relacionadas a informações visuais (fotos) instauram uma leitura não-referencial, com efeito de sentido irônico. A interpenetração entre a linguagem visual e a verbal, traço característico da linguagem jornalística, permite a construção de seqüências discursivas marcadas pela ambigüidade, pela ironia. Para a autora, não se trata de ocorrências isoladas:

> é curioso observar que a instauração de um discurso ambíguo, que pode ser de natureza irônica ou não, acontece com certa freqüência nas primeiras páginas de jornais brasileiros, apontando para a possibilidade de um discurso jornalístico informativo colocar sua dominante linguagem referencial e objetiva ao lado de uma ambigüidade expressiva, com vistas ao humor e à crítica sutil em lugares onde esses dois elementos não são esperados (p.66).

O texto do jornalista Fraga aparece nas páginas reservadas à informação, o que permite estender as observações da autora a outros espaços do jornal além do apontado em sua análise. O título do texto, *Saramago azeda a festa e a esquerda dança*, acompanhado pela foto, na qual aparecem o então prefeito de Porto Alegre e o ex-governador do RS, ambos do PT, de mãos dadas, dançando, instaura a ambigüidade pretendida pelo jornalista: a esquerda **dança** como indica a foto (se é foto é fato) ou **dança** (=se dá mal) já que Saramago, nome legitimado, "azeda" (critica) a "festa"? Teríamos aqui o que Brait aponta como uma das formas de apreender a ironia: a tensão entre o sentido literal e o sentido figurado. Ciente das polêmicas sobre a existência ou não do sentido literal, a autora, retomando estudo de Searle (1979), deixa claro que só se pode considerar o sentido em relação ao contexto e àquele que o atribui. E também que o literal diz respeito ao sentido do enunciado e o figurado (no caso o irônico) diz respeito à dimensão da enunciação, uma vez que se constrói na interação, na relação com o outro-leitor.

No caso do exemplo (6), teríamos do ponto de vista literal um texto que apresenta os participantes do FSM, a esquerda, dançando na festa de encerramento do evento, apresentação "referencial", colada aos fatos/palavras e, do ponto de vista figurado, o relato de que a esquerda (que aparece como equivalente aos políticos do PT) teria 'dançado' com a carta do escritor português lida no encerramento do Fórum. Há no corpo do texto, além dos presentes na manchete, elementos que sinalizam a possibilidade dessa última leitura, dentre eles o subtítulo *crítica à esquerda* escolhido para introduzir a carta e os comentários sobre ela. A ambigüidade perpassa todo o texto: não se trata de escolher entre uma leitura ou outra. O texto constrói as duas e vai de um plano a outro, em uma "brincadeira" que remete à própria avaliação do jornalista sobre o fato relatado: o FSM é uma brincadeira, não pode ser levado a sério. Esse deslizamento de sentidos, ora dançar literalmente, ora com acréscimo de sentido, aparece em passagens do texto. Depois de afirmar "a esquerda dançou" retoma o enunciado categórico desviando o que indicara: "ao som da ciranda de roda(...)". Os participantes são apresentados/caracterizados de forma irônica, ridicularizados: "o prefeito Tarso Genro **rodopiou**, o **sisudo** governador Olívio Dutra **bailou desajeitadamente**, Francisco Whitaker **engajou-se** (a escolha da palavra não é gratuita) com Anima Taorê **num ir e vir carnavalesco**" (observe-se como a palavra **carnaval** aqui não recebe os mesmos sentidos que os veiculados quando enunciada por um

dos organizadores do Fórum). Em oposição, os que não "dançaram", caso dos índios, são caracterizados como "reverentes e reflexivos" (final do 4º. parágrafo).

O *ethos* do jornalista dono da verdade emerge aqui de forma clara, e pode ser apreendido em afirmações categóricas presentes ao longo do texto, como as que aparecem já no primeiro parágrafo: "a mensagem foi **inequívoca**". Em seguida, a afirmação incisiva de que a mensagem, uma carta enviada pelo escritor José Saramago, "massacrou a classe política ali presente" (10º. parágrafo). No entanto, a leitura da carta do escritor, pelo menos o trecho escolhido para fazer parte do texto do jornal (o que indica que foi o melhor encontrado para sustentar a idéia defendida), não aponta nada que possa corroborar a interpretação do jornalista sobre a fala de Saramago, como a de que se dirigia de forma específica aos políticos do PT. Vejamos alguns trechos:

> A Declaração Universal dos Direitos Humanos, tal como se encontra escrita, sem necessidade de se alterar sequer uma vírgula, poderia substituir com vantagem no que diz respeito à clareza de objetivos e à retidão de princípios, a todos os programas de todos os partidos políticos da ordem.

A referência a "todos os programas de todos os partidos políticos da ordem" não contém a precisão que deseja o jornalista, a saber, a de que o alvo da crítica seria a classe política reunida no encerramento do Fórum, cujos principais representantes aparecem na foto da matéria. O mesmo se aplica ao trecho que vem em seguida "nomeadamente aos [partidos] da denominada esquerda, anquilosados por fórmulas caducas, alheios e impotentes às realidades brutais do mundo atual (...)" introduzido pelo enunciado assertivo *a crítica mais dura ainda estava por vir e tinha endereço ainda mais específico*. Como vimos, não há a mínima especificidade no trecho anterior tampouco este tem o endereço específico que pretende o jornalista. A expressão **denominada esquerda** que aparece na carta de Saramago sinaliza que há uma disputa de sentidos para a palavra esquerda: esta coloca em circulação diferentes significações. Há aqui uma marcação de alteridade – o enunciador distancia-se, rejeita uma esquerda identificada por ele a anacronismo, uma esquerda negativa. Na avaliação do jornalista *essa* esquerda é representada pelos políticos que aparecem na foto.

O último trecho transcrito evidencia que a crítica do escritor, ao contrário do afirmado pelo jornalista, não é dirigida a um partido específico: "acrescentarei pois que as razões que me levam a falar desta forma de todos os partidos políticos em geral as aplico também aos sindicatos locais e ao movimento sindical internacional em seu conjunto(...)". O comentário que aparece depois desse trecho é enunciado em um tom não só irônico, mas debochado: "e, depois disso, eles ainda cantaram e dançaram". O **eles** retoma as figuras da foto, os políticos do PT que, na leitura do jornalista e na que procura construir, seriam o alvo da crítica.

Como lembra Brait, o fato de a ironia possibilitar uma dupla leitura (a "literal", comprovada pela foto, e a irônica), de ficar na fronteira "entre o que é assumido e o que é rejeitado", acaba por não comprometer as normas do discurso jornalístico. Isso porque o efeito de sentido irônico fica por conta do leitor, e não da responsabilidade do jornal. Instaurando o outro/leitor como co-produtor da significação irônica, objetiva-se a conivência, a formação de consenso, no caso do texto, o de que a esquerda, o próprio FSM, não tem sustentação e credibilidade. Esse traço da ironia, o fato de constituir-se no nível do implícito, também permite que não haja espaço para a réplica, o que faz desse recurso uma arma poderosa, por isso tão presente no discurso da FSP.

A referência a Lévi-Strauss, presente no quarto parágrafo, contribui para legitimar a instância enunciativa, para criar a imagem do jornalista preparado para ocupar tal posição. Ao mesmo tempo, reforça o tom arrogante que perpassa todo o texto, a voz de quem se considera superior, iluminado. Consideramos esse modo de dizer exemplar do *ethos* do jornalista da FSP, a saber, um tom que remete a uma instância enunciativa que se considera superior, detentora não apenas de verdades inquestionáveis mas também do saber formal (o intelectual), que a autorizaria ironizar e ridicularizar tudo o que considera menor, isto é, um outro não-igual a ela, que tem idéias e interesses diferentes dos seus.

4.4 Mudança de alvo mas não de tom

A cobertura da terceira edição do Fórum (janeiro de 2003) apresentou mudanças em relação às anteriores – maior número de páginas, mais análises do evento. Mas não só isso.

A preocupação do jornal foi explorar o que, em sua avaliação, seria uma contradição do FSM, a saber, permitir que um chefe de Estado, no caso o presidente Lula, participasse do encontro. O "perigo" começou a ser apontado antes de janeiro, época de realização do FSM, como podemos ver no trecho abaixo:

> (7) O fórum de discussões por uma globalização solidária nasceu como antítese ao das grandes potências mundiais, em Davos (Suíça), mas pode ter o presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, como elo entre os dois. Lula recebeu o convite para participar do 3º. FSM em Porto Alegre, entre 23 e 28 de janeiro e foi sondado a integrar o 32º. Fórum Econômico Mundial, com sede em Davos, entre os dias 24 e 27 de janeiro(...)Ligado a entidades de esquerda e com forte presença no PT, o comitê organizador – que tem entre seus membros a CUT e o MST – aprovou o convite a Lula. Em carta os organizadores justificaram o convite ao petista para sua terceira edição, a última a ser realizada em Porto Alegre. Em 2004, a sede será na Índia. Constantemente acusado de ser um fórum manipulado por petistas, não há outro líder mundial até agora convidado para participar do encontro em Porto Alegre ("Presidente eleito se divide entre os fóruns de Porto Alegre e Davos", Da Reportagem Local, Plínio Fraga, 09/12/02).

O primeiro ponto interessante a observar é a mudança na forma de tratar o acontecimento Fórum: o tom sarcástico do texto anterior desaparece (trata-se do mesmo jornalista!) e dá lugar a um mais de acordo com a identidade atribuída pelo discurso da objetividade ao sujeito jornalista – um tom moderado, racional. Da mesma forma há diferença na nomeação do encontro: a **festa** (**carnaval**) passa a **fórum de discussões por uma globalização solidária,** expressão que não veicula o efeito de sentido negativo das que apareceram nos trechos anteriores.

Uma outra observação: essa aparente isenção em relação ao evento não se estende a seus organizadores que, como faz questão de ressaltar o jornalista, seriam ligados ao PT, ao MST e à CUT. Podemos dizer que um novo alvo, no contexto FSM, começa a se delinear: não mais o evento, mas os organizadores petistas, o governo do PT. Na leitura que o texto procura instaurar, a presença de Lula no FSM seria condenável. O convite só teria sido aprovado devido à ligação entre o comitê organizador do evento e o PT ("ligado a entidades de esquerda e com forte presença no PT"). O verbo usado para introduzir a fala dos organizadores presente na carta – **justificaram** – sinaliza a avaliação que o jornalista faz sobre essa fala, a saber, a de que o comitê estaria cometendo uma ação equivocada, daí a necessidade de justificação. Além disso, a anaforização de Lula por **petista** (uma palavra

marcada) contribui para a construção de sentidos negativos sobre a ida do presidente ao FSM e sobre o próprio presidente.

O cuidado que teve ao apontar quem seriam os integrantes do comitê organizador do FSM não se repete no trecho à frente, quando enuncia que este é "constantemente acusado de ser manipulado por petistas". À primeira vista, o texto até parece solidário ao FSM, identificado como acusado (injustamente?) de ser manipulado não se sabe por quem. No entanto, uma leitura mais cuidadosa mostra que não é bem assim.

Possenti (2002)[34] faz análise de um texto de Eliane Cantanhêde, publicado na FSP em 2/04/02. O procedimento de análise é, como lembra o autor, bastante empregado no quadro da *análise crítica do discurso*, e aparece em Fairclough (2001). Trata-se de observar a sintaxe, no caso da oração na passiva, e procurar explicar o porquê do apagamento do agente. Transcrevemos abaixo a passagem do texto de Catanhêde discutida pelo analista:

> A causa do MST é justa. A causa de Arafat também. Os dois movimentos simbolizam a eterna luta do pobre contra o rico, do fraco contra o pobre. Ambos, porém, são identificados com a radicalização que Lula e o PT tanto se esforçam por repudiar.

Possenti observa que o texto, em uma leitura ingênua, dá a entender que a identificação do PT com os movimentos do MST e de Arafat não é da responsabilidade de ninguém – "o efeito ideológico do apagamento do sujeito sintático é o de apresentar o fato como natural, ocorrendo sem ser produzido". Para o autor uma análise de textos produzidos nos últimos anos sobre o PT mostra claramente quem faz as acusações apontadas pela jornalista: o espectro que vai do centro à direita (e que tem mídia a serviço). Segundo Possenti, a pergunta que um analista deveria fazer é: por que Catanhêde deixou a oração com a casa do agente da passiva vazia? Uma resposta mais cabal

> passaria por uma análise das posições de Catanhêde expressas em muitos textos, e, eventualmente, de sua relação com o jornal em que escreve. A posição do jornal é mais do que óbvia. A dela, talvez o seja menos. A não ser que se considere que ela a confessa sem querer em passagens como a destacada.

Retomando o texto de Plínio Fraga e seguindo a sugestão de Possenti: por que o jornalista não nomeou os que acusam o FSM de ser manipulado por políticos do PT? A

[34] "Qual é o sujeito?". In: www.primapagina.com.br 8/04/02. Acesso em 10/04/02.

resposta, levando em consideração a análise que fizemos de seu texto anterior, sobre a "festa" do FSM, parece óbvia: porque quem acusa é o jornal para o qual trabalha, é ele mesmo. Mas, como dissemos, as acusações se suavizam, ou se deslocam. O FSM é agora caracterizado como um espaço de discussões por uma globalização mais solidária, uma antítese daquele que ocorre em Davos, mas acreditamos que isso não se deve a uma mudança radical do jornalista, a uma "adesão" ao FSM. Na verdade, trata-se de uma estratégia para construir a leitura de que haveria uma contradição no fato de o presidente "se dividir" entre os dois fóruns, uma vez que o primeiro defende idéias solidárias, humanistas, opostas às do segundo. Nessa leitura, ser sondado (apenas isso!) para ir a Davos (que o jornalista traduz por "Presidente eleito se divide entre os fóruns de Porto Alegre e Davos") representaria uma traição ao que Lula sempre defendeu, a saber, as idéias do FSM, a de "um outro mundo é possível".

A análise da cobertura da terceira edição do FSM confirma o que estamos dizendo: o alvo muda – não mais o FSM, mas o governo federal. Vejamos os textos abaixo:

> (8)A chegada do PT à presidência embaça a fronteira, **sempre tão prezada pelos organizadores do Fórum Social Mundial,** que começa quinta-feira, em Porto Alegre, entre governo e sociedade civil no encontro ("Fórum 'embaralha' governo e sociedade", Caderno Brasil, 19/01/03).
>
> (9)O governo do PT, por meio de um patrocínio da Petrobrás e do Banco do Brasil, deu 1,3 milhão para a realização do FSM, que começa hoje. Ontem, véspera da abertura do encontro em Porto Alegre, **ainda** não se via nenhum cartaz ou anúncio da Petrobrás (...)("Porto Alegre faz **fórum "chapa-branca"**, Caderno Brasil, 23/01/03).

Em (8), a oração encaixada *sempre tão prezada pelos organizadores do Fórum Social Mundial,* faz emergir a memória no fio do discurso. Essa "lembrança lateral" (Pêcheux, 1997: 166) é evocada para sustentar aquilo que o enunciador está dizendo, a saber, a crítica ao evento por abrir espaço **agora**, embora **sempre** condenasse, para um governo, o do PT. Cabe a pergunta: se fosse outro partido a sigla apareceria?

Em (9), o título da matéria explicita de forma clara o que estamos dizendo: ao nomear o evento como **fórum chapa-branca** o enunciador indicia que o lugar de onde fala elege como objeto de crítica a ligação FSM/ governo PT, e não mais (da forma como

ocorreu nas coberturas anteriores) o acontecimento FSM. O **ainda**, que aparece posposto ao trecho que denuncia o patrocínio do governo ao evento, traz implicitada a idéia de que os cartazes e anúncios já deveriam estar no local, isso se o dinheiro realmente fosse destinado à propaganda. Se não estavam, a "verdade" é que a verba foi usada para financiar o evento, daí a nomeação "fórum chapa-branca". Podemos dizer que o tom categórico e incisivo manter-se-ia caso o enunciado fosse "já se viam cartazes da Petrobrás". Esse fato seria também apresentado como a comprovação daquilo que o enunciador tem como verdade inquestionável: Porto Alegre faz um fórum chapa-branca. Nesse sentido, qualquer atitude tomada pelos organizadores do Fórum é interpretada de forma a corroborar a fala daquele que *sempre* se considera detentor da verdade.

A relação PTgoverno/FSM é, nessa perspectiva, contraditória, inaceitável. O fato de o presidente Lula ir ao fórum de Davos, de tentar o diálogo com o "outro lado", representa(ria) uma traição às idéias do FSM, ao próprio FSM. Em uma estratégia que objetiva tanto mostrar imparcialidade como instaurar dúvidas sobre a conduta do presidente, o jornal lança, no topo das páginas dedicadas à cobertura, a pergunta retórica: *Fórum Social **e** Fórum Econômico: **DIÁLOGO POSSÍVEL?*** A resposta é dada abaixo, por jornalistas responsáveis pela cobertura dos dois encontros:

> (10) O sociólogo Pablo Bergel, vinculado à CTA (Central dos Trabalhadores Argentinos) e integrante do comitê argentino do Fórum Social, afirma que um convite oficial a um chefe de Estado para participar do encontro vai contra a Carta de Princípios. (...) O sociólogo qualifica a ida de Lula aos dois fóruns como "uma manobra da mais velha política populista". Manobra essa, diz, "que pode acabar com a credibilidade futura do encontro". ("Fórum embaralha governo e sociedade", Rafael Cariello, p.A9,19/01/03).

Para responder à pergunta, o enunciador de (10) traz a voz de um sociólogo, Pablo Bergel. A palavra *sociólogo*, talvez por já não veicular apenas sentidos favoráveis, como a de alguém interessado *apenas* em discutir/analisar os problemas sociais, aparece desdobrada em um comentário que aponta **as** características desse profissional. Essas, ser vinculado à CTA e integrar o comitê argentino do Fórum Social, são avaliadas como essenciais na medida em que conferem ao entrevistado a autoridade necessária para acusar (o verbo escolhido para introduzir o discurso citado é **afirma**) o presidente Lula de populismo (a FSP apresentou essa 'interpretação', veiculada por diferentes locutores, desde

a posse) e fazer uma advertência: o evento pode perder a credibilidade. Ao recorrer ao argumento do sociólogo para sustentar sua tese, o enunciador veicula (mesmo que objetivando determinados efeitos perlocucionários) o pressuposto contido nessa fala, a saber, o de que o FSM tem legitimidade e credibilidade. A citação da fala do sociólogo reforça a autoridade enunciativa, legitima o discurso citante, e também confere a ele um tom incisivo.

> (11) No ano passado ao chegar a Porto Alegre para participar do Fórum Social Mundial, o contraponto a Davos, Luiz Inácio Lula da Silva comentou: "Aquela quantidade de cerca de arame farpado que a imprensa exibiu mostrava que o que aqueles homens estavam pensando não seria bom para uma grande parte da humanidade, sobretudo os pobres". Desta vez, no entanto, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva estará do lado de dentro da cerca de arame farpado, pensando junto com "aqueles homens". Lula, pelo menos no script desenhado por sua assessoria, **imagina** fazer uma ponte entre "aqueles homens" de Davos e o chamado "povo de Porto Alegre", ao qual também falará, hoje, dois dias antes de desembarcar em Davos (*Centro de Davos está sitiado pelo exército*. "Luís Inácio Lula da Silva, que no ano passado criticou o encontro, participará de evento no domingo", Clóvis Rossi, p. A8, 23/01/03).

> (12) (...) "Lula está criando uma imagem mundial muito forte e positiva", **acredita** Gail Fosler, vice-presidente e economista-chefe da "Conference Board"(...) É claro que a "imagem positiva" vem do fato de que, na visão de Fosler, "o novo ministro da Fazenda fez todos os movimentos corretos". **Ou seja**, fez todos os movimentos que Porto Alegre critica mas que Davos aplaude. ("Lula e Davos **já** falam a mesma língua", Clóvis Rossi, p. A11, 24/01/03).

Ao contrário de textos anteriores, também do jornalista Clóvis Rossi, (11) e (12) não constroem sentidos negativos sobre o Fórum Social. No lugar de **movimento difuso** ou **o conglomerado que se reúne em Porto Alegre como contraponto ao fórum de Davos**, aparece apenas o **contraponto a Davos**. O tom irônico e sarcástico dirigido ao encontro é aqui deslocado para a figura do presidente, emerge na resposta que os textos dão à pergunta se seria possível manter um diálogo com os dois fóruns. Em (11), a fala de Lula aparece em discurso direto, o que possibilita construir o efeito de que seriam aquelas as *exatas* palavras pronunciadas por ele. Para Fiorin (1996), o discurso direto

> (...) em geral, cria um efeito de sentido de realidade, pois dá a impressão de que o narrador está apenas repetindo o que disse o interlocutor. Tanto isso é verdadeiro que, quando se narra em discurso direto, o que se pergunta ao

> narrador é se o interlocutor usou aquelas palavras mesmo. Quando se faz essa pergunta, já se pressupõe que se acolhe como verdade o que o narrador contou delegando voz a um interlocutor. O que se quer é apenas verificar o teor exato do texto dito (p. 74).

O jornalista desautoriza essa fala do passado (que critica o encontro de Davos e seus participantes), a própria figura do presidente, ao acrescentar o comentário de que, no presente ("desta vez"), Lula se dirige ao espaço antes rejeitado. Ao contrapor passado e presente cria-se a imagem de um sujeito incoerente, que não tem palavra, que diz uma coisa e depois faz outra. O tom irônico acentua-se quando a expressão **aqueles homens** é retomada entre aspas. A partir daí o sarcasmo prevalece. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que passa a Lula, é apresentado de forma negativa: o verbo escolhido, **imagina**, indicia de forma clara a interpretação do jornalista sobre a idéia de fazer uma ponte entre os dois fóruns – não passa de um sonho, pretensão, ingenuidade. O comentário encaixado entre o verbo e o nome **Lula,** *pelo menos no script desenhado por sua assessoria***,** acentua ainda mais o efeito sarcástico (sem o *script* ele sequer conseguiria imaginar), já que desqualifica, constrói a imagem de um presidente-marionete, incapaz de sozinho construir sua própria fala, seu próprio pensamento. No mesmo texto aparece o trecho abaixo:

> Pode parecer uma pretensão exagerada, mas há quem de fato veja no novo presidente brasileiro a possibilidade de unir a ortodoxia financeira ao avanço social, com repercussão pelo menos na América Latina.

O jornalista desdenha daqueles que ousam considerar viável (apenas isso!) o presidente estabelecer uma ponte entre os dois encontros, uma vez que esse diálogo é avaliado como impossível. O comentário presente no início do trecho – *pode parecer uma pretensão exagerad*a – procura aproximar-se do leitor, ganhar sua adesão e cumplicidade. Nesse sentido, tanto o jornalista como seu leitor ocupariam uma posição privilegiada, aquela que permitiria reconhecer a "pretensão" do presidente; ambos seriam detentores da verdade. Quem não se inclui nesse grupo seleto ("há quem de fato veja"), recebe tratamento irônico, desdenhoso.

Em (12), como em (10), apresenta-se a fala de um entrevistado na qual aparecem comentários sobre o governo, no caso, a de um economista. No entanto, como se trata de

uma avaliação a princípio positiva, o verbo *dicendi* escolhido **acredita** não pressupõe que a informação veiculada seja verdadeira, ao contrário do que aparecera em (10), o verbo **afirma**, pois lá tratava-se de uma crítica ao governo federal. As aspas que aparecem na expressão *imagem positiva* cumprem dupla função: tanto retomam parte da fala do economista como apontam a distância entre o ponto de vista apresentado (Lula está criando uma imagem mundial muito forte e positiva) e o do enunciador. Da mesma forma, conferem ao trecho um tom irônico: além da distância, a rejeição, a desqualificação. Para precisar mais ainda a crítica, para não deixar dúvidas quanto à expressão **movimentos corretos**, usada para qualificar as ações do ministro (que poderia ser interpretada pelo leitor como um elogio), o jornalista a desdobra em uma paráfrase: "ou seja, fez todos os movimentos que Porto Alegre critica mas que Davos aplaude". A "tradução" que faz procura instaurar a leitura de que os movimentos do ministro do novo governo, aos quais o economista se refere, são uma traição às idéias defendidas pelo FSM. O **já** que aparece no título do texto – Lula e Davos **já** falam a mesma língua – veicula o pressuposto de que essa "traição" ocorreu bem antes do previsto.

O texto (11) termina com a passagem abaixo:

> Se houver mesmo uma ponte entre os dois mundos, Thomas Mann terá sido profético ao designar a montanha que cerca Davos.

A referência ao escritor consagrado atesta e reforça a autoridade daquele que enuncia, um sujeito que confere a si o estatuto de erudito, sábio, membro de uma comunidade "iluminada". A esse estatuto corresponde o tom arrogante, superior, o *ethos* que emerge do texto. Note-se que isso não aparece explicitamente no enunciado (ele não diz *eu sou erudito, sábio*), mas é construído na/pela enunciação. Um sujeito como *esse* não pode(ria) se enganar, ele, e só ele, tem a verdade. Recorrer ao nome de uma das obras de Thomas Mann também reforça o argumento defendido pelo jornalista: a ponte entre os dois mundos só no terreno da mágica, da ficção.

Assim, a mudança em relação à cobertura do Fórum Social (quando o PT não era governo) é visível. O encontro é mais que poupado, chega a ser valorizado, defendido. O texto abaixo mostra de forma clara essa mudança:

> (14) Os apoiadores do Fórum Social mundial fizeram o protesto errado. Em vez de pedir que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e seus ministros não fossem ao encontro de governantes e lideranças em Davos, deveriam clamar para que não tivessem comparecido a Porto Alegre. Lula e seus ministros **ofuscaram** e **limitaram os debates do FSM**. (...) a longo prazo, a presença do governo Lula no fórum pode marcar **o início da perda de viço de um evento que obteve seu espaço na agenda pública.** (...) Passaram por Porto Alegre milhares de grupos **organizados** e de fora do governo. Havia os que defendiam armas para o governo palestino, os que alardeiam supostos efeitos colaterais na saúde do uso do telefone celular, os que são contra a privatização do sistema de águas de Cochabamba, os que jogam tortas em políticos. Independente da correção de suas bandeiras ou de seu comportamento, estarem todos reunidos em defesa de atos de solidariedade, na condenação ao militarismo, ou na articulação de uma rede o mais ampla possível de apoio à justiça social é uma **vitória** ("Lula está mais próximo de Davos do que de Porto Alegre", Plínio Fraga, 28/01/03).

O que aparecera como superficial, que não apresentava avanços, mas apenas discussões inócuas, aparece agora como importante ("debates que podem ser ofuscados"), como vitória. Note-se que o mesmo jornalista na cobertura do evento anterior não poupou críticas e zombarias ao Fórum, a seus organizadores e participantes, apresentados como confusos, sem propor coisa alguma, apenas divertindo-se em uma "festa". Aqui eles aparecem ***organizados***, *articulados*, o múltiplo, o heterogêneo, é visto como positivo, necessário. E isso, na leitura que o texto constrói, sempre teria sido assim, na medida em que o jornalista afirma que o Fórum pode **perder** o viço, o que implica dizer que já o teve, embora a FSP não tenha reconhecido.

Podemos dizer que a facilidade com que a FSP esquece as críticas ao Fórum, o fato de na cobertura de 2003 avaliá-lo como sendo **sempre** importante, embora nas coberturas anteriores tenha afirmado o contrário, aponta traços importantes sobre a identidade desse jornal. Esses traços, constitutivos de seu discurso, estão disseminados por todos os seus planos, incluindo o *ethos*. Atribuindo-se o poder de dono da verdade, de nunca errar, os argumentos presentes nos textos analisados são construídos de tal forma a não dar ao outro, o FSM, o governo do PT, o mínimo espaço para mostrar a relevância de suas idéias, mostrar que elas são mais que 'fantasias'. Aqueles que defendem pontos de vista contrários à "verdade" são ironizados, chegam a ser ridicularizados; os que concedem ao outro a possibilidade da dúvida são caracterizados, no mínimo, como ingênuos, desprovidos da luz da sabedoria que ilumina os jornalistas da FSP e o próprio jornal.

Dessa forma, não há escapatória: o presidente ir a Porto Alegre, falar àqueles que defendem a existência de um mundo mais solidário, é ofuscar o Fórum, provar que é chapa-branca; ir a Davos, tentar negociar com "aqueles homens", é provar que traiu os ideais do Fórum, que já foi para o outro lado. Isso nos autoriza afirmar que o discurso da FSP é um discurso autoritário, que recusa e desqualifica o outro, a diferença. Esse discurso é enunciado em um tom assertivo, arrogante e irônico que remete a uma fonte enunciativa que confere a si o estatuto de homem superior, iluminado.

O tom superior, do jornalista iluminado, sábio, emerge mesmo quando se procura criar a imagem de um sujeito que valoriza o outro, a imagem de um jornalista preocupado com as causas sociais, com a construção de um país mais justo. No caso da FSP, o jornalista Gilberto Dimeinstein é conhecido como aquele que em sua coluna dominical discute temas ligados à cidadania, ou à falta dela, temas importantes que apontariam para um sujeito jornalista bem próximo àquele combativo, o representante da essência do jornalismo. É o próprio Dimeinstein, em depoimento quando da comemoração dos 80 anos da FSP, quem afirma:

> Ficaria mais satisfeito se o jornal fosse menos objetivo e mais militante a favor das causas sociais, levantando bandeiras. É a tal história de Narciso, retomada por Caetano Veloso: achamos feio o que não é espelho. Olhando além do espelho, minhas críticas são um detalhe. A beleza do jornal é sua disposição permanente para mudar, melhorar, rever, ouvir críticas, reciclar-se. Aprender.

O jornalista procura construir de si uma identidade que o diferenciaria da normalmente atribuída ao jornal e a seus jornalistas (o jornalismo objetivo, científico). Isso se dá por meio de uma avaliação que faz do jornal, uma crítica que, como faz questão de ressaltar a seguir, não passa de um "detalhe", coisa de quem fica preso ao próprio espelho. Ao assumir-se narcísico neutraliza essa crítica, confere a ela um caráter pessoal – que a aproxima de uma queixa, como que feita por "um filho diferente". O fato de antes ter defendido um jornalismo combativo afasta interpretações perigosas, como a de que não passaria de um jornalista vaidoso, egocêntrico. Continuando em seu depoimento, Dimeinstein afirma

> A *Folha* tem sido, para mim, um campo de experimentação (...). Lambuzei-me até a alma na reportagem investigativa – das denúncias de corrupção às revelações sobre a violência contra as crianças (...)

O trecho abaixo faz parte de uma das reportagens do jornalista:

> É um percurso bem mais árduo do que os caminhos de laranjal do Jarí. As passarelas são mais estreitas e há trechos em que faltam ripas, por onde se vislumbra uma água barrenta. Para Maria Luiza, um caminho familiar. Ela só abandona o sorriso circunspecto quando eu escorrego, caio na água e fico gritando à procura de meu diário de viagem, onde estão todas as anotações. Entro em pânico. Ato contínuo, vou para a água e começo a garimpar meu tesouro perdido. Sem ele, jamais poderia reproduzir com fidelidade todos os nomes, números, entrevistas.
> Enquanto berro "sumiu meu caderno", Maria Luiza sorri, divertindo-se. É de fato uma cena hilariante: um marmanjo de óculos enlameados, com água pelos joelhos, revirando a lama, desesperado.
> Mais calmo, peguei-o e agarrei-o com a força de quem recupera um bilhete premiado de loteria jogado no lixo. Durante o resto do caminho até a casa, me lembro de minhas terríveis aulas de português, nas quais era obrigado a fazer análises gramaticais de *Os Lusíadas*, de Camões. Um suplício. Minha raiva aumentou quando a professora disse que Camões viajava e naufragou com os originais. Mas ele se salvou agarrando as folhas com uma das mãos e nadando com a outra. Nos meus tempos de adolescente, quando ainda existia ginásio, não me conformava com aquele destino de *Os Lusíadas* – por tão pouco, não seria obrigado a enfrentar as frases complicadas. Não entendia a perseverança de Camões. Hoje, nas devidas e óbvias proporções, compreendo o escritor português, depois de minha experiência, enlameado num bairro da periferia de Rio Branco no garimpo alucinado de minhas anotações (Dimeinstein, G., *Meninas da noite*).

O trecho integra uma série de reportagens feitas para a FSP e depois reunidas em livro. Note-se que o jornalista, ao contrário do que prega o Manual, assume a instância enunciativa (diz eu) e chega a tomar conta da cena do relato, fazendo-se personagem principal. A cena retrata a dificuldade do homem da cidade, com todo o seu conhecimento "douto", em realizar ações corriqueiras em um ambiente diferente do seu, como caminhar por um trecho escorregadio. A essa inadequação corresponderia uma fonte enunciativa que reconhece (humildemente?) que pouco sabe diante de Maria Luísa, uma menina que vive nos confins do país, prostituída, que nunca foi à escola. A preocupação em mostrar o respeito pelo outro, um *ethos* de homem generoso, que se identifica com os menos favorecidos, aparece logo no início do livro, quando o narrador se depara com uma das primeiras vítimas cuja vida pretende retratar:

> Ela não é acadêmica, leu pouquíssimos livros. Se é que leu algum livro. É inteligente, tem fluência verbal. À primeira vista, parece que, de tanto apanhar da vida, perdeu o medo de viver (p.14).

Dentre tantas formas de apresentar sua personagem, a primeira característica apontada (portanto o traço avaliado como o mais importante) é a sua não-escolaridade, sua exclusão do mundo do saber formal. Essa escolha é significativa na medida em que mostra que o lugar do qual fala o enunciador valoriza (ou só valoriza) aqueles que são acadêmicos, que lêem muitos livros. O enunciador procura criar a imagem de uma personagem que vai de encontro a essa "verdade", e ao mesmo tempo projetar de si a imagem do "bom sujeito", o que sabe que não é necessário ser erudito para ser inteligente, aquele que valoriza outros saberes além dos legitimados. No entanto, o aparecimento do primeiro enunciado seguido do "é inteligente, tem fluência verbal" acaba por veicular o efeito de sentido de que essas qualidades seriam inesperadas, ou seja, o que aparece implicitado é que pessoas que não lêem livros não são inteligentes (a verdade contra a qual parece se opor o enunciador). Essa leitura pode ser confirmada se atentarmos para o encadeamento dos enunciados: como não aparece nenhum elo coesivo entre eles, estão justapostos, é possível substituir o ponto final por um conector do tipo adversativo, estabelecendo uma relação semântica de contraste, de oposição (Ela não é acadêmica, leu pouquíssimos livros **MAS** é inteligente, tem fluência verbal). Como ressalta Koch (2000, p.45), essa "reposição" da conexão faltante é feita a partir de elementos expressos na superfície textual, não é arbitrária; no caso do texto acima, na forma como os enunciados foram selecionados e dispostos na seqüência.

Dessa forma, embora procure criar de si a imagem de um homem generoso, que vê o outro como um igual a ele, emerge do texto o *ethos* de um sujeito preso a determinadas verdades, como a de que a inteligência é privilégio de poucos eleitos (ele mesmo?), um sujeito ainda preconceituoso: o *ethos* do intelectual. O mesmo pode ser dito em relação ao trecho anterior. Como dissemos, a cena está quase que toda centrada na figura do enunciador: o "estrangeiro" que provoca risos, e até reconhece que esses são merecidos, assumindo um papel quase que cômico. No entanto, o texto apresenta pistas que apontam para um lugar onde a diferença não é vista da forma que pretende mostrar o enunciador.

As metáforas usadas para designar as anotações feitas (**tesouro perdido**, **bilhete premiado jogado no lixo**) denunciam a presença de um enunciador que valoriza o que seu outro (a menina Maria Luiza) não tem, apesar de instaurar pelo relato uma situação em que

aparece “inferiorizado”. Da mesma forma, a caracterização das aulas de português e os comentários que faz sobre elas (terríveis, um suplício) estariam apontando para um enunciador que concebe esse saber formal como irrelevante, uma vez que não o ajuda a realizar ações banais no “mundo concreto”. No entanto, ao comparar a sua aventura com a de Camões (“nas devidas e óbvias proporções”), o enunciador coloca-se no mesmo nível do escritor português, partilhando traços deste último, e não só a perseverança mas também a habilidade com a escrita, a erudição: seu caderno de anotações seria como os originais, ambos teriam as mesmas qualidades (ou parecidas). O fato de ressaltar que sem o “tesouro perdido” não “poderia reproduzir com fidelidade todos os nomes, números, entrevistas” mostra a preocupação em criar a imagem do jornalista criterioso, que busca a exatidão, a verdade dos fatos, embora enunciando em primeira pessoa. Bem de acordo com o que diz o Manual: “Na Folha, os gêneros opinativos e interpretativos devem ser fundados em informações confirmadas”. Note-se que a afirmação aplica-se à FSP, o que remete à idéia de que em outros veículos não haveria tal zelo com o trato da veracidade do relato.

A comparação do diário com os escritos de Camões permite outras observações. Para isso transcrevemos um outro trecho do depoimento do jornalista:

> As vivências em Brasília, Nova York e São Paulo fizeram com que eu pudesse testar aqui a confluência das linguagens do jornalismo e da educação, produzindo livros e currículos para levar o cotidiano aos estudantes – talvez a principal resultante de meu aprendizado, que mescla Redação com sala de aula.

Como dissemos, a reportagem sobre as *meninas da noite* saiu publicada em livro, catalogado pela editora como paradidático. Como outros do jornalista, foi adotado em inúmeras escolas, objetivando discutir questões hoje valorizadas no discurso pedagógico (os temas transversais dos PCNs), como o respeito às diferenças, a solidariedade. O jornalista aponta em seu depoimento a produção de livros como esse, espaço onde o jornalismo se mesclaria com a educação, que permitiria “levar o cotidiano aos estudantes”, que daria a eles aulas mais próximas do mundo real, aulas que não seriam um “suplício”. A comparação com Camões ganha, assim, outros sentidos: o enunciador se considera melhor que o escritor português porque seu relato (as frases que o compõem) não será objeto de tortura dos alunos, porque é mais claro, mais objetivo, mais “verdadeiro”. Como apontamos no capítulo 2, a idéia de que o jornalismo superaria a literatura pode ser apreendida em

argumentos como esses, a saber, o de que livros escritos por jornalistas (os adotados nas escolas) despertam maior interesse que os clássicos no público jovem.

Dessa forma, a leitura do texto não confirma a identidade a que se atribui o enunciador, a que procura construir de si, a saber, a do homem que pouco sabe, que estabelece com o outro uma relação simétrica, de solidariedade. Essa identidade vai de encontro ao *ethos* engendrado pelo seu modo de dizer, aquele mostrado pelo texto, visto que o que transparece é a imagem do jornalista iluminado, o de um intelectual que valoriza o saber que acredita deter, que se considera superior: aquele que tem por missão iluminar, levar a verdade. Esse *ethos* emerge sem que o enunciador o perceba, está tão entranhado que já se naturalizou. É o *ethos* do jornalista da FSP.

A análise dos textos nos permite afirmar que o *modo de dizer* do sujeito jornalista, especificamente o jornalista da FSP, está em harmonia com sua *maneira de ser*. Traços do iluminado, o que teria como missão levar a luz da verdade, traços do gênio, do erudito, podem ser apreendidos no tom com que esses sujeitos enunciam. No que diz respeito à combatividade, percebemos na leitura dos últimos textos que, embora haja um trabalho por parte do enunciador para construir de si um *ethos* de sujeito voltado para questões sociais, solidário, preocupado com o outro, de seu modo de dizer acaba por emergir, como nos textos de outros jornalistas da FSP, o *ethos* do jornalista iluminado, iluminador e superior.

CAPÍTULO V

FOLHA DE S. PAULO: A MITIFICAÇÃO DA PRÓPRIA PRÁTICA

> Comecemos, pues, por explorar el (así lhamado) derecho a la información. Lo más llamativo de él es que, en su nombre, las aves de rapiña que se lucran com el dolor, el placer o la vergüenza ajenos (herederas, como los terapeutas 'psi', de la estirpe de los confesores y los inquisidores) están nad amenos que protegidas por la ley, lo que significa: 1) Que pueden esgrimir incluso jurisprudencia a su favor para defender su derecho a mostrar en público el rostro de un hombre muerto, de un niño hambriento, de una madre ultrajada, de un presunto delincuente, de un tetrapléjico en sesión de rehabilitación, del afortunado ganador de un premio de lotería o de un herido en accidente de automóvil, de un espía político, de un confidente policial o de un mendigo, y todo ello sin pagar un céntimo al modelo, sin pedirle siquiera permiso y sin aceptar la más mínima responsabilidad por las consecuencias que de tal divulgación pública puedan seguirse, cosa que sería absolutamente impensable en cualquier otra actividad comercial o relación jurídica en un Estado de derecho; 2) Que pueden convertir legalmente en mercancía y en pingües beneficios una conversación telefónica privada intervenida sin conocimiento ni permiso de los interlocutores, una carta de amor interceptada contra la voluntad del remitente y del destinatario o una fotografía de la vida privada de cualquier persona, aunque ésta se niegue explicitamente a que se tome la fotografía y a que se divulgue; (...) 4) Que, si esta actividad puede ejercerse en este clima de inmunidad, impunidad e irresponsabilidad, ello se debe a que pasa por ser nada menos que un 'servicio público': quienes suministran estas 'informaciones" en los (así llamados) medios de comunicación se amparan en el derecho de que sus clientes se las demandan y de que, por tanto, al suministrarlas, satisfacen una necesidad social. (...)Asombroso. Asombroso que este pintoresco 'drecho a la información' haya obtenido su prestigio presentándose como una prolongación natural de la libertad de expresión: ¿cómo há sido posible pasar por alto que la noble y venerable liberdad de expresión es el derecho a expresarselibremente (y, por tanto, a callar) y no el drecho a ser 'expresado' contra la propia voluntad o a ser 'informado' de algo sobre locual uno no ha solicitado previamente información alguna? Asombroso que la 'intimidad' ya no valga nada (pues mpo hay que pagar a nadie por violarla o por robársela) y que, al mismo tiempo, se haya convertido en algo tan valioso (pues quienes la roban se hacen ricos vendiéndola a sus clientes socialmente alarmados). Asombroso que los mercaderes de 'intimidad' tengan derecho al secreto *profesional* (que les permite proteger a los ladrones de 'intimidades'), mientras que las víctimas de tales hurtos han perdido el derecho a su secreto *personal* (...)(José Luís Pardo. **La Intimidad**. Valencia:Pré-Textos, 1996)

Nos capítulos anteriores, discutimos a formação da identidade do sujeito jornalista, analisando como ele é representado, a saber, os traços que lhe são atribuídos, provenientes de campos diferentes, até mesmo contraditórios, configurando uma identidade heterogênea. Os textos apresentados, que falavam sobre o sujeito e a prática, foram tomados como um lugar privilegiado no processo de construção dessa identidade. Neste capítulo passamos a falar sobre a materialidade desse discurso: como incide sobre nossa formação social, como controla e vigia seu poder.

5.1 A instituição imprensa

Como se dá o processo pelo qual uma instituição é alçada ao *status* de intocável? Que jogos de poder estão aí embutidos? No caso da imprensa, há em nossa sociedade um imaginário construído sobre ela, 'evidências' que resistem, parece, a quase tudo. De onde vem essa representação? Acreditamos que em sua constituição, entram os sentidos de prática e de sujeito jornalista *grandiosos*, aqueles que apontamos nos capítulos anteriores. Esses sentidos são retomados, servem de material para a construção de um discurso sobre a imprensa, um discurso que mitifica essa instituição. Nesse sentido, os textos que falam sobre a imprensa configuram um campo de saber que se relaciona diretamente com o poder que ela exerce em nossa formação social.

Segundo Foucault, a idéia de que só haveria saber onde inexistissem relações de poder é equivocada – ambos estão implicados: "não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder" (p.27). A afirmação é necessária para dar início ao que se propõe o filósofo, isto é, analisar a microfísica do poder, como este se torna muito mais eficaz quando tem como um de seus instrumentos a "tecnologia da alma" (o saber sobre os indivíduos). Embora em *Vigiar e Punir* o interesse seja esboçar a história do poder punitivo, o próprio Foucault ressalta que essa história seria uma genealogia da "alma" moderna, realidade sobre a qual conceitos como psique, subjetividade, personalidade, consciência, etc. foram construídos. Dessa forma, suas reflexões são importantes para discutir como o saber produzido sobre a prática jornalística incide sobre essa "alma moderna", no caso, os sujeitos implicados por essa comunidade, seus leitores.

Antes de iniciar a discussão, é importante explicitar o que entendemos por poder da prática jornalística. Para isso, retomamos as considerações de Thompson (2002). De acordo com esse autor, no sentido mais geral o poder é

> a capacidade de agir para alcançar os próprios objetivos e interesses, a capacidade de intervir no curso dos acontecimentos e em suas conseqüências. No exercício do poder, os indivíduos empregam os recursos que lhe são disponíveis; os recursos são os meios que lhes possibilitam alcançar efetivamente seus objetivos e interesses (p.21).

O autor faz uma distinção, de caráter analítico, entre as diferentes formas de poder, apontando quatro tipos: o econômico, o político, o coercitivo e o simbólico. Essas formas se sobrepõem de maneira complexa e variada, implicando "uma mistura de diferentes tipos de atividades, recursos e poder, ainda que direcionadas essencialmente para a acumulação de determinados recursos e o exercício de certa forma de poder" (p.22). O poder simbólico, denominação que o autor toma de Bourdieu, nasce na atividade de produção de formas simbólicas e diz respeito à

> capacidade de intervir no curso dos acontecimentos, de influenciar as ações dos outros e produzir eventos por meio da produção e da transmissão das formas simbólicas (p.24).

Adotando a terminologia proposta por Thompson, podemos afirmar que a prática jornalística exerce um **poder simbólico** que se materializa em sua capacidade de impor uma agenda, apagar/silenciar acontecimentos avaliados como não-importantes, a capacidade de provocar efeitos de referencialidade e de verdade (a análise da cobertura que a FSP fez do FSM é um bom exemplo desse poder, como este pode criar "realidades", como a de que o encontro seria apenas uma festa, um "oba-oba"). Para que isso aconteça (e perdure), para que o poder incida de forma eficaz sobre os sujeitos, é imprescindível que seja continuamente reforçado. No caso do discurso jornalístico, o caminho encontrado foi o de mitificar a prática, o sujeito que a exerce e a própria instituição imprensa. Esta é alçada a um patamar superior, onde não pode ser questionada, associa-se a ela uma série de sinais, representações que circulam, traços ligados à comunidade, a seus sujeitos, para serem aceitos por todos, para se construírem *a verdade* sobre a instituição. Daí a ligação entre poder e saber: essas representações aparecem no interior do discurso sobre o jornalismo/jornalista, um saber sobre a prática que é retomado, transformado em instrumento de sustentação de poder.

Nos textos apresentados vimos que determinados traços aparecem como constitutivos do sujeito jornalista e do jornalismo, dentre eles a autonomia, a isenção, a combatividade. Esses traços são recuperados para formar as representações que precisam circular na formação social para conferir/reiterar a legitimidade da instituição imprensa.

Não entendemos, portanto, a construção das representações como desprovida de interesses, mas sim como *antes de tudo política* (cf. Rajagopalan, 2002).

É no espaço da publicidade, principalmente, que as representações são postas "para funcionar", isto é, ao atribuir sentidos "evidentes" à prática jornalística (e, por isso, inquestionáveis), procura-se manter e reforçar seu poder. Além disso, assumindo com Bourdieu a idéia de que em todo campo há uma luta pelo capital simbólico, podemos afirmar que, além da reiteração do poder do campo (a instituição imprensa), busca-se, por meio/no espaço da publicidade, o capital simbólico deste campo. Trava-se, assim, uma disputa entre jornais para mostrar qual deles seria o mais legítimo para receber a confiança dos leitores.

No que diz respeito a FSP, além do recurso de retomar o saber sobre a prática jornalística, os sentidos presentes na "grande narrativa", há também a produção de um discurso (um novo saber) que objetiva, principalmente, afastar o que comprometeria sua imagem grandiosa. Esse saber, como pretendemos mostrar, é encontrado na história oficial desse jornal.

5.2 A materialidade do discurso

> É uma surpresa para mim que a credibilidade dos jornais brasileiros esteja em alta. Pesquisa nacional realizada pelo Ibope em maio mostra que a confiança que a população tem nos diários subiu de 65% em setembro de 2003 para 74% no mês passado. Numa relação de 17 instituições e profissões avaliadas, os jornais só perdem em credibilidade para os médicos (85%) e as Forças Armadas (75%) e estão mais bem posicionados que dois de seus concorrentes diretos, o rádio (64%) e a televisão (61%) (Marcelo Beraba, FSP, 5/06/05).

Não há dúvidas de que a imprensa cria de si a imagem de uma instituição incorruptível, que está acima de qualquer suspeita. Os textos publicitários são um espaço privilegiado para analisar a mitificação desse discurso na medida em que procuram veicular a idéia de uma imprensa neutra, isenta e confiável. É o que podemos observar em um anúncio do *Jornal do Brasil*, veiculado em algumas revistas semanais, no primeiro semestre

de 2002. Na imagem, uma mão estendida sobre um exemplar do jornal e abaixo dela o texto[35]:

A verdade, somente a verdade, nada mais que a verdade. Há 111 anos.

O texto é altamente polifônico, nele estão presentes vozes de diferentes discursos: o jornalístico, o jurídico, o da ciência, e também o religioso (o jornal no lugar da bíblia); permite constituir sentidos de campos diferentes e até mesmo conflitantes. Esses sentidos são aqueles atribuídos ao jornalismo/jornalista que, como vimos, formam uma representação com o qual este sujeito se identifica, constrói sua identidade: a devoção, a isenção, a autonomia. O que gostaríamos de ressaltar é o fato de o diálogo se estabelecer em relação a campos discursivos legitimados, que detêm uma posição privilegiada em nossa formação social. Em torno desses campos (a justiça, o direito, a ciência) cristalizaram-se enunciados que os retratam como voltados unicamente para a verdade objetiva, excluindo todo e qualquer traço de subjetividade. Essa imagem é a que o discurso jornalístico pretende criar de si, colocando-se no mesmo nível de instituições e espaços que não podem ser contestados, uma vez que considerados infensos a julgamentos de valor. Este é o efeito de sentido pretendido pelo texto, o efeito da equivalência: o jornalismo deve ser identificado como uma prática também voltada unicamente para a busca da essência, preocupada apenas com o relato imparcial dos fatos, com o rigor e a precisão. Em torno dele também deve cristalizar-se a idéia da neutralidade, da autonomia.

Pode-se dizer que um dos traços retomado para construir o discurso de mitificação da imprensa é o da combatividade. Vimos que muitos dos textos que falam sobre a atividade jornalística ressaltam sua aproximação com o campo político-combativo, uma aproximação que não termina quando as duas atividades se separam (o fim da imprensa político-partidária). Apesar de haver um consenso de o jornalismo feito naqueles moldes estar superado, encontramos elementos revolucionários e românticos, característicos de tal jornalismo, na imagem que a imprensa confere a si mesma. A FSP, por exemplo, mesmo dizendo assumir-se como uma grande empresa, um negócio, traz em sua primeira página, abaixo do nome do jornal, seu *slogan* principal, *Um jornal a serviço do país*, que aponta para sentidos próximos aos do jornalismo combativo, o período 'áureo' relatado nas

[35] Ver anexo.

narrativas sobre a prática. Esse periódico investe nessa imagem nobre e superior da prática, procurando 'colar'essa imagem ao jornalismo que pratica, afirmando ser essa sua "profissão de fé". Isso ocorre não apenas em suas campanhas publicitárias, mas também em sua história oficial, a que aparece em documentos internos, publicações e até mesmo estudos acadêmicos. Trata-se, no caso desses últimos, da pesquisa de Lins da Silva, que não pode ser considerada outra coisa que não uma versão oficial do jornal, e do estudo de Capelato e Mota (1981), que, como afirma Kushinir (2004), foi encomendado por Frias Filho aos professores[36].

No que diz respeito às campanhas publicitárias, a própria FSP, em seu caderno de comemoração de 80 anos[37], enumera aquelas que marcaram sua trajetória, as que tiveram maior repercussão, não só de público mas também, como faz questão de ressaltar, de crítica – "A *Folha* é o jornal brasileiro com o maior número de prêmios do festival de publicidade de Cannes" (p.28). O trecho abaixo traz uma delas, significativa para nossa discussão:

> São campanhas memoráveis: (...) a do alarme, que mostrava manchetes corajosas do jornal ("Bomba do terror causa morte no Rio", 300 mil nas ruas pelas diretas", "Governo favorece grupo Delfim") ao mesmo tempo em que soava a sirene e aparecia o slogan "este país tem um alarme**/ Folha de S. Paulo**" (p.28).

As diferentes manchetes apresentadas mostram que o jornal estaria cumprindo aquilo que seria o papel da imprensa, a saber, o de vigiar o poder, fiscalizá-lo para proteger os interesse do país, dos brasileiros. Uma missão nobre, a de um jornalismo combativo, que não ficou no passado, mas que estaria na essência do modo *folha* de fazer jornalismo. A FSP insiste até hoje em se apresentar ao público como "o jornal das Diretas", uma estratégia que procura associá-la a lutas por causas justas, necessárias, uma imagem bem próxima do jornalismo revolucionário e combativo taxado por ela mesma como anacrônico, romântico, que precisaria ser superado. Sobre a ligação desse periódico com a campanha

[36] Kushinir cita depoimento de Mino Carta sobre "essas análises de encomenda" . Para ele, "não há histórias de jornais e jornalistas que mantenha um razoável apego à realidade, quer dizer, que não enxovalhe o compromisso básico da profissão. As evocações que as empresas jornalísticas fazem de seus feitos, e mesmo livros com pretensões a pesquisas científicas, de autoria de profissionais embandeirados de ensaístas, magnificam sistematicamente os donos e diminuem, quando não cancelam, quem bolou e fez o serviço. A omissão é uma das formas mais sutis e eficientes de assalto à verdade" (p.218).

[37] O caderno foi publicado em 18/02/01. Trata-se, obviamente, da história oficial do jornal.

das Diretas-Já é interessante contrastar as duas histórias, a oficial e a não-oficial. Esta última aparece, por exemplo, em Arbex (2002), Kucinski (1998) e Kushnir (2004).

Para Arbex, a história da FSP é marcada por uma prática ambígua: ao mesmo tempo que aparece como porta-voz da democracia, exerce internamente um rígido controle ideológico. O fato de ter, no final da década de 70, reformulado as páginas 2 e 3 (iniciativa de Cláudio Abramo, dado que é "esquecido" na narrativa de Lins da Silva), abrindo espaço para intelectuais de esquerda, deu prestígio ao jornal, que passou a ser visto como um porta-voz da sociedade civil. Na década de 80, porém, a surpresa e frustração viriam com a implementação do Projeto Folha, uma reforma repressiva e autoritária. Nas palavras de Kucinski, que também critica o projeto:

> O primeiro documento do novo Projeto Folha tem como único e exclusivo conteúdo a cobrança de vassalagem, a justificativa da repressão que se seguiria: "pede aos ocupantes dos cargos de chefia que façam uma opção permanente por esse projeto ou deixem suas posições..." (FSP, 1988). O segundo Projeto Folha, de 1984, que coincide com a ascensão do PT como idéia forte no país, avança a proposta de "desengajamento partidário" do jornal e dos jornalistas. Dessa vez, seu alvo era a militância no PT. Não havia outra militância no final dos anos 80 (p.78).

Na visão dos dois autores, a FSP conduziu a campanha das Diretas apenas para fazer o *marketing* de si mesma, para vender a imagem de um jornal com ideologia, com personalidade, idéia que partilhamos. Não há como atingir o leitor veiculando idéias que associem jornalismo a lucro e negócios, é preciso revesti-lo de traços singulares, o que configura, como dissemos, uma estratégia de mitificação da prática do próprio jornal.

Arbex afirma que a 'lua-de-mel', período em que o jornal era visto como engajado, partidário, acaba com

> o fim formal do regime militar e o início da formação de um sistema representativo que ampliava o acesso ao poder dos setores insatisfeitos da burguesia. Gradativamente, a *Folha* mudou o tom de seu discurso, tornando-se cada vez mais "empresarial" e dissociada dos anseios nacionais e populares (p. 153).

Diferentemente da análise do autor, preocupada em apontar fatos, como a distância entre o discurso e a prática, que teria ocorrido após a campanha das Diretas, nossa discussão procura apreender as formações imaginárias, constituídas pelo "já ouvido" e pelo "já dito" (Pêcheux, 1969, p.85). Isso nos permite afirmar que, para atribuir a FSP a imagem

de um jornalismo engajado, para formar uma representação de jornal combativo, não é necessário que isso tenha ocorrido de fato, isto é, não é preciso que este jornal tenha algum dia defendido interesses que não os de seus donos. Nesse sentido, a imagem positiva, a representação desejada, é formada e constantemente reiterada, não se encerra em um dado período. Se isso não acontece, se o poder simbólico não é 'vigiado', enfraquece, não incide de forma eficaz sobre os leitores, esses deixam de acreditar que o jornal está empenhado em buscar a verdade dos fatos, denunciar, lutar contra as injustiças e, o que é pior, passam a duvidar de sua isenção. Na leitura perspicaz de Kucinski, há na campanha das Diretas um prazer proveniente do poder de fazer história, ou seja,

> de poder manipular não apenas indivíduos leitores, mas também as massas – como no mito do Cidadão Kane. A Campanha das Diretas Já, conduzida em grande parte pela Folha, recriou no mundo real a saga de Cidadão Kane, o filme de Orson Wells sobre o poder dos barões da imprensa, paradigmático do Projeto Folha e não por coincidência exibido regularmente em seu auditório (p.77).

Trata-se na verdade de criar uma grande narrativa, um mito, na qual o jornal aparece como protagonista, capaz de mudar os rumos do país. Dessa forma, o traço de combatividade, que é retomado para formar a representação a ser veiculada, provém, no caso da FSP, não só do saber sobre a prática (um traço avaliado como constitutivo do jornalismo), mas também da história que esse jornal conta de si mesmo, sua história oficial. Tudo aquilo que pode macular essa narrativa, sentidos que poderiam "contaminar" a imagem do "jornal das Diretas", é silenciado, apagado.

O traço autonomia é o mais retomado para formar a representação de imprensa que deve circular e tornar-se *a realidade* sobre ela, a que deve se fixar na mente dos leitores. Não há bom jornalismo se não houver independência, em relação a governos, a interesses econômicos. Como dissemos, trata-se de ofensa grave a mera insinuação de ligações exteriores na medida em que desfaz a aura de autonomia da atividade, do profissional. No caso da FSP, constrói-se a imagem de autonomia, de independência, procurando fazer desse traço a própria essência do jornal e também o que o diferenciaria dos demais. Configura-se assim uma luta pelo capital simbólico, a saber, a busca da credibilidade, da confiança. Vejamos os dois *slogans* abaixo:

Folha de S. Paulo, o jornal que mais se compra e que nunca se vende.
Folha, o jornal de rabo preso com o leitor.

O primeiro *slogan* explora a possibilidade de dupla leitura de "se vender", que veicula o efeito de sentido de surpresa, reforçado pela oposição **comprar x vender**. As orações encaixadas introduzem informações implícitas, veiculam pressupostos. Para Ducrot (1987), em construções como essa o sujeito da enunciação pode ser desdobrado: um deles identificado ao locutor e responsável pelo dito, o outro, o duplo do primeiro, não mais identificado ao locutor mas a uma "voz coletiva". Os conteúdos veiculados por este último são investidos de uma evidência, de uma verdade, que não pode ser contestada uma vez que relacionada a uma voz anônima, à voz do próprio saber. No quadro da AD, a teoria da pressuposição foi reformulada por Henry (1992) que introduz a noção de pré-construído: um traço no intradiscurso de um discurso anterior, que produz um efeito de verdade para uma dada formação discursiva.

Assim sendo, pelas orações relativas emergem verdades inquestionáveis no fio do discurso: a de que a FSP é o jornal mais vendido = comprado no país, o que atestaria sua qualidade, e a de que, ao contrário dos concorrentes, tem autonomia, tem sua própria agenda, identificada com os interesses da nação, com os de seus leitores. O artigo definido (**o** jornal) reforça o efeito de singularidade, de que somente a FSP teria essa independência, de que somente ela seria superior.

O segundo *slogan* dialoga com uma frase cristalizada (estar de rabo preso com alguém), subvertendo-a: propõe uma nova leitura, inesperada, em que a expressão aparece em outro contexto, com conotação positiva. Nele, o jornal aparece comprometido apenas com os interesses de seu leitor, ao contrário de outros que não teriam tal autonomia e compromisso. Como no *slogan* anterior, o efeito de exclusividade é reforçado pelo emprego do artigo definido. O texto abaixo, que consta da história oficial do jornal, explicita o desejo de vincular a ele a idéia de independência, qualidade essencial do bom jornalismo.

> Em meados dos anos 80, a comunicação da Folha, na época com a Jarbas Publicidade, criou um bordão que entrou para a história da propaganda: "De rabo preso com o leitor". Surgiu numa conversa entre Luís Frias, hoje presidente da Empresa Folha da Manhã, e Jarbas de Souza, o dono da agência. "Jarbas, encontra uma maneira de dizer que a Folha não tem rabo preso com ninguém", disse Luís Frias. Em casa, tomando banho, Jarbas descobriu que o slogan estava criado. "Foi o

> bordão de maior *recall* na propaganda", diz Antônio Manuel T. Mendes (FSP, 18/02/01).

Pode-se dizer que a FSP constrói de si uma imagem cujo traço principal é a autonomia, de que decorre a idéia de isenção. Mais que uma estratégia de *marketing*, trata-se, acreditamos, de uma estratégia de mitificação que, uma vez realizada, faz muito mais que vender jornais. Como dissemos, depois de mitificado, um discurso como o jornalístico pode silenciar o que não é de seu interesse, homogeneizar conflitos, impor interpretações, e ainda conservar a imagem de discurso desideologizado. A questão da autonomia, de sua necessidade, é discutida com freqüência na história oficial do jornal.

Lins da Silva (1988), ao traçar a trajetória do jornal, ressalta as dificuldades financeiras pelas quais passava a empresa quando de sua compra por Octavio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira em 1962. Isso explicaria, segundo ele, a pouca atenção dada à linha editorial do jornal, que só teria ocorrido a partir de 1974, "com a infra-estrutura reparada" (p.45), quando Frias

> passou a dirigir suas atenções para a redação. Como os fundadores do jornal em 1921, ele estava consciente de que não podia tentar concorrer com "O Estado de S. Paulo" em seu próprio terreno. Por isso, e também por suas convicções pessoais, dirigiu a linha editorial para uma postura mais aberta, preocupada com os problemas das desigualdades sociais, sempre com a idéia fixa, que ele chama de "mórbida", de manter o jornal independente. Por se dizer convencido de que só um bom produto poderia sobreviver, Frias pretendia levar à redação método e organização. Mas, por várias razões, isso só viria a começar de fato em 1984, quando seu filho assumiu a direção da redação (p.45).

O trecho aponta o que aparece de forma recorrente no discurso da FSP, a saber, o de que a autonomia só é possível com a independência financeira. Na história do jornalismo brasileiro há muitos exemplos de cumplicidade e cooperação entre o estado e os barões de imprensa: o primeiro contemplando jornais/revistas com isenções fiscais, facilidade para importação de papel, etc., em troca de "favores" (como o *Última Hora* de Samuel Wainer). Esse dado sustenta com facilidade o argumento, a "idéia fixa", da necessidade de independência financeira, atingida após um dado período. A autonomia só teria sido possível a partir da entrada e o trabalho de Frias, o que possibilita que Lins da Silva afirme em seu estudo:

> A empresa que edita a Folha é exemplarmente saudável do ponto de vista econômico e financeiro. Apresenta absoluta liquidez. Dá lucro como poucas no setor da comunicação. **Não deve nada a ninguém. Por todos esses motivos, permite que a redação atue com independência editorial difícil de se encontrar na imprensa brasileira** (pp.111-112, grifo nosso).

Para Lins da Silva, a autonomia, decorrente da estabilidade financeira do jornal, permite que este tenha independência editorial, o que não se aplicaria a outros jornais. A opção de adotar uma linha editorial mais aberta, "preocupada com os problemas das desigualdades sociais" seria, o que faz questão de ressaltar, não apenas uma estratégia mercadológica para marcar diferença em relação ao maior concorrente (o jornal *OESP*), mas decorrente de "convicções pessoais" de Octavio Frias de Oliveira. Dessa forma, o dono do jornal, e metonimicamente a própria FSP, ganha traços heróicos: aquele que liberta a imprensa dos grilhões do passado, que dá a ela a liberdade necessária para exercer o verdadeiro jornalismo. A ressalva de Lins da Silva também responde a possíveis críticas, a de que o jornalismo empresarial, marca da FSP, estaria apenas preocupado em obter lucro, deixar o dono do jornal ainda mais rico. A imagem de um jornalismo missionário e romântico precisa ser mantida; sem ela, como dissemos, não há como exercer poder, convencer o leitor (e não apenas vender jornais).

Pode-se dizer que o argumento da necessidade de autonomia, de como esta deve ser preservada, é usado para justificar as mudanças operadas no jornal. Na leitura de Frias (que é a de Lins da Silva) só seria possível manter a independência com um bom produto, o que exigiu reformas (o Projeto Folha), exigiu que se implantassem na redação método e organização, o que só acontece, segundo Lins da Silva, quando Otávio Filho assume o comando do jornal. Dessa forma, na história oficial do periódico, o Projeto Folha passa a imprescindível, tudo deve ser feito para preservar a independência do jornal, preservar uma linha editorial aberta, identificada não com os donos do poder, os latifundiários (caso de seu concorrente), mas com as "desigualdades sociais". Esse argumento defenderia até mesmo o fato de o Projeto ter imposto à redação uma série de exigências e controles que funcionavam como "um AI-5"[38].

[38] Em fevereiro de 1985, 155 jornalistas (sendo 50 da Folha) redigiram um abaixo-assinado denunciando a contradição entre aos princípios contidos no Projeto e os métodos utilizados para sua implantação, dentre eles o autoritarismo e a alta taxa de *turn over* na redação. De acordo com Lins da Silva (p.88): "os signatários do documento que ocupavam cargos de editor e editor-assistente na ocasião foram afastados de suas funções.

5.3 Construindo evidências

O argumento da autonomia ligado à independência financeira cumpre outro papel, além de legitimar o Projeto Folha e o novo secretário de redação, um papel muito mais importante, crucial para que a história oficial do jornal não seja maculada. Ele silencia um período nada grandioso para a FSP, a saber, o período da ditadura militar. É o que aponta o estudo de Kushnir.

A autora, em sua tese de doutorado, analisa a ligação de um dos jornais do grupo Folha[39], o *Folha da Tarde* (FT), com o regime opressivo pós-64. O jornal, no período analisado, o de 1967 a 1984, reuniu em sua redação dois grupos distintos, a saber, o de antes e o depois do AI-5: o primeiro formado de personalidades ligados à esquerda; o segundo, de partidários do autoritarismo. Na fase que a pesquisadora denomina "antes da tempestade", o FT teve o jornalista Miranda Jordão, militante da ALN (Ação Libertadora Nacional) como idealizador de um projeto jornalístico de oposição ao governo, e também colaboradores como Frei Betto. O que levaria o grupo Folha a sustentar um jornal oposicionista como esse? Para muitos ativistas de esquerda, como aponta a autora, fazia parte de uma política comercial do grupo. O objetivo era atingir determinado público, um nicho de mercado, interessado nos movimentos de oposição estudantil e nas manifestações culturais que fervilhavam. O FT da primeira fase era, assim, um jornal de "oposição com um patrão, que, no caso, era de tendência conservadora" (p.232). Para exemplificar essa idéia Kushnir traz depoimento de um dos jornalistas do FT, Carlos Brickman:

> Frias lançou um jornal pensando apenas no aspecto comercial. Naquela época, ele disse na minha frente que, em primeiro lugar, era criador de pintos, em segundo, comerciante, em terceiro, industrial, em quarto, nada, em quinto, nada, em sexto, jornalista. O Jorge Miranda Jordão me contou, em conversa de bar e não posso garantir a precisão, que o Frias o chamou e disse-lhe para fazer um jornal de esquerda. Ele gostou da idéia e fez. Por que um jornal de esquerda? Para atingir um

---

Clóvis Rossi, que integrava o Conselho Editorial, foi afastado do Conselho. Quatro pessoas que ocupavam cargos de confiança e assinaram o documento foram demitidas".

[39] As transformações realizadas a partir de 1962 (quando assumem Carlos Caldeira e Otávio Frias) instituíram para a empresa os seguintes periódicos: *Folha de S. Paulo*, *Última Hora*, de São Paulo (em 1965), *Notícias Populares* (em 1965), *Cidade d*e *Santos* (a partir de julho de 1967), cidade contemplada por ser reduto de Carlos Caldeira, e *Folha da Tarde* (a partir de outubro de 1967). Em 1992, a família Frias assumiu o controle total do conglomerado (cf. Kushnir, p.219).

> público de esquerda, os estudantes fascinados pelo Vietnã, pelo Cabo Anselmo, pelo Che Guevara. Não era nada exceto oportunismo mercadológico (p. 233).

Após a decretação do AI-5, muitos donos de jornal encontram caminhos de adaptação aos "anos de chumbo", incluindo, como mostra Kushinir, a autocensura. No caso do FT, os jornalistas mais combativos foram demitidos e substituídos por jornalistas policiais que eram ligados a autoridades do estado autoritário. O jornal ficou conhecido como o de maior tiragem (*tiras* na redação) e acusado de ser o diário oficial da *Oban*[40], reproduzindo informes do governo como se fossem matérias do jornal:

> Com o intuito de vender muito e combater os mesmos "inimigos do governo", a *Folha da Tarde* passou a ser um divulgador de notas oficiais e das informações do Estado. Assim, as manchetes da primeira página da FT, além de difundirem informes oficiais – que davam outra versão à verdade dos fatos – também criavam um pacto com o público leitor, propagando a notícia e a fazendo um fato. A FT, portanto, não pode ser percebida como um tablóide independente, pois estava calcada e subordinada ao grupo Folha da Manhã (pp.325-326).

Esse colaboracionismo evidente do jornal fez com que fosse escolhido pela autora para análise de seu objeto, a saber, os *cães de guarda*, os jornalistas colaboracionistas existentes nas redações de jornais e também nos órgãos de censura. A expressão escolhida não poderia ser mais feliz. Embora a autora não explicite, há um diálogo entre essa expressão e a que aparece freqüentemente no imaginário sobre o jornalista ("o cão maldito"), subvertendo-a. Nesse sentido, o relato da pesquisadora é uma história censurada na medida em que perturba a grande narrativa que essa comunidade constrói sobre si mesma. No que diz respeito ao Grupo Folha, Kushnir é taxativa:

> Esquecendo-se dos três pressupostos básicos do jornalismo – fiscalizar o poder, buscar a verdade dos fatos e fomentar o espírito crítico – a *Folha da Tarde* tornou-se um exemplo claro de colaboracionismo de parte da imprensa com o poder autoritário no pós-AI-5. Colaboraram tanto jornalistas como donos de jornal (p.232).

Na própria FSP, Otavio Frias demitiu, em 1977, por imposição do ministro do Exército, general Sylvio Frota, o jornalista Cláudio Abramo, considerado o responsável

[40] Operação Bandeirantes, criada para centralizar as atividades de combate às ações da guerrilha urbana em São Paulo. Tornou-se o mais famoso centro de tortura do Brasil (p.366).

pelo que há de melhor até hoje no jornal.[41]. A partir de então, como aponta Kushinir, o dono do jornal retirou seu nome do cabeçalho da primeira página, que só voltou a contar com o nome Frias (o filho) em 1984. O clima se acalmara, o jornal assumia um discurso alinhado com as mudanças da época, apostava no movimento das Diretas, em uma "nova ordem social". Os jornalistas da FT são dispensados por Frias, até, mais tarde, o jornal ser fechado já que ia de encontro aos novos rumos da empresa. Para a pesquisadora essa transição mostra "como as elites brasileiras não perderam o controle e reafirmaram, nesses episódios e muitos outros, a tradição da conciliação" (p. 344).

Para Kushnir, a explicação oficial do Grupo Folha, a de que a substituição da primeira redação da FT teria sido motivada pela baixa arrecadação do jornal, não encontra sustentação nem na classificação apontada por Capelato e Mota, que a pesquisadora considera problemática uma vez que não relaciona as diretrizes da empresa com as questões políticas e sociais da época. Para esses autores, a primeira etapa da sociedade Frias-Cadeira apresenta três fases distintas: entre 1962 e 1967, a da reorganização financeiro-administrativa da empresa, entre 1968 e 1974, a da "revolução tecnológica", e entre 1974 e 1981, a de definição de um projeto político-cultural. Desse modo, dizer que a FT passava por problemas financeiros, quando dirigida por Jorge M. Jordão, não corresponde à classificação esboçada pelos autores.

Da mesma forma, seguindo essas reflexões, podemos dizer que afirmar que a independência financeira da FSP só foi conseguida depois de um período, e que isso explicaria seu "silêncio" (na verdade, foi mais que isso) em relação aos anos de chumbo, é um argumento que não se sustenta. Nesse sentido, o trabalho de Taschner (1992) não deixa dúvidas. A autora aponta o ritmo de evolução do lucro líquido da empresa já após o primeiro ano da posse Caldeira-Frias. Na avaliação da autora, próxima a de Kushinir, a reformulação da linha editorial da FSP, assim como o fato de a FT ter baixado o tom (não mais atacando os "terroristas"), acompanha a distensão política da década de 70, traçada pelo general Golbery. A facilidade de adaptação do Grupo Folha, tanto a mercados (o que foi apontado por ativistas da esquerda) como a políticas (o que mostra a análise de Kushinir) é ressaltada por Tashner:

[41] Como recompensa, a FSP recebeu autorização oficial, há muito protelada, para importar maquinário. Essa informação aparece em Ribeiro (1994).

> Jogando sempre dos dois lados no campo político nos marcos do capitalismo e, na medida de suas possibilidades, diversificando a linha de produtos, mesmo com alguns acertos na área de segmentação, o grupo consolidou seu império. Para qualquer tendência de mercado e da política que se esboçasse, ele tinha um produto pronto para ser ativado. Nos momentos de opacidade apostava nos dois lados. Tinha montado um aparato para seguir os ventos e tirar proveito deles, qualquer que fosse a sua direção (1992, p.193).

Na história oficial do jornal, no entanto, a omissão é justificada recorrendo-se ao argumento da dependência financeira: a FSP não poderia esboçar reações, estaria se reestruturando, não encontrara ainda seu projeto político-editorial. Além disso, nessa leitura, o momento não teria permitido caminhos diferentes do tomado pelo jornal. Os textos abaixo apresentam tais interpretações:

> O regime militar também interferiu na política interna dos jornais (...). Otávio Frias Filho admite: "nos anos 60 e 70, a *Folha* se dedicou à recuperação empresarial e financeira e não tinha condições de interferir na cena pública com uma atitude que não fosse relativamente anódina (...) (Ribeiro, *op*. *cit*. p.48).

> No governo de Emilio Garrastazu Médici, o mais duro do regime militar, de 1969 a 1974, a *Folha* viveu um período marcadamente acrítico. Editorialmente, apoiou o general. Abandonou, no início, os editoriais. Depois, publicava apenas um. Não havia articulistas ou colaboradores que escrevessem sobre política. No noticiário, tomou cuidados para não divulgar como verdade o que era versão, muitas vezes falsa, das forças repressivas. Publicou notas sobre mortes de oposicionistas entre aspas, apontando como fonte os órgãos policiais e militares, sem assumir como suas as informações. Pouco antes de sua morte, em 1987, Cláudio Abramo falou sobre aqueles tempos a universitários: "Não era possível fazer nada, o jornal era um ramerrão". (FSP, 18/02/01, p.3).

Ribeiro introduz a fala de Frias Filho com o verbo **admitir**, o que implica uma avaliação sobre o discurso citado, a saber, a de que estaria veiculando o reconhecimento de uma falha. No entanto, aquilo que é dito no enunciado não chega a configurar um *mea culpa*, ainda mais de um erro que seria imperdoável, mas sim uma tentativa de justificar a posição do jornal. Além de atribuir à dependência financeira o fato de não ter havido condições de a FSP adotar um procedimento diferente, determinadas escolhas lexicais permitem construir sentidos que mitigam a omissão do jornal. Como já apontamos, essas escolhas, no quadro da AD, mostram-se significativas na medida em que indiciam a

formação ideológica que se materializa na formação discursiva, que vai determinar "o que pode e deve ser dito" pelo sujeito.

Assim, dizer que a FSP não tinha condições de "interferir na cena pública" silencia sentidos negativos que poderiam ser veiculados por uma expressão como "lutar contra um regime opressivo" na medida em que essa última expõe de forma explícita o contraste entre o procedimento da FSP e o que seria o papel **permanente** da imprensa: a combatividade, a defesa de causas justas. Da mesma forma, a escolha de **anódina** para caracterizar a atitude do jornal constrói sentidos bem mais brandos, diferentes daqueles que poderiam ser veiculados se aparecessem palavras como **omissa**, **subserviente** e, ainda mais, **conivente**. A atitude do jornal é, portanto, esvaziada de seu caráter negativo, é justificada.

No segundo trecho, o enunciado encaixado – o mais duro do regime militar – introduz um comentário sobre o governo do general Médici, uma "lembrança" que funciona como uma justificativa antecipada do que aparece em seguida: a *Folha* viveu um período acrítico. Caracterizar o período como acrítico possibilita a idéia de silêncio forçado, ausência de julgamento, que não se confirma com a informação de que o jornal apoiou editorialmente o regime autoritário. A forma com que essa informação é apresentada acaba por atenuar seu efeito negativo: além do comentário sobre o período, aparece uma série de dados que procura criar a imagem de um jornal que, à sua maneira, teria lutado contra a repressão. Nessa leitura, isso teria ocorrido nos procedimentos cuidadosos que a FSP adotou em seu noticiário (espaço implicitado como o mais importante do jornal), como a publicação entre aspas de mortes de oposicionistas, para não assumir as informações de militares ou policiais. Esses atos adquirem um caráter subversivo minimizando o que tinha sido dito anteriormente, o apoio nos editoriais (espaço não tão importante), que passa a um detalhe, talvez um deslize.

No trecho final, o jornalista, para não parecer tendencioso, apresenta a "verdade" sobre a atuação da FSP enunciada por Cláudio Abramo, um argumento de autoridade pois, além de ser um nome cultuado na comunidade, não teria motivos para poupar o jornal uma vez que na época foi demitido por imposição do regime: "não era possível fazer nada". Assim, como no trecho anterior, a imagem do jornal não é maculada, a ele se atribui no máximo o traço de impotência, nada poderia ser feito, mas nunca o de conivência.

Portanto, o argumento da autonomia, de que sem essa não haveria condições de fazer um jornalismo independente, cumpre seu papel: justifica a "atitude anódina" da FSP no passado e a coloca em um patamar superior no presente[42], o lugar de onde se faz o verdadeiro jornalismo, o jornalismo FSP.

Os trechos acima, parte da história oficial do jornal, podem ser relacionados com o que foi apontado quando da análise do *ethos*. O tom de certeza absoluta, daquele que nunca erra, provém do lugar de onde essa fala enuncia, da instituição *Folha de S. Paulo*. Essa constatação confirma as observações de Maingueneau. Para o analista, os discursos são regidos por uma semântica global que dá a eles determinados traços que se encontram disseminados por todos os seus planos, dentre eles, os temas, a dêixis, o vocabulário, o *ethos*. Daí afirmar a necessidade de afastar desse último

> qualquer preocupação "psicologizante" e "voluntarista", de acordo com a qual o enunciador, à semelhança do autor, desempenharia o papel de sua escolha em função dos efeitos que pretende produzir sobre seu auditório. Na realidade, do ponto de vista da AD, esses efeitos são impostos, não pelo sujeito, mas pela formação discursiva (1993, p.45).

Seguindo essas reflexões, podemos dizer que o traço "certeza absoluta" (daquele que nunca erra) é constitutivo da discursividade da FSP, da semântica que rege esse discurso, e se encontra disseminado em seus diferentes planos, o que explica o *ethos* superior, autoritário. Obviamente, na representação sobre o jornal, esse traço não aparece, mas sim o de que ele "retifica, sem eufemismos, os erros que comete" (Manual, p.41). É importante criar a imagem de um jornal sempre atento, comprometido com a exatidão, o rigor, a transparência. Essa última aparece assim definida em seu Manual:

> Transparência – A *Folha* procura manter uma atitude de permanente transparência diante de seus leitores. Essa disposição se expressa em diversos procedimentos do jornal:
> 1) manter uma seção diária, em espaço nobre, para o registro de seus próprios erros e omissões.

[42] Na edição de seu último Manual da Redação aparece o verbete **independência** como um dos procedimentos do jornal: "a independência econômica e financeira da empresa jornalística é condição essencial para a independência editorial e política do jornal que ela publica. Não há jornalismo crítico e independente em jornais editados por empresas que dependem direta ou indiretamente de governo, grupo econômico ou partido político" (p.43).

> 2) editar as cartas de leitores que contenham críticas ao jornal com o mesmo destaque das que trazem elogios.
> 3) colocar seus documentos internos (manual, projeto editorial) à disposição dos leitores (p.49).

Nosso interesse aqui, como já apontado, não é discutir as contradições entre o que a FSP fala de si, a representação que faz circular em nossa formação social, e aquilo que pode ser constatado na análise de dados (caso do estudo de Kushinir) e/ou na prática (Arbex trabalhou no jornal), mas sim analisar a necessidade de tal representação, como ela é formada. No caso da FSP, a história não-oficial comprova essa necessidade, na medida em que constrói sentidos negativos sobre a atuação do jornal que precisam ser silenciados, o que explica o recurso a outras estratégias de mitificação (além da retomada dos sentidos produzidos sobre jornalismo), como uma leitura "diferente" dos fatos históricos (a história oficial do jornal), um saber que é produzido sobre o jornal.

Assim sendo, acreditamos que para formar a representação de jornal iluminado, necessária para manter e reforçar o poder, são retomados traços presentes no imaginário sobre jornalismo/jornalista (o campo de saber) como a combatividade, a autonomia, a isenção. Além disso, cria-se uma história paralela, grandiosa, que reitera sentidos positivos e responde a quaisquer dúvidas sobre a atuação irrepreensível do jornal. Há, também, outros procedimentos que objetivam manter o mito da neutralidade. Dentre eles, os que aparecem acima no verbete **independência**: a seção erramos, a publicação de cartas críticas, disponibilizar os documentos internos. Da mesma forma, a instituição da figura do *ombudsman* também configura uma estratégia que visa à construção/manutenção da imagem grandiosa do jornal, daquele que reconhece seus erros, que defende apenas os interesses de seu leitor. Já mostramos que a posição *advogado do leitor* é uma das modalidades enunciativas do discurso da FSP, isto é, o sujeito jornalista que ocupa essa posição não está fora desse discurso, como supõe e pretende, o que permitiria outras interpretações que não as do jornal.

Como dissemos, o processo de mitificação é necessário e importante não apenas por funcionar como uma estratégia de *marketing*, um recurso para vender mais jornais. Para Voese (1997)

> o processo que busca mitificar determinada prática social significa uma dinâmica que visa a, ao mesmo tempo, conferir um poder ao discurso e ocultar o seu comprometimento com uma situação. Mitificar um discurso busca apresentá-lo de forma tal que a imagem constituída mascare ou oculte aquilo que poderia ser socialmente condenado, especialmente por grupos e classes em relação aos quais se opõe. A mitificação, na verdade, uma vez bem-sucedida, dá um poder extraordinário ao discurso de uma determinada prática social, de modo que uma série de procedimentos possam ser armados, que visam, não a algo parecido com comunicação ou informação, mas única e exclusivamente ao processo de controle da manifestação da contradição que revela um conflito social e suas causas determinantes (p.123).

Depois de mitificado, um discurso ganha o estatuto de intocável, inquestionável. Tudo aquilo que procura questionar o mito da comunidade iluminada é silenciado, ironizado. O debate sobre a possibilidade de criação de um conselho para legislar sobre a categoria nem chegou a ocorrer. A FSP e seus jornalistas de imediato se insurgiram contra a idéia veiculando-a ao período ditatorial da censura[43]. Não se falou mais no assunto.

[43] Exemplos dessa posição contrária podem ser vistos em duas matérias do jornal publicadas em agosto de 2004. Transcrevemos o primeiro parágrafo de cada uma delas, suficiente, no nosso entender, para apreender essa posição: *"Isso é assustador", afirmou Bill Kovach, um dos principais teóricos do jornalismo nos EUA, sobre a idéia de criação do Conselho Federal de Jornalismo no Brasil, instituição que é encampada pelo governo Lula e serviria para 'orientar, disciplinar e fiscalizar' o exercício da profissão de jornalista* **Entidades dos EUA condenam conselho de jornalismo no país***, 8/08/04). "O projeto do Conselho Federal do Jornalismo criado pela FENAJ (Federação Nacional de Jornalistas) e encampado pelo governo do presidente Luis Inácio Lula da Silva, tem características semelhantes à entidade de disciplina e fiscalização da atividade jornalística existente em Cuba. Entidades de defesa dos direitos humanos e da liberdade de expressão criticam os limites impostos por Cuba à profissão. Os Repórteres Sem Fronteiras classificam o país como "a maior prisão do mundo para* jornalistas' **CFJ pode ser comparado a conselho de Cuba***, 22/08/04).*

CAPÍTULO VI

A PRESENÇA DO SUJEITO JORNALISTA NOS DIFERENTES GÊNEROS DO JORNAL

Nos capítulos anteriores discutimos como se dá a construção da identidade do sujeito jornalista, a relação entre o campo do jornalismo e os da literatura, da política e da ciência. Interessa-nos agora investigar a presença *desse* sujeito, cuja identidade é construída no diálogo apontado, em diferentes gêneros do discurso jornalístico. Para isso, selecionamos os gêneros notícia e reportagem. A escolha decorre da importância que a comunidade atribui aos dois e também da idéia de que, embora nos estudos presentes na esfera jornalística ambos apareçam na categoria **jornalismo informativo**, o que implicaria a anulação ou minimização da presença do sujeito jornalista, eles podem ser tomados como lugares privilegiados para nossa reflexão na medida em que indiciam a identidade heterogênea desse sujeito.

6.1 O gênero notícia

Como vimos, o discurso da objetividade, hegemônico na prática, exige o apagamento da instância enunciativa, de quaisquer marcas que indiciem a presença do sujeito jornalista. O gênero notícia seria, assim, aquele que realizaria o desejo da transparência, o que mais se aproximaria do fazer científico. No entanto, não é possível enunciar sem deixar marcas subjetivas na superfície discursiva, que podem ser recuperadas em uma leitura mais atenta. No texto noticioso, há todo um trabalho objetivando impor o efeito de sentido de verdade: por meio de diferentes estratégias procura-se ocultar a presença do enunciador jornalista, de seu ponto de vista, de suas avaliações.

De acordo com Chaparro[44] (*op. cit.*), no Brasil, no campo dos estudos da comunicação, há poucos trabalhos sobre gêneros jornalísticos. O autor faz uma revisão do publicado sobre o assunto e aponta a obra de Marques de Melo (1994) como o estudo mais importante já realizado em língua portuguesa. Apesar de recuperar o paradigma dominante

[44] O autor é professor da Escola de Comunicações e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo.

no campo, a saber, aquele que separa os textos jornalísticos nas categorias informação e opinião (o anglo-saxônico), modelo que Chaparro considera superado, a proposta de Marques de Melo[45] é tomada como referência para sua pesquisa. Dentre os objetivos, verificar a "aplicabilidade e coerência" de tal proposta. Para isso, seleciona 164 edições de sete periódicos de prestígio, em um período de cinco décadas (uma edição de cada jornal por ano), cujos conteúdos são "lidos, medidos e classificados" (p.82). Chaparro identifica o que chama de evidências, dentre elas a de que

> o relato jornalístico consistente acolhe cada vez mais a elucidação opinativa e que o comentário da atualidade exige cada vez mais a sustentação de informações qualificadas. "Opinião" e "Informação" perderam, portanto, eficácia enquanto critérios categorizadores de gêneros jornalísticos (p.94).

A constatação mostra a necessidade de um novo entendimento sobre a questão, o que faz o autor ao propor uma nova classificação. Nela, os textos são divididos em dois grandes gêneros, **relatos** e **comentários**, que correspondem às ações jornalísticas por ele identificadas, a saber, relatar a atualidade e comentar a atualidade[46] (p.122). Ressalte-se que a divisão das ações e, portanto, dos gêneros, não exclui seu caráter valorativo, o que implica dizer que, para Chaparro, em ambos há opinião e também informação. Essa afirmação também aparece no estudo de Marques de Melo: mesmo trabalhando com as categorias informação e opinião na divisão dos gêneros, o autor deixa claro que a "expressão opinativa" não se reduz à segunda categoria.

Em sua classificação, Chaparro recupera o estudo de Van Dijk (1985) sobre o discurso noticioso no qual a questão dos gêneros aparece vinculada ao campo das superestruturas, isto é, ao esquema fixo, convencional que Van Dijk atribui a esse discurso, que inclui categorias como manchete e *lead*. Dessa recuperação resulta a inclusão, na proposta de Chaparro, das categorias *esquemas narrativos* e *esquemas argumentativos*, a primeira delas ligada ao gênero relato e a segunda ao gênero comentário. As "espécies" que não apresentam tais esquemas, apesar de relatarem ou comentarem, são designadas de

[45] Na proposta de Marques de Melo aparecem listados doze gêneros divididos nas categorias informação e opinião. Na primeira aparecem os gêneros nota, notícia, reportagem, entrevista; na segunda, editorial, comentário, artigo, coluna, resenha, crônica, caricatura, carta.

[46] Certamente nesta divisão básica ecoa a distinção de Benveniste entre história e discurso.

espécies gráfico-artísticas e *espécies práticas*. O quadro abaixo mostra a grade proposta pelo autor:

Gênero Comentário		**Gênero Relato**	
Espécies Argumentativas	*Espécies Gráfico-artísticas*	*Espécies Narrativas*	*Espécies Práticas*
Artigo	Caricatura	Reportagem	Roteiros
Crônica	Charge	Notícia	Indicadores
Cartas		Entrevista	Agendamentos
Coluna		Coluna	Prev. de tempo
			Cartas-consulta
			Orientações úteis

Pode-se dizer que a classificação de Chaparro, embora procure avançar em relação à de Marques de Melo, acaba por reduzir o estudo dos gêneros à apreensão e descrição de suas características formais. Em outros termos, o autor os concebe como "famílias de textos", determinadas por similaridades no nível do próprio texto (os esquemas narrativos e argumentativos) e no nível da "ação jornalística" (*comentar* ou *relatar*). Uma reflexão sobre este último nível não acontece, o que seria interessante já que remeteria a análise à situação discursiva: o que determinaria essa "ação jornalística"? O que faz o sujeito jornalista "escolher" o gênero comentário ou o gênero relato? Que efeito (s) de sentido essa escolha produz?

Nesse sentido, o estudo de Marques de Melo é mais interessante. Isso porque assume que não é a linguagem (o "código") que caracteriza um gênero jornalístico, mas "o conjunto de circunstâncias que determinam o relato que a instituição jornalística difunde para o seu público", levando em consideração a relação entre os acontecimentos, como se dá sua expressão, e também sua recepção (p.64). Assumir que os traços formais não são suficientes para um estudo sobre os gêneros é levar em conta instâncias fora do texto, como as que o próprio Marques de Melo aponta, a saber, a instituição jornalística e seu público.

Entendemos que o estudo dos gêneros não pode ser feito sem levar em conta as reflexões de Bakhtin (1997). O pensador russo vincula os gêneros a diferentes esferas de comunicação, definindo-os como tipos relativamente estáveis de enunciados que refletem

> as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas, não só por seu conteúdo (temático) e por seu estilo verbal, ou seja, pela seleção operada nos recursos da língua – recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais – mas, também, e sobretudo, por sua construção composicional. Esses três elementos (conteúdo temático, estilo e construção composicional) fundem-se indissoluvelmente no *todo* do enunciado, e todos eles são marcados pela especificidade de uma esfera de comunicação (p.279).

No que diz respeito ao discurso jornalístico, trata-se de uma multiplicidade de gêneros que não podem ser analisados apenas sob o enfoque textual, com o único objetivo de agrupá-los nas categorias informativa ou opinativa, mas devem ser relacionados ao lugar institucional no qual são produzidos, às funções que desempenham, à situação de interação jornalista-leitor e também a outras instâncias. Com isso estamos dizendo que elementos como os papéis do enunciador e do co-enunciador, enunciados anteriores que são retomados, os efeitos de sentido veiculados pelos textos, e também outros elementos, são condicionados por esse lugar, a esfera jornalística. O sujeito jornalista ocupa uma posição (assim como seu leitor) que o autoriza a enunciar em determinados gêneros, aqueles praticados e autorizados pelo discurso jornalístico; o seu *querer-dizer* é condicionado por um ou outro gênero.

Nosso objetivo, ao trazer as classificações dos dois autores, não é apresentar uma outra proposta, ou fazer uma descrição exaustiva do gênero notícia, mas identificar o que nos parece relevante em cada uma delas. Na de Marques de Melo interessa-nos ressaltar um dos critérios que utiliza para agrupar os diferentes gêneros nas vertentes *reprodução do real* e *leitura do real*: "reproduzir o real significa descrevê-lo a partir de dois parâmetros: o atual e o novo. Ler o real significa identificar o valor do atual e do novo na conjuntura que nutre e transforma os processos jornalísticos" (pp. 62- 63). Os parâmetros destacados pelo autor, a partir dos quais se daria a descrição do real, a saber, o atual e o novo, pressupõem identificação, seleção, o que torna relevante, parece-nos, discuti-los. O que seria o **novo** e o **atual** para os sujeitos jornalistas? O que merece ser notícia? Nos termos de Bakhtin estaríamos analisando o **conteúdo temático** desse gênero, lembrando que este não pode ser separado de seu **estilo** e de sua **construção composicional**, o que implica dizer que falar de uma dessas dimensões significa recuperar as outras, pensá-las como um todo.

Da pesquisa de Chaparro destacamos as reflexões que dizem respeito àquilo que considera os efeitos da adoção irrestrita do paradigma anglo-saxônico. Como apontamos no capítulo 3, quando discutimos o mito da objetividade, Chaparro atribui à experiência de Samuel Buckley no *Daily Courant*, isto é, separar as notícias do comentário sobre elas, a criação (no campo da teoria) desse paradigma e critica sua dogmatização pela cultura jornalística. Para ele

> o paradigma **Opinião/Informação** tem condicionado e balizado, há décadas, a discussão sobre gêneros jornalísticos, impondo-se como critério classificatório e modelo de análise para a maioria dos autores que tratam do assunto. A conservação dessa matriz reguladora esparrama efeitos que superficializam o ensino e a discussão do jornalismo e tornam cínica a sua prática profissional. Trata-se de um falso paradigma porque o jornalismo não se divide, mas constrói-se com informações e opiniões (p.100).

O autor alinha-se, assim, aos críticos da teoria do espelho, rejeitando a idéia de que o sujeito jornalista apenas reproduziria a realidade, sendo um simples mediador. Ressalte-se que Marques de Melo também considera ingênua essa idéia, mas defende a adoção das categorias informativa e opinativa uma vez que, segundo ele, é por meio delas que jornalistas e público concebem o agrupamento dos gêneros. Nesse sentido tal divisão facilitaria o trabalho dos jornalistas (corresponderia a um "artifício profissional") na medida em que estabeleceria padrões para que esses discernissem "a natureza de sua prática profissional" (p.42), impondo limites entre o informar e o poder de opinar.

Chaparro, ao contrário, alerta para os efeitos da conservação e sustentação do paradigma anglo-saxônico, o que remete à noção de prática discursiva: a relação de imbricação entre a instância institucional, no caso os cursos de formação e os conceitos neles difundidos, e os textos produzidos pelos sujeitos dessa comunidade nos diferentes gêneros. Dessa forma, nesses estão embutidas as representações do homem da ciência, do literato, do homem combativo, representações essas que circulam pela comunidade, um *discurso* que reforça a idéia de que existe um grau zero de parcialidade (o jornalismo objetivo), além de sinalizar outra possibilidade, a de emitir julgamentos, a de ser autor (o jornalismo opinativo). Em outros termos: acreditamos que a identidade do sujeito jornalista é construída em relação a essa classificação de gêneros que circula na comunidade.

Um efeito da conservação do paradigma, segundo Chaparro, seria o fato de "tornar cínica a prática profissional". Embora não se estenda no assunto, a crítica aproxima-se, parece-nos, do trabalho de Tuchman (1993), para quem a objetividade pode ser vista como um "ritual estratégico". Para essa pesquisadora, os jornalistas lançam mão de uma série de recursos, como a apresentação das "possibilidades conflituais" (que seria o recurso de "ouvir o outro lado"), estruturação do texto na forma da pirâmide invertida, citações e uso das aspas, estratégias que permitem que reivindiquem a objetividade. Sobre esse último procedimento, a autora afirma que

> os jornalistas vêem as citações de opiniões de outras pessoas como uma forma de prova suplementar. Ao inserir a opinião de alguém, eles acham que deixam de participar da notícia e deixam os "fatos" falar (p.81).

Para Tuchman, e aqui a relação com a crítica de Chaparro, esses recursos não são neutros e podem ser um meio de o sujeito jornalista veicular sua opinião. No entanto, costumam ser apontados como prova de que esse sujeito faz a distinção entre aquilo que pensa e aquilo que relata. Nas palavras da autora, esses procedimentos "são, efetivamente, estratégias através das quais os jornalistas se protegem dos críticos e reivindicam, de forma profissional, a objetividade" (p.89).

Dessa forma, uma análise sobre o **como dizer** do gênero notícia, que procure ir além do apontado pela autora, é importante uma vez que reveladora de traços de um sujeito que não somente se quer objetivo, mas também trabalha para parecê-lo[47]. Esse trabalho, isto é, a produção histórica e social de sistemas de referência e, também, operações discursivas, ações que os sujeitos fazem com/sobre a linguagem (cf.Geraldi,1995), que busca produzir o efeito de sentido de objetividade e neutralidade, constrói *uma* forma de ver o mundo, a que o sujeito jornalista apresenta a seu leitor. Isso se dá pela seleção e apresentação dos assuntos avaliados como importantes, aqueles que devem ser conhecidos. Nessa 'apresentação' já se encontra uma valoração, uma vez que, como afirma Bakhtin, as palavras vêm carregadas de acentos apreciativos: são esses acentos que são oferecidos ao leitor, incidindo, assim, sobre seus julgamentos e opiniões. É a constatação dessa influência

[47] Lage (1985), como apontamos no capítulo 3, afirma que não basta o jornalista **ser** verdadeiro, também é preciso **parecer**.

que possibilita a abertura de um campo de pesquisas sobre o(s) efeito(s) produzido(s) pelos *mass media*. Dentre elas, ocupa lugar de destaque a hipótese do agenda-*setting*[48].

6.2 Os valores-notícia

Traquina (*op. cit.*) afirma que questões como *o que é notícia?*, *o que é um fato?*, *por que certos acontecimentos são notícia e outros ficam sem direito de existir em termos públicos?* foram ignoradas por muito tempo no âmbito dos estudos da comunicação "possivelmente porque as respostas pareciam tão evidentes" (p. 19). O autor refere-se à crença arraigada de que os jornalistas seriam apenas observadores imparciais dos fatos, a idéia de que as notícias seriam o espelho da realidade, de que emergiriam "naturalmente" dos acontecimentos. Os próprios sujeitos jornalistas, lembra Traquina, como apontam inúmeros estudos, mostram dificuldade em responder de forma coerente a perguntas como as acima.

No que diz respeito ao Brasil, o trabalho de Arbex (2001) procura discutir essas questões, e como são recebidas por jornalistas. O autor fez a pergunta *o que é notícia?* a vinte jornalistas situados em diferentes estágios da carreira profissional, que foram unânimes e categóricos: a notícia é a narrativa do fato, e a mais verdadeira é aquela que mais fielmente retrata o fato. A fala dos jornalistas leva Arbex a concluir que

> para esses profissionais, pressionados pelo ritmo industrial de produção de notícias e com poucas oportunidades de refletir sobre essas questões, a mídia funciona mais ou menos como um espelho neutro, sobre o qual a realidade inscreve seus traços (p. 68).

A conclusão de Arbex corrobora a afirmação de Traquina, a saber, a de que um "empirismo ingênuo" ainda reina no campo jornalístico. O fato de os jornalistas invocarem o seu *news judment* (o *faro* para a notícia) para explicar o que teria permitido que atribuíssem aos fatos o valor de importantes ou interessantes (cf. Tuchman, *op*. cit., p.85), revela também, parece-nos, uma certa ingenuidade na medida em que esses traços remetem

[48] Os *mass media*, descrevendo e precisando a realidade exterior, apresentam ao público uma lista daquilo sobre que é necessário ter uma opinião a discutir. O pressuposto fundamental do agenda-*setting* é que a compreensão que as pessoas têm de grande parte da realidade social lhes é fornecida, por empréstimo, pelos *mass media*" (Shaw, 1979, *apud* Woff, 2001, p.145).

a um julgamento, a uma avaliação do sujeito jornalista, e não a uma simples e neutra constatação.

Assim, a discussão sobre a noticiabilidade[49] (*newsworthinesss*), sobre os critérios e fatores que a determinam, não é bem recebida entre os 'produtores da notícia', chegando a ser interpretada como um ataque aos fundamentos da instituição jornalística. Para Wolf (2001), a gama de argumentos que se contrapõem a pesquisas como a que discute os valores notícia é vasta e

> vai da idéia de que a notícia é tão impossível de predizer como o acontecimento e, por isso, não pode ser encerrada em esquemas analíticos, dado que é fruto de capacidades exclusivamente subjetivas (o "faro" para a notícia, "nasce-se jornalista" etc.), até a observação de que um analista não é capaz de compreender a lógica da produção de notícias, visto ser estranho ao ofício e, por conseguinte, não pode captar os seus elementos significativos (p.191).

É natural que os sujeitos jornalistas procurem defender a idéia de que somente eles teriam o traço indispensável para descobrir a notícia, e que este seria um dos atributos que os diferenciaria dos demais, legitimando-os a trazer o novo (*news*), a relatar os acontecimentos para o público. Nesse sentido, teríamos uma tentativa de controle do acontecimento discursivo que é a notícia (Foucault, 2001), precisando os sujeitos que podem enunciar, ter suas matérias publicadas. No entanto, apesar da idéia de que somente o sujeito jornalista teria o dom de 'descobrir' a notícia, e de que esta seria o retrato fiel dos fatos, diferentes estudos procuram investigar o que levaria esse sujeito a eleger noticiável este ou aquele acontecimento[50].

---

[49] Para Wolf (2001), a noticiabilidade "corresponde ao conjunto de critérios, operações e instrumentos com os quais os órgãos de informação enfrentam a tarefa de escolher, quotidianamente, de entre um número imprevisível e indefinido de factos, uma quantidade finita e tendencialmente estável de notícias" (p.190).

[50] Nos estudos sobre os emissores da mensagem (e não mais e somente sobre a própria mensagem) a primeira pesquisa que surge é a do *gatekeeping*. Um estudo de caso, a observação de como procedia Mr. Gates, um jornalista de 25 anos de experiência, ao selecionar que notícias publicar do material que chegava das agências, apontou o caráter altamente subjetivo de tal seleção. Pesquisas posteriores mostram que a filtragem não seria determinada por preferências pessoais mas sim por "normas ocupacionais, profissionais e organizativas" (Wolf, p.181). Dentre esses estudos, destaca-se o realizado pela escola culturalista britânica, o *newsmaking*, que discute como se dá a seleção/produção das notícias.

Os valores-notícia são definidos como regras práticas, critérios de seleção que entram não só na escolha como na confecção das notícias. Nos termos de Wolf (*op. cit.*), esses valores correspondem a resposta à pergunta – que acontecimentos são considerados suficientemente interessantes, significativos e relevantes para serem transformados em notícias? – e derivam de pressupostos implícitos relativos ao conteúdo da notícia, a critérios relacionados ao produto notícia, ao público e à concorrência.

Quais seriam esses pressupostos? O que determinaria a seleção? Os critérios de universalidade, atualidade, proximidade e desvio são apontados pelos autores. Este último é o mais recorrente e mostra que os sujeitos jornalistas partilham noções sobre o que seria "normal" em uma sociedade, uma vez que só aquilo que vai de encontro a essa valoração torna-se notícia. Esses critérios costumam ser difundidos nos cursos de graduação e acabam por construir um *habitus*, uma grade através da qual os futuros jornalistas olharão/perceberão o mundo[51].

A discussão sobre essa grade (que aparece nomeada como *base cognitiva*, *óculos*, *mapas de significado* etc.) ocupa investigadores da produção jornalística e sociólogos como Bourdieu (1996). Ele também assume que a seleção de notícias é feita em função de categorias de percepção dos jornalistas ("estruturas invisíveis"):

> (...) o campo jornalístico, como os outros campos, baseia-se em um conjunto de pressupostos e de crenças partilhadas (para além das diferenças de posição e de opinião). Esses pressupostos, os que estão inscritos em certo sistema de categorias de pensamento, em certa relação com a linguagem, (...) estão no princípio da seleção que os jornalistas operam na realidade social, e também no conjunto das produções simbólicas (p. 65).

Para Bourdieu, o valor-notícia fundamental é o de desvio: os jornalistas são orientados para o espetacular, o incomum, o sensacional. Mas, como ressalta, orientados para aquilo que é excepcional *para* eles: "o que pode ser banal para outros pode ser excepcional para eles ou ao contrário" (p.26). Assim, a exclusão de inúmeros acontecimentos, que mereceriam atingir o grande público, explica-se pelo fato de, muitas

---

51 Em Barros Filho (2003), aparece a fala de um jornalista-professor (um exemplo que costuma dar a seus alunos) que ilustra o que estamos afirmando: "Romário e Ronaldinho quebram a perna no mesmo dia. Qual dos dois será a manchete? Eles demoram para responder. Ainda não têm reflexo de pauta. Por isso são obrigados a pensar nas categorias de valoração do que é e não é notícia, como proximidade, universalidade etc." (p.144).

vezes, não terem sido sequer percebidos, chamado a atenção dos jornalistas, despertado seu interesse.

Por outro lado, se há "esquecimento" ou censura de determinados acontecimentos, há a produção de outros. Não estamos aqui nos referindo àquilo que é consensual entre os críticos da teoria do espelho e assumido neste trabalho desde o início, a saber, o de que o discurso jornalístico (como qualquer outro) constrói realidades, representações. O que estamos afirmando é que a visibilidade das páginas de jornal produz acontecimentos. Um exemplo extremo seria a "notícia plantada" nas redações por assessorias de imprensa, assunto que ocupa autores como Marcondes (*op. cit.*) que, como vimos, opõe a fabricação de notícias (a comunicação) à sua descoberta (informação). Há ocorrências mais sutis, fatos que ganham existência no instante em que são publicados: como lembra Rodrigues (1993), há casos em que o jornalista solicita que determinadas pessoas digam aquilo que ele gostaria de dizer. Nas palavras do autor:

> O discurso subjetivo, de natureza avaliativa ou prescritiva, assim proferido, é objetivado graças ao dispositivo objetivante instrumental do *médium*, converte-se em acontecimento discursivo, em meta-acontecimento (p.32).

O trecho (10), que apresentamos quando da análise do *ethos* (cap. 4), ajuda a compreender o que seria produzir acontecimentos nos termos apontados acima. Para facilitar a leitura, ele aparece abaixo:

> (10) O sociólogo Pablo Bergel, vinculado à CTA (Central dos Trabalhadores Argentinos) e integrante do comitê argentino do Fórum Social, afirma que um convite oficial a um chefe de Estado para participar do encontro vai contra a Carta de Princípios. (...) O sociólogo qualifica a ida de Lula aos dois fóruns como "uma manobra da mais velha política populista". Manobra essa, diz, "que pode acabar com a credibilidade futura do encontro". ("Fórum embaralha governo e sociedade", Rafael Cariello, FSP, p.A9,19/01/03).

A avaliação do sociólogo, ao ser enunciada, produz acontecimento: a credibilidade do Fórum Social está ameaçada e o responsável por isso é o presidente Lula – o que o jornalista gostaria de dizer, mas não pode já que o texto encontra-se nas páginas informativas, seguindo as distinções de Rodrigues. O que ampliaria as considerações desse autor seria levar em conta uma das características do gênero notícia, qual seja, a de "impor" determinadas regras, tanto para seu enunciador como para seu leitor.

Como lembra Maingueneau (2001, p.69), para caracterizar os gêneros de discurso costuma-se recorrer à metáfora do *contrato*, que ajuda a evidenciar um de seus aspectos importantes, a saber, o de ser regido por normas, o de ser fundamentalmente cooperativo: os participantes devem aceitar certas regras (que não precisam ser explicitadas) e também as sanções para quem as transgredir. O sujeito jornalista assume o contrato implicado pelo gênero do qual participa, assim como os leitores esperam ler "verdades" nas denominadas páginas informativas – traço que reforça o efeito de sentido de objetividade. Seguindo essas reflexões podemos dizer que o recurso de o jornalista, no gênero noticioso, veicular avaliações por meio da fala de outro é um recurso mais eficaz que "dizer o que gostaria de dizer" (retomando as palavras de Rodrigues) na medida em que o efeito produzido é o de distanciamento entre a opinião veiculada e a sua figura, a sua opinião. Ressalte-se que o entrevistado escolhido para fazer ecoar a voz do jornalista não é qualquer um. No caso do trecho acima, trata-se de um sociólogo, vinculado à CTA, e integrante do comitê argentino do Fórum Social: um sujeito legitimado, um argumento de autoridade, portanto.

Traquina (*op. cit.*) faz observações relevantes que ampliam o que estamos considerando. Para ele:

> lemos as notícias acreditando que elas são um índice do real; lemos as notícias acreditando que os profissionais do campo jornalístico não irão transgredir a fronteira que separa o real da ficção. E é a existência de um 'acordo de cavalheiros' entre jornalistas e leitores pelo respeito dessa fronteira que torna possível a leitura das notícias como índice do real e, igualmente, condena qualquer transgressão como 'crime', exemplificado no caso da jornalista do *Washington Post*, Janet Cook, destituída do *Prêmio Pulitzer* e subseqüentemente despedida quando foi descoberto que a personagem 'Jimmy' da reportagem premiada fora inventada (p. 168).

Outro ponto interessante apontado pelos investigadores da produção jornalística é o de que, além da grade comum, a seleção de notícias também se explica pelos 'constrangimentos organizacionais'que incidem sobre os jornalistas: "as decisões tomadas pelo jornalista no processo de produção de notícias (*newsmaking*) só podem ser entendidas inserindo o jornalista no seu contexto mais imediato – o da organização para a qual ele ou ela trabalha" (Traquina, p.169).

Para Soloski (*op. cit.*), as políticas editoriais seriam a forma mais visível desse controle organizacional, que seriam interiorizadas como 'por osmose'. Nas palavras do autor:

> Assim como o profissionalismo jornalístico pode ser visto como um mecanismo de controle transorganizacional, também as políticas editoriais idiossincráticas das organizações jornalísticas individuais podem ser vistas como um mecanismo de controle intra-organizacional. Em conjunto, esses dois mecanismos de controle dirigem as ações dos jornalistas. Uma vez que as normas do profissionalismo jornalístico são partilhadas por todos os jornalistas, a organização jornalística precisa apenas se concentrar no ensino das suas próprias políticas editoriais aos jornalistas, e precisa também desenvolver técnicas para se assegurar de que os seus jornalistas aderem às políticas (p.99).

Dessa forma, uma análise do gênero notícia que procure investigar como se dá a seleção dos acontecimentos deve levar em conta não apenas as categorias partilhadas pelos jornalistas, mas também o que é específico da empresa jornalística onde se encontram esses sujeitos, os interesses dessa empresa, que também determinam essa seleção. Em outros termos: como já apontado, acreditamos em um *habitus*, mas não totalmente homogêneo, passível de variações explicáveis pelo lugar que o sujeito jornalista ocupa, tanto no espaço, a saber, diferentes jornais, revistas, TVs, como na hierarquia dessas organizações jornalísticas.

No que diz respeito ao nosso objeto de pesquisa, o periódico FSP, interessa-nos analisar o que determina certas escolhas, aquelas que apresentaremos a seguir, e nelas o que se pode dizer ser ou não específico, constituir um traço da política editorial desse jornal. Ressalte-se que as normas do profissionalismo jornalístico podem ser atribuídas ao *news judment*, aquilo que caracterizaria o sujeito jornalista, como a capacidade de apreender o universal, o desviante, a capacidade de observar de forma neutra os acontecimentos e relatá-los de "fora". No entanto, o mesmo não pode ser dito em relação ao que é específico das empresas jornalísticas e também constitutivo da grade através da qual os jornalistas apreendem os acontecimentos: esse elemento aponta, de forma inequívoca, para um sujeito que tem o seu dizer condicionado pelo lugar de onde enuncia, bem longe, portanto, da idéia de neutralidade de um sujeito da ciência.

6.3 O *como dizer* no gênero noticioso

Retomando: os valores-notícia são critérios de seleção que derivam de pressupostos partilhados: os jornalistas *sabem* o que deve ser veiculado, o que implica um julgamento – só se torna notícia o que é avaliado como interessante e significativo. O critério de relevância, como lembra Wolf (*op. cit.*) envolve todo o processo de produção de notícias, orientando também a elaboração do material (o *como dizer*), a forma que este deve ser apresentado aos leitores, que elementos precisam ser enfatizados e/ou esquecidos. É esse critério que explica a ordenação do texto noticioso na forma de uma pirâmide invertida, sua concisão.

Trata-se de um esquema bastante rígido, que substituiu aquele que narrava os acontecimentos na ordem cronológica. Essa forma de construir o texto, apresentando os aspectos essenciais da informação no primeiro parágrafo (os seis "servidores" de uma notícia: quem, o quê, quando, onde, porque, como), é considerada um avanço, marcaria o início da linguagem jornalística, sua separação da falsamente literária. O texto noticioso deve apresentar tal esquema, que corresponde a um dos elementos constitutivos desse gênero, qual seja, sua construção composicional.

Seguindo as reflexões de Bakhtin podemos explicar as mudanças ocorridas no texto jornalístico se atentarmos para a "esfera de comunicação" que é a imprensa (jornalismo impresso), as alterações que sofre a partir de um dado período, o do chamado jornalismo empresarial, de grandes monopólios. De acordo com Sodré (1996), a chegada de novas tecnologias, a ampliação do público, a consolidação do jornalismo como empresa, levam a modificações "no código e no interesse": supõe-se um outro leitor, menos propenso a ler textos longos, e uma nova linguagem, que ordena os fatos na forma da pirâmide. Nas palavras do autor:

> Essa pirâmide consiste no centramento do texto noticioso em torno da velha fórmula retórica para a reconstituição de um fato, em detrimento do comentário, das impressões pessoais ou do literalismo. O *slogan* anglo-saxão "comment is free but facts are sacred" ("é livre o comentário, mas os fatos são sagrados") resume o projeto informativo implícito nessa transformação significativa do texto (p.141).

Na leitura de Marcondes (*op. cit.*), as novas tecnologias agem em dois planos: no dos conteúdos, com o favorecimento de certas linguagens, a simplificação do texto; no do

trabalho, imprimindo "seu ritmo e sua lógica às relações de trabalho, definindo os novos profissionais, a nova ética de trabalho, em suma, um outro mundo, que mal deixa entrever os sinais do que se convencionou chamar no passado de jornalismo"(p.31). No "plano dos conteúdos", o autor aponta a substituição do texto jornalístico clássico pela notícia curta, de três parágrafos e a redução do "universo lingüístico do jornalismo", efeito de uma avaliação sobre as capacidades intelectuais do leitor.

Para os dois autores, as mudanças ocorridas no texto jornalístico são decorrentes da passagem da imprensa artesanal para a industrial. Acreditamos que elas vão além das enumeradas por Sodré ("no código e no interesse"), incidem na instituição imprensa como um todo (em seus diferentes "planos"). As condições sócio-históricas, dentre elas o prestígio do discurso positivista, como apontam os críticos da teoria do espelho, determinam que o jornalismo se aproxime desse último, fazendo com que atribua a si o papel de retratar os fatos de forma neutra e objetiva, afastando quaisquer traços da presença de um sujeito. Trata-se de uma mudança necessária para produzir o efeito de isenção, para conferir credibilidade à prática. Isso explica, no nosso entender, a modificação do texto ou, como afirmam alguns autores, o nascimento da linguagem jornalística, aquela que espelharia os acontecimentos.

Esse gênero determina, assim, uma construção composicional que corresponde à organização do texto na forma da pirâmide, o que implica a redução a seus elementos "essenciais", com pouco (ou nenhum) espaço para pormenores. Lage (2002) relaciona a brevidade da notícia ao critério de relevância, conferindo um estatuto científico a essa relação. Para ele

> a Teoria da Relevância (Sperber&Wilson, 1994) propõe que a mente humana procura obter o máximo de informação com o mínimo de esforço. Daí, a notícia **constata**, mas não argumenta; é axiomática; **simplifica na medida do possível**; traz o acontecimento para perto do destinatário; e se sujeita a uma seleção prévia que considera fatores como proximidade, atualidade, oportunidade, intensidade ou abrangência, empatia de personagens etc. (p.59, grifo nosso).

Entendemos a organização/concisão do texto jornalístico como resultado de um trabalho que busca produzir o efeito de sentido de objetividade e neutralidade, que é reforçado pela categorização dos gêneros feita pela comunidade, e a decorrente localização dos textos noticiosos nas chamadas páginas informativas. É interessante observar a

definição dada por Lage: a notícia aparece totalmente dissociada de seu contexto de enunciação, como se se produzisse sozinha. Podemos dizer que tal definição corresponde ao dito jornalístico aqui já mencionado, "os fatos falam por si", que expressa bem o ideal da linguagem jornalística. Daí afirmarmos que o gênero notícia, mais que outros, é aquele onde a pretensão científica do discurso jornalístico aparece de forma inequívoca, aquele que mais se aproximaria do 'fazer científico'.

O trabalho objetivando o "ser e parecer verdadeiro" é uma exigência do próprio gênero noticioso, pouco propício à manifestação da individualidade. A cada gênero, como ressalta Bakhtin, corresponde determinado estilo: no caso do gênero notícia teríamos um estilo "objetivo-neutro". Isso não implica dizer que um estilo rígido como esse não abra espaço para a expressão individual, mas apenas que esse espaço é mais reduzido que em outros gêneros. Que espaço seria esse? O próprio Bakhtin sugere caminhos quando afirma que em gêneros muito padronizados o *querer dizer* do locutor "quase que só pode se manifestar na escolha do gênero" (p.302). Acreditamos que o fato de tornar notícia determinado acontecimento, de apresentá-lo nas páginas "objetivas", implica a avaliação de um sujeito, e esta não se restringe à relevância do fato mas diz respeito também *aos efeitos que se quer provocar no leitor*. Nesse sentido, a escolha do gênero tem a ver com o efeito de sentido que se quer produzir, no caso, o de imparcialidade, o de neutralidade.

Ainda sobre o estilo, Bakhtin ressalta que não se pode compreendê-lo, o próprio gênero, se não levarmos em conta a relação de quem produz os enunciados com seu outro (e os enunciados desse outro). Em suas palavras:

> A quem se dirige o enunciado? Como o locutor (ou escritor) percebe e imagina seu destinatário? Qual a força da influência deste sobre o enunciado? É disso que depende a composição e, sobretudo, o estilo do enunciado. Cada um dos gêneros do discurso, em cada uma das áreas de comunicação verbal, tem sua concepção padrão do destinatário que o determina como gênero (p.321).

Os autores citados acima, Sodré e Marcondes, sugerem que o jornalismo industrial tem sua concepção de destinatário padrão, qual seja, aquele pouco disposto a textos longos e "complicados". Parece ser essa a imagem de leitor que os textos jornalísticos, em especial os noticiosos, delineiam: sem tempo para se dedicar a uma leitura mais atenta, e também

com outras opções (a concorrência), o que tornaria obrigatório a concisão[52] bem como a utilização de recursos objetivando tornar os textos mais claros e interessantes – imagens coloridas, *boxes*, tabelas, gráficos. O chamado *zapping* impresso, conceito que aparece em Barros Filho (2001), a mobilidade visual de entrar e sair de diferentes segmentos, verbais e não-verbais, permite, inclusive, motivar o leitor a voltar ao texto, ler seus últimos parágrafos, e não apenas o primeiro (que é o que se acredita que ele faz, daí a necessidade de concentrar o essencial no início do texto). Assim, o estilo do gênero noticioso é determinado por essa imagem de leitor apressado, aquele cuja atenção é necessário despertar e manter.

Acreditamos, porém, que a concepção padrão de leitor do gênero noticioso vai além daquela apontada acima, a saber, o que precisa de textos curtos e legíveis. De acordo com Bakhtin, o estilo objetivo-neutro "pressupõe uma espécie de identificação entre o destinatário e o locutor, uma comunhão de pontos de vista, o que ocorre à custa de uma recusa de expressividade" (p.324). Em se tratando do gênero noticioso podemos pensar a coincidência jornalista-leitor como o apagamento das duas instâncias: tanto o jornalista que fala como o *para quem* ele se dirige estão ausentes (apenas os fatos que devem falar). Nesse sentido, o estilo do gênero (uso da terceira pessoa, ausência de termos avaliativos etc.) explica-se pela influência de um leitor interessado *no que realmente aconteceu,* o que explicaria a ausência de assinatura nos textos noticiosos. No entanto, pelo fato de os gêneros não serem estanques, de estarem abertos a mudanças, nota-se, como veremos mais à frente, que muitos desses textos já trazem o nome do jornalista responsável pela notícia, em uma estratégia que objetiva não apenas legitimar o que é veiculado, uma vez que não se trata de qualquer jornalista, mas também conferir singularidade ao jornal (e por extensão a seu leitor) na medida em que, muitas vezes, atribui-se o que é veiculado a um furo jornalístico.

[52] Sobre a necessidade de concisão, Wolf (*op. cit.*) lembra um dito jornalístico: *as notícias deveriam ser como as saias de uma mulher: suficientemente compridas para cobrir o essencial e suficientemente curtas para reterem a atenção.*

6.4 A notícia

Let me control the headlines and I shall not care who controls the editorials[53].

Para analisar elementos do gênero notícia e neles apreender indícios da heterogeneidade do sujeito jornalista, selecionamos um texto de primeira página do periódico FSP. A escolha explica-se devido à reconhecida importância dessa página, o espaço mais nobre do jornal, e o de haver um consenso de nela figurarem as notícias mais relevantes e também as mais "objetivas". Outro critério que orientou nossa seleção foi o de recorrência: no mês em que foi veiculada a notícia de que falaremos, o jornal apresentou inúmeras manchetes, inclusive de sua primeira página, que envolviam, direta ou indiretamente, a figura de Marta Suplicy, então prefeita da cidade de São Paulo[54]. A presença constante de Marta nas manchetes da FSP parece natural levando em conta o fato de o mês em questão ser o da escolha de um novo prefeito para a capital paulista. No entanto, pode-se dizer que essa freqüência marca todo o período do governo da prefeita, o que aponta uma preferência que merece ser investigada.

O texto aparece abaixo[55]:

Maluf é indiciado pela PF e declara seu apoio a Marta

[53] "Deixe-me controlar as manchetes e não me importarei com quem controla os editoriais". Palavras atribuídas a um dos diretores do *New York Times* (In: Caparelli, 1986).

[54] Algumas das manchetes da FSP do mês 10/04 envolvendo a ex- prefeita aparecem abaixo:
Serra alcança 37 e Marta tem 34 (A1, 3/10);
Saulo compara até fisionomia de Marta à de Maluf (Caderno Eleições, 4/10);
Lula visitará São Paulo para ajudar Marta (A1, 5/10);
Ministros dividem tarefas para ajudar Marta (A5, 6/10);
Lula se livra de inquérito por crime eleitoral (A1, 8/10);
Apoio de Alckimin dá mais votos que o de Lula entre os paulistanos (A6, 10/10);
Tucano diz que prefeita é 'incompetente' (A4, 11/10);
Marta acelera campanha e tenta reduzir desvantagem (A1, 18/10);
Marta faz promessa de segurar tarifa de ônibus (A1, 19/10);
Marta agora anuncia benefícios a perueiros (A9, 22/10);
Duda Mendonça é preso em briga de galo (A10, 22/10);
Marta afirma ser contra briga de galo (A8,23/10);
Petista agora usa taxas para atacar tucano (A4, 25/10);
Intelectuais criticam apoio de Maluf a Marta (A6, 26/10);
Serra diz que vai demitir contratados sem concurso (A1, 27/10);
Rejeição a Marta é 10 pontos superior a Serra (Caderno Eleições, 28/10);
Marta acusa imprensa de preconceito contra ela (A1, 29/10).

[55] Ver anexos.

Investigado sob as acusações de cinco crimes, candidato derrotado do PP diz ao partido que dará ajuda à petista

O ex-prefeito Paulo Maluf, candidato derrotado do PP à Prefeitura de São Paulo, e seu filho Flávio foram indiciados pela Polícia Federal sob as acusações de formação de quadrilha, sonegação, evasão de divisas, lavagem de dinheiro e peculato (apropriação de recursos públicos). As acusações referem-se a depósitos na Suíça atribuídos ao ex-prefeito.

Após depor na PF pela manhã, Maluf, que nega as acusações, reuniu-se com integrantes da cúpula do PP e afirmou que apoiará explicitamente a prefeita Marta Suplicy (PT) na disputa do segundo turno municipal, relata **Fernando Rodrigues**. O ex-prefeito atribui ao PSDB, partido do adversário de Marta, José Serra, a divulgação de seu depoimento.

Terceiro colocado no primeiro turno, com 11,9% dos votos, Maluf diz ter sido vítima de "armadilha tucana" para constrangê-lo a ficar neutro e afirma se dispor a ceder imagens ao programa de Marta. A adesão divide o PT; o comando de campanha paulistano a aprova, mas a cúpula federal vê problemas no apoio explícito do ex-prefeito (FSP, 13/10/2004).

Antes de analisar mais detidamente alguns lugares do texto, é importante situá-lo no que diz respeito a seu contexto de produção. Trata-se de um momento importante no cenário político do país: a eleição para prefeitos, a primeira após a vitória do presidente Lula. No caso da cidade de São Paulo, o fato ganha outros contornos – a maior cidade da América Latina decidiria: reeleger o governo do PT ou substituí-lo por seu maior adversário. A mídia como um todo deu grande cobertura a essa disputa: mais que o próprio cargo, o que estava em jogo era o prestígio e credibilidade do partido do presidente; seu governo seria avaliado.

O aspecto do texto mais relevante a ser considerado é a manchete. Ela ocupa metade da extensão horizontal da página e destaca acontecimentos envolvendo Paulo Maluf, candidato derrotado no primeiro turno das eleições municipais. Ao lado do texto verbal, a foto do ex-prefeito, com expressão ameaçadora. Como se trata da manchete principal, infere-se que seriam esses os acontecimentos mais importantes do dia, os que mereceriam, mais que outros, ser conhecidos pelos leitores.

Na perspectiva de Van Dijk (1996), a manchete tem papel especial na organização do texto noticioso, qual seja, expressa seu tópico mais "importante", o tema que se atribui a ele. Essa atribuição, como faz questão de ressaltar, é subjetiva, não há apenas um tópico ou sumário possível de um texto, o que implica dizer que a manchete aponta o mais relevante

para o jornalista – aquilo que sinalizará para o leitor. Este, depois que a lê, e a partir dela, faz hipóteses sobre o conteúdo do texto, sobre o que nele deve observar com mais atenção. Como entendemos o conteúdo indissociável do como se vê/apreende esse conteúdo, da interpretação sobre ele, podemos dizer que a manchete já contém uma valoração sobre os acontecimentos, aquela que é proposta ao leitor.

Ainda segundo Van Dijk, a manchete, juntamente com o *lead*, também cumpre outra função: sumariza o "sentido global" do texto. É interessante observar que, no caso que aqui analisamos, o resumo do texto aparece dividido em dois blocos (os dois primeiros parágrafos) que correspondem àquilo que fora apontado tanto na manchete como no intertítulo ("Investigado sob as acusações de cinco crimes, candidato derrotado do PP diz ao partido que dará apoio à petista"). No caso da manchete, a divisão é clara, já que aparece indiciada pelo conectivo **e**. Isso nos permitiria afirmar que se trata de dois acontecimentos independentes, isto é, não há ligação entre o indiciamento do ex-prefeito e o fato de ele decidir apoiar a candidata do PT. A única relação entre eles é a presença em ambos da figura de Paulo Maluf. No entanto, esses acontecimentos aparecem conjugados. Acreditamos que essa conjunção não é gratuita e produz efeitos.

Em época de campanhas políticas, é comum haver um maior destaque a informações que envolvam os candidatos, em especial àquelas que revelam deslizes, fatos comprometedores. No entanto, quando a notícia acima foi veiculada, Paulo Maluf já havia sido derrotado, não era mais candidato. O que faz com que o jornal dê sua principal manchete a um candidato derrotado? O fato de este estar sendo acusado pela Polícia Federal? Parece que não. Provavelmente, se fosse veiculado somente o indiciamento, o caso não receberia o destaque que recebeu. Como isso não ocorre, conclui-se que o candidato derrotado ganha importância na medida em que dele é aproximada outra figura, essa sim ainda candidata.

Cabe aqui observar que o jornal concorrente (o *OESP*) também noticia o indiciamento, mas somente este, e não em sua manchete principal (ver anexo). Isso não significa que não conhecia a disposição do ex-prefeito em apoiar Marta, já que trata desse assunto em suas páginas internas, no caderno **Nacional**. Mas, ao contrário da FSP, afirma que a reunião que decidiria o apoio, que inclusive é apresentado como certo, ainda não ocorrera.

Na FSP, a declaração de apoio de Maluf a Marta é dada como certa e creditada ao jornalista Fernando Rodrigues, o que configura uma informação exclusiva, o chamado furo jornalístico. Fica claro que aqui estamos diante de um enunciador que, longe de veicular os fatos de forma "imparcial", intromete-se neles, interpretando-os de acordo com a sua *grade*. Essa, como vimos, constitui-se, além de crenças e pressupostos partilhados pelos jornalistas, de traços específicos da empresa, lugar de onde enuncia o jornalista. Em outros termos: estamos dizendo que a política editorial da FSP explica a seleção *desses* acontecimentos e a forma como são apresentados ao leitor, a saber, conjugados, o que produz efeitos: a imagem negativa de Maluf (reforçada pelo indiciamento) associa-se à de Marta Suplicy.

A conjunção das duas informações – Maluf é indiciado pela PF/ Maluf declara seu apoio a Marta – é posta a funcionar, a significar de inúmeras formas, as principais sendo:

1. o indiciado e a apoiada são "farinha do mesmo saco";
2. Maluf apóia para conseguir benefício do governo federal (abrandamento da PF), em que A e B são lidos como B para abrandar/diminuir os efeitos de A.

Temos, assim, uma notícia de primeira página que argumenta de forma indireta a favor do outro candidato, o político José Serra. Este aparece sendo apontado por Maluf como o responsável pela divulgação de seu depoimento – "uma armadilha tucana" – portanto, no extremo oposto do acusado. Ressaltem-se as diferentes interpretações dos atos de fala do candidato derrotado, indiciadas pelos verbos *dicendi*: "**afirmou** que apoiará explicitamente a prefeita Marta Suplicy" x "**atribui** ao PSDB, partido do adversário de Marta, José Serra, a divulgação de seu depoimento". A ênfase no primeiro (reforçada pelo modalizador *explicitamente*) aponta um locutor seguro quanto à opinião que expressa e contrasta com o caráter mais brando do segundo verbo: neste implicita-se que aquilo que é dito não é preciso, certo, podendo tratar-se apenas de uma suposição ou de uma acusação infundada.

Arbex (2004), ao analisar a primeira página da FSP de 11/11/2002, aponta o que configuraria um "panfleto político": a manchete principal, ligada às fotos apresentadas, às legendas e às outras manchetes, produziria sentidos, "um recado" ao leitor, a saber, o risco de eleger o então candidato Lula (quando da disputa com José Serra) presidente. A época, de campanha eleitoral, coincide com a crise ocorrida no governo Chávez, da Venezuela.

Para Arbex, quando nessa época a grande mídia brasileira reportava os fatos sobre o país vizinho, estava, na verdade, falando do Brasil: havia um candidato sério, confiável; e outro, que poderia levar o país a virar uma Venezuela. Isso explica, segundo o autor, a virulência da mídia contra Chávez, o fato de falarem em *renúncia* e não em *golpe*.

Ainda sobre a primeira página (o panfleto), "uma lição de antijornalismo", Arbex faz observações interessantes:

> Não haveria problema algum se a *Folha* manifestasse o seu ponto de vista em editorial, devidamente assinado, de tal forma que o leitor soubesse que se trata de uma opinião. Porém, na forma como foi montada, a primeira página tem o objetivo de capturar a atenção do leitor menos atento, ou desprovido do instrumento crítico para entender o subtexto (p. 143).

Nesse ponto é importante retomar algumas considerações que fizemos sobre os gêneros. Dissemos que o gênero notícia tem um esquema rígido, que abre pouco espaço para manifestações individuais. O fato de o texto acima trazer o nome de um jornalista parece, assim, ser uma contradição, uma vez que se tem como norma no texto noticioso a ausência de marcas de ordem pessoal. Cabe observar que a prática de trazer esse tipo de texto assinado aparece cada vez mais, o que mostra, como já apontamos, o caráter flexível e maleável dos gêneros. Pode-se explicá-la se observarmos que o jornalismo atual recupera o que seria um de seus traços constitutivos, a saber, seu caráter denuncista. Naturalmente, esse tipo de jornalismo precisa de um agente para investigar e 'anunciar' o que descobriu.

Diríamos que no caso do texto acima é necessário apresentar os acontecimentos não apenas como falando por si (o indiciamento pela PF), mas também como desvelados por um sujeito (a informação sobre o apoio à Marta). Constrói-se, assim, a imagem de jornal objetivo, que espelha os fatos, mas também daquele que traz o furo, o jornal superior, preocupado com os interesses de seu país, de seus leitores[56]. Seriam eles, nessa perspectiva, os que demandariam que o jornal veiculasse a notícia na forma que foi veiculada.

Observe-se também que o responsável pelo furo não é qualquer um. Trata-se de um jornalista que tem coluna na página A2, aquela reservada aos nomes mais importantes, as *griffes* do jornal. O fato de o texto explicitar *esse* nome (e não o de um foca, por exemplo),

[56] Sobre o *furo* ou informação exclusiva, diz o Manual da FSP: "Este ganha especial importância nas condições contemporâneas de reprodução de notícias por afirmar, para o leitor, a prevalência do jornal que ele lê sobre os demais jornais e meios de comunicação" (p.26).

inclusive em negrito, confere autoridade e credibilidade ao noticiado. Mas por que não tratar do assunto *Maluf* em sua coluna? Aqui fica claro que a opção pelo gênero implica uma avaliação sobre a recepção do texto, que efeitos esse deve produzir. Nesse sentido, pode-se dizer que "haveria problema", retomando as observações de Arbex, se o texto aparecesse na página A2 (a de "Opinião") e não na primeira, como ocorreu. O efeito de sentido de neutralidade não se produziria, ou não com a mesma força; a argumentação direta não teria a mesma eficácia que aquela construída no texto da primeira página.

Se levarmos em conta as observações de Arbex e aquelas que a análise do texto possibilitou, pode-se dizer que a opção pelo apoio indireto é uma marca desse jornal, embora insista em proclamar seu apartidarismo, sua neutralidade (ou talvez por isso). Também aqui diverge do concorrente, que preferiu declarar seu apoio a Serra em editorial[57].

A análise também permite refletir sobre a identidade do sujeito jornalista, como essa aparece embutida no gênero notícia. Ao contrário do que se poderia supor, não se pode afirmar a exclusividade, ou mesmo a predominância, de traços do sujeito da ciência nesse gênero. O texto analisado, como já ressaltamos, aponta, inclusive, para uma tendência em explicitar a presença de um sujeito jornalista que sai à procura da notícia, bem próximo, portanto, daquela representação de jornalista combativo que afirmamos circular na comunidade. Teríamos, assim, em um gênero tido como avesso a marcas subjetivas, indícios de uma identidade heterogênea, construída em um diálogo do discurso jornalístico com os campos da ciência e o da política-combativa. Da mesma forma, o texto remete a uma fonte enunciativa privilegiada, um sujeito detentor de um saber, um iluminado, indício

[57] Essa divergência foi tratada pelo atual *ombudsman* da FSP, o jornalista Marcelo Beraba, em uma coluna que faz o balanço da cobertura das eleições municipais. O trecho seguinte é significativo: "Finda a eleição municipal, o interesse dos leitores da Folha se volta agora para a cobertura do novo governo. É de se esperar que seja igualmente atenta e crítica. Muitos leitores, alguns por birra ou ironia, outros por curiosidade, perguntaram ao longo destes meses por que a Folha não declarava apoio explícito a um candidato, como fez o "Estado" em favor de José Serra, e fizeram quase todos os jornais dos Estados Unidos. A melhor pessoa para responder a essa questão, e às críticas que, durante a eleição, encaminhei em meu nome e em nome dos leitores, é o diretor de Redação do jornal, Otavio Frias Filho: "Há jornais que declaram seu voto em editorial. Acho legítimo, mas essa não é a tradição da Folha. Embora o jornal emita suas opiniões todos os dias em editoriais, preferimos não nos atrelar a esta ou àquela candidatura, a fim de resguardar ainda mais a autonomia do jornal em relação a grupos e partidos. Respeito a opinião de quem pensa diferente, mas acredito que a cobertura da Folha a respeito das eleições municipais foi equilibrada e isenta. Jornalismo não é ciência exata, de modo que sempre há controvérsias e interpretações divergentes. Mas penso que a Folha se manteve fiel a seu compromisso com um jornalismo apartidário e crítico. Pretendemos dedicar, à futura gestão José Serra na Prefeitura de São Paulo, tratamento semelhante ao dispensado à gestão da prefeita Marta Suplicy"(FSP, 7/11/04).

que aponta para a representação de sujeito singular com a qual os jornalistas costumam se identificar.

Cabe fazer algumas observações sobre determinados traços de subjetividade apontados, aqueles avaliados como indícios de um jornalismo combativo. Para Kushinski (2004), embora a denúncia da corrupção seja um traço constitutivo do jornalismo brasileiro, a partir da década de 90, surge um tipo de jornalismo de denúncia, que se vale, inclusive, de recursos extremos, como gravação de fitas e escutas telefônicas. Na leitura do autor, esse denuncismo é uma forma de a mídia compensar a adesão acrítica aos interesses e pressupostos do neoliberalismo. Segundo Kushnski

> há uma aliança estratégica da mídia com os interesses do grande capital, em temas como desestatização, abertura econômica, pagamento da dívida externa (p.62).

Pode-se dizer que a pesquisa de Alves Filho (2005) corrobora a afirmação de Kushinski. O autor, em sua tese de doutorado, analisando o gênero coluna de opinião na FSP, aponta a preponderância de temas ligados à esfera do poder público em contraste com a inexpressiva presença de temas ligados à iniciativa privada: os colunistas da *Folha* mostram-se ferrenhos críticos e fiscais do governo, mas silenciosos em relação ao mundo empresarial[58].

Levando em conta as observações dos autores, podemos afirmar que não se trata da combatividade presente na representação de jornalismo que circula na comunidade, aquela que luta pelo bem comum, da sociedade como um todo, mas de uma combatividade muito particular: aquela que "denuncia", mas aquilo que é de interesse de um pequeno grupo, no caso, aquele que o então candidato Serra representa. Ressalte-se que esses interesses (idéias, posições, crenças) são apresentados de tal forma a construir o efeito de que são os interesses de todos. Pode-se, então, dizer que o traço denuncista, concebido como constitutivo da identidade do sujeito jornalista, é ressignificado, ganha outros contornos,

---

[58] Marilena Chauí, em carta divulgada pela Internet a seus alunos em setembro de 2005, também aponta a relação entre os interesses da mídia e aqueles que não os da esfera pública: "na sociedade capitalista, os meios de comunicação são empresas privadas e, portanto, pertencem ao espaço privado dos interesses de mercado; por conseguinte, não são propícios à esfera pública das opiniões, colocando para os cidadãos, em geral, e para os intelectuais, em particular, uma verdadeira aporia, pois operam como meio de acesso à esfera pública, mas esse meio é regido por imperativos privados. Em outras palavras, estamos diante de um campo público de direitos regido por campos de interesses privados. E estes sempre ganham a parada".

agrega outros sentidos. Isso aponta para o caráter provisório, não-permanente das identidades.

Por outro lado, a identidade que a *Folha* projeta de si exige que sentidos "perigosos", ligados à combatividade e denuncismo, sejam afastados. Isso não significa rejeitá-los, mas reinterpretá-los de acordo com a sua grade, o seu *habitus*. O *Manual da Folha* traz no verbete *denunciar* a afirmação de que suas matérias não denunciam, mas "revelam, divulgam, apontam, constatam, apuram" (p.61), uma tentativa evidente de afastar sentidos que remetam a posições valorativas. Os que aparecem, como se pode notar, apontam para o campo da ciência, de sua possível e desejada neutralidade.

Concluindo: o texto analisado ilustra o que apontamos sobre os valores notícia, a saber, a seleção e interpretação dos acontecimentos, e a decorrente forma de apresentá-los (o *como dizer*), podem ser explicadas recorrendo não só a pressupostos partilhados por jornalistas (*news judment*), mas também ao que é específico da empresa para a qual o jornalista trabalha, isto é, sua política editorial. A análise, além de contradizer a propagada isenção e apartidarismo, a imagem que a FSP projeta de si, aponta a primeira página como espaço privilegiado para apreender a posição ideológica desse jornal. Como afirmamos, esse espaço se mostra muito mais produtivo e eficiente no sentido de construir verdades uma vez que é idealmente concebido como o lugar onde figuram de forma neutra e objetiva os *fatos* mais importantes do dia.

6.5 O gênero reportagem

> Se perguntarmos às pessoas em geral que figura humana é a mais característica do jornalismo, a maioria responderá, sem dúvida: o repórter. Se interrogarmos um jornalista sobre quem é o mais importante na redação, ele – excetuado o caso de algum projetista gráfico ou editor egocêntricos – dirá que é o repórter (Lage, 2001).

Nas classificações que circulam na comunidade jornalística (cf. Mello *op.cit.*), os gêneros notícia e reportagem aparecem situados na mesma categoria: a de jornalismo informativo. Isso quer dizer que são concebidos como tendo por função observar a realidade e descrevê-la, e não analisá-la ou avaliá-la, como nos gêneros da categoria opinativa. Os critérios usados para diferenciar notícia e reportagem variam: há autores (cf. Lage, 1985) que apontam diferenças em relação aos temas: na notícia, o relato de *fatos*

(como a de que determinado governo foi deposto); na reportagem, a cobertura de *assuntos* (como sobre a conspiração que levou ao golpe). Há aqueles, como Ferrari & Sodré (1986), que afirmam que tanto notícia como reportagem apresentam o "quem" ou "o quê", porém, somente nesse último, esses elementos devem, estão autorizados a despertar "interesse humano", uma vez que seria essa a expectativa do leitor. Vamos apresentar e discutir alguns das observações presentes nos trabalhos Ferrari & Sodré (*op. cit.*), Lage (1985) e Lima (*op. cit.*).

O fato de o gênero reportagem ser concebido como aquele que fica "a meio caminho da esfera informativa e da opinativa" talvez explique a dificuldade da comunidade em caracterizá-lo. Trata-se de um gênero contíguo a outro da mesma categoria, a noticiosa, e também aquele em que o jornalista é autorizado a emitir opinião "de forma moderada", o que o aproxima, mesmo que timidamente, dos gêneros da esfera opinativa. Por outro lado, ao mesmo tempo em que os autores procuram identificá-lo ao discurso jornalístico, afirmando tratar-se de um gênero "pautado por regras objetivas" (Ferrari & Sodré, p.10), revestem-no de características que o aproximam de um outro campo, o literário. Teríamos, assim, um gênero híbrido, com traços provenientes de outros gêneros e de um outro campo.

Apesar dessas dificuldades, parece haver um consenso de que ele poderia ser caracterizado recorrendo ao critério de atualidade. Tomando-o por base, a notícia se diferenciaria da reportagem pela necessidade da primeira trabalhar com fatos novos (*matérias quentes* no jargão jornalístico), aqueles que precisariam ser divulgados/noticiados rapidamente. Essa diferença nas condições em que os dois gêneros são produzidos permite não apenas uma maior liberdade em relação ao prazo de entrega do texto, o apontado pelos estudiosos, mas também a produção de um imaginário sobre ele: sentidos altamente positivos, como vimos, aparecem ligados à figura do repórter. Isso porque na reportagem, o jornalista, em função de não necessariamente estar cobrindo fatos recentes, pode fazer uma investigação mais aprofundada do tema, trabalhar mais o texto.

O estudo de Lima (*op. cit.*) é um bom exemplo do que consideramos a supervalorização do gênero reportagem[59]. O autor apresenta uma pesquisa detalhada sobre esse gênero, defendendo a idéia de que este, principalmente em sua realização enquanto livro, pode trabalhar com os acontecimentos de forma diferente de outros textos

[59] Essa idealização do gênero pode ser apreendida em outros autores, como em Medina (2003).

jornalísticos, especialmente a notícia. Antes de sinalizar como deveria ser esse trabalho, Lima mostra como a reportagem é uma "evolução" do texto noticioso. Segundo ele, o jornalismo encontrou na notícia a fórmula básica de "traduzir" as ocorrências sociais para um público disperso e heterogêneo. A 'fórmula', que objetiva informar e orientar de maneira clara, rápida e precisa fez com que o jornalismo informativo fosse criticado como superficial e incompleto. A notícia redonda foi uma resposta a essas críticas e corresponde a um "enriquecimento da fórmula", mas não traz, ainda, o aprofundamento dos fatos, não dá ao leitor uma "compreensão de maior alcance" (p.24). Isso só ocorreria com o gênero reportagem, com as "páginas ampliadas"[60], isto é, com

> a ampliação do relato simples, raso, para uma dimensão contextual. Em especial esse patamar de maior amplitude é alcançado quando se pratica a grande-reportagem, aquela que possibilita um mergulho de fôlego nos fatos e em seu contexto, oferecendo, a seu autor ou a seus autores, uma dose ponderável de liberdade para escapar aos grilhões normalmente impostos pela fórmula convencional do tratamento da notícia, com o *lead* e as pirâmides mencionadas (p.24).

Aprofundamento do tema, investigação mais minuciosa, possibilidade de dar ao leitor um conhecimento mais amplo (nas palavras de Ferrari e Sodré "iluminando e ampliando a visão sobre determinado assunto", p.36). Essas são algumas das características que os autores atribuem ao gênero reportagem. Este chega a ser definido como "extensão da notícia", definição que aponta para uma "quebra" do critério de relevância, crucial, como vimos, no gênero noticioso. Dessa liberdade resultaria um texto mais longo, ampliado, mais "denso". Para produzi-lo, o jornalista deve, segundo Lima, recorrer a "procedimentos de extensão", a saber, a extensão pela pauta, a complementação pela captação e a fruição pelo texto (que discutiremos mais à frente).

No que diz respeito ao primeiro item, o autor discute a noção de atualidade, defendendo a idéia de que a pauta não deve ser definida a partir desta noção, mas sim a partir da noção de contemporaneidade. Esta última permitiria a apreensão de muitos fenômenos que escapam a "uma conformação atual, no sentido restrito, tendo muito mais a ver com uma concepção um pouco mais dilatada de tempo presente" (p. 57). Nas palavras

[60] Título do livro.

da pesquisadora[61] citada por Lima, trata-se de "descobrir o passado que ainda existe no presente".

Outro problema a ser superado, segundo Lima, é a forma deficiente como os jornalistas aproximam-se de seus entrevistados (os personagens de suas histórias), como "captam" as informações. Para ele o jornalista deve (re)aprender a ouvir. Trazendo reflexões de diferentes pesquisadores, o autor mostra que as entrevistas feitas por jornalistas são encaminhadas de tal forma que não dão voz ao entrevistado, fazendo muitas vezes com que este responda àquilo que já fora estabelecido para ele. A pesquisa é da década de 90, o que faz com que outros fatores sejam acrescentados ao problema apontado. Pensamos na proliferação de *sites* e agências de notícias, que permitem ao jornalista "entrevistar" pessoas sem precisar sair da sala de redação. O que se tem hoje, portanto, está mais distante ainda do que o outro tem a dizer/contar. A notícia já chega pronta, o que acarreta uma série de problemas que vão desde a subserviência ao que outro considera importante (figuras públicas, empresas, agências de notícias) à predominância de relatos/textos taquigráficos e burocráticos.

O repórter seria aquele que dá voz aos entrevistados, que sabe ouvir, e, além, aquele que se identifica com eles. Esse traço também é atribuído, como vimos, por Medina (2003) à figura do repórter: aquele que sai às ruas, conversa com as pessoas. Sobre isso, é interessante apresentar o exemplo ("clássico") dado por Ferrari e Sodré (*op. cit.*) para ilustrar a 'transformação' de uma simples notícia em reportagem. O episódio ocorreu nos Estados Unidos em 1925: um camponês, Floyd C., entra em uma gruta e acaba soterrado. Nos dias que se seguem ao acidente, chega ao local "um rapaz franzino", o repórter S. Miller, enviado pelo *Courier Journal*, e pede informações sobre o rapaz acidentado. "Se você quer saber como vão as coisas, o buraco está aí", é o que recebe como resposta. O jornalista aceita o desafio e consegue chegar até ao rapaz, sendo "imediatamente tocado pela extrema solidão do homem". Nas palavras dos autores, é nesse momento que a reportagem se impõe, o momento da empatia, a que permite a humanização do relato. Ressalte-se que na explicação dos autores, o repórter é revestido de traços heróicos: um rapaz pequeno e franzino, mas que aceita desafios e acaba por se mostrar o "mais decidido de todos" (p.12).

[61] Dulcília Schoeder Buitoni, da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo.

O exemplo apresentado acima remete a outro traço do gênero reportagem, também lembrado por Ferrari e Sodré, esse de sua dimensão composicional: assim como a notícia, trata-se de uma narrativa, do relato de fatos, de acontecimentos. No entanto, na reportagem o jornalista tem maior liberdade em relação a certas limitações impostas ao gênero noticioso, como ao tamanho do texto e também à forma de organizá-lo. Os autores observam que, embora em ambos predomine a forma narrativa, os dois gêneros provocam efeitos diferentes: mais que apresentar os fatos ao leitor, anunciá-los, a reportagem o conduz a um posicionamento crítico, revela "ângulos insuspeitados" sobre aquilo que é narrado. Aqui aparece uma característica já atribuída ao gênero reportagem, a saber, a de possibilitar um conhecimento mais aprofundado dos fatos. Essa superposição de traços corrobora o que já dissemos: falar de uma das dimensões do gênero (conteúdo temático, estrutura composicional e estilo) implica falar de outras, uma vez que elas se encontram inter-relacionadas: influenciam e são influenciadas pelas outras.

Do que foi dito até aqui, pode-se perceber que os estudiosos da comunicação concebem os gêneros reportagem e notícia como bastante próximos, em especial no que diz respeito às dimensões temática e composicional. Quanto ao estilo, embora esse componente não seja nomeado dessa forma, parecem concordar que seria ele o responsável pela distinção entre os dois gêneros.

6.6 O desejo de autoria realizado

Para Lage (1985), ao contrário da notícia, que impõe a impessoalidade, a reportagem abre espaço para a autoria. Da mesma forma, quando Ferrari e Sodré (*op. cit.*) afirmam que a reportagem "reveste o fato de intensidade" ou "confere ao relato um tratamento narrativo" estão se referindo ao estilo desse gênero. Como vimos, a notícia, por exigir uma forma padronizada, oferece poucas possibilidades de expressão individual, o que não acontece com a reportagem, o que é percebido pelos autores. Nessa, o estilo entraria não como um epifenômeno, nos termos de Bakhtin, mas como uma categoria importante a ser analisada.

Como já afirmamos, gêneros "mais livres" têm um estilo menos rígido. No gênero reportagem essa liberdade explica a possibilidade de variar a forma de organizar o texto (na ordem cronológica ou não) e até mesmo a "permissão" de explicitar a instância enunciativa,

o repórter pode aparecer como um dos personagens do relato. No interior desse estilo próprio do gênero, que é mais flexível, abre-se espaço para a emergência de um estilo individual, isto é, para um trabalho de *escolha*, condicionado, como veremos, tanto pelo gênero como pelo discurso. Esse trabalho é supervalorizado pelos autores e aproximado daquele realizado pelo escritor, o homem das letras: para Lima, a narrativa jornalística, em especial a grande reportagem, deveria se reaproximar da literária; Ferrari e Sodré chegam a afirmar que a reportagem é o conto jornalístico; Medina defende a idéia do "resgate da autoria perdida".

A aproximação jornalismo-literatura, que ocorreria de forma clara no gênero reportagem, é discutida com muito cuidado pelos autores uma vez que os limites entre ficção e real devem ser respeitados. Assim, Lima ressalta a necessidade de o jornalista, também no livro-reportagem, realizar um trabalho de pesquisa documental, prática não-comum, segundo ele. A diferença seria o olhar sobre o real, não mais restrito ao aparente, mas apreendendo outras dimensões, uma "visão pluridimensional simultânea":

> Não se trata mais da visão reduzida do cartesianismo, mas sim da incorporação de óticas modernas e abrangentes. Nem se trata do mergulho no imaginário como fantasia ou ficção, mas como elementos que ajudam a explicar o real num contexto total, sistêmico. O jornalismo não deixa de abordar o real, não se confunde com a ficção (p.101).

Para Ferrari e Sodré, a narrativa jornalística, assim como a literária, apresenta personagens, ação dramática e descrições de ambientes. No entanto, separa-se dessa última pela objetividade informativa, que impõe um "estilo direto puro". Não fica claro na exposição dos autores como se caracterizaria esse estilo uma vez que, embora afirmem ser a reportagem uma narração sem subjetivações, atribuem a ela características como a "humanização do relato" ou "natureza impressionista do texto".

Acreditamos que a ênfase dos autores na diferença entre jornalismo e literatura decorre da identidade do discurso jornalístico, construída sobre determinadas verdades, dentre elas a dicotomia *realidade x ficção*. Assim sendo, afirmam que o gênero reportagem deve escapar do anacronismo da linguagem jornalística, aproximar-se da linguagem literária, empregar recursos expressivos, mas não inventar histórias, trabalhar com fatos. Mesmo que não explicitem, a aproximação entre literatura e jornalismo, no sentido do último campo trabalhar com recursos do primeiro, já produziu 'perigos' que devem ser

afastados, caso de jornalistas que escreviam muito bem, mas sobre temas/personagens 'criadas'[62].

Na perspectiva de Lima é preciso escrever textos que envolvam o 'receptor', mesmo que longos. A idéia de que só o texto curto pode prender o leitor até a última linha é, como vimos, constitutiva desse discurso e aparece na discussão desse autor quando fala de 'ruído'. Em uma narrativa longa, os ruídos, responsáveis pelo abandono do texto, seriam mais freqüentes, o que obrigaria o jornalista a buscar "uma fluência elaborada com grande cuidado" (p.111). O caminho seria, portanto, a aproximação com o texto literário.

Cabe aqui retomar a diferença nas condições de produção da notícia e da reportagem. Por não precisar necessariamente trabalhar com fatos imediatos, recentes (a noção de contemporaneidade defendida por Lima), esse último gênero pode romper com aquilo que o diferenciaria do campo literário, a saber, o fato de ser uma expressão datada. Nas palavras de Carlos Heitor Cony[63], o jornalista escreve para o dia, o literato, para o sempre. A alta incidência de reportagens transformadas em livros aponta não apenas a atração que o campo literário exerce sobre a comunidade jornalística como também o gênero avaliado como o mais próximo de realizar o desejo de superar a efemeridade, aquele que escreveria para o *sempre*.

Os autores concordam, assim, com a idéia de que o gênero reportagem é aquele que mais se aproxima da literatura, de que ele é o lugar do jornalista singular. Poder-se-ia cogitar que a sua supervalorização decorre apenas dessa proximidade, mas acreditamos que não é só isso. O gênero reportagem exige um jornalista que reúna traços do campo literário, como saber contar uma boa história, do campo político-combativo, como dar voz àqueles que não têm, mas isso, ressalte-se, sem abrir mão da objetividade. Em outros termos: um jornalista completo.

---

[62] Para Carvalho (1999), David Nasser pode ser considerado o maior jornalista brasileiro dos anos 50: "poucas vezes o jornalismo brasileiro viu tal capacidade de escrever. Nasser jorrava texto, com fluência e riqueza verbal, fosse qual fosse o tema abordado" (p.21). No entanto, as histórias, como mostra o estudo apresentado, eram em sua maioria inventadas.

[63] "Jornalismo e Literatura", FSP, 29/04/05.

6.7 Indícios de autoria

Acolhendo a idéia de que o estilo seria o traço definidor do gênero reportagem, faz-se necessário analisar essa instância mais detidamente. Retomando o que foi dito, Bakhtin concebe os gêneros como tendo um estilo próprio, mais ou menos permeável a manifestações individuais. O gênero reportagem, que dá ao jornalista liberdade de interpretar "de forma moderada", estaria a meio caminho do noticioso, de estilo mais rígido, e dos gêneros opinativos, de estilo mais maleável.

A noção de estilo está ligada à de escolha (cf. Possenti, 1988, 2002), que supõe um sujeito (*locutor* nos termos de Bakhtin), a instância enunciativa que opera com/sobre os recursos da língua para construir seu dizer. Essa instância, em termos bakhtinianos, não pode ser pensada fora do social, dos gêneros que circulam nesse espaço, o que implica afastar a idéia de uma escolha individual, independente das coerções do discurso jornalístico. No que diz respeito à nossa discussão, interessa-nos investigar que escolhas seriam essas, como elas se mostrariam nos textos. Em outros termos: procuraremos apreender indícios de autoria, marcas da presença de um autor nas reportagens selecionadas.

Autoria aqui é pensada nos termos de Possenti, a saber, vinculada à noção de singularidade e a de tomada de posição. De acordo com o analista, um sujeito pode, assumindo uma posição histórica e ideológica, não ser igual a outro que ocupa a mesma posição: pode ser singular, exibir a própria subjetividade. Ao fazê-lo, por meio de um trabalho com a forma, com o *como dizer*, confere ao texto um "algo a mais", que pode ser explicado em termos de qualidade, elegância, consistência, daí Possenti afirmar a existência de textos sem autoria, isto é, textos iguais, previsíveis.

Acreditamos que adotar essa concepção de autoria permite dar um caráter mais consistente, descrever em termos mais objetivos aquilo que os autores acima apontaram em relação ao gênero reportagem, isto é, o fato de ele se diferenciar do noticioso, de dar uma liberdade relativa ao jornalista, a que permite, inclusive, conferir 'intensidade' ao relato. Nesses termos, estaremos investigando que intensidade seria essa, ou aquilo que os textos apresentam que os tornam 'diferentes' daqueles produzidos em outros gêneros (o noticioso).

Interessa-nos observar, portanto, traços da presença do 'jornalista literato': que traços seriam esses? esses traços convivem com outros ligados ao campo da ciência e da política-combativa? Para isso, selecionamos textos do repórter Ricardo Kotscho[64], nome respeitado na comunidade, publicados no jornal *Folha de S. Paulo* no ano de 2001, período em que ocupava o cargo de repórter especial. Os textos selecionados apareceram em sua maioria no caderno *Cotidiano*. São eles:

I. "Operários salvam e tocam fábricas falidas" (29/07/01);
II. "A saga da faxineira que se tornou pedagoga" (10/08/01);
III. "Justiça libera P., 12, que furtou ônibus" (15/08/01);
IV. "Terra da cana faz parceria com excluídos" (06/11/01);
V. "Bóia-fria troca canavial por computador" (18/11/01);
VI. "Homem improvisa 'ninho' em São Paulo" (28/11/01)[65].

Os títulos apontam as histórias que serão contadas: a do menino que foge em um ônibus, a do homem que é obrigado a viver em uma árvore, a dos operários que se tornam patrões etc. Apresentam os verbos no presente, procedimento comum nos jornais, apesar de a referência ser o passado, e já anunciam de que tratarão os textos, quem protagonizará as narrativas: personagens que não costumam aparecer nas páginas de jornais, exceto em situações-limite[66].

De forma geral, as narrativas que aparecem nos jornais, notícias e reportagens, procuram apagar as marcas enunciativas de modo a produzir o efeito de que se conta objetivamente, sem comentários ou quaisquer interferências da instância enunciativa. No caso desse último gênero, como vimos, pode-se explicitar essa instância, mas esse procedimento não é comum. No que diz respeito aos textos selecionados, eles não fogem à regra de apresentar um narrador em terceira pessoa, contando "de fora". No entanto, ao contrário dos textos noticiosos, não há um trabalho no sentido de apagar a voz que conduz o relato: essa pode ser "ouvida" em diferentes lugares dos textos, na forma como conduz a narrativa, como constrói os personagens, como deles se aproxima. Logo no início das

[64] O jornalista deixou a FSP em 2002, para ocupar cargo no governo federal, do qual se afastou em 2004.
[65] Ver anexos.
[66] É interessante lembrar aqui o "Poema tirado de uma notícia de jornal" de Manuel Bandeira, que critica o fato de personagens como João Gostoso figurarem nas páginas dos jornais apenas quando protagonizam tragédias.

narrativas já aparecem indícios da subjetividade desse narrador, de suas avaliações, de seu ponto de vista. O gênero reportagem, como apontado, admite variação na composição do texto: ao contrário de outras narrativas jornalísticas, pode não se iniciar com um resumo do ocorrido – o avaliado como mais importante – mas com diferentes 'aberturas'. Vejamos como se iniciam algumas que aparecem abaixo:

> (IV a.)[67] *Sob o sol de quase meio-dia, o homem curvado no meio da plantação continua colhendo uma a uma as flores amarelas que vão abastecer indústrias de medicamentos fitoterápicos*.
>
> (I a.) *O que muda na vida de um operário que, de uma hora para outra, deixa de ser empregado para se tornar um dos donos da fábrica onde trabalhava?*
>
> (VI a.) *Quem passa apressado em seu carro pela avenida 23 de maio, em São Paulo, na pista bairro-cidade, nem repara. No alto de uma das árvores, numa curva bem em frente ao Hospital Beneficência portuguesa, um homem montou sua casa há oito meses.*

Em (IVa.) o narrador retarda o início da narrativa para apresentar elementos que farão parte dela, no caso, o cenário, o personagem. O uso do verbo no presente **continua**, que será abandonado pelo pretérito nos trechos posteriores, sinaliza que atitude os leitores devem adotar em relação ao que será narrado, a saber, uma atitude de tensão, de engajamento. A escolha desse verbo confere ao trecho um tom de duratividade, como se a ação de colher as flores ("uma a uma") ainda estivesse ocorrendo no momento da leitura do texto. Da mesma forma, o verbo introduz o pressuposto de que a ação já se realizava no passado, o que implica um conhecimento do narrador sobre seu personagem, suas ações, uma cumplicidade entre eles.

A pergunta lançada em (I a.) objetiva despertar o interesse do leitor, mostrar a ele que a história a ser contada é reportável[68]. Nesse sentido, argumenta a favor da leitura do texto, procura legitimá-lo. Como em (IV a.), a narrativa não se instala de imediato, o narrador não tem pressa, simula a situação enunciativa, o momento e o lugar em que enuncia, a presença de seu ouvinte. O recurso de trazer o leitor para dentro do texto, de dialogar com ele, aponta para concepção de interação jornalista-leitor bem diferente da

[67] Esta numeração faz referência aos títulos dos textos listados anteriormente.
[68] Para Labov (1972), uma sucessão de eventos torna-se narrativa se apresentar elementos reportáveis, isto é, aqueles que de alguma forma violam comportamentos esperados.

presente no gênero noticioso. Da mesma forma, indicia uma avaliação sobre esse leitor: não aquele preocupado apenas com os fatos, que não teria paciência e tempo para conhecer melhor os personagens da história que será contada.

Em (VI a.), como nos trechos anteriores, o leitor não recebe logo de início as 'informações relevantes'. Ao contrário, o narrador faz um comentário que parece concordar com a condição de invisibilidade do personagem que apresentará (passam e não reparam), um comentário que parece acolher o ponto de vista daqueles que defendem a idéia de que personagens como o "homem" que figura no título do texto devem permanecer na condição na qual se encontram, isto é, invisíveis, fora das páginas de jornais. No entanto, a essa voz contrapõe-se uma outra, que de forma sutil argumenta a favor da leitura do texto, defende a idéia de que vale a pena conhecer *essa* história. Ao qualificar como *apressado* quem passa e não vê o homem, o narrador critica o imediatismo, a urgência a que a maioria das pessoas (leitores?) está submetida. No enunciado seguinte, o insólito provoca o efeito de estranhamento, "um homem montou sua casa há oito meses", enunciado que desperta a curiosidade do leitor, convida-o a ler o surpreendente que será narrado.

Além do trabalho apontado acima, há outros indícios da presença do autor nos textos: as avaliações que faz sobre os personagens e as histórias que protagonizam.

> (III a.) *A* **inacreditável aventura** *do menino de 12 anos, que entrou num ônibus sem motorista na Cidade Tiradentes, na zona leste, deu a partida, saiu dirigindo em direção ao centro e rodou por cerca de 80 quilômetros em São Paulo até ser parado pela polícia, na noite de quarta para quinta-feira passada, teve um final feliz ontem à noite.*
>
> (V a.) *Não foi fácil.Para mudar de vida, há três anos ele enfrenta uma* **inacreditável romaria** *de pelo menos 19 horas diárias entre sua casa, o trabalho e a faculdade.*

Observe-se que em (III a.), o narrador, embora apresente um resumo da história, este difere dos que normalmente abrem as narrativas jornalísticas (o *lead*) uma vez que o narrador avalia o que será narrado – **inacreditável aventura**. A escolha de **aventura** para nomear a ação do menino remete à idéia de histórias (ficção?) grandiosas; interessantes, portanto. A expressão **final feliz**, da mesma forma, confere ao trecho um ar de fabulação, de extraordinário.

Em (V a.), o personagem é apresentado e a razão de ter sido escolhido para protagonizar a história. Trata-se de um "herói", capaz de atos grandiosos, tais como enfrentar romarias diárias. Note-se que, mais uma vez, o nome escolhido pelo narrador para nomear uma ação de seus personagens (no caso, **romaria**) não é "neutro", mas supõe um sujeito que interpreta e avalia. Trata-se não de uma simples representação da realidade, de um espelhamento, como pretende o discurso jornalístico. A escolha constrói sentidos, direciona leituras, efeito reforçado pelo acréscimo do adjetivo axiológico **inacreditável** (que também aparece em III a.) que ajuda a dar ao evento um tom heróico, inusitado. O enunciado "não foi fácil" que abre o trecho indicia o ponto de vista do narrador, coincidente com o de seu próprio personagem.

Nas passagens apresentadas, o narrador interrompe ou retarda a narrativa para infiltrar-se nela a todo momento com comentários tanto sobre a própria história que será contada como sobre os personagens e ações que serão nela retratados. Observe-se que o fato de não se expressar diretamente em primeira pessoa não impede que se percebam seus acentos avaliativos. Nos trechos abaixo, as infiltrações do narrador se dão através de comentários inseridos no interior do relato:

> (V b.) ***Foi tudo muito rápido***. *Há apenas três anos, já na faculdade, ele abriu um computador pela primeira vez. E quase desistiu na primeira semana de aulas.*
>
> (I b.) ***Não foi fácil***. *Um clima de medo e insegurança dominava o ambiente na fábrica. Nos três primeiros meses, os clientes sumiram, e o faturamento mal dava para manter algumas máquinas em funcionamento.*
>
> (I c.) ***A briga foi feia***. *Com salários atrasados, há anos sem receber os aumentos salariais conquistados pelo sindicato e sem os depósitos do FGTS e ressabiados com o fracasso da co-gestão, a maioria dos empregados não queria nem ouvir falar em cooperativa* ***–*** *até porque eles nem sabiam direito do que se tratava..*
>
> (II a.)*"Achava minha vida de casamento e de funcionária pública muito chata, estava acomodada. Por isso resolvi continuar estudando para mudar de vida", lembra Marinalva. Daí para frente,* ***de fato****, sua vida não parou mais de mudar..*
>
> (III b.) *A viagem de P. C. R. S.,* ***na verdade****, começou bem antes, há sete anos, quando "o pai largou da mãe, saiu de casa e desapareceu". Mais velho dos seis filhos de Silvia e do cobrador de ônibus Sebastião Dias de Jesus, Brutus, como é chamado pelos colegas de rua na Vila Campanela, nunca se conformou com a separação dos pais*.

É preciso distinguir duas noções, a saber, a voz que narra, a voz narrativa, daquela que vê, o ponto de vista. Esta última diz respeito à perspectiva a partir da qual se conta a história e pode ser a do narrador ou a de uma das personagens. Para Fiorin (1996), a Teoria Literária tradicional hipertrofiou o papel do narrador quando confundiu essas duas instâncias. Esse autor, para marcar teoricamente a distinção, fala em narrador e observador:

> Observe-se que todas as funções do narrador dizem respeito ao dizer, ao relatar. A função de falar é do narrador; a de ver ou, às vezes, a de ouvir, ou em termos menos metafóricos, a de encarregar-se da dimensão cognitiva da narrativa, isto é, da compreensão dos fatos pertence ao observador. Os dois actantes podem estar em sincretismo, mas são completamente distintos em sua função (p.107).

Os trechos selecionados (V b.), (I b.), (I c.) e (II a.) mostram que, além de narrar, o narrador assume a dimensão cognitiva dos acontecimentos, acumula as funções de narrador e observador. Esse saber, comentários que revelam um ponto de vista, coincide com o de seus personagens. Assim em "foi tudo muito rápido", "não foi fácil" e "a briga foi feia" temos uma avaliação sobre os acontecimentos, que remete a um julgamento sobre os envolvidos nesses acontecimentos (dificuldades exigem força, coragem). Ao mesmo tempo em que o narrador se aproxima de seus personagens, que se identifica com eles, propõe essa adesão ao leitor.

Em (II a.), o narrador retoma a fala de Marinalva assumindo a verdade do que foi dito, o ponto de vista de sua personagem. O título escolhido para a história ("A saga da faxineira que se tornou pedagoga") já revela o julgamento do narrador sobre sua personagem (uma heroína contemporânea) e sobre a própria narrativa (fabulosa, lendária), um título que argumenta a favor da leitura do texto, que responde àqueles que avaliam que personagens do povo, como Marinalva, não podem despertar a atenção do leitor, não são 'importantes' (os jornalistas adeptos da objetividade?).

Em (III b.) a voz narrativa parece saber mais do que o próprio personagem na medida em que corrige, narra sob outro ângulo a história do menino que foge. Essa perspectiva permite a passagem do personagem da condição de menor que roubou um ônibus e foi parar na Febem para a do menino abandonado que sai à procura do pai. O narrador simpatiza com o menino, um personagem-alegórico, que representa outras tantas

crianças abandonadas do país, solidariza-se com sua dor. Isso faz com que minimize a ação de furtar, que justifique essa ação:

> *(III c.) Baixinho e atarracado, meio envergonhado e meio orgulhoso com a traquinagem, mãos cruzadas às costas como qualquer interno da Febem, ele ainda parecia assustado às 9h de ontem ao entrar na sala de Sonia Regina Cesário, diretora da Unidade de Internação Provisória 7.*
>
> *(III d.) A própria diretora da unidade, Sonia Cesário, há seis anos na Febem, ao ouvir a história de P.C.R.S. achou que não era caso de internação. Iria sugerir apenas uma advertência e a extinção do processo. Sem ninguém perguntar, Brutus garantiu que não irá repetir a aventura. "Já matei a vontade".*

Observe-se que a ação do menino, que chega a ser detido, é nomeada por *traquinagem* e *aventura* (e não *furto*), escolha que produz efeito(s): do personagem são afastados sentidos negativos, os que talvez o leitor atribuiria a menores que são presos na Febem (perigosos, assustadores). A descrição que aparece em (III c.) contribui para construir a avaliação do narrador, aquela que oferece ao leitor, a saber, a de que o garoto não deve/merece permanecer em uma instituição para menores infratores. Esse ponto de vista é reforçado pelo enunciado *ele ainda parecia assustado.* O *ainda* indicia que a reação do garoto, seu medo, já era conhecida pelo narrador.

Para corroborar a idéia de que tudo não passou de uma *traquinagem*, o narrador traz a fala da diretora da unidade, um argumento de autoridade. A expressão *a própria* bem como a inserção da oração encaixada *há seis anos na Febem* enfatizam a credibilidade da voz veiculada. Ressalte-se a forma escolhida para nomear o garoto no trecho: *P.C.R.S.*, quando se trata do ponto de vista da diretora da Febem e *Brutus* (como os amigos o chamam), quando dele se (re)aproxima o narrador.

Percebemos nos trechos selecionados, traços do jornalista combativo, aquele que não só "espelha" as contradições do país como faz de sua prática uma arma para superá-las: um jornalista que sai às ruas para encontrar seus personagens, que sabe ouvi-las. Essas vozes não surgem nos textos de forma 'apressada'. O narrador prepara os leitores para recebê-las:

(IV b.) *Moacir Gomes Ramalho **enche** a boca para contar que vai fazer 70 anos em dezembro. Não se **preocupa** nem com a temperatura (39º à sombra) nem com o destino da colheita*.

(I d.) *Sem parar de mexer no torno, José Epifânio da Silva **afasta** os óculos de proteção e **abre** um longo sorriso ao falar sobre o que mudou na sua vida..*

Ao empregar os verbos no presente, o narrador aproxima a cena do relato do aqui-agora da enunciação em uma tentativa de neutralizar longe/perto, de ganhar a adesão do leitor. É importante que este receba com atenção o que os personagens vão dizer. As falas citadas aparecem, na maioria das vezes, em discurso direto:

(II b.) *"Entrei na faculdade casada, me separei, casei de novo, estou me formando e, na segunda-feira, já vou me inscrever no curso de pós-graduação", **diz** Marinalva..*

(III e.)*"Fiquei triste, **lembra** o garoto"*.

(I e.) *"As decisões agora são mais participativas", **constata** o paulistano João Luís Trofino, 32, diretor industrial da Uniforja, que antes das cooperativas exercia a função de gerente de produção.*

(VI b.) *Como se fosse a coisa mais natural do mundo, Paulo **fala** enquanto **desce** a escada, quer dizer, os galhos. **Conta** porque escolheu essa morada em vez de se juntar ao povo que se aloja sob as pontes e viadutos da cidade..*

Ao introduzir o discurso citado com os verbos grifados, o narrador presentifica as falas de seus personagens, dá a elas um caráter que foge à temporalidade de suas enunciações, ao momento em que foram proferidas. Aquilo que disseram é avaliado como importante e, por isso, não fica restrito ao imediato da situação. Essa avaliação pode ser vista claramente na escolha do verbo *dicendi* que aparece no trecho abaixo:

(IV c.)*"Ficar parado é que não presta", **ensina**, enquanto enxuga o suor do rosto*.

No trecho abaixo, a fala do narrador aparece misturada à do personagem:

(VI b.) *Ontem, como nos outros dias, ele tomou o café da manhã no albergue, no Brás, e saiu em busca de trabalho. Foi a uma agência de empregos na zona norte e a outra no centro. Deixou o nome, sem muitas esperanças**. Quem vai dar emprego ao homem que tem como endereço uma árvore ou um albergue?***

A fusão das vozes se dá por meio do discurso indireto livre. É muito raro esse recurso aparecer na imprensa (ver Maingueneau, 2001, p.152), uma vez que as fronteiras entre as falas não aparecem sinalizadas de forma 'marcada', o que comprometeria a legibilidade ou a desejada transparência. No enunciado grifado não temos uma fala em discurso direto, pois não há aspas e existe uma terceira pessoa (homem), nem em discurso indireto, já que não há oração subordinada. A voz do narrador une-se à do homem-passarinho (a pergunta *quem está falando aqui?* pode ter como resposta o narrador ou o personagem), e também assume seu ponto de vista (trabalhar não é uma questão de querer ou não).

Em (VI b.) há, no nosso entender, outro indício de autoria, que já apareceu em trechos anteriores. Trata-se da forma escolhida pelo narrador para apresentar, dar a conhecer os personagens das histórias. Fugindo da busca da exatidão do discurso jornalístico, há, nos textos, uma "imprecisão referencial", cujo efeito é o de remeter a narrativa a diferentes espaços e tempos. Assim, "um homem", "um operário", "ele", "o menino", "o homem" podem pertencer a qualquer tempo, a qualquer lugar, protagonizam histórias que não envelhecem, que merecem ser conhecidas, perdurar para o *sempre*.

Nesse ponto é interessante lembrar de um texto de Benjamin, *O narrador* (1999). Para o pensador alemão o "saber que vem de longe" não teria lugar no mundo moderno, o ser humano teria perdido a capacidade de partilhar experiências, de contar e ouvir, o que explica a "morte do narrador". Benjamin aponta o advento do romance e a difusão da informação como responsáveis pelo declínio da narrativa e indica alguns traços que os diferenciariam. O romance, ao contrário das outras formas de prosa, não procede da tradição oral; a informação precisa ser plausível, não pode recorrer ao miraculoso como as narrativas.

Citando a fórmula proposta por Villemessant, fundador de *O Figaro*, para caracterizar a essência da informação – "para meus leitores, o incêndio num sótão do Quartier Latin é mais importante que uma revolução em Madri" – Benjamin afirma que o "saber que vem de longe encontra hoje menos ouvintes que a informação sobre acontecimentos próximos" (p.202). A necessidade de aquilo que é narrado ser aceito como verdade, ser bem explicado, afastaria a informação do espírito da narrativa uma vez que

esta, além de recorrer ao fabuloso, evita explicações, deixa o leitor/ouvinte "livre para interpretar a história como quiser" (p.203).

No entanto, os trechos selecionados apresentaram, como vimos, heróis e heroínas que foram ouvidos por uma voz (o narrador) que conta, transmite o saber desses personagens a seus leitores. São histórias que devem ser transmitidas "como um anel de geração em geração", retomando Benjamin, que não devem ser esquecidas. Assim, o protagonista de "Homem improvisa 'ninho'em SP" lembra personagens de histórias remotas que, devido a alguma provação, transformam-se em animais, são obrigados a afastar-se de seus pares, viver à margem, à espera de um final feliz que os redima. O desempregado encarnaria o mito do homem-pássaro moderno, que precisa viver na árvore para sobreviver, que encontra ajuda (comida) de poucos, a maioria passa de carro, "nem repara".

"Operários salvam e tocam fábricas falidas" e "Terra da cana faz parceria com excluídos" apresentam não um personagem central, mas personagens que unidos conseguem transformações, saem de condições adversas para vislumbrar um outro futuro. Esses operários e excluídos mostram a necessidade, ao contrário do que prega a ideologia dominante, de dividir responsabilidades, de confiar no outro, de compartilhar.

Em "A saga da faxineira que virou pedagoga" e "Bóia-fria troca canavial por computador" temos personagens- heróis que, mesmo diante de inúmeras adversidades, seguem em frente, não desistem de lutar. A viagem do menino que foge de casa mostra que o desconhecido pode ser enfrentado. Esses personagens/histórias ensinam que as dificuldades podem ser superadas, que é possível e necessário sonhar.

Para Benjamin o senso prático é uma das características de muitos narradores. A dimensão utilitária da narrativa pode aparecer sob a forma de um provérbio, um ensinamento moral, uma sugestão prática. Não seria difícil encontrar provérbios (ruínas de antigas narrativas, segundo o pensador alemão) que funcionariam como ideogramas das narrativas acima: "a união faz a força", "navegar é preciso", "a perseverança tudo alcança" etc. Nesse sentido, são histórias que não podem deixar de existir, que não são mais uma "expressão datada". Isso foi possível, retomando Possenti, em um trabalho com o *como*, aquele que procuramos mostrar.

No que diz respeito a indícios da identidade do sujeito jornalista, de sua heterogeneidade, há, como vimos os que apontam de forma inequívoca para o campo político-combativo: a voz que conduz as histórias, ao contrário do que pregam os manuais, não teme a parcialidade, une-se ao outro, dá voz a ele, denuncia injustiças. Um jornalista que lembra o "período áureo" da prática, aquele em que o jornal era muito mais que um produto, uma mercadoria. Ao lado desses elementos, há, também, os que remetem ao campo da objetividade, que se encontram espalhados ao longo dos textos. Além das informações visuais (mapas, percursos), inserções parentéticas, que "guiam" o leitor quando o trecho é considerado problemático em termos de compreensão; paráfrases, que retomam termos anteriores para explicá-los.

Assim, podemos dizer que os textos analisados trazem elementos que apontam a heterogeneidade constitutiva do sujeito jornalista, do próprio discurso jornalístico: traços característicos do discurso da objetividade, do discurso político-combativo e também do literário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Gostaríamos de retomar nestas considerações alguns pontos discutidos ao longo do trabalho. Como ressaltado desde o início, não houve a pretensão de apresentar nossas reflexões como sendo a última palavra sobre jornalismo e jornalistas, a verdade sobre essa prática. No entanto, acreditamos que um olhar de fora, de um *outro* (que não faz parte da comunidade jornalística) tem um excedente de visão (retomando Bakhtin) que pode acrescentar, conferir outros sentidos ao *um*. Esse foi nosso objetivo: não apontar defeitos ou culpados, mas possibilitar outras reflexões.

Nosso interesse em investigar o "mundo dos jornalistas" nos levou a olhar de forma mais atenta os muitos textos ligados a essa comunidade, textos que circulam em nosso dia-a-dia. Não apenas o veiculado nos chamados jornais de referência, mas também o que se fala sobre ele, desde seu poder de informar, de trazer o novo, até seu poder de convencimento, de impor *o que* se deve falar e discutir. De início, intrigavam-nos determinadas afirmações, que provinham de alunos e/ou jornalistas, como a de que teriam por missão iluminar os leitores, não apenas no sentido de dar a eles o conhecimento dos fatos como também o de tornar a leitura desses fatos transparente, a mais clara possível. Observamos, então, que a metáfora da luz era recorrente no discurso jornalístico e resolvemos pesquisá-la.

Investigamos, então, o diálogo do discurso jornalístico com outros campos, sua heterogeneidade constitutiva. Para isso, recorremos à leitura de textos que consideramos privilegiados: aqueles que circulam nos cursos de formação, nas redações (os manuais), os que são retomados pelos estudiosos do jornalismo. Essa leitura possibilitou a apreensão de vozes que, no nosso entender, são aquelas que entram na constituição do saber discursivo da comunidade jornalística, aquele que é colocado à disposição de seus sujeitos: a luz do literato, do político-combativo, do cientista. Em sua construção, como vimos, na transposição de sentidos provenientes de outros campos, ocorrem repetições, atenuações e até mesmo silenciamentos.

A análise do diálogo do discurso do jornalismo com seu 'exterior' nos levou a afastar a idéia de que haveria uma relação excludente entre as duas formas de conceber a prática, a saber, a *romântica* e a *empresarial*, e pensar em um diálogo tenso, em uma

relação complementar entre essas duas concepções. A análise também possibilitou apreender os sentidos que formam a representação sobre o sujeito jornalista e sua prática, representação essa que circula na comunidade, com a qual os sujeitos se reconhecem, constroem sua identidade, *o sujeito que tem por missão levar a luz*.

Os traços apreendidos e avaliados como constitutivos da identidade heterogênea do sujeito jornalista, a luz que provém de outros campos, puderam ser observados também nos textos produzidos por jornalistas, em dois gêneros desse discurso: o noticioso e a reportagem. No primeiro, verificamos traços do sujeito combativo, como a busca pelo furo, convivendo com outros ligados ao campo da ciência, como a exatidão. O efeito de verdade, que textos do gênero noticioso possibilitam construir, decorre em grande parte, como procuramos mostrar, da escolha desse gênero para veicular os acontecimentos, assim como de muitos dos textos, como o que analisamos, figurarem na primeira página do jornal. Apontamos, assim, esse espaço como privilegiado para 'dizer sem ter dito', para deixar no nível do implícito a posição ideológica do jornal. No que diz respeito ao gênero reportagem, a análise apontou determinados recursos, o *como dizer* dos textos, que tomamos como marcas lingüísticas desse gênero, os *indícios de autoria*, o que pode ser investigado em outras pesquisas.

Um outro lugar onde apreendemos traços do sujeito jornalista, da identidade que ele atribui a si, a que procura mostrar ao leitor, foi no *modo de dizer* dos jornalistas da *Folha*. Para isso, selecionamos textos desse periódico, especificamente os da cobertura de três edições do Fórum Social Mundial. Retomando a idéia de que o social, o 'exterior' se inscreve nos corpos dos sujeitos, em suas práticas, o conceito de *habitus* de Bourdieu, e também nos textos, em seus 'discursos', o conceito de *ethos* de Maingueneau, pudemos notar que traços do sujeito iluminado assumiram uma conotação autoritária nesses textos. A voz que neles enuncia recusa a voz do outro, chegando a ironizá-la, impõe seu ponto de vista como se esse fosse *a única verdade*.

Assumindo a idéia de que toda representação é política, discutimos a eficácia do discurso da imprensa, em especial a história 'não-oficial' da Folha, o que esse jornal fala de si, a 'narrativa' necessária para manter seu poder, sua credibilidade. A análise apontou estratégias discursivas, como deslocamentos e apagamentos, visando eliminar as contradições, o 'não-grandioso', e criar uma hegemonia ideológica.

Durante a fase final de elaboração deste trabalho, ocorreram graves episódios envolvendo a ‘esfera política’, uma crise que abalou profundamente o governo federal e seu partido. Muitos dos escândalos foram ‘desvendados’ por jornalistas, houve uma corrida por ‘furos’: nas revistas, nos jornais de referência, apareciam a cada dia/semana fatos novos, outras denúncias. A imagem do jornalista que descobre a verdade, a imagem do *cão,* foi reforçada. Se pensarmos no papel que essa comunidade atribui a si, o de iluminar, fiscalizar o poder, esse momento pode ser visto como privilegiado uma vez que propiciou a reiteração desses sentidos, a emergência do ‘passado glorioso’. Provavelmente a confiança depositada pelos leitores nessa instituição cresceu, não se pode negar que o episódio fortaleceu a imagem de imprensa combativa, imprescindível a uma sociedade que se quer democrática, ‘transparente’. Os episódios recentes acarreta(ra)m, assim, implicações que repercutem no ‘mundo dos jornalistas’ e, por extensão, no ‘mundo dos leitores’, uma vez que, como mostramos, os fatos chegam já carregados de acentos de valor.

Não foi gratuito o fato deste trabalho fechar com a análise das reportagens de Ricardo Kotscho. Talvez seja a resposta àqueles que receberam nossas reflexões como uma crítica implacável ao ‘mundo dos jornalistas’, como a afirmação de que nele não há espaço para sujeitos compromissados com os problemas de seu tempo, com os homens de seu tempo. Assim, acreditamos na possibilidade desse espaço, em jornalistas que veiculam outras vozes, outros pontos de vista além dos hegemônicos. Sujeitos iluminados? Sujeitos que trazem a luz? Preferimos conceber essa luz sem a aura romântica que, como vimos, costuma-se atribuir à figura do repórter, ao ‘bom jornalista’. Trata-se de dar visibilidade ao outro, aquela que as páginas de jornal possibilitam: uma luz sobre o que ficou na penumbra. Não por acaso esse facho de luz desvia-se para um “inusitado freqüente”, mais do que verdade, efeito do culto à verdade do progresso e do desenvolvimento. Resquícios anacrônicos do romantismo ou ressurreição de sentidos, não importa. Simplesmente importa que mostram que sob a calmaria da superfície as águas se movem.

Referências bibliográficas

ALVES FILHO, Francisco. **A autoria nas colunas de opinião assinadas da Folha de S. Paulo**. Tese de Doutoramento. Campinas, IEL, UNICAMP, 2005.

AUTHIER-REVUZ, J. **Palavras incertas: as não-coincidências do dizer**. Campinas: ed. da Unicamp, 1999.

ARBEX Jr. José. **O poder da TV**. São Paulo: Scipione, 2001.
_____. **Showrnalismo: a notícia como espetáculo**. São Paulo: Casa Amarela, 2002.
_____. **O jornalismo canalha**: **a promíscua relação entre a mídia e o poder**. São Paulo: Casa Amarela, 2003.

BAHKTIN, Mikhail (Volochinov). **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 7. ed. São Paulo: ed. Hucitec, 1995.

_____. **Estética da Criação Verbal**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BARROS FILHO, Clóvis de. **Ética na comunicação. Da informação ao receptor**. São Paulo: Moderna, 2001.
_____ e SÁ MARTINO, Luís Mauro. **O *habitus* na comunicação.** São Paulo: Paulus, 2003.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política.** 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

BRAIT, Beth. **Ironia em perspectiva polifônica**. Campinas: ed da Unicamp, 1996.

BUITONI, Dulcília S. **Texto-documentário: espaço e sentido**. Tese de Livre-Docência, ECA_USP, 1986.

BOURDIEU, Pierre. Introdução a uma sociologia reflexiva. In: **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989a.
_____. A gênese dos conceitos de *habitus* e de campo. In: **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989b.
_____. História reificada e incorporada. In: **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989c.
_____. Esboço de uma teoria da prática. In: **Pierre Bourdieu**. 2. ed. ORTIZ, Renato (org.) São Paulo: Ática, 1983a,.
_____. A economia das trocas lingüísticas. In: **Pierre Bourdieu**. 2. ed. ORTIZ, Renato (org.) São Paulo: Ática, 1983b.

_____. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

CAPARELLI, Sérgio. **Comunicação de massa sem massa**. São Paulo: Summus, 1986.

CARVALHO, Luiz Maklouf. **Cobras criadas. David Nasser e O Cruzeiro**. São Paulo: ed. Senac, 2001.

CERTEAU, M. Foucault e Bourdieu. In: **A invenção do quotidiano: as artes de fazer**. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 1990.

CHAPARRO, Manuel Carlos. **Percursos e gêneros do jornalismo português e brasileiro**. Santarém: Jortejo edições, 1998.

COURTINE, J-J. Analyse du discours politique. Langages, n. 62, 1981.

DE MELO, C. T. V. **Cartas à Redação: uma abordagem discursiva**. Tese de Doutorado, IEL, UNICAMP, 1999.

DIMEINSTEIN, Gilberto. **Meninas da noite. A prostituição de meninas-escravas no Brasil**. 15. ed.São Paulo: Ática, 1999.

DINES, A. e VOGT, Carlos. **A imprensa em questão**. Campinas: ed. da Unicamp, 1997.

DUCROT, O. Esboço de uma teoria polifônica da enunciação. In: **O dizer e o dito.** Campinas: Pontes, 1987.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: ed. da UnB, 2001.

FERRARI, Maria Helena & SODRÉ, Muniz. **Técnica de reportagem – notas sobre a narrativa jornalística**. São Paulo: Summus, 1986.

FIORIN, José Luiz. **As astúcias da enunciação**. São Paulo: Ática, 1996.

FOLHA DE S. PAULO. Tudo sobre a Folha. **Folha de S. Paulo**: São Paulo, 18/02/2001. Caderno Especial.
_____. **Manual de Redação**. São Paulo: Folha de S. Paulo, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. 25. ed.Rio de Janeiro: ed. Vozes, 1997.

_____. **A ordem do discurso**. 7. ed.São Paulo: edições Loyola, 2001.
_____ . **A Arqueologia do saber**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

GADET, Françoise e HAK, T. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 3. ed.Campinas: ed. da Unicamp, 1997.

GERALDI, João Wanderley. **Portos de passagem**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

_____. Discurso e sujeito. In: **Linguagem e Ensino. Exercícios de militância e divulgação**. Campinas: Mercado de Letras, 1998.

HABERMAS, Jurgen. **A mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HACKETT, Robert. Declínio de um paradigma? A parcialidade e a objetividade nos estudos dos media noticiosos. In: Traquina, Nelson (org.). **Jornalismo, questões, teorias e estórias**. Lisboa: Vega, 1993.

HENRY, P. **A ferramenta imperfeita: língua, sujeito e discurso**. Campinas: ed. da Unicamp, 1992.

_____. Os fundamentos teóricos da 'Análise Automática do Discurso' de Michel Pêcheux. In: **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 3.ed. Orgs.: GADET, F. e HAK, T. Campinas: ed. da Unicamp, 1997.

KOCH, Ingedore V. **O texto e a construção dos sentidos**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

_____. **Desvendando os segredos do texto**. São Paulo: Cortez, 2002.

KOTSCHO, Ricardo. **A Prática da Reportagem**. 4 ed. São Paulo: Ática, 2001.

KUCINSKI, Bernardo. Rosebud. O jornalismo torturado da *Folha de S. Paulo*. In: **A síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro**. São Paulo: ed. Perseu Abramo, 1999.

_____. Jornalismo e corrupção. In: **Jornalismo na era virtual. Ensaios sobre o colapso da razão ética**. São Paulo: ed. da Unesp, 2004.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda: jornalistas e censores do AI-5 à Constituição de 1988**. São Paulo: Boitempo editorial, 2004.

LABOV, Willian. **Language in the Inner City**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

LAGE, Nilson. **Estrutura da notícia**. São Paulo: Ática, 1985.
_____. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. São Paulo: Record, 2001.
_____. Estruturas de textos midiáticos. In: **Nas telas da mídia**. GHILARDI, M. Inês & BARZOTTO, Valdir (orgs.). Campinas: ed. Alínea, 2002.

LAGO, Claudia. **O Romantismo morreu? Viva o Romantismo. *Ethos* romântico no jornalismo**. Tese de doutoramento, Escola de Artes e Comunicação da USP, 2002.

LIMA BARRETO, A. H. **Recordações do escrivão Isaías Caminha**. São Paulo: Círculo do Livro, 1980.

LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas ampliadas; o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura.** Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

LINS DA SILVA, Carlos Eduardo. **Mil dias. Os bastidores da revolução em um grande jornal**. São Paulo: Trajetória Cultural, 1988.

_____. **O adiantado da hora. A influência americana sobre o jornalismo brasileiro**. São Paulo: Summus, 1991.

MAINGUENEAU, D. **Novas Tendências em Análise do Discurso**. 2. ed. Campinas: Pontes, 1993.

_____.**O contexto da obra literária**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
_____.**Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2001.
_____.**Gênese do Discurso**. Curitiba: Criar edições, 2005.

MARCONDES FILHO, Ciro. **A saga dos cães perdidos**. São Paulo: Hacker editores, 2000.

MEDINA, Cremilda. **Notícia, um produto à venda**. 2. ed. São Paulo: Summus, 1988.
_____. **A arte de tecer o presente**. **Narrativa e cotidiano**. São Paulo: Summus, 2003.

MELLO, José Marques de. **Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro**. 3. ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2001.

MIQUELETTI, Fabiana. **Discurso, tom e caráter: uma análise do ethos tucano**. Dissertação de mestrado. Campinas, IEL, UNICAMP, 2002.

MOTA, C. Guilherme e CAPELATO, M. H. **História da Folha de S. Paulo**. São Paulo: Impres, 1980.

ORTIZ, Renato. À procura de uma sociologia da prática. In: **Pierre Bourdieu**. 2.ed. São Paulo: Ática, 1983.

PÊCHEUX, Michel (1969). Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: **Por uma análise automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 3. ed. Org.: GADET, Françoise e HAK, T. Campinas: ed. da Unicamp.

PÊCHEUX, Michel e FUCHS, Catherine (1975). A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas. In: **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 3.ed. Org.: GADET, Françoise e HAK, T. Campinas: ed. da Unicamp.

PÊCHEUX, Michel. A Análise de Discurso: Três Épocas. In**: Por uma análise automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 3.ed. Org.*:* GADET, Françoise e HAK, T. Campinas: ed. da Unicamp, 1997.

_____. Papel da Memória. In: **Papel da Memória**. Org.: ACHARD, Pierre. Campinas: Pontes, 1999.

POSSENTI, Sírio. **Discurso, estilo e subjetividade**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
_____. Interincompreensão ou má fé? In: **Mal comportadas línguas**.Curitiba: Criar edições, 2000.
_____. Indícios de autoria. In: **Perspectiva: Revista do Centro de Ciências da Educação**. V. 20, n.01, p. 105-124, jan/jun. 2002, Florianópolis, UFSC.

RAJAGOPALAN, K. A construção de identidades e a política de representação. In: **Linguagem, identidade e memória social: novas fronteiras, novas articulações**. FERREIRA, Lucia e ORRICO, E. (orgs.). Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

RIBEIRO, Alex. **Caso Escola Base. Os abusos da imprensa**. São Paulo: Ática, 2000.

RIBEIRO, Jorge Claudio. **Sempre alerta. Condições e contradições do trabalho jornalístico.** 3 ed. São Paulo: Olho d'água, 1994.

RODRIGUES, Adriano Duarte. O acontecimento. In: **Jornalismo: questões, teorias e 'estórias'**. Org. TRAQUINA, Nelson. Lisboa: Vega, 1993.

ROSSI, Clóvis. Apresentação. In: DIMEINSTEIN, Gilberto & KOTSCHO, Ricardo. **A aventura da reportagem**. São Paulo: Ática, 1990.

SFEZ, Lucien. **Crítica da comunicação**. São Paulo: edições Loyola, 1994.

SODRÉ, Muniz. **Reinventando a cultura: a comunicação e seus produtos**. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

STUART Halll. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 8. ed. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2003.

TASCHENER, Gisela. **Folhas ao vento**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. 6. ed.Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo, questões, teorias e estórias**. Lisboa: Vega, 1993.

TRAVANCAS, Isabel. **O mundo dos jornalistas**. 3. ed. São Paulo: Summus, 1992.

TUCHMAN, Gaye. A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e histórias**. Lisboa: Vega, 1993.

VAN DIJK, Teun A. Estruturas da notícia na imprensa (1985). In: **Cognição, discurso e interação**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1996.

VOESE, Ingo. **O Movimento dos sem terra na imprensa: um exercício de análise do discurso**. 2. ed. Ijuí: ed. Unijuí, 1997.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. 6.ed. Lisboa: Editorial Presença, 2001.

Comédia sem graça

FSP 10/02/02

BERNARDO AJZENBERG

O ANO não esperou o Carnaval para começar. Basta mencionar sobrenomes como Elier, Daniel e Olivetto.

A julgar pelas conclusões oficiais, alguns veículos da imprensa pisaram feio na apuração da causa da morte de Cássia Eller.

Muita trapalhada se viu nos primeiros dias de cobertura do assassinato de Celso Daniel, prefeito de Santo André.

Tudo indica, até agora, que o episódio do sequestro do dono da W/Brasil, mais recente, não enfrenta tantos enigmas.

Não creio que a cobertura da Folha nesses casos a tenha comprometido. Mas um primeiro deslize surgiu no noticiário sobre o 2º Fórum Social Mundial (FSM), entre 31 de janeiro e 5 de fevereiro, em Porto Alegre.

Acredito que o jornal não tenha estado à altura do desafio que a cobertura do evento exigia.

POA e NY

Os participantes do FSM podem ser divididos em organizações não-governamentais, sindicatos, entidades, partidos, ativistas, políticos, intelectuais, indivíduos ou grupos exóticos.

A uni-los, uma ainda difusa crítica à "globalização selvagem" e a busca de uma também difusa "globalização saudável".

Como na primeira versão (2001), ele se deu em paralelo ao Fórum Econômico Mundial, tradicionalmente realizado em Davos (Suíça), mas neste ano ocorrido em Nova York. Ali se reúnem há três décadas líderes políticos e econômicos e intelectuais.

Constatação óbvia: em Porto Alegre, os insatisfeitos com a ordem mundial; nos EUA, os senhores do mundo, preocupados, e seus teóricos.

Só que a coisa não pode ser tratada de modo tão simples assim.

Em especial o FSM, por ser fenômeno novo —uma babel com mais de 51 mil participantes de 131 países, 4.900 organizações, centenas de oficinas, reuniões, palestras— , exigia um modelo igualmente novo de cobertura.

Sem o essencial

A Folha mostrou críticas ao PT por usurpar o fórum com fins eleitorais; trouxe entrevistas com intelectuais ou ativistas; ressaltou os aspectos de feira e circo que o evento abrigava; as manifestações públicas (invasões de prédio pelo MST, passeatas), os acordos políticos ou as rivalidades já preexistentes (como no caso da crise do PT gaúcho); publicou comentários críticos ao evento. Tudo bem.

Mas os leitores do jornal não foram informados, ao menos até a sexta-feira, a respeito do mais importante: os assuntos e as propostas ali debatidos.

Em carta publicada na segunda-feira, um leitor reclamava: "Talvez a Folha devesse prestigiar de maneira mais séria as discussões de alto nível realizadas na cidade".

O editor de Brasil, Fernando de Barros e Silva, discorda dessa visão. Em contestação a crítica interna que fiz a partir da edição da quarta, ele afirma:

"O problema, mais complexo, é que essa insatisfação assume hoje formas variadas e se presta a interesses, discursos e atitudes pulverizados, anômicos. Daí a dificuldade de discutir as 'idéias' do fórum. Elas não existem da maneira como o ombudsman gostaria que existissem. O fórum é um composto de ONGs propondo coisas (neste ano foram mais de 700 oficinas, que funcionam como mônadas, cada uma voltada para a discussão de seus projetos), de estrelas intelectuais fazendo palestras, de vitrine eleitoral para políticos e de movimentos sociais criando factóides anticapitalistas".

Difícil afirmar se as discussões na capital gaúcha foram ou não de "alto nível", pois a Folha —como a maior parte da imprensa— trouxe precária informação a esse respeito, afora os temas Alca e criação de um tribunal penal internacional. E esse é o problema.

Talvez desaparelhado para a cobertura de um evento tão fluido, o jornal perdeu a oportunidade de penetrar no coração impalpável do fórum, nem que fosse para demonstrar sua eventual inocuidade. Restringiu-se aos entornos das manobras e ao exotismo.

Afetado por essa fragilidade na cobertura, acabou lhe dando, no auge, um tratamento cômico ("Saramago azeda a festa; e a esquerda dança", esse foi o título da principal reportagem do encerramento do fórum), tendendo a desqualificá-lo como campo de debate de alternativas.

Se o fizesse em editoriais ou em análises, ainda faria sentido —questão de opinião. Mas não no noticiário, que deve apresentar os fatos e tentar ser, como tantas vezes o próprio jornal prega, isento, imparcial.

O FSM pode não se ter constituído em laboratório de grandes soluções para os problemas do mundo, mas isso não autoriza a Folha a se travestir de "Casseta & Planeta".

Anexo 1 FSP 6/02/02

...uarta-feira, 6 de fevereiro de 2002 — QUAL GLOBALIZAÇÃO? — FOLHA DE S.PAULO

...ORTO ALEGRE *Escritor português, em carta lida no final do Fórum Social, diz que oposição ignora perigos da globalização*

...aramago azeda a festa; e a esquerda dança

...O FRAGA
...ADO ESPECIAL A PORTO ALEGRE

...menagem da cerimônia de ...ramento do 2º Fórum Social ...dial, em Porto Alegre, foi ine... ...a esquerda dançou.

...o som de ciranda de roda, fre... ...carnavalesco, o sisudo governa... Olívio Dutra bailou desajeita... ...ente com Hebe de Bonafini, a ...dente das mães da praça de Maio.

...prefeito Tarso Genro rodo... ...u no palco com a cantora Lia ...Jazanci, responsável pelo ...ramento da festa. Francisco ...aker, da comissão de Justiça ...z da CNBB, engajou-se com ...nati Taoré, escritora de Máli, ...e vir carnavalesco.

...rca de 5.00 mil pessoas assis... ...m à dança durante a cerimô... ...de encerramento do fórum no ...teatro lotado da PUC-RS. À ...roda solitária foi o líder do ...T João Pedro Stedile, que se ...ou no fundo do palco com um ...eno grupo de convidados a ...templar com olhos de Lévi-...auss os "bons selvagens".

...ece esta injusta, porque os que ...comumente enquadrados co... ...as foram dos mais reveren... ...efletivos.

...colombiano José Pereira fez ...a saudação, com um instru... ...to indígena de som seme... ...te a uma flauta, à Terra, ao ...à Lua e ao mar, num momen... ...e silêncio e respeito.

...foi cortado pelos organiza... ...s que insistiram em tocar um ...e para lá de comercial que do... ...ou o Fórum (—"O CD com a ...ica pode ser comprado na ...aca gaúcha", propagandeava ...estre-de-cerimônia).

...uma índia peruana deram o ...ço papel de informar quan... ...dos seus estavam presentes. ...para dizer um número (170), ...o que saiu foi um discurso ...tra aqueles que chegaram à ...érica e se acham donos dela e ...próprios organizadores do fó... ...pelo número pequeno de in... ...participantes.

...rítica à esquerda

...escritor português José Sara...go, ausente da festa, enviou ...texto para ser lido na conclu...são. Foi arrasado por dois dos três atores convidados a interpretá-lo, mas também massacrou a classe política ali presente.

"A Declaração Universal dos Direitos Humanos, tal como se encontra escrita, sem necessidade de se alterar sequer uma vírgula, poderia substituir, com vantagem no que diz respeito à clareza de objetivos e à retidão de princípios, a todos os programas de todos os partidos políticos da ordem".

Mas a crítica mais dura ainda estava por vir e tinha endereço ainda mais específico ao continuar: "Nomeadamente aos [partidos] da denominada esquerda, anquilosados em fórmulas caducas, alheios e impotentes às realidades brutais do mundo atual, fechando os olhos para as evidentes ameaças que o futuro está a promover contra aquela dignidade sensível e racional que imaginávamos ser a ação de todos os seres humanos", afirmou o escritor.

"Acrescentarei pois que as razões que me levam a falar desta forma de todos os partidos políticos em geral as aplico também aos sindicatos locais e ao movimento sindical internacional em seu conjunto. De uma forma consciente ou inconsciente, o indócil e burocratizado sindicalismo que ainda nos resta é em grande parte responsável pelo adormecimento social decorrente da globalização econômica."

E, depois disso, eles ainda cantaram e dançaram, talvez para esquecer a inconveniente conclusão de Saramago: "Se não interviermos a tempo, isto é, já, o rato dos direitos humanos será devorado pelo gato da globalização econômica".

> *O indócil e burocratizado sindicalismo que ainda nos resta é em grande parte responsável pelo adormecimento social decorrente da globalização econômica*
>
> JOSÉ SARAMAGO
> Prêmio Nobel de Literatura

O governador Olívio Dutra (PT-RS) e o prefeito de Porto Alegre, Tarso Genro (PT), no último show do 2º Fórum Social

L DO BRASIL
PFL cobra de
Roseana clareza
re dinheiro
A VERDADE,
SOMENTE A VERDADE,
NADA MAIS QUE A VERDADE.
HÁ 111 ANOS.
JORNAL DO BRASIL

EDIÇÃO NACIONAL CAMPINAS

FOLHA DE S.PAULO

São Paulo, quarta-feira, 13 de outubro de 2004

DIRETOR DE REDAÇÃO: OTAVIO FRIAS FILHO ★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL ★ ALAMEDA BARÃO DE LIMEIRA, 425 ★ ANO 84 ★ Nº 27.587 ★ R$ 1,20

O ex-prefeito Paulo Maluf fala à imprensa na frente de sua casa após depoimento na PF

Investigado sob as acusações de cinco crimes, candidato derrotado do PP diz ao partido que dará ajuda à petista

Maluf é indiciado pela PF e declara seu apoio a Marta

O ex-prefeito Paulo Maluf, candidato derrotado do PP à Prefeitura de São Paulo, e seu filho Flávio foram indiciados pela Polícia Federal sob as acusações de formação de quadrilha, sonegação, evasão de divisas, lavagem de dinheiro e peculato (apropriação de recursos públicos). As acusações referem-se a depósitos na Suíça atribuídos ao ex-prefeito.

Após depor na PF pela manhã, Maluf, que nega as acusações, reuniu-se com integrantes da cúpula do PP e afirmou que apoiará explicitamente a prefeita Marta Suplicy (PT) na disputa do segundo turno municipal, relata Fernando Rodrigues. O ex-prefeito atribui ao PSDB, partido do adversário de Marta, José Serra, a divulgação de seu depoimento.

Terceiro colocado no primeiro turno, com 11,99% dos votos, Maluf diz ter sido vítima de "armadilha tucana" para constrangê-lo a ficar neutro e afirma se dispor a ceder imagens ao programa de Marta. A adesão divide o PT; o comando de campanha paulistano a aprova, mas a cúpula federal vê problemas no apoio explícito do ex-prefeito. Pags. A4 e A5

'Ninguém vai me intimidar', afirma ex-prefeito

Em nota, Paulo Maluf vinculou a investigação contra ele à eleição paulistana e disse que quem quiser utilizar o indiciamento para favorecer algum candidato vai "quebrar a cara".

"Ninguém jamais me intimidou ou vai me intimidar. Ninguém vai calar a minha voz quando se trata de defender São Paulo. Assinado, Paulo Maluf", afirmou, lendo a nota.

Em entrevistas anteriores, Maluf acusou membros do Ministério Público de atuar em benefício de José Serra (PSDB).

Flávio, filho de Maluf, preferiu não dar entrevista. Pág. A4

195

SP, RJ, MG, PR e SC: R$ 2,20
Demais Estados: ver tabela na página A2
Edição das 21h30

O ESTADO DE S. PAULO

RUY MESQUITA
Diretor

196

Julio Mesquita (1891-1927) Julio de Mesquita Filho (1927-1969) QUARTA-FEIRA Francisco Mesquita (1927-1969) Julio de Mesquita Neto (1969-1996)

Maluf e filho são indiciados pela PF

O ex-prefeito Paulo Maluf (PP) e seu filho Flávio foram indiciados na manhã de ontem, pela acusação de lavagem de dinheiro, evasão de divisas, apropriação de dinheiro público, sonegação fiscal e formação de quadrilha. O inquérito faz parte da operação Hércules 12 da Polícia Federal, que analisa remessas feitas para a Ilha de Jersey e para a Suíça e apontam desvios de verbas na construção da Avenida Água Espraiada. Pag. A4

Serra e Marta divergem sobre os novos CEUs

As semelhanças entre as propostas dos candidatos José Serra (PSDB) e Marta Suplicy (PT) para a educação se restringem às promessas de ampliar vagas na educação infantil e acabar com as escolas de lata. Enquanto Marta quer completar a Rede CEU, com 46 unidades, Serra promete manter os 21 já existentes e reavaliar o restante. Pag. A6

Juiz já pode bloquear contas via computador

O Judiciário começa a adotar em São Paulo um sistema ágil para punir os maus pagadores: é o Penhora Online, pelo qual os próprios juízes bloquearam ao seqüestrar o saldo de contas correntes, com poucos cliques no computador. O processo se destina a quem já foi condenado a quitar dívida e deixou de fazê-lo mais de uma vez. Pag. C1

Petróleo passa de US$ 54 e recua

Pag. B10

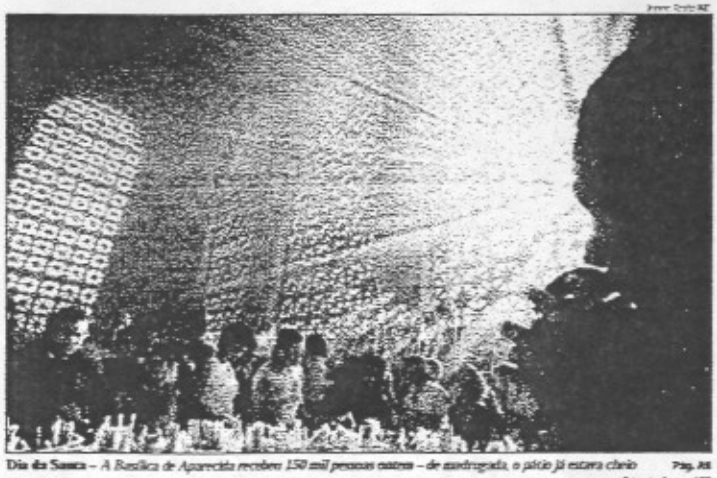
Brasil tenta manter Thiago Pereira

Pag. I4

O Censo Escolar 2004 registrou uma expansão de 14,5% no ensino técnico, constatação importante para mostrar a necessidade de redistribuir os investimentos públicos no setor.

"Retrato da educação brasileira", na pag. A3

Brasil aposta em megaleilão de energia para reverter fuga de investidores



Dia da Santa – *A Basílica de Aparecida recebeu 150 mil pessoas ontem – de madrugada, o pátio já estava cheio* Pag. A8

Brasil caiu da 9.ª para a 17.ª posição entre países com potencial para atrair capitais

O Brasil caiu da 9.ª para a 17.ª posição entre os países com potencial de atrair investimentos estrangeiros diretos, de acordo com índice de confiança calculado com base em pesquisa da consultoria A.T. Kearney. É o nível mais baixo já atingido pelo País. Pesam contra o Brasil as preocupações com regulamentação e a concorrência de outros países. Mas o governo tem esperança de que o megaleilão de energia previsto para o fim do ano seja um catalisador de novos investimentos em diversos setores da economia. No leilão será vendida a energia a ser fornecida entre 2006 e 2008. Segundo o secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Levy, investidores estrangeiros esperam o resultado do leilão para tomar a decisão de trazer capital. Pag. B1

O último e decisivo debate

Empatados com 45% das intenções de voto, segundo pesquisa divulgada ontem, os dois principais candidatos à presidência dos EUA encararam o último debate, hoje. Diante de um panorama eleitoral imprevisível, o presidente George W. Bush recuperou terreno contra o senador democrata John Kerry. Pag. A12

Expectativa – *Ronaldo à torcida: "O principal é a vitória"*

Parreira: placar é secundário

A seleção brasileira volta a jogar hoje, às 21h45, pelas Eliminatórias da Copa do Mundo de 2006. A partida será contra a Colômbia, na Estádio Rei Pelé, em Maceió. "Vamos com calma. A vitória é o objetivo. O placar é secundário", disse o técnico Carlos Alberto Parreira, respondendo à expectativa de goleada por parte dos torcedores alagoanos. O Brasil lidera o grupo sul-americano das Eliminatórias. Pag. I1

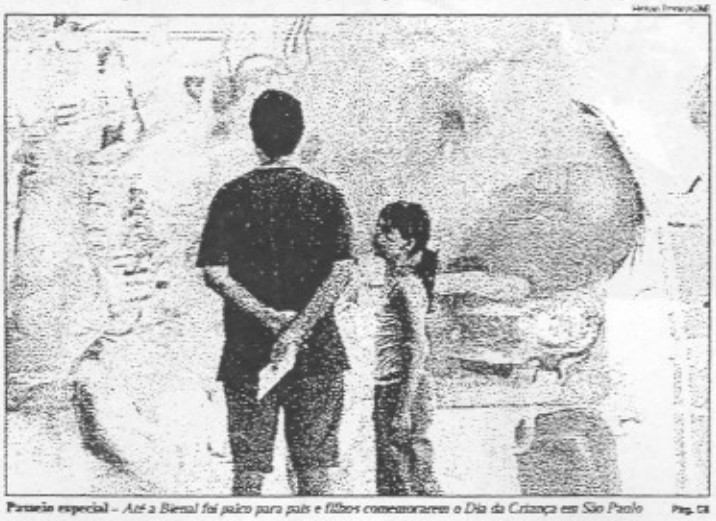
INSS elimina multa para atrair ex-segurados

Para incentivar os ex-segurados do INSS a voltar a contribuir com a Previdência, o governo está propondo não cobrar mais multa e fixar um teto aos juros para quem quiser regularizar sua situação, conforme projeto que tramita no Congresso. Pessoas que deixam de contribuir por dois anos perdem o direito a qualquer benefício. Pag. B3

Rússia mantém o embargo à carne brasileira

A missão comercial liderada pelo vice-presidente José Alencar fracassou e o governo russo mantém o embargo à importação da carne brasileira. A questão fitossanitária é o ponto de divergência. Pag. B7

Defesa – O Brasil é o principal exportador de carne do mundo, mas há pouca verba para o controle sanitário dos rebanhos. Agrinews



Passeio especial – *Até a Bienal foi palco para pais e filhos comemorarem o Dia da Criança em São Paulo* Pag. C8

O fim da espera de 38 anos por 'Smile'

Brian Wilson (foto), líder da banda Beach Boys, lança no Brasil o disco *Smile*, 38 anos depois que ele foi iniciado. CADERNO 2

Que tal uma semana diferente? Confira nesta edição

ISSN - 1516-2303-1

A saga da faxineira que

1996 — A ex-faxineira Marinalva Imaculada Cuzin, que foi aprovada no vestibular, quando ainda trabalhava no Diretório Central dos Estudantes da Unicamp

2001 — Marinalva veste a beca que vai usar na cerimônia de colação de grau na formatura do curso de pedagogia da Unicamp; ela vai fazer os juramentos dos formandos

se tornou pedagoga...

...os 13 anos, precisou de autorização para poder trabalhar; agora, vai fazer pós-graduação

...não tenho caminho novo
...tenho de novo
...jeito de caminhar
...
...caminho me ensinou)
...minhar cantando
...o convém

...que não estou
...já não vou mais sozinho

...do poema "A vida verdadeira", de Thiago de Mello, citado no ...dos formandos de hoje da Unicamp)

...CARDO KOTSCHO
...DO ESPECIAL A CAMPINAS

...ando subir ao palco do ...ro de Convenções da Unicamp esta noite para fazer o juramento em nome dos formandos em pedagogia, a ex-faxineira Marinalva Imaculada Cuzin, ...três filhos, vai dar por cumprida a lição do poeta. Nem ela ...acreditando que é verdade.

...ha de um casal que se separou antes de ela completar um ...de idade, Marinalva foi criada pelos avós maternos. Estudou apenas os quatro primeiros ... no grupo escolar Carlos ...rovão Zink e foi à luta para ...r o avô, um humilde funcionário aposentado do DER (Departamento de Estradas de Rodagem), a sustentar a casa.

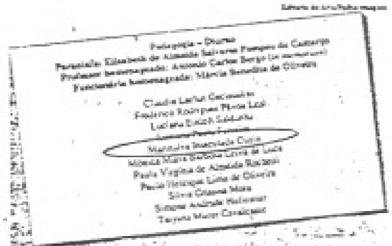
...os 13 anos, precisou de autorização do Juizado de Menores para conseguir seu primeiro emprego com carteira assinada: empacotadora da loja de roupas Persinotos, em Campinas. Depois, foi caixa da Drogaria Glicério e, aos 18, conseguiu uma vaga de monitora de educação infantil na prefeitura, trabalhando das 8h às 18h.

Casou com um zelador de prédio, teve três filhos e viu-se obrigada a arrumar um segundo emprego à noite. Com 23 anos, trabalhava na creche durante o dia, fazia supletivo à noite e, das 23h à 1h30, era faxineira do cursinho vestibular do DCE (Diretório Central dos Estudantes) da Unicamp.

"Achava minha vida de casada e de funcionária pública muito chata, estava acomodada. Por isso resolvi continuar estudando para mudar de vida", lembra Marinalva.

Daí para a frente, de fato, sua vida não parou mais de mudar. Cursou magistério no tradicional Colégio Carlos Gomes. Conseguiu uma bolsa de estudos para fazer o cursinho no mesmo DCE onde trabalhava e passou em primeiro lugar no vestibular da PUC de Campinas. Mas preferiu fazer pedagogia na Unicamp porque era de graça.

"Entrei na faculdade casada, me separei, casei de novo, estou me formando e, na segunda-feira, já vou me inscrever no curso de pós-graduação", diz Marinalva. O tema do seu projeto de pós é "Um olhar psicodramático nas inter-relações pessoais".



Fac-símile do convite de formatura do curso de pedagogia na Unicamp

Até ser escolhida pelos colegas para fazer o juramento dos formandos na cerimônia de colação de grau, ela teve que vencer uma longa corrida de obstáculos, ainda mais numa sociedade conservadora como a campineira, mas nunca pensou em desistir. O casamento entrou em crise quando ela começou a sair para ouvir palestras ou ir ao cinema, enquanto o marido preferia que ela cuidasse da casa e dos filhos. "Os objetivos no casamento foram-se diferenciando, os valores mudando, pintou o ciúme, não teve jeito."

Em 1993, ela resolveu sair de casa levando só a roupa do corpo e a filha, então com 14 anos. Os dois meninos ficaram com o pai. O problema é que não tinha para onde ir e o único jeito que encontrou foi invadir a moradia estudantil da Unicamp. "Foi de um dia para o outro. Tentei numa boa, expliquei minha situação, mas a burocracia não quis saber. Como não havia feito inscrição para a moradia na época certa, tive que pular a janela da cozinha com a minha filha", conta Marinalva.

Três dias depois, foi despejada. Sem apoio da família nem dinheiro para pagar aluguel, ameaçou acampar em frente ao alojamento. Ficou com medo até de perder a guarda da filha.

Mas logo se deu um jeito. As duas puderam ficar provisoriamente albergadas numa sala de estudos por oito meses até chegar outra carta de despejo. Mãe e filha sobreviviam com a bolsa-trabalho que ela ganhou para fazer serviços gerais na biblioteca. "Foi a época mais difícil. No começo, houve dia de não ter dinheiro nem para comprar água." A essa altura, porém, ela já tinha conseguido um emprego com salário melhor e pôde alugar um apartamento no bairro de Barão Geraldo, onde fica a Unicamp. Com a ajuda dos colegas, do novo marido, que conheceu na Unicamp, e da cervejaria Kaiser, que patrocinou o material didático, foi levando o curso até o fim.

Este ano, tudo melhorou. Desde fevereiro, a ex-faxineira trabalha à noite no presídio Ataliba Nogueira, em Hortolândia, próximo a Campinas, onde é responsável pelo curso de alfabetização de adultos. Além disso, continua fazendo suas pesquisas no Laboratório de Políticas Públicas e Planejamento Educacional da Unicamp.

Agora, ela mora com o marido, o auditor fiscal Marcelo Takemoto, numa chácara do bucólico Vale das Garças. É lá que ela vai fazer a festa de formatura hoje à noite. "Aluguei até um videokê", comemora, enquanto experimenta a beca emprestada pela Unicamp.

FRASES

Achava minha vida de casada e de funcionária pública muito chata, estava acomodada. Por isso resolvi continuar estudando para mudar de vida

MARINALVA IMACULADA CUZIN
ex-faxineira que vai se formar em pedagogia na Unicamp hoje

Como não havia feito inscrição para a moradia, tive que pular a janela da cozinha com a minha filha

IDEM

Foi a época mais difícil. Houve dia de não ter dinheiro nem para comprar água

IDEM

CLUSÃO DIGITAL *Estudante de computação, Aparecido do Carmo deixará de cortar cana para trabalhar como programador*

Bóia-fria troca canavial por computador

Bóia-fria Aparecido do Carmo, 39, que se divide entre a sua família, o trabalho no corte de cana-de-açúcar, em Sertãozinho, e ...

... 3º ano da faculdade de ciências da computação, que ele cursa em Ribeirão Preto, com a ajuda de uma bolsa de estudos integral

RICARDO KOTSCHO
ENVIADO ESPECIAL A SERTÃOZINHO

Não foi fácil. Para mudar de vida, há três anos ele enfrenta uma inacreditável romaria de pelo menos 19 horas diárias entre sua casa, o trabalho e a faculdade.

Acorda ainda no escuro, às 5h. Só volta para casa após a meia-noite, ao final de uma maratona de uns 150 quilômetros sacolejando em ônibus no trajeto entre a casa, em Barrinha, a lavoura de cana-de-açúcar, em Sertãozinho, e o curso de ciências da computação do Centro Universitário Barão de Mauá, em Ribeirão Preto.

"Mas tá bom", repete a todo momento o bóia-fria Aparecido do Carmo, 39, casado, três filhos, que a partir de amanhã vai finalmente realizar o grande sonho da sua vida: trocar o podão (foice) do corte de cana por um computador do centro de processamento de dados da Companhia Energética Santa Elisa, em Sertãozinho.

Filho e neto de trabalhadores rurais, Aparecido nasceu numa usina de açúcar em Pradópolis e começou a trabalhar como bóia-fria com 13 anos.

No fim de outubro, quando a Santa Elisa abriu duas vagas de programador de sistemas, Rosmary Delboni Ortolan, gerente de recursos humanos, lembrou-se logo do bóia-fria que voltara a estudar quase vinte anos depois de concluir o segundo grau.

Neste meio tempo, prestou concurso para oficial de justiça, funcionário dos Correios e técnico do Tesouro Nacional. "Meu objetivo era ter uma renda melhor para poder fazer uma faculdade."

Chegou a ser aprovado no vestibular de direito da Unaerp, uma das boas universidades particulares de Ribeirão Preto, mas não pôde nem pagar a matrícula.

Desemprego

Em 1997, quando houve a fusão da Usina São Geraldo, onde ele trabalhava havia 15 anos, com a Usina Santa Elisa, Aparecido foi demitido. A esta altura, já era apontador do setor de motomecanização e estava fascinado com os computadores que descobriu nos escritórios da usina.

Depois de alguns meses desempregado, voltou para a vida de bóia-fria, já na Santa Elisa, mas não desistiu do sonho.

No ano seguinte, estudando por conta própria, foi aprovado no vestibular da Barão de Mauá.

Com o salário em torno de R$ 600 por mês que ganhava até maio para cortar 12 toneladas de cana por dia, Aparecido só está no terceiro ano do curso de ciências da computação porque conseguiu uma bolsa de estudos integral da empresa. A mensalidade da faculdade é de R$ 462.

Outros 200 dos 3.600 empregados da Santa Elisa que cursam faculdade recebem bolsas de 50% da mensalidade. Apenas dez ganham bolsa integral.

"Aqui ninguém deixa de estudar porque não pode pagar a escola", diz a gerente Rosmary Ortolan. Em 1997, a Santa Elisa erradicou o analfabetismo no setor industrial e, no ano passado, entre os trabalhadores rurais.

Qualificar mão-de-obra é desafio permanente na região, onde a mecanização da lavoura é cada vez maior. Em dez anos, metade de um exército de 60 mil bóias-frias foi trocado por máquinas.

"Precisamos dar a mesma oportunidade que demos ao Aparecido para todos. Não é questão de ser bonzinho, é ser inteligente. Só gente feliz produz bem. Este é um pensamento bem capitalista".

Rosmary dá números para justificar a sua tese: em cinco anos, a produtividade por homem/dia cresceu de 7,5 toneladas para 12,6 toneladas e o índice de absenteísmo caiu de 18% para 5,45%.

A preocupação dela agora é outra: cuidar da adaptação de Aparecido às suas novas funções. "É a primeira vez na empresa que temos uma mudança tão drástica de um funcionário que sai direto do podão do corte de cana para uma sala de computação. Gos[to] ria que ele não fosse tratado co[mo] um diferente."

De uma hora para outra, o sa[lá]rio dele vai quase dobrar. Pa[ssa] dos R$ 700 que ganhava como [cor]tador de turma na lavoura para [R$] 1.300 como trainee de program[a]dor de sistemas.

Para tornar a transição men[os] traumática, Aparecido terá apo[io] de psicóloga e fonoaudiólo[ga] (precisa aprender a modular a v[oz] porque na lavoura fala-se sempr[e] muito alto), além de orientaçã[o] sobre a forma correta de se ves[tir] no novo ambiente de trabalho.

Na última semana, ele já este[ve] passando o trabalho de líder [de] turma 15, que vinha exercen[do] desde junho, para seu substitu[to] enquanto fazia exames médicos [e] conhecia seus novos colegas.

– Foi tudo muito rápido. Há se[is] anos três anos, já na faculdade, [eu] abriu um computador pela p[ri]meira vez. E quase desisti[u] na p[ri]meira semana de aulas.

"Ele estava há muito tempo fo[ra] da escola. Quando voltou, [ele] um susto, estava desanimado", lembra Djanira Margareth Rod[ri]gues Neto, professora de ma[te]mática, que deu aulas para Apar[e]cido. "Ele é um aluno calmo, m[ui]to esforçado, e acabou fazend[o] Valeu a pena".

Outro professor, Omar Gonç[al]ves da Silva, com quem Aparec[i]do teve aulas de geometria analítica [e] álgebra linear, ficou feliz ao sab[er] da promoção. "Tenho muito o[r]gulho de ter dado aulas para ele."

Omar notou duas diferenç[as] fundamentais entre ele e os outr[os] alunos. "Quem vem da escola [e] emenda direto para a faculda[de] tem mais pique e mais temp[o]. Em compensação, o Aparecido [te]m uma coisa que os outros n[ão] costumam ter: vontade. A inteligência só uma questão de trabalh[o]. Além disso, ele tem uma cren[ça] religiosa muito forte. A fé tam[bém] ajuda".

De fato, frequentar os cultos [da] Congregação Cristã do Brasil ju[nto] com a mulher, Janete Aparec[ida], é o único compromisso [de] Aparecido quando não está est[u]dando nem trabalhando.

O casal e os três filhos, de 13, [7] anos, mora[m] na casa de [...] construí[da] há três anos e[m] regime de m[u]tirão no Jardi[m] José Nazare um bairro do [mu]nicípio de Ba[r]rinha, a 40 k[m] de Ribeirã[o] Preto. A pr[es]tação é bai[xa] R$ 21.

Janete ajud[a] nas despes[as] de casa fazendo pequenos ser[vi]ços de costura para as vizinh[as] mas agora, inspirada pelo ma[ri]do, também quer mudar de vida.

"Já avisei: no ano que vem, tam[bé]m vou voltar a estudar. Não [...] para esperar ele terminar o curs[o] como o Aparecido está quer[en]do. Quero estudar para professora [de] go", acrescenta Janete.

Com a nova função de Apare[ci]do na usina, Janete não precisa[rá] mais levantar às 4h30 da madr[u]gada para preparar o café e a m[a]rmita do marido (arroz, feijão, l[e]gumes e, às vezes, um pedaço [de] carne ou um ovo). Ele agora v[ai] ter direito a comida quente [e] bom e farto bandejão da empre[sa].

Anexo

Folha de S. Paulo, 28/11/01.

LTURAS

Homem improvisa 'ninho' em SP

Desempregado decide montar casa em árvore, sobre avenida da cidade

RICARDO KOTSCHO
DA REPORTAGEM LOCAL

Quem passa apressado em seu carro pela avenida 23 de Maio, em São Paulo, na pista bairro-cidade, nem repara. No alto de uma das árvores, numa curva bem em frente ao Hospital Beneficência Portuguesa, um homem montou sua casa há oito meses.

"Agora, estou só passando o dia aqui. Arrumei um lugar para dormir à noite no albergue", informa o desempregado Paulo José de Lima, 35, pernambucano de Carpina.

Como se fosse a coisa mais natural do mundo, Paulo fala enquanto desce a escada, quer dizer, os galhos. Conta porque escolheu essa morada em vez de se juntar ao povo que se aloja sob as pontes e viadutos da cidade. "Aqui tem menos agitação, menos gente para ficar falando, perguntando as coisas."

Há dois meses, ele ganhou um vizinho, que armou seu ninho a menos de 30 metros de distância. Mas Paulo até hoje não sabe nem o nome dele. O vizinho passa o dia fora, perambulando pela cidade. Nunca se falaram. "Se chegou depois de mim, ele é que deveria vir falar comigo."

O "homem-passarinho" veio para São Paulo há dez anos em busca de emprego. Entregador de loja de móveis, pintor, ajudante de pedreiro e de caminhão, Paulo já fez de tudo um pouco. Está há mais de um ano sem carteira assinada.

Ontem, como nos outros dias, ele tomou o café da manhã no albergue, no Brás, e saiu em busca de trabalho. Foi a uma agência de empregos na zona norte e a outra no centro.

Deixou o nome, sem muitas esperanças. Quem vai dar emprego ao homem que tem como endereço uma árvore ou um albergue? Quando consegue algum "bico" nas transportadoras da Vila Maria, na zona norte, ganha R$ 15 por dia de trabalho.

Não se queixa de nada. "Cada um tem que ir pela sua sabedoria. Não dá para ficar esperando as coisas do governo."

Sem ver televisão nem ler jornal, nunca ouviu falar da guerra no Afeganistão. Nem está interessado. "Desde que eu fui batizado na Universal, em 99, só leio a Bíblia", diz. "Fico louvando, mas, até agora, nada mudou."

Quando não arruma serviço, Paulo volta para a árvore. Fica vendo o trânsito até a hora de ir para o albergue, no final da tarde. "Tem dias que prefiro passar sem comer do que ir nas 'bocas de rango'", diz, referindo-se às entidades que servem refeições gratuitas aos moradores de rua.

CRIANÇAS DO BRASIL

...o que cruzou São Paulo dirigindo um Volvo 1996 passou seis dias na Febem, tendo a companhia de garoto que matou o pai

...stiça libera P., 12, que furtou ônibus

RICARDO KOTSCHO
DA REPORTAGEM LOCAL

A inacreditável aventura do menino de 12 anos, que entrou num ônibus sem motorista na Cidade Tiradentes, na zona leste, deu a partida, saiu dirigindo em direção ao centro e rodou por cerca de 30 quilômetros em São Paulo até ser parado pela polícia, na noite de quarta para quinta-feira passada, teve um final feliz ontem à tarde.

Desde há seis dias na Febem, P.C.R.S. saiu do Fórum das Varas Especiais da Infância e da Juventude acompanhado da mãe, Sílvia Ribeiro da Silva, 28, faxineira desempregada, depois de responder a um interrogatório que durou 40 minutos. Ficará em regime de liberdade assistida e terá que prestar serviços à comunidade.

Bastinho e atarracado, meio envergonhado e meio orgulhoso com a travessagem, mãos cruzadas às costas como qualquer interno da Febem, ele ainda parecia assustado às 9h de ontem ao entrar na sala de Sonia Regina Cesário, diretora da Unidade de Internação Provisória 7.

Nunca tinha passado antes pela Febem. Aos poucos, porém, foi ficando mais tranquilo e resolveu contar à repórter-aprendiz da Folha o que o levou a sair pilotando naquela noite o ônibus 10.188 da Viação Cidade Tiradentes, um Volvo ano 1996.

Em busca do pai

A viagem de P.C.R.S., na verdade, começou bem antes, há seis anos, quando "o pai largou da mãe, saiu de casa e desapareceu". Mais velho dos seus filhos de Silva e do cobrador de ônibus Sebastião Dias de Jesus Bruna, como é chamado pelos amigos de rua na Vila Campanela, nunca se conformou com a separação dos pais. "Fiquei triste", lembra o garoto.

E passou a procurar por Jesus em todas as garagens de ônibus da zona leste. "Nunca mais achei ele", diz. Tanto rastreou pelas garagens que acabou fazendo amizade com motoristas, cobradores e mecânicos. Virou uma espécie de mascote dos "bicos", como se tratam os empregados das empresas de transporte coletivo.

Brutus não gostava de jogar bola e já não se satisfazia com o ônibus de madeira que sempre carregava debaixo do braço, desde pequeno. "Meu sonho sempre foi pegar um ônibus e sair dirigindo...", diz, abrindo um sorriso malandro e abaixando a cabeça.

De tanto insistir, acabou convencendo um certo Edésio, motorista de empresa Matarazzo mais conhecido por Sajo, a levá-lo nas viagens de ônibus que faz a linha Vila Carrão e o Terminal São Mateus. "Ele ficava dirigindo, e eu olhando. Ele passava a marcha, e eu olhando. Aprendi assim, olhando ele", conta P. hoje.

Quando contou a novidade à mãe, Sílvia não acreditou. A essa altura, ele só aparecia em casa de vez em quando. Depois que a Matarazzo fechou, ele passou a frequentar a garagem da Viação São Judas, e assim foi indo até chegar à Viação Cidade Tiradentes. Dormia nos quartos dos acorrentados e, de tanto olhar, acabou aprendendo também o ofício de mecânico.

A longa viagem

Brutus chegou a ficar um ano e meio sem ver a mãe, mas ela diz que não se preocupava "porque sabia onde e com quem ele estava". No ano passado, deixou a escola para se dedicar apenas à "carreira". Ao voltar para casa, há quatro meses, tinha perdido a matrícula na escola.

Sem compromissos, saiu de casa na quarta-feira passada e foi ver os "colegas" da garagem. Dias antes, tinha ouvido um comentário dos "bicos" de que seu pai estava trabalhando numa empresa de ônibus de São Bernardo do Campo, no ABC paulista. Domingo passado, era Dia dos Pais. Ficou com aquilo na cabeça.

Às 19h, a manobrista da Viação Cidade Tiradentes estacionou o 10.188 no ponto final da avenida dos Metalúrgicos, próximo à garagem. O motorista e o cobrador do turno da noite ainda não haviam se apresentado. Brutus viu o "ônibus ki sozinho", e entrou. Ninguém apareceu. Partiu. "A essa hora, entregam o ônibus com o tanque cheio", sabia.

Primeiro, pensou em ir direto para São Bernardo do Campo para procurar o pai, mas se lembrou que, à noite, havia muito policiamento ao trajeto. Achou melhor sair no sentido de São Mateus, um caminho que já conhecia bem, e pegou a avenida Aricanduva. Depois, a Jacu-Pêssego até o centro de Itaquera. E foi indo: avenida dos Carapanãs, avenida Águia de Haia, até a Radial Leste (veja mapa nesta página).

Ri quando lhe perguntam como conseguia alcançar o pedal do acelerador com seu diminuto tamanho. "Ué, é só puxar o banco para a frente..." E para trocar as marchas? "Não tinha problema. Peguei um carro hidramático com direção hidráulica, tudo fácil..." (carro é como os motoristas se referem ao ônibus).

"Não boi nenhuma vez em ninguém e fui embora. Não sabia se ia para São Bernardo ou ficava só dando um rolê". Brutus seguiu então até a estação do metrô Penha e subiu o viaduto em direção à marginal Tietê. Aí, empolgou-se: "Cheguei a dar 120 [km/h]". Com o trânsito livre naquela hora, no começo da madrugada de quinta-feira, conta que levou quatro multas. "Era o flash do radar piscar."

A altura do metrô Santana, dirigiu a marginal em direção ao terminal de parque D. Pedro, onde também tem amigos. Como já estava tarde, achou melhor pegar o trajeto de volta para Cidade Tiradentes e devolver o ônibus na garagem. Tudo corria bem, sem sustos. Mas, ao chegar bem perto da entrada Santo Inácio, onde fica a garagem, foi cercado por duas motos da Polícia Militar. Aí levou um susto, apertou-se.

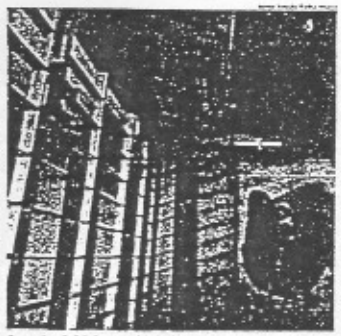
"Deu azar. Fui bater logo num outro ônibus da empresa, que estava com um amigo meu, o Alemão." Levado primeiro para o 54º Distrito Policial, onde foi feito o boletim de ocorrência, viu o dia amanhecer no UAI (Unidade de Atendimento Inicial), a porta de entrada dos menores infratores.

De volta à escola

Se não sentia medo no trânsito paulistano dirigindo um ônibus, na Febem a coragem acabou. Ao ser transferido para a unidade de Brás, ficou com um menor que tinha matado o pai a facadas, entre outros. Não queria conversa com ninguém. Só respondia a perguntas dos monitores. Na visita que recebeu da mãe no domingo, implorou para sair dali. Ou deu chorando, mas ele precisa esperar a decisão da Justiça.

A própria diretora da unidade, Sonia Cesário, há seis anos na Febem, ao ouvir a história de P.C.R.S. achou que não era caso de internação. Iria sugerir apenas uma advertência e o encerramento do processo. Sem ninguém perguntar, Brutus garantiu que não pretende repetir a aventura. "Já matei a vontade."

Ao reencontrar a mãe outra no Fórum, ficou sabendo que ela conseguiu matriculá-lo numa escola do bairro e hoje mesmo voltará às aulas. "O problema dele acaba foi comigo. É um bom menino. O problema dele é que gosta muito de ônibus", repetia Sílvia ao final da audiência, enquanto aguardava a liberação do filho na calçada do Fórum, na rua Piratininga, no Brás.


O menino P.C.R.S., na Unidade de Atendimento Inicial da Febem